UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

SÍLVIA GALESSO CARDOSO

Subjetividade e escrita argumentativa: encontros e desencontros na composição do texto

São Paulo
2019

SÍLVIA GALESSO CARDOSO

Subjetividade e escrita argumentativa: encontros e desencontros na composição do texto

Versão corrigida

Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de concentração: Psicologia e Educação

Orientadora: Prof. Dra. Teresa Cristina Rego

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da FE/USP: Nicolly Soares Leite - CRB-8/8204

Gs	<p>Galesso Cardoso, Sílvia Subjetividade e escrita argumentativa: / Sílvia Galesso Cardoso; orientadora Teresa Cristina Rego. - - São Paulo, 2019. 240 p.</p> <p>Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças) -- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2019.</p> <p>1. ESCRITA. 2. SUBJETIVIDADE. 3. VESTIBULAR. 4. MEDIÇÃO. 5. ARGUMENTAÇÃO. I. Cristina Rego, Teresa, orient. II. Título.</p>
----	---

Nome: CARDOSO, Sílvia Galesso

Título: Subjetividade e escrita argumentativa: encontros e desencontros na composição do texto

Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Para todos aqueles que fazem da escrita um cafuné na cabeça, um feijão fresquinho, umas braçadas na piscina, um fim de tarde repleto de vagalumes, uma discussão de bar, um amor secreto, um céu estrelado, uma crônica, um exercício cotidiano precioso, um modo de existir.

Augusto de Campos, *O pulsar*, 1975.¹

¹ Vale a pena ouvir o poema musicado por Caetano Veloso, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NoEiSnuK70c>. Acesso em: 6 fev. 2019.

Agradecimentos

Embora eu tenha sentido no corpo escrever esta tese - com suas dores, cansaços, ânimos, surpresas - ela é a produção de uma coletividade, um traço que pediu apoio para ser desenhado e encontrou muitos que intercederam por ele.

Agradeço

aos meus alunos, pela inquietude.

aos meus professores de redação, por me conduzirem pelo mundo da escrita.

à minha orientadora Profa. Dra. Teresa Cristina Rego, pela oportunidade e por toda a aprendizagem.

aos professores da banca examinadora, pela disponibilidade.

a todos os funcionários da Usp - da secretaria, das bibliotecas, da limpeza, da segurança, pela presteza.

à minha família, pelo incentivo e pela presença.

aos meus amigos, por deixarem a vida mais leve.

aos meus interlocutores fiéis: mãe, Filipe, Gil, Gila, Paula e Guto, pela generosidade.

à Ana Godoy, por me acompanhar bem de perto nestes traços e me emprestar força nesta travessia.

Resumo

CARDOSO, Sílvia Galesso. **Subjetividade e escrita argumentativa:** encontros e desencontros na composição do texto. 2019. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Recupero meu trabalho como professora de produção textual a partir de textos dissertativos produzidos por sete dos meus alunos pré-vestibulares e de suas reescritas por mim acompanhadas, na tentativa de traçar campos que deem visibilidade para as potências engendradas nessa experiência com o escrever e, mais especificamente, investigar e produzir conhecimento sobre a mediação do professor no ensino da escrita. Para contextualizar essa análise, foi necessário cartografar o desempenho da população em avaliações de leitura e escrita, a condição do jovem e a conjuntura política na atualidade, além dos efeitos das perspectivas pedagógicas e políticas educacionais adotadas no Brasil dos anos 1970 em diante. As idiossincrasias do trabalho com cada aluno foram perscrutadas tanto em relatos feitos por mim quanto em pistas fornecidas pelos textos deles, e permitiram entrever como determinado sentido foi construído, quais convenções sociais, discursos e recursos linguísticos foram acionados, e observar, nas reescritas, quais foram as minhas intervenções, como foram recebidas pelo aluno, o que ele fez delas, se elas foram capazes de provocar deslocamentos no mundo dele, se compuseram novos contornos e geografias nas suas produções de texto e de si e na minha maneira de ser e atuar como professora. Por fim, a partir das proposições da pós-crítica voltadas para a educação e, sobretudo, para o ensino da escrita, problematizo o papel do professor como mediador nas práticas de escrita propostas aos alunos e indico alguns norteadores para que a mediação funcione como um operador de mudança na maneira de pensar e de estar no mundo das pessoas envolvidas nessa interlocução.

Palavras-chave: Escrita. Subjetividade. Vestibular. Mediação. Argumentação.

ABSTRACT

CARDOSO, Sílvia Galesso. **Subjectivity and argumentative writing:** composing words and worlds. 2019. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

I recover my work as a writing composition teacher taken from essay exercises produced by seven of my high-school students in addition to the rewrites composed by them and reviewed by me, in our classes, with the intent of tracing fields that give visibility to the engendered potentials in this experience with the act of writing and, more specifically, investigate and produce knowledge regarding the teacher's mediation in the teaching of writing. In order to contextualize this analysis, it was necessary to map the performance of the population's in reading and writing exams, the youth's condition and the current political circumstances, as well as the effects of the pedagogical perspectives and educational policies adopted in Brazil since the 1970's. The idiosyncrasies of the work with each student are scrutinized in accounts made by me, and in clues provided in their texts as well, allowing a glimpse into how a certain meaning was constructed, which social conventions, discourses, and linguistic resources were triggered and observe, within the rewrites, which interventions were made by me, the manner in which they were received by the student, what the student made of them, if these interventions were able to provoke displacements in her/his world, if they composed new contours and geographies in the production of their texts and selves. Finally, based on the propositions of the post-critical theory directed towards education and, mostly, to the teaching of writing, I question the role of the teacher as a mediator in the writing practices proposed to the students and indicate some guiding so that the mediation may work as an operator of change in the manner of thinking and being in the world of the people involved in this interlocution.

Keywords: Writing. Subjectivity. University preparatory courses. Mediation. Argumentation.

RESUMEN

CARDOSO, Sílvia Galesso. **Subjetividad y escritura argumentativa:** encuentros y desencuentros en la composición del texto. 2019. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Recupero mi trabajo como profesora de producción textual, a partir de textos argumentativos que produjeron siete de mis alumnos pre-universitarios y de sus reescrituras por mí orientadas, intentando trazar campos de visibilidad para las potencias engendradas en esa experiencia con el escribir, más específicamente para investigar, reflexionar y producir conocimiento sobre la mediación del profesor en la enseñanza de la escritura. La composición de este estudio se vale de la cartografía del desempeño de la población en evaluaciones de lectura y escritura, la condición del joven y la coyuntura política de la actualidad, además de los efectos de las perspectivas pedagógicas y de las políticas educacionales adoptadas en Brasil desde los años 1970. Las particularidades del trabajo con los alumnos son examinadas tanto en relatos hechos por mí sobre esos alumnos, como en pistas dadas en sus propios textos, y permiten atisbar cómo determinado sentido ha sido construido, cuáles convenciones sociales, discursos y recursos lingüísticos han sido accionados, y observar, en las reescrituras, cuáles han sido mis intervenciones, cómo han sido recibidas por el alumno, si han sido capaces de provocar desplazamientos en su universo, si han compuesto nuevos contornos y geografías en sus producciones de textos y en sí mismos. Finalmente, partiendo de las proposiciones de la Filosofía Post-Crítica dirigidas a la educación y, sobretudo, a la enseñanza de la escritura, problematizo el papel del profesor como mediador en las prácticas de escritura propuestas a los alumnos, e indico algunos elementos que puedan nortear la mediación para que funcione como operador de cambios en la manera de pensar y de estar en el mundo de las personas involucradas en esa interlocución.

Palabras-clave: Escritura. Subjetividad. Exámenes de ingreso universitario. Mediación. Argumentación.

SUMÁRIO

1 COMEÇAR PELO MEIO, OU A VÍRGULA DE CLARICE	12
1.1 A escrita de uma vida e a descoberta da subjetividade	12
1.2 De professora a pesquisadora: a experiência de ensino com produção de texto se desdobrando em pesquisa	17
2 PISTAS	20
2.1 A leitura e a escrita em evidência	21
2.2 As juventudes brasileiras e o devir-jovem	25
2.3 Os textos contêm contextos	29
2.4 Os efeitos da redação de vestibular nas concepções de escrita	33
2.5 Perspectivas e práticas pedagógicas de uma escrita cerceada	38
2.6 Subjetividade, educação e ensino da escrita pela perspectiva da pós-crítica	42
3 PAISAGENS	52
3.1 Lucas, o aventureiro	53
3.1.1 Respeito aos rolezinhos	55
3.1.2 Célebres citações	60
3.1.3 Uma metáfora para a telenovela	66
3.1.4 Quando se trata de índio, nada se perde, tudo se transforma	69
3.1.5 A gente não quer só comida	77
3.1.6 O direito à leitura tem restrições	81
3.2 Vinicius. Ó vida, ó azar!	89
3.2.1 Vinicius e a lei do mais forte	91
3.2.2 Alô, quem fala?	102
3.2.3 Movimentos dissonantes	104
3.2.4 Vinicius e as imprecisões	107
3.3 Mariana. Tá tudo dominado	122
3.3.1 Mal-entendidos no rolê	123
3.3.2 Manifestações imprecisas	126
3.3.3 Lixo, luxo e luxúria	129
3.3.4 Trabalho sem fim	132

3.3.5 A participação política em texto	136
3.3.6 O amor na prática	139
3.4 Paulo. A <i>gourmetização</i> invade a escrita	144
3.4.1 A ênfase no trabalhador	146
3.4.2 A música em tese	149
3.5 Valentina. Bonita jovem, bonito texto	153
3.5.1 Refúgio na música	154
3.5.2 De constatar a fama a contestá-la	157
3.5.3 Moradores de rua e a fidelidade sem fio	162
3.5.4 O envelhecimento, o sistema econômico e a economia do copia-e-cola	166
3.5.5 Linhas sustentáveis	169
3.6 Fabio. Rapaz tudo de bom	174
3.6.1 Libertando a telenovela da culpa	175
3.6.2 Sem medo	178
3.6.3 Envelhecer, resistir, inventar	182
3.7 Julia. Das artes, mas naquelas...	186
3.7.1 Um bom som	188
3.7.2 A conciliação entre a fama e o sucesso	191
3.7.3 Amar de fato e conceitualmente	195
3.7.4 Respeito aos idosos e à coerência argumentativa	197
3.8 Sobre composições de textos e de mundos	204
 4 A ESCRITA-EXPERIÊNCIA: POR UMA DOCÊNCIA INTERCESSORA	 212
 REFERÊNCIAS	 219
 ANEXOS	 224

1 COMEÇAR PELO MEIO, OU A VÍRGULA DE CLARICE

, não é simples saber, muito menos explicar, por que fiz esta pesquisa e não outra, o que me levou a querer saber mais sobre este assunto e me dedicar anos a ele e não a qualquer outro. Contudo, não pretendo fazer desta introdução um memorial, apenas considero necessário ambientar o leitor nesta espécie de antessala, sem demora, para que ele adentre estas páginas sabendo em que terreno está pisando, o que pode encontrar ou o que, mesmo buscando, não irá achar. Recupero, neste preâmbulo, acontecimentos, inquietações, encontros, tentando refazer rotas que me levaram a esta pesquisa e que ajudam a situar o leitor no campo aqui investigado e a sintonizá-lo com as intenções do estudo. Sigo uma espécie de linha do tempo sensível, do tempo da experiência, uma memória do invisível, feita não de fatos, mas de marcas, "estados inéditos que se produzem em nosso corpo, a partir das composições que vamos vivendo" (ROLNIK, 1993, p. 2), com a intenção de capturar interstícios, intervalos, entremeios que foram compondo meu desejo de investigar.

Na segunda seção, traço caminhos investigativos sobre o ensino e a aprendizagem da escrita, com a intenção de mapear o campo em estudo - seus entraves e potências, suas práticas, bem como suas conexões com circunstâncias políticas e econômicas da atualidade e com perspectivas teóricas.

Na terceira seção, exponho o trabalho de produção de texto argumentativo com sete alunos que se preparavam para as provas de acesso às universidades e, em seguida, analiso essa experiência.

Por fim, na quarta seção, discuto o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem da escrita e o lugar da escrita no Ensino Superior.

Começo o texto desta tese com uma vírgula e termino com dois pontos, como fez Clarice Lispector no livro *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, para marcar a ausência de um começo e de um fim deste trabalho.

1.1 A escrita de uma vida e a descoberta da subjetividade

As minhas memórias mais antigas relacionadas à escrita são do ambiente escolar. Lembro, na Educação Infantil, de a professora nos encorajar a escrever por suposições e sempre partindo do nosso universo mais imediato. Eu, que sempre gostei de nadar, descobri que "piscina" tinha "sc", e nunca mais esqueci. Minha mãe, professora de português, ficou

encantada com meu processo de alfabetização na nova escola, baseado no construtivismo, estudo que ela vinha conhecendo e que a motivou a me tirar de uma escola que alfabetizava pelo método silábico da cartilha. Lembro também dos textos livres da primeira série do Ensino Fundamental me levarem para reinos encantados, férias inesquecíveis, amores impossíveis; da fábula que fiz com um diálogo entre um macaco e uma tartaruga, na segunda série; de um começo de redação que tínhamos que inventar, na quarta série, para, na reunião dos pais, eles continuarem nossos textos; das crônicas na sétima série e, com elas, a descoberta do humor como recurso; do conto fantástico em que uma mulher presa se atirava da janela e virava pomba, que escrevi no primeiro ano do Ensino Médio; da dificuldade em me posicionar e sustentar essa posição nas dissertações do terceiro.

Todas estas lembranças me evocam a animação que sempre sentia para escrever, muito parecida com a que eu tinha para fazer uma trilha no meio da floresta da escola. Era uma aventura. Eu me sentia curiosa, cheia de energia e coragem, mesmo quando o ambiente escolar não era estimulante, como a escola onde cursei o Ensino Médio.

Tinha feito todo o Ensino Fundamental em uma escola particular católica, porém, moderna: as *sisters* tocavam violão e nos ensinavam a cantar *Maria, Maria* e *Cio da Terra*, de Milton Nascimento, e a participação em aula para a construção do conhecimento era muito incentivada.

Mudei de escola no Ensino Médio, uma escola também privada e católica, mas bem tradicional. Diziam que a nova escola me prepararia melhor para o vestibular, era mais “forte” – no caso “forte” queria dizer conteudista. Ali eu não era a Sílvia, era o número 34 do 1º E, 32 do 2º H, 37 do 3º F. Os professores não queriam saber a minha opinião nem a de nenhum outro aluno na aula – em alguns deles era perceptível a irritação ao ver uma mão nossa levantada. Certa vez fui mandada embora para casa, ou seja, perdi aula, por estar sem parte do uniforme ou por não conseguir subir toda a escadaria atrás da manada a tempo do primeiro sinal da aula após o recreio. A minha pequena forma de resistência era não ter agenda Marista, obrigatória para a organização do aluno e para a comunicação da família com a escola. Um dia, minha mãe mandou um bilhete na minha agenda não-Marista para eu ser liberada mais cedo, pois eu tinha uma consulta médica. Fui chamada pelo coordenador, que me repreendeu por eu não ter a agenda Marista e me atrasou para meu compromisso. Nesta escola fiz poucas amizades, uma mantenho até hoje. Foi minha salvação naquele ambiente que quase nada tinha a ver comigo.

Lembro de escrever no máximo três redações na escola no último ano do Ensino Médio. No segundo semestre, passei a fazer o curso de redação que minha mãe ministrava

para um grupo de adolescentes em sua clínica particular. Eu gostava de escrever, pensar, argumentar, sempre fui reflexiva, e ter minha mãe como professora era especial. Ela me incentivava a usar minhas referências e crítica, e também me criticava, apontava as fragilidades e incoerências na minha argumentação. Eu ficava um pouco envergonhada, porque a filha da professora queria ser a melhor, mas era desafiador e gratificante me experimentar nas 30 linhas argumentativas, me surpreender com o que eu era capaz de pensar, de escrever, de ser. Ali eu tinha o incentivo e a permissão para desbravar as trilhas nos textos.

Eu queria muito terminar a escola, me libertar daquele ambiente hostil e opressor, passar no vestibular e entrar na faculdade, o que aconteceu na passagem de 1997 para 1998. Estava então com 17 anos. A minha expectativa era de que um outro mundo se abriria, com mais liberdade, mais afinidades.

O livro de contos de Clarice Lispector, *Laços de Família*, fazia parte da lista obrigatória de livros para o vestibular da Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest). Ao lê-lo, fiquei impactada pela profundidade filosófica e existencial à qual Lispector levava o leitor com um simples passeio de uma mulher pelo zoológico, no conto *O Búfalo*, ou pelo Jardim Botânico, no conto *Amor*. A autora conseguia me fazer mergulhar nos acontecimentos relatados e ter as epifanias dos personagens junto com eles, o que Ó e Aquino (2014) designariam como uma leitura-experiência, da qual não se sai o mesmo, se sai outro.

Notava que inventar com as palavras me abria mundos, me dava acesso a outras esferas de sentido, que tornavam essa experiência muito fértil e prazerosa. Escrever, então, passou a ser uma prática para além da vida escolar. Tive vários diários, escrevi histórias em muitas tardes das férias, poesia para almoço de Páscoa, microcontos no metrô, indo para a faculdade.

Escrever era uma espécie de companhia, uma companhia que eu fazia a mim mesma, como se, na solidão do meu encontro com o papel, surgissem outras variações de mim, umas que eu reconhecia mais, outras que me surpreendiam. Ao escrever, eu percebia que coisas imprevistas aconteciam: as palavras tinham vida própria e faziam aparecer algo que, antes delas, não estava ali ou era imperceptível, e esses pequenos acontecimentos traziam novos sentidos não só para as próprias palavras e o que eu dizia com elas, mas para minha existência, minha maneira de estar no mundo.

Escolher uma carreira não foi fácil. Eu queria conjugar esse gosto pela leitura e pela escrita com meu interesse pelo comportamento humano, mas não sabia muito bem como. Resolvi prestar jornalismo em algumas faculdades e psicologia em outras. Meus pais apoiaram minha escolha, embora minha mãe tenha sugerido que eu fizesse Letras, como ela

tinha feito, uma formação que me garantiria trabalho – “professor sempre tem trabalho”, ela dizia. Em parte ela tinha razão. Não fiz Letras, mas me tornei professora de produção textual.

Uma memória peculiar que guardo dessa época é a proposta de redação que desenvolvi no vestibular da instituição onde eu viria a estudar, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC- SP). O tema era "máscaras" e o enunciado pedia para discutir os papéis sociais que os indivíduos assumem e o quanto essa dinâmica social influencia nosso modo de ser. Não me recordo da argumentação que formulei, mas do título que dei: *Heterônimos*, referência ao recurso usado por Fernando Pessoa para sua produção literária, uma referência do meu repertório, um índice de que eu estava presente no texto, presença que, como professora, eu valorizo. No ano seguinte, estava na faculdade de psicologia. Era um mundo mais heterogêneo, acolhedor e expansivo. Um alívio para minha existência juvenil.

Ao longo da graduação, tomei contato com outros livros de Clarice Lispector que me enredaram cada vez mais. Não só porque, ao lê-los, o que permanecia inominável em mim e era só sensação podia ser nomeado e ganhava corpo, e eu ganhava corpo, mas, principalmente, em razão da produção metalinguística de Lispector, que me possibilitava perceber os efeitos da escrita nela e também em mim.

Pelo que a experiência da escrita produzia em mim, não demorei muito para suspeitar do que as palavras eram capazes e não ignorava essa potência ao fazer uso delas em provas e em relatórios de estágio. Ficou claro que o que eu escrevia era eu, e essa clareza me levava a estabelecer um comprometimento com minha escrita. Escrever, para mim, nunca era uma mera tarefa a ser cumprida.

Já no fim da faculdade de Psicologia e com a percepção de que, no ato de escrever, quem escrevia se constituía, se produzia, a interface entre escrita e produção de subjetividade me pareceu um campo de investigação produtivo, que exploro desde então.

Vi a oportunidade de estabelecer essa aproximação no meu trabalho de conclusão de curso (TCC), exigência para obtenção do título de bacharel. Propus-me a estudar a obra de Clarice Lispector, em busca de pesquisar o que o ato de escrever pode produzir naquele que escreve². De acordo com o que discuto naquele trabalho, a escrita, quando tematizada diretamente pela escritora ou quando parte do próprio enredo do livro, aparece como testemunha das vivências de quem a tem como via de expressão e mostra que a própria experiência de escrever constrói, desconstrói e reconstrói o sentido do que é vivido pelo escritor. Foi possível notar que a palavra, para quem escreve, pode ser sentida algumas vezes

² CARDOSO, S.G. *Que mistérios tem Clarice?*, PUC-SP, 2002, sob orientação do Prof. Sergio Wajman.

como intimidação, pelo medo de reduzir a experiência ou não alcançá-la, e outras como intimidade, tentativa de conhecer com as palavras o que é sentido, de fazer aparecer no mundo algo que antes não estava lá.

Instigada pelos estudos do TCC, no mestrado³ pesquisei de que forma a prosa de Marçal Aquino, escritor e roteirista brasileiro da atualidade, leva a pensar os modos de vida contemporâneos e como essas subjetividades criam literatura: com a luta pela sobrevivência, estamos embrutecendo nossa expressão; com a atenção retida à produtividade, os gestos inéditos precisam encontrar vãos no automatismo; com a preocupação voltada para o rendimento, a força da escrita pede um outro tempo, em que é possível experienciar.

Foi no mestrado que aprofundei os estudos sobre as obras de Foucault, Deleuze e Guattari, conhecidas por mim no fim da faculdade, e que passei a assumir esse referencial teórico na minha forma de ver o mundo e participar dele. Por isso, a noção de subjetividade que embasa este trabalho é a proposta por esses autores. Para eles, a subjetividade não estaria contida em um indivíduo, não estaria encerrada na individuação de um corpo. Seria, sim, uma fabricação do campo social, o efeito de uma produção que se dá na exterioridade do eu, mas que conta com sua participação.

A subjetividade [...] é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos, em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização. (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 42).

O sujeito, nessa visão pós-crítica, é concebido como espaço de conexão, fronteira de contato entre o interior e o exterior, uma espécie de dobra, para dentro, da exterioridade. A ideia de *dobra*, conceito de Foucault, nos ajuda a entender os processos de subjetivação como a possibilidade de modificar os limites que nos sujeitam. Podemos questionar os limites que definem o que pensamos e como agimos e refazer nossas delimitações. Dobramos essas demarcações para alargar o que somos, para constituir novas formas de experimentar e sentir, para resistir a formas de sujeição. O sujeito, então, é concebido não por uma identidade, por características definitivas, mas por suas múltiplas possibilidades de desdobramentos, por seus

³ CARDOSO, S.G. *Prosa de combate, amor à prova - contratempos de uma cidade aberta*, PUC-SP, 2009, sob orientação do Prof. Peter Pál Pébart, disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/15814/1/Silvia%20Galesso.pdf> Acesso em: 6 fev. 2019.

encontros e relações com o fora de si, com outros corpos de qualquer natureza (DOMÈNECH; TIRADO; GÓMEZ, 2001).

Portanto, desse ponto de vista, somos constituídos pela nossa capacidade de afetar e de sermos afetados. É esse processo de subjetivação que faz encontrarmos formas de incorporarmos em nossa individualidade o que nos passa no campo invisível dos afetos para o campo visível do real social. Se fechamos essa passagem, restringimos nossa existência ao já conhecido, enrijecemos nossa expressão a sentidos já esgotados (ROLNIK, 1992).

Mas estar apto à experiência, disponível para ser tocado pelos acontecimentos, reclama interromper a aceleração típica da vida atual e adotar um tempo da lentidão, no qual é possível parar para olhar, escutar com atenção, sentir mais devagar, demorar-se no pensar.

[...] o sujeito da experiência se define não por sua atividade, mas por sua passividade, por sua receptividade, por sua disponibilidade, por sua abertura. Trata-se, porém, de uma passividade anterior à oposição entre ativo e passivo, de uma passividade feita de paixão, de padecimento, de paciência, de atenção, como uma receptividade primeira, como uma disponibilidade fundamental, como uma abertura essencial. (LARROSA, 2002, p. 24).

A receptividade torna-se, assim, “instrumento essencial de transformação da paisagem subjetiva e objetiva” (ROLNIK, 2006, p. 3), na medida em que permitimos aos acontecimentos gerarem em nós sensações que, por não terem como se expressar com o repertório já conhecido, precisam, então, inventar novas formas de expressão, e essas invenções ampliam nosso mundo interno e externo. Caso contrário, limitamos nossas matérias de expressão a respostas previsíveis e padronizadas, e enquadrados nossas vidas e produções em uma mesma e apagada paisagem.

1.2 De professora a pesquisadora: a experiência de ensino com produção de texto se desdobrando em pesquisa

Paralelamente a essas produções acadêmicas, tive várias experiências de trabalho que envolviam produção de texto. Ofereci oficinas de rádio, fotonovela e jornal-mural em uma organização não governamental; ministrei aulas de redação para professores que prestariam concurso público; montei, com alunos de uma escola estadual de ensino médio, a revista *Da Hora*, que durou dois anos e rendeu quatro edições.

Mas a experiência que persistiu por mais tempo foi como professora particular de

redação para alunos que estão se preparando para as provas de ingresso no Ensino Superior. Comecei a me aproximar desse campo corrigindo redações de curso pré-vestibular, quando estava no último ano da faculdade, e meu interesse pela escrita ficou evidente. Fui estabelecendo um diálogo com o aluno por meio de bilhetes extensos, repletos de comentários. Depois de dois anos, tive a oportunidade de ter uma turma minha de redação para vestibular durante seis anos. Em decorrência disso, foram surgindo alunos à procura de aulas de redação para o vestibular, e um indicava para o outro, numa rede construída boca a boca, e essa se tornou minha principal atividade nos últimos dezesseis anos.

Portanto, desde 2002 venho trabalhando com alunos pré-vestibulandos o desenvolvimento da expressão escrita, em aulas particulares e individuais, no intuito de prepará-los para a prova de redação dos exames de admissão em universidades. Os encontros são semanais, duram em torno de uma hora e meia, normalmente ao longo de um ano, mas acontece de durarem um semestre apenas ou alguns anos, e podem ocorrer no meu escritório ou na casa do aluno. Esse público frequenta escolas ou cursinhos preparatórios particulares da Zona Sul e Oeste de São Paulo, podendo ser considerado parte da elite econômica e intelectual do país.

Durante esses anos, fui notando os efeitos das exigências do vestibular em certos comportamentos dos estudantes em relação à escrita, em determinados modos de as instituições educacionais lidarem com a produção textual e fui criando uma maneira própria de trabalhar, muito baseada na reescrita a partir de comentários e ideias trocadas entre mim e o aluno. Percebia que trabalhar diretamente no texto, com as palavras do aluno, surtia um efeito mais impactante do que apenas discutir o tema, ler textos, exercitar técnicas e normas linguísticas.

A atenção que eu pedia ao aluno às leituras e reescritas dos textos nem sempre fluía, às vezes ela criava resistência, em outras levava à desistência, mas, em geral, parecia propiciar o engajamento do aluno com sua escrita: ao se colocar como leitor de si mesmo, estabelecia um comprometimento com suas palavras, com o que dizia com elas, com suas intenções e seus efeitos. Além disso, minhas sugestões e apontamentos tinham o intuito de que, com o tempo, o próprio aluno passasse a identificar as fragilidades do texto e encontrasse as soluções possíveis, autonomia nem sempre alcançada inteiramente.

Notava que, embora todos os alunos estivessem fazendo aula de redação porque queriam passar no vestibular, para uns esse era o grande objetivo e para outros escrever bem era para a vida. Essa diferença de visão por certo tinha efeitos no trabalho, como também tinha a posição que eu marcava com a minha proposta de trabalho: mesmo que dentro de um

gênero preestabelecido pelo exame de vestibular e com a finalidade de passar pelo crivo das instituições universitárias, a escrita pode ser criação. Via como a maioria dos alunos estava despertando para a vida social e em um momento de abertura para compreender suas vivências e os acontecimentos do mundo. Seria um desperdício restringir um momento tão rico a uma nota de redação.

Essa experiência me instigou a investigar, refletir e produzir conhecimento sobre a relação entre professor e aluno no ensino e aprendizagem da escrita, sobre a produção de subjetividade nessas composições. Essa foi a principal razão para ingressar no doutorado na Faculdade de Educação da USP no Departamento de Psicologia e Educação. Do ponto de vista metodológico, desde o início estava disposta a recuperar meu trabalho como professora de produção textual, a partir de textos dissertativos produzidos pelos estudantes e de suas reescritas mediadas e acompanhadas por mim, na tentativa de traçar campos que dessem visibilidade para as potências engendradas nessa experiência com o escrever. Esta pesquisa que agora apresento é, assim, um desdobramento das minhas investigações sobre a relação entre escrita e produção de subjetividade.

2 PISTAS

Definido meu problema de pesquisa, vali-me da cartografia, tal como formulada por Deleuze e Guattari (1995) e desenvolvida por Rolnik (1989) e por Passos, Kastrup e Escóssia (2009), propícia para investigar processos de produção de subjetividade, meu foco de interesse na pesquisa com a escrita. Esse modo de pesquisar permitiu considerar a minha trajetória às voltas com meu trabalho como professora de produção de textos; com o universo juvenil; com o ensino da língua em meu país; com leituras pós-críticas, literárias e midiáticas; e com minha própria escrita, o que significa dizer que os contornos deste estudo foram se definindo ao longo de seu próprio percurso e de meu processo de subjetivação nesse itinerário como pesquisadora. Dessa forma, os riscos de eu indagar minha própria prática foram assumidos como parte das forças que compõem o estudo.

Para colocar essa análise sob a perspectiva do ensino da leitura e da escrita no Brasil, levantei alguns dados que situam o desempenho atual da população em língua portuguesa. Além disso, pesquisar a condição do jovem na atualidade mostrou-se necessário para compreender com mais fundamentação o perfil dos estudantes envolvidos neste estudo.

Fez parte da pesquisa a procura e identificação de literatura que pudesse contextualizar meu campo de atuação, bem como confirmar ou confrontar minhas hipóteses e intuições acerca do método de trabalho com escrita adotado por mim.

A análise do campo pesquisado contou também com uma breve retomada histórica das perspectivas pedagógicas adotadas dos anos 1970 para cá, em que as teorias construtivistas e sócio-históricas têm destaque, promovendo certas leis, práticas e subjetividades.

Diante dos impasses surgidos nesse levantamento e da minha afinidade com a vertente pós-crítica desde meus estudos de mestrado, busquei as proposições dessa corrente voltadas para a educação e, mais especificamente, para o ensino da escrita, a fim de pensar formas de driblar os cerceamentos nesse campo, modos de abrir frestas para arejar a atmosfera rarefeita desse ambiente.

Essa trajetória de estudos e reflexões pós-críticos me ajudou a definir como transformar minha prática em pesquisa, como apresentar os alunos, seus textos e minha interlocução neste estudo. Retomei, então, os textos, as anotações e lembranças que arqueei de alguns alunos ao longo desses anos, interessada no sentido estratégico da produção textual deles em relação às forças em jogo no campo da educação: quem está se constituindo no ato da escrita, que mundo está construindo, quais discursos e forças estão sendo colocados em

circulação e em fricção, com quais o aluno e a professora se aliam e de quais se afastam.

Ao abordar meu trabalho dessa maneira, senti a necessidade de problematizar o papel do professor como mediador nas práticas de escrita propostas aos estudantes também sob o referencial pós-crítico, com a intenção de contemplar a produção de subjetividade envolvida nessa mediação e a ação intencional do professor em favor dela.

2.1 A leitura e a escrita em evidência

Estudos indicam que, embora, na última década, tenha havido avanços, ainda que tímidos, na área educacional brasileira, principalmente no que diz respeito à ampliação da escolaridade da população, não há progresso significativo no domínio pleno das habilidades de leitura e escrita.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017⁴ verificou que 7% dos brasileiros com 15 anos ou mais continuam analfabetos, 0,2% a menos do que o resultado do ano anterior, mas ainda abaixo do índice de 6,5% estipulado para 2015 pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

Também segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2001 e 2014 a taxa de analfabetismo caiu 4,3%⁵. A análise dos dez anos (de 2001 a 2011) do Indicador de Alfabetismo Funcional⁶, com organização de Ribeiro, Lima e Batista (2015), também constatou essa tendência de queda nos números de analfabetos absolutos (de 12% para 6%) e alfabetizados em nível rudimentar (de 27% para 21%), acompanhada de um aumento no nível básico de leitura e escrita (de 34% para 47%). Esse estudo também assinala um crescimento na proporção de brasileiros com mais de 8 anos de estudo, ou seja, que chegaram a cursar ou concluíram o Ensino Médio e o Superior (de 24% para 35% e de 8% para 14%, respectivamente). Entretanto, o nível de proficiência, ou seja, daquelas pessoas capazes de elaborar textos mais complexos, interpretar efeitos de sentido, resolver situações-problema que envolvem etapas e inferências, mantém-se estagnado nos 26%. Entre os indivíduos com

⁴ IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf Acesso em: 20 abr. 2019.

⁵ G1. Taxa de analfabetismo cai 4,3 pontos percentuais em 14 anos, diz IBGE. 13/11/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/11/taxa-de-analfabetismo-cai-43-pontos-percentuais-em-14-anos-diz-ibge.html> Acesso em 10 jun. 2018.

⁶ Índice que avalia as habilidades dos brasileiros de ler, escrever e operar com informações quantitativas, criado pelas organizações da sociedade civil Paulo Montenegro e Ação Educativa.

Ensino Médio completo ou incompleto – nível de escolaridade em que se esperaria o domínio pleno das habilidades de leitura e escrita – 65% não superaram o nível básico e, nessa década avaliada, houve uma queda de 49% para 35% daqueles que alcançam o nível pleno. A tendência que aí se expressa é de crescimento do número de jovens que têm acesso ao Ensino Médio, sem que isso represente ganho no desenvolvimento de suas habilidades linguísticas.

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) de 2015⁷ também concluiu que o desempenho dos alunos do Brasil em leitura está abaixo da média dos estudantes de outros países - obtiveram uma média de 407 pontos, enquanto a média total dos alunos avaliados foi de 493 pontos. 51% dos estudantes brasileiros estão abaixo do nível 2 de leitura, patamar estabelecido como o necessário para que os jovens possam exercer plena cidadania. Nesse quesito, só ficamos na frente da República Dominicana, onde 72,1% dos estudantes estão abaixo desse nível. Estamos bem distantes do primeiro colocado, o Canadá, que apresenta apenas 10,7% de seus estudantes abaixo do nível de proficiência determinado como mínimo. Esse resultado mantém-se estável desde 2000. Um dado positivo constatado é o declínio em 6% na taxa de repetência escolar entre 2009 e 2015.

Outras pesquisas ajudam a examinar o quadro preocupante da competência de leitura e escrita ao fim da educação básica, etapa em que os jovens participantes desta pesquisa se encontram.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que mensura, com níveis de 0 a 10, o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da combinação entre a proficiência obtida no SAEB e a taxa de aprovação, registrou, na última edição de 2017⁸, que, no Ensino Médio, nenhum estado atingiu a meta de 4,7 pontos estabelecida para aquele ano. Nas últimas três edições não houve praticamente alteração nos resultados, houve apenas um avanço inexpressivo de 0,1 ponto - de 3,7 em 2015 foi para 3,8. O objetivo do Brasil é atingir 6 pontos, média correspondente ao sistema educacional de países desenvolvidos, até 2022 - o que, ao que tudo indica, não se realizará.

Ainda sobre esse índice, é relevante notar que embora 97% dos estudantes de Ensino Médio da rede pública de ensino sejam da rede estadual e apenas 12,2% dos estudantes, da rede privada, o desempenho destes é 2,3 pontos superior ao daqueles: na rede privada o índice é igual a 5,8, enquanto na rede pública é 3,5. Os municípios que apresentaram desempenho no

⁷ Disponível em:

http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa2015_completo_final_baixa.pdf
Acesso em 19 jan. 2019.

⁸ Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/press-kit/2017/press-kit_ideb2017.pdf Acesso em 19 jan. 2019.

Ideb da rede pública similar ao observado na rede privada do respectivo estado foram somente 6,5%. Esses dados comprovam que a educação tem se tornado cada vez mais um direito universal, como previsto pela Constituição que nos rege, mas, na maior parte das vezes, a qualidade dela ainda é restrita a uma elite socioeconômica que pode arcar com seus custos. Essa desigualdade de oportunidades ajuda a perpetuar as enormes desigualdades sociais do país.

Mais especificamente sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), em 2017⁹, pela primeira vez ele foi aplicado em todas as escolas públicas e em escolas privadas que aderiram à avaliação, expandindo o alcance e relevância de seus resultados. Esse índice revelou que o desempenho do Ensino Médio em Língua Portuguesa segue estagnado e esta etapa mostrou-se a mais problemática da Educação Básica, uma vez que, além da baixa qualidade de ensino, apresenta alta taxa de abandono e reprovação. Sete em cada dez alunos, ou seja, 70,88% do total de participantes, apresentam nível insuficiente em português (na escala de 0 a 8, os níveis de 0 a 3 são considerados insuficientes) e, desses, 23% estão no nível 0. Os que apresentam conhecimento adequado (a partir do nível 4) da língua são 1,62%. Houve uma discreta melhora nos resultados de Português, a média de 267 pontos do ano anterior foi para 268 pontos (nível 2), permanecendo, no entanto, abaixo da faixa considerada adequada para essa fase do ensino, que seria de 300 pontos, alcançando o nível 4 de proficiência.

Já no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2018¹⁰, a média geral de proficiência em Português decresceu em relação ao ano anterior (de 558 pontos passou para 522 pontos). Dos mais de 4 milhões de candidatos, apenas 55 alcançaram a nota máxima de 1000 pontos, e em torno de 112.559 mil tiveram suas redações zeradas - número bem menor que do ano anterior, com mais de 309 mil anulações. Os principais motivos para nota zero foram: redações em branco (1,12%); fuga ao tema (0,77%) e cópia do tema motivador (0,36%).

Como a baixa qualidade de ensino nessa etapa final da Educação Básica prejudica a formação dos estudantes e resulta no atraso do desenvolvimento social e econômico do país, monta-se a ocasião propícia para referendar um "Novo Ensino Médio" como estão chamando

⁹ Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2018/documentos/presskit_saeb2017.pdf e <https://medium.com/@inep/resultados-do-saeb-2017-f471ec72168d> Acesso em: 18 jan. 2019.

¹⁰ Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2018/presskit/presskit_enem-resultados2018.pdf Acesso em: 19 jan. 2019.

a Reforma do Ensino Médio, medida provisória estabelecida em 2016 e transformada na lei 13.415, em 2017, pelo governo Temer.

A lei tem como justificativas a baixa qualidade do Ensino Médio do país e a necessidade de torná-lo mais atrativo aos alunos, a fim de diminuir a evasão e a reprovação. De 1991 a 2004 registrou-se um significativo incremento do alunado que frequentava o Ensino Médio, de 3,7 milhões de alunos para 9,1 milhões. Entretanto, em 2005 notou-se uma diminuição de 138 mil matrículas e essa tendência continua (SPOSITO; SOUZA, 2014). Esse problema de acesso a essa fase do ensino, somado à ausência de qualidade e de objetivos claros e ao descompasso entre as práticas escolares e o interesse de seu público, mobilizam debates e disputas em torno do caminho a ser tomado.

As propostas principais para enfrentar esses entraves são a flexibilização curricular e a oferta de cursos em tempo integral. Entretanto, em um momento em que os estados sofrem sérias restrições orçamentárias e a Emenda Constitucional 95/2016 limita a ampliação de recursos federais para a educação, condicionar a oferta de percursos formativos às possibilidades concretas das redes de ensino pode comprometer a intenção da lei de permitir que os jovens escolham seus itinerários formativos, bem como tornar a escola integral pode não resultar em maior qualidade no ensino e na aprendizagem.

Além disso, seria importante considerar outros aspectos que colaboram para o cenário preocupante do Ensino Médio, como as condições objetivas em que funcionam as escolas da rede pública, a carreira dos professores, a violência familiar e na escola, a gravidez na adolescência, a necessidade de ajudar a compor a renda familiar. A maneira como a lei é formulada parece acreditar que todas essas limitações podem ser superadas por um currículo flexível, por metodologias e equipamentos avançados. Porém, a forma genérica, imprecisa e vaga com que o texto da reforma foi construído deixa margem tanto para diferentes interpretações quanto para que seu êxito na prática dependa exclusivamente da capacidade técnica e financeira de cada estado, o que pode ter como resultado o exato oposto a que se objetivava: mais exclusão e desigualdade (FERRETTI, 2018).

O Ensino Médio, então, transformou-se no alvo principal de disputa na área de educação nos últimos anos. A maneira autoritária e tecnicista como tem sido enfrentada a estagnação no desempenho dos alunos e as altas taxas de evasão e reprovação nessa fase de escolaridade ressalta para qual finalidade a educação está sendo colocada a serviço: por um lado, para viabilizar e apressar a conclusão do ensino médio a um número cada vez maior de jovens e, com isso, melhorar as estatísticas e, por outro lado, para desqualificar ainda mais a educação pública e, com isso, justificar sua privatização e permitir que grandes corporações a

dominem e lucrem com ela em convênios espúrios com grupos políticos. A camada mais pobre da juventude é a mais prejudicada com essas decisões, porque perde a possibilidade de construir uma visão ampla de mundo.

A reforma não contempla o aprimoramento do sistema de ensino, nem investimentos estruturais e pedagógicos, muito menos a formação crítica dos estudantes. O que ela faz é reduzir a fase final da formação básica à profissionalização de mão de obra barata ou a um curso preparatório para passar no vestibular (FERRETI, 2018). Muito pouco para o que pode as juventudes do Brasil.

Embora este estudo esteja baseado em práticas não institucionais e tenha sido realizado com estudantes oriundos de escolas privadas, isso não significa que nossa maneira de lidar com a escrita não esteja marcada por institucionalizações nem que a realidade da maioria dos jovens brasileiros não diga respeito a essa elite, e muito menos que essa elite tenha a garantia de um ensino da escrita de alta qualidade. Portanto, os dados apresentados nesta seção explicitam a situação privilegiada de meus alunos, servindo como disparadores de temas de redação desenvolvidos por eles. Mas, mais do que isso, conhecer estes dados abre a possibilidade de criarmos formas de combater o pouco valor que se tem dado ao ensino e aprendizagem da língua – seja pelo desmonte da educação pública, seja pelo ataque empresarial ao ensino privado.

2.2 As juventudes brasileiras e o devir-jovem

Como os estudantes que fazem parte desta pesquisa se encontram na faixa etária dos 15 aos 18 anos, investigar a condição juvenil deles nos dá mais elementos de análise sobre o que esses jovens têm feito de si e de sua escrita. A intenção não é esgotar o assunto, pelo contrário, é levantar pontos de problematização a partir de alguns dados, conceitos e discussões acerca do tema que possam contribuir com a maneira de abordarmos não só o corpus desta pesquisa, como também o próprio ensino da escrita para esse público.

As pesquisas mais recentes apoiadas em dados quantitativos dessa faixa etária são de Sposito, Souza e Brito (2018) e de Sposito e Souza (2014). Retomarei alguns dos números e das análises apresentados pelas pesquisadoras que são relevantes para observarmos como as mudanças sociais, econômicas e políticas são experimentadas pelos jovens, de que maneiras incidem nas expectativas deles, nos desafios que enfrentam, no modo como os enfrentam, na

tentativa de identificarmos processos sociais que atravessam a vida de todos os jovens e, concomitantemente, dão indícios das maneiras específicas dos jovens de lidar com eles.

A condição de transitoriedade aparece como elemento importante na experiência do que é ser jovem, na medida em que essa etapa se constitui da passagem da heteronomia da criança para a autonomia do adulto. Todavia, o modo como se dá essa passagem, sua duração e características varia conforme as condições a que o jovem está submetido em um país tão extenso e multifacetado como o Brasil. Por esse motivo tem sido adotado o termo *juventudes*, com o plural marcando a diversidade e a desigualdade de experiências desses jovens.

Para dar uma noção da magnitude, em 2014, eram 48,9 milhões os brasileiros entre a faixa etária dos 15 aos 29 anos, praticamente um quarto da população brasileira¹¹. As trajetórias juvenis se diversificam, então, a partir das experiências e desafios vividos por cada jovem e, com isso, analisá-las produz conhecimento não só sobre a dimensão pessoal dessa etapa da vida, como também a respeito das dimensões social, histórica, política e cultural que a compõe.

A escola é o principal vínculo institucional na fase dos 15 aos 17 anos. Em 2004, 60% deles se dedicavam exclusivamente aos estudos, enquanto em 2014, essa porcentagem aumentou para 67,9%, resultado do bom momento econômico e do investimento em programas sociais nas duas primeiras décadas de 2000. Embora seja notável um gradativo distanciamento do mundo do trabalho ao passo que o acesso e a permanência na escola aumenta nesse primeiro momento da juventude, nas camadas mais populares da sociedade, o trabalho ainda é elemento importante da experiência desses jovens. Em 2014, 16,4% deles estudavam e trabalhavam e 5,7% só trabalhavam. Se, em 2004, 81,8 frequentavam escola, em 2014, 84,3% passaram a frequentar. Dos que frequentavam a escola, apenas 67,2% estavam no Ensino Médio, nível ideal para essa idade.

Portanto, para os meninos e meninas de 15, 16 e 17 anos, a experiência escolar e de estudante têm participação importante na condição juvenil deles, motivo para fazer da escola mais do que um direito, fazer dela uma experiência significativa e positiva para todos os jovens.

Contudo, o uso do tempo não escolar também é uma dimensão relevante, já que indica o valor dado à formação das novas gerações, as atividades percebidas socialmente como complemento formativo, assim como as escolhas, gostos, investimentos e desejos juvenis.

¹¹ Em 2017, essa proporção permanecia: os jovens entre 15 e 29 anos estavam em torno de 48,5 milhões, segundo o IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21256-mais-de-25-milhoes-de-jovens-nao-estudavam-em-2017> Acesso em: 18 jan. 2019.

Para os jovens que fazem aulas comigo, de classes mais favorecidas, chama atenção o quanto se investe em aulas de línguas, em esportes, em viagens – vivências que as famílias acreditam ser capazes de diferenciar seu filho e garantir o futuro dele no mundo competitivo do trabalho – realidade bem diferente da maior parte dos jovens brasileiros.

Já para os jovens entre 18 e 24 anos, a condição de estudante perde relevância. Em 2004 eram 32,2% os que estudavam. Esse número se manteve praticamente estável em 2014 – 30% eram os que estudavam. Já os que trabalhavam (conciliando com estudos ou não) em 2004 eram 60,4% e, em 2014, 59,5%. Prova disso é trabalhos de menor remuneração serem prevalentemente exercidos por pobres, negros e mulheres.

Os 18 anos parecem ser a idade em que grande parte desses segmentos, até os de melhor condição de vida, buscam uma ocupação e, nesse momento, as desigualdades sociais se manifestam de maneira mais contundente nas chances dos indivíduos em encontrar trabalho e na qualidade do trabalho encontrado (SPOSITO; SOUZA; BRITO 2018, p. 12).

Em 2004, a grande maioria dos estudantes de 18 a 24 anos estava no Ensino Médio (66,3%) e, em 2014, a grande maioria dessa mesma faixa etária passou a cursar o Ensino Superior (58,5%). Ou seja, ainda que não tenha havido aumento de estudantes no período analisado, houve um deslocamento do nível frequentado por eles. Esse crescimento do acesso ao Ensino Superior é considerado, pelas pesquisadoras, resultado da massificação do Ensino Médio e da pluralidade de iniciativas que induziram, desde o início dos anos 2000, uma expansão das matrículas no Ensino Superior. A população negra e de famílias de menor renda foi incorporada a essa fase de escolarização, mas as desigualdades ainda são bastante expressivas: em 2014 eram 71,4% de estudantes brancos; 45,8% de pardos e 44,2% de pretos. Dos jovens que frequentam o Ensino Superior, 28,3% pertencem às famílias do primeiro quintil de renda (20% mais pobres), enquanto 81,8% são do quinto quintil de renda (20% mais ricos).

As pesquisadoras lembram que no discurso corrente, o Ensino Médio apoia-se em três finalidades: ser formativo para o estudante, dar para ele condições de acesso ao Ensino Superior e prepará-lo para o mundo do trabalho. Porém, afirmam que há diferentes ênfases em cada um desses três eixos, dependendo principalmente da classe social em que o jovem se encontra. Os estudantes de escolas privadas apostam na busca de acesso ao Ensino Superior também por meio de elementos formativos, enquanto o mundo do trabalho tem um peso menor, por poder ser postergado para depois do término do Ensino Superior, ao contrário do que acontece com a grande maioria dos jovens, em que a ênfase recai sobre o trabalho. Ou

seja, a diferença de investimento em cada um desses objetivos do Ensino Médio pode aprofundar as desigualdades de oportunidades desses jovens.

Diante desse quadro, retomar o movimento dos secundaristas – jovens do Ensino Médio que ocuparam suas escolas públicas para impedirem uma reforma educacional arbitrária que tentava ser imposta em alguns Estados do Brasil – ocorrido em 2015, parece relevante neste estudo, não só por retratar uma realidade bem distinta das dos meus alunos e possibilitar comparações, mas também por apontar para questões comuns a todo o jovem e a toda a sociedade brasileira: o lugar/o valor/o sentido da educação no país e como ela influencia o percurso de cada um e o futuro do país.

Em um dos textos que compõem *A Batalha do Vivo*, uma produção a partir da experiência dos secundaristas, Peter Pál Pelbart entende que o movimento, além de evidenciar que os jovens tinham o que dizer sobre o assunto e queriam propor uma outra forma de aprender e de ser aluno, também expressou uma recusa aos modelos de vida majoritários impostos nas últimas décadas: "produtivismo desenfreado, aliado a uma precarização generalizada, mobilização da existência em vista de finalidades cujo sentido escapa a todos, capitalização de todas as esferas da existência" (PELBART, 2016, p. 128). Assim, os secundaristas, ao inventarem uma forma de resistência mais experimental, não-hierárquica, construída em rede por contágio, e ao proporem uma escola em que o aluno pode escolher e preparar sua refeição, ter aula embaixo da árvore, ver o professor como parceiro estariam escapando ao modelo de vida de classe média baseado no consumo desenfreado, imposto ao planeta inteiro, que "dizima cotidianamente modos de vida 'menores', minoritários, não apenas mais frágeis, precários, vulneráveis, mas também mais hesitantes, dissidentes" (PELBART, 2016, p. 127). Esses jovens estariam potencializando sua "fraqueza" ao se juntarem em uma força coletiva, movida por gestos amorosos, fazendo, assim, prevalecer a pluralidade de formas de existência.

Deleuze e Guattari (1997, p. 61) prospectam sobre um devir-jovem de cada idade: "Saber envelhecer não é permanecer jovem, é extrair de sua idade as partículas, velocidades e lentidões, os fluxos que constituem a juventude de cada idade". O devir-jovem seria então ativar um jovem molecular em nós, capaz de a todo momento se rebelar contra imperativos e transformar a realidade dada de forma radical e imprevista. Paolo Virno (2016, p.8), ao comentar sobre a condição das crianças e jovens contemporâneos, identifica uma espécie de maturidade que seria voltada a um saber estar no mundo por vivê-lo a partir do corpo "vivo, habitado, inteiro", saber o que precisa ser feito para expandir a vida. Dá para imaginar, assim, que um jovem pode ser velho se deixar minar a sua capacidade de inventar e problematizar, se

se deixar dominar por controles e normas. Por isso também os secundaristas souberam assumir uma posição política, abriram a questão para a sociedade e souberam com que forças se aliar – seu devir-jovem foi ativado.

Acredito que essas referências nos ajudam a esclarecer que o interesse deste estudo é menos definir um perfil do jovem de classe média e alta, e mais traçar os percursos singulares de cada um deles, a multiplicidade de trajetos, considerando os atravessamentos sociais, políticos, familiares e culturais que são parte de suas trajetórias. Também interessa observar se o devir-jovem é ativado por eles ou se sua juventude está envelhecida, desvitalizada. Os jovens que fazem parte desta pesquisa são todos estudantes de escolas ou de cursinhos preparatórios para o vestibular particulares da Zona Sul e Oeste de São Paulo, não precisam se preocupar em arrumar trabalho para pagar os estudos, não se dedicam a serviços domésticos porque contam com empregados em suas casas, têm como principal obrigação os estudos, frequentam muitas atividades extras, viajam bastante, andam principalmente de carro com motorista, seja particular seja táxi/uber (apenas um deles ia até meu espaço de ônibus e outra ia a pé) e são cobrados pela escola, pelos pais e por si mesmos a passarem no vestibular, o "ritual de passagem" dessa juventude – não sei se para a vida adulta ou apenas para a garantia de um status social. A escola têm grande destaque na experiência desses rapazes e moças e é majoritariamente vivenciada com prazer e admiração. Muitos foram os alunos que contaram de experiências escolares que os empolgavam, como grupos de conversa sobre feminismo, grupos de estudos de literatura marginal, campeonatos de futebol, estudos do meio. Os meios tecnológicos são usados intensamente por eles, tanto para o social quanto para os estudos e trazem, claro, ótimas soluções mas também problemas impensáveis nas relações que estabelecem consigo mesmos e com o mundo. Pelo que vimos nos dados sobre os jovens brasileiros, esses jovens ocupam uma condição mais rara de juventude, de certa forma protegida ou mesmo alienada das outras formas de juventudes mais recorrentes. Se essa condição propicia ativar o devir-jovem desses jovens é o que me proponho a analisar a partir do trabalho com os textos deles, em que busco índices do que essa juventude de classe média e alta tem feito de si e de sua escrita.

2.3 Os textos contêm contextos

Os textos apresentados neste estudo foram feitos entre 2014 e 2017. Com eles, temos um panorama não só desses alunos e do trabalho que desenvolvo com eles, como também das

problemáticas que compõem o momento atual, principalmente do Brasil. Tento retomar neste subcapítulo os principais acontecimentos políticos e sociais que marcaram esse período de quatro anos e cujas implicações foram mais diretas no campo da educação e puderam ser sentidas no trabalho com a produção de textos.

Em 2014, as manifestações de 2013 contra o aumento da tarifa de ônibus; os encontros marcados pela internet de milhares de jovens em shoppings, conhecidos como *rolezinhos*, a Comissão da Verdade, os escândalos de corrupção apareciam nos temas de dissertação que eu propunha para os alunos e mobilizavam, na produção deles, uma força a favor da coletividade e um descrédito na representação político-partidária.

Mas era ano de eleição. Embora o descontentamento com a situação política, econômica e social fosse generalizado, o país se dividiu entre aqueles que apoiavam a reeleição da presidente Dilma Rousseff e aqueles que não. As redes sociais foram usadas amplamente nessa discussão e reforçou a polarização e brigas entre familiares e amigos. Meus alunos eram preponderantemente a favor da reeleição e relatavam que seus pais e avós eram contra. Dilma foi reeleita. O lema de seu governo era "Brasil, pátria educadora", que transformei em tema de dissertação: o que precisaria ser feito para o Brasil se transformar em uma pátria educadora? O tema rendeu boas conversas, aos alunos não faltavam argumentos para apontar os problemas da educação, mas faziam com um distanciamento de quem não vive a situação de ensino que a maioria dos meninos e meninas da sua idade vivem, alguns com discursos prontos e poucos com propostas para lidar com a situação.

2015 foi o ano em que a força-tarefa da Lava-jato deflagrou casos de corrupção envolvendo políticos dos mais variados partidos, a Petrobrás e grandes empreiteiras. A economia ia mal. O governo estava fragilizado, bem como praticamente todos os outros partidos. Se as investigações continuassem, muitos políticos importantes seriam pegos. Era preciso "estancar a sangria", como dizia o áudio de Romero Jucá, senador do MDB por Roraima na época. E como o governo permitia que as investigações continuassem, os envolvidos encontraram nas pedaladas fiscais – prática recorrente em governos anteriores – o motivo para o impeachment. Um golpe parlamentar arquitetado para manter tudo como estava em nome da recuperação do Brasil (SAFATLE, 2017). O lema agora era: O Brasil voltou. Houve greves de professores em vários estados para reivindicar melhores condições de trabalho e impedir mudanças nas regras da previdência que os atingiriam. Os professores foram contidos, ou melhor, agredidos pela polícia, com balas de borracha, jatos d'água, cassetetes e, no Paraná, até por cachorros pit-bull. Nessa época, a maioria dos meus alunos contava viver um conflito com seus pais, por estes estarem a favor do impeachment, enquanto

eles eram contra. Alguns conseguiam até dizer para os pais: "quem mandou você me colocar nesse colégio?", evidenciando a incoerência dos pais entre suas posturas políticas e a escolha política do colégio e, ao mesmo tempo, reconhecendo a importância da escola e dos professores na formação deles. Talvez isso explique o movimento que ganhou força no ano seguinte, "Escola sem partido", uma tentativa de censurar os professores e cercear sua conduta, disfarçada de princípio democrático. Os alunos se envolviam na discussão da polêmica e se indignavam com a proposta, por a perceberem como ameaça à democracia e à liberdade de expressão, pontos que parecem fundamentais para essa geração.

Em 2016 o impeachment foi efetivado. Condenar a presidente Dilma seria o fim da primeira temporada do "seriado do golpe", como nomeou Rolnik (2018), para designar a estratégia do novo tipo de golpe de Estado com interesses neoconservadores e neoliberais que vem se desenrolando no Brasil, especificamente, mas que pode também ser observado em outras versões em países como Paraguai, Polônia, Espanha, Hungria, Áustria e Rússia. Naquele ano, Temer, o vice-presidente, tomou o poder e o FORA TEMER tomou as ruas. Voltou a ter um consenso entre os brasileiros. Muitos dos que apoiaram o impeachment ficaram contra o presidente diante dos casos obscenos de corrupção envolvendo sua figura. Contudo, a população não foi escutada e grande parte dos políticos, que também tinham o que esconder, protegeram-se, mantendo o presidente no poder. A força de resistência veio dos secundaristas, que ocuparam suas escolas quando os governos estaduais quiseram promover uma "reorganização" das redes de ensino sem discuti-la com as pessoas diretamente afetadas pela questão, os alunos e professores. E ocuparam a câmara dos vereadores de São Paulo quando veio à tona o escândalo da merenda – políticos que superfaturavam a alimentação dos alunos da rede municipal de ensino enquanto crianças comiam bolacha vencida. Deu para acreditar que tempos melhores estavam por vir. Meus alunos admiravam os colegas de escola pública, vários postavam notícias e davam apoio nas redes sociais, mas poucos se envolviam diretamente no movimento ou iam visitar as ocupações. Estavam muito ocupados com a escola, o vestibular, o inglês, o tênis – a realidade deles era outra.

Em 2017, o argumento que se ouvia era de que não havia tempo hábil para um outro impeachment até as eleições de 2018, o melhor era engolir Temer e esperar novas eleições. A Proposta de Emenda Constitucional 241 (conhecida como PEC do teto dos gastos, ou PEC do fim do mundo) foi aprovada e congelou os gastos em saúde e educação por 20 anos com a justificativa de que essa medida faria a economia melhorar. A reforma trabalhista, que tinha entrado em discussão no ano anterior, foi aprovada. Em nome do progresso e da economia, o trabalhador ficou mais vulnerável. Os professores saíram de novo às ruas e, dessa vez, os de

escolas particulares também foram. A reforma da previdência proposta pelo governo atingia toda a classe de professores, já tão mal-remunerada. Alguns alunos me relataram brigas e discussões entre pais, alunos e professores, tanto na escola quanto em grupos de conversa virtual, divididos entre apoiar os professores e apoiar a reforma. Mais uma vez a formação crítica e a manutenção dos privilégios eram confrontadas. Entretanto, essa reforma não conseguiu ser aprovada pelo Congresso. A reforma do ensino médio, por sua vez, foi aprovada sem uma discussão aprofundada com os diretamente envolvidos nela, sob a tutela de institutos privados voltados à educação, que só têm a ganhar com o esvaziamento da educação pública e a consequente terceirização do ensino. Os alunos concordavam que era preciso uma mudança na estruturação do Ensino Médio, mas não sabiam se era essa que estava sendo proposta e não entendiam os interesses em jogo. A educação, o trabalho, a saúde e a velhice, direitos básicos, viraram balcão de negócio, mas, por outro lado, também instigaram discussões muito ricas com os alunos.

Com a recente eleição de Bolsonaro, em 2018, mais ênfase e crédito está sendo dado à proposta de "Escola sem partido", mais ataques à democracia são justificados ora por uma suposta ideologização marxista, ora por uma hipotética ideologia de gênero. Enquanto a educação é moralizada para não correr o risco de ser perigosa à pureza das crianças, os maiores problemas da educação não são enfrentados – uma manobra que desvirtua a atenção da discussão realmente necessária¹².

As juventudes brasileiras sentirão os efeitos da conjuntura política e econômica adversa:

A produção de novas expectativas de consumo, as mudanças nas relações de gênero, a busca pelo reconhecimento das identidades étnico-raciais e das orientações afetivo-sexuais, o incremento de formas mais igualitárias nas interações sociais no espaço público, de modo a estabelecer a aceitação das diferenças, não serão eliminados facilmente e poderão ser traduzidos em novas demandas e conflitos sociais." (SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018, p. 4).

¹² Posição defendida por muitas escolas, estudantes, ongs e especialistas da área, como é possível verificar em: <https://exame.abril.com.br/brasil/grupo-de-escolas-de-elite-escreve-carta-com-criticas-ao-ministro-da-educacao/> <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/educacao-e-coisa-seria-cinco-pontos-para-refletir-sobre-a-complexidade-do-processo-pedagogico> <http://ubes.org.br/2018/10-desafios-da-escola-publica-em-2019-e-nenhum-deles-e-doutrinacao/> <http://acaoeducativa.org.br/blog/2018/10/26/tres-ideias-que-circulam-sobre-doutrinacao-e-ideologia-de-genero-na-escola-e-que-sao-falsas/> Acesso em 20 fev. 2019.

Vai ser interessante observar nos próximos anos como esses embates vão se dar, se os jovens conseguirão responder aos acontecimentos como fizeram os secundaristas, ativando um *devir-jovem* e criando uma força coletiva disruptiva, ou se vão entregar a juventude deles a uma vida conformada a hegemonias. Para aqueles de classes sociais mais pobres, acredito ser mais fácil se dispor a essa disputa, porque eles já estão nela devido a suas condições de vida, já para aqueles de classes sociais mais ricas, imagino que seja mais difícil, porque exige quebrar com muitas expectativas sociais, abrir mão de alguns privilégios e confortos, romper com linhagens hereditárias/familiares. Como as juventudes são muitas, assim também serão as lutas: cada juventude terá a sua. Uma das lutas que tem sido cada vez mais comum às juventudes é alcançar o Ensino Superior.

2.4 Os efeitos da redação de vestibular nas concepções de escrita

Investigar os efeitos de se instituir a redação nas provas de acesso ao Ensino Superior na maneira de os jovens escreverem é relevante para esta pesquisa, visto que a produção textual analisada é justamente de jovens que estão se preparando para o ingresso nas universidades e que passaram por uma formação educacional voltada primordialmente para o sucesso nessa passagem da Educação Básica para a Superior.

A redação de vestibular passou a ser obrigatória em 1977, pelo decreto nº 79.298. Isso porque, em meados dos anos 1970, evidenciou-se uma crise na linguagem dos jovens, denunciada pela mídia, pela academia e pelos conselhos de educação, em relação ao uso inadequado do português escrito pelos estudantes brasileiros (SOARES, 1978; ROCCO, 1981). A medida mais imediata foi adotar a redação como requisito obrigatório dos exames vestibulares brasileiros, uma vez que as questões de múltipla escolha eram apontadas como principal causa desse fracasso. Acreditava-se, então, que incluir a prova de redação no vestibular faria com que as escolas passassem a valer-se de atividades e procedimentos adequados para os alunos aprenderem a redigir textos. Era possível prever, como fez Soares (1978), que essa medida teria como efeito a inclusão do ensino sistemático de redação nas escolas, mas havia dúvidas de que ela seria suficiente para conduzir os estudantes a um melhor desempenho linguístico.

Essa objeção era justificada por a medida não alcançar duas causas cruciais do uso ineficaz da língua naquele momento, apontadas por Soares (1978, p. 55): a primeira referente aos problemas sócio-culturais advindos da influência dos meios de comunicação de massa, em

que o verbal perdia espaço para o visual e, então, o jovem "Ouvindo e lendo cada vez menos, ouve e lê com mais dificuldade. Em consequência, fala e escreve cada vez com menos precisão, perde a fluência da expressão verbal e o uso da língua vai se empobrecendo e deteriorando". A segunda concernente aos problemas de natureza socio-econômica, em que o desempenho linguístico se via prejudicado por desigualdades econômicas e, portanto, culturais, mas a escola não reconhecia a distância entre os padrões linguísticos de seus estudantes e o padrão exigido por ela, não considerava a heterogeneidade de seu público advinda da democratização do ensino.

Por não abarcar essas dimensões e restringir-se a uma mudança estritamente curricular e metodológica, Soares (1978) acusou a solução de ser simplista e injusta – os estudantes seriam avaliados antes que o ensino da língua se adaptasse a essas condições culturais e a essa heterogeneidade de público. A pesquisadora acreditava e lamentava que, no lugar de melhorar a linguagem dos estudantes, a obrigatoriedade da redação beneficiaria as classes mais favorecidas, cujo domínio da língua é mais condizente com o prescrito pela escola, e, assim, seria mais um instrumento de reforço das desigualdades sociais. Essa previsão se confirma hoje, quando vemos a relação entre o acesso ao Ensino Superior e a classe social dos jovens, apontado pela Síntese de Indicadores Sociais de 2018¹³, realizado pelo IBGE: daqueles que entraram na faculdade, apenas 36% são egressos do Ensino Médio na rede pública, enquanto 79,2% cursaram o Ensino Médio na rede particular.

Desde que essa lei foi instituída, pesquisadores diversos da academia debruçaram-se sobre produções textuais no contexto de vestibular, a fim de examinar não só a linguagem dos estudantes, mas também como eles se expressavam naquela determinada condição de avaliação. Retomo alguns deles aqui.

O primeiro estudo feito após o decreto foi o Projeto de Redação II, financiado pela Fundação Carlos Chagas no mesmo ano, em que um grupo de dez especialistas em Linguística, sob a coordenação da profa. Dra. Ada Natal Rodrigues, analisou 60 redações cada um, de um total de 6000 redações dos candidatos do extinto CECSEM (Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas e Biológicas). Cada especialista elegia um aspecto particular para diagnosticar suas ocorrências nos textos, com o intuito de investigar que tipo de aluno as escolas estavam formando. Os resultados dessa investigação foram apresentados em artigos no Cadernos de Pesquisa nº 23¹⁴ e são, em parte, recuperados com mais acuidade na

¹³ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf> Acesso em 19 jan. 2019.

¹⁴ Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/issue/view/139> Acesso em: 12 out. 2018.

dissertação de mestrado *Problemas de redação na universidade*, de um dos investigadores, Alcir Pécora, (1980).

A análise feita por Pécora e seu grupo constatava o fracasso de aquelas redações funcionarem como uma experiência significativa, em que autor e leitor constituíam um espaço de intersubjetividade. Elas falseavam um "processo ativo de elaboração de um discurso capaz de preservar a individualidade de seu sujeito e de renová-la, desdobrá-la, na leitura de seus possíveis interlocutores." (PÉCORA, 1980, p.17), com estratégias de preenchimento. Os estudantes reproduziam modelos consagrados, assimilavam padrões de linguagem e referenciais para interpretar o mundo e, assim, sua escrita limitava-se a ser caricaturas deles mesmos. Isso porque tanto a prova de vestibular desconectava o desempenho escrito do uso efetivo da linguagem, quanto a atenção da escola ao ensino da escrita ficava restrita ao componente técnico das condições de escrita, dando prosseguimento à identificação histórica entre escrita e padrão de linguagem e embasando sua prática na falsificação das condições de escrita e no confinamento dela a usos permitidos e aconselháveis.

O aluno, sem poder recorrer a sua pessoalidade e aos seus interesses, seria obrigado a renunciar a uma escrita significativa e a reduzir a uma reprodução, preocupando-se mais com os procedimentos formais de ocupação do espaço da folha de redação do que com encarar a avaliação como uma atividade de empenho pessoal, uma oportunidade de dizer algo, de refletir, de se divertir e de criar. A concepção de escrita para esses jovens é de "um aborrecido exercício de cristalização de formas, uma redução de seu papel ao papel a ser preenchido." (PÉCORA, 1980, p. 87).

O pesquisador considera que os resultados por ele obtidos comprovam que a escrita não pode ser exercitada como linguagem nos limites impostos pela escola, em que escrever só tem função e valor naquele ambiente e só o reproduz. Pécora (1980) defende que o domínio da escrita não se daria por uma simples assimilação de procedimentos e padrões, ou por cuidados técnicos e pedagógicos, mas por uma concepção ética de linguagem, em que a escrita fosse uma práxis intersubjetiva.

Rocco (1981) desenvolve uma pormenorizada pesquisa sobre as redações de candidatos do vestibular da Fuvest de 1978. A pesquisadora supunha que os textos desses jovens, predominantemente da faixa etária entre os 19 e os 22 anos, apresentariam marcas verbais do pensamento formal, tal como formulado por Piaget¹⁵. Não foi o que encontrou:

¹⁵ O pensamento formal, conforme Jean Piaget (2009), é o padrão intelectual mais avançado, que persistirá durante toda a idade adulta, em que o indivíduo é capaz de raciocinar sobre hipóteses, formar esquemas conceituais abstratos e executar operações mentais dentro de princípios da lógica formal.

"[...] a linguagem dos vestibulandos, de modo geral, caracterizou-se como não-coesiva, incoerente, apresentando sérias rupturas de nexos lógicos, altamente permeada de clichês e frases feitas e muito pouca, ou melhor, rarissimamente original e criativa" (ROCCO, 1981, p. 247). A grande parte dos textos era ou linear, infantil e baseada apenas em realidades concretas e imediatas e, portanto, não correspondia ao que se esperava nessa etapa do desenvolvimento; ou pré-fabricado, com discursos padronizados e impessoais; ou ainda incompreensíveis e sem sentido algum. Em apenas 40 dos textos analisados (2,7% do total) foi constatada a presença de originalidade, elementos-surpresa ou criatividade. As citações e referências usadas eram quase sempre as mesmas e pareciam ter a intenção de o candidato mostrar erudição e preencher espaço no texto com palavras bonitas, mas alheias a si e abstendo-se de propor a sua compreensão sobre o tema da redação.

A autora aventou que uma das causas de a linguagem escrita ter sido atrofiada e povoada por discursos pré-fabricados era a desvalorização da produção verbal em decorrência da sobrevalorização de manifestações culturais prontas, em série, de efeito, assim como acreditava Soares (1978). Essa padronização se imiscuía no discurso estereotipado do professor, na reprodução de realidades prontas dos materiais didáticos, nos moralismos repetidos pela família, na igreja e na televisão. O que Rocco (1981) propôs para combater a crise da linguagem escrita foi

[...] um intenso movimento educacional, buscando a originalidade que existe dentro de cada um; estaria em um diário e árduo trabalho de revitalização da imaginação criadora; estaria na descoberta e valorização do devaneio, uma vez que essas coisas não são como o queriam os poetas românticos, fruto de inspiração momentânea, mas sim de transpiração e trabalho continuado; e o pouco espaço que a educação, vista globalmente, dedica ao original, à criação individual, privilegia consequentemente esse complexo cultural de uma só dimensão, ou seja, do real tangível, imediatamente perceptível, fazendo com que cheguemos a essa situação de crise e atrofia conjunturais. (ROCCO, 1981, p. 268)

Outra pesquisa que analisou redações dos candidatos ao vestibular é de Brito (2004). A pesquisadora investigou dissertações da Unicamp de 1999, a fim de evidenciar como a subjetividade do candidato se constituía ao longo do texto. Para isso, examinou o posicionamento dele em relação ao tema, o diálogo que estabelece com os textos constituintes da proposta e seu estilo (referente aos aspectos linguísticos). Brito concluiu que havia uma oscilação do estudante entre produzir um espaço intersubjetivo no texto, no qual era possível mobilizar e construir sentidos, e reproduzir formas e lugares-comuns, em que só se comprovava o domínio de um modelo. Ela supôs que essa tendência de o sujeito desaparecer

na redação do vestibular era efeito de o ensino da escrita em contexto escolar ser preponderantemente homogeneizante, bem como da dissertação ser um gênero caracterizado pela objetividade e pela impessoalidade.

Costa Val (2006) também se dedicou a investigar produções textuais do vestibular de 1983 da UFMG. Ela observou que os textos tinham um desempenho mais satisfatório quanto aos aspectos formais, mas o nível de informatividade e criatividade era insatisfatório. 45% dos textos analisados eram praticamente iguais, recorrendo aos mesmos argumentos e ao mesmo esquema formal. Essa alta previsibilidade demonstrava que os jovens não se arriscavam em suas produções escritas de vestibular. Eram textos pobres, simplistas e sem graças, que tinham como efeito uma leitura que não entusiasmava.

A suspeita de Costa Val era de que o estudante teria substituído a originalidade e a decisão do que queria deixar explícito e implícito no texto, pelo exercício de preenchimento de esquemas, a mesma suposição de Pécora (1980). Esse comportamento se daria tanto devido às contingências da situação de produção: escrever de improviso, sobre um tema imposto, para um interlocutor temido e desconhecido, quanto em razão da orientação recebida pelos alunos em ambientes educacionais de que a redação de vestibular deve ser impessoal e objetiva. Essa indicação seria uma estratégia de professores para evitar que uma abordagem subjetiva do tema fosse compreendida pela banca examinadora como inabilidade do aluno de tratar uma questão com racionalidade e isenção. Apelariam, então, para receitas, esquemas, fôrmas que garantem o bom desempenho do aluno, pelo menos em relação à aprovação na prova. O aluno, por seu lado, preencheria o modelo de redação recorrendo a lugares-comuns. Essa espécie de adestramento levaria o aluno a uma concepção equivocada do ato de escrever: "se reduz ao exercício enfadonho de preencher" (COSTA VAL, 2006, p. 127). O estudante, assim, não cria familiaridade com a produção escrita, o que o inviabiliza de descobrir seus próprios métodos de criação textual.

Essa limitação e essa premência, típicas da situação de prova e frequentes nas circunstâncias usuais de elaboração de redações escolares, não condizem com o processo natural de produção de texto. Quem escreve, por gosto ou por profissão, escolhe seu assunto e sobre ele se informa, discute, pensa e repensa. Tem meios de ampliar e aprofundar sua compreensão, tem tempo de amadurecer suas ideias. No vestibular (e geralmente, na escola), nada disso pode acontecer. (COSTA VAL, 2006, p. 125).

Uma das pesquisas mais recentes sobre redação no vestibular é a de Castaldo (2009), em que foram analisados elementos composicionais (norma linguística, índices de pessoalidade e macroarticulação) da redação dissertativa de candidatos da Fuvest 2007. Nela

evidenciou-se que o estudante, preocupado em ter uma boa nota, deixava de levar ao texto seu mundo e suas ideias, para ocupá-lo do que supunha ser o mundo e as ideias de seu interlocutor. Assim, o dever-dizer se impunha e seu saber-dizer se enfraquecia, tornando a redação de vestibular um espaço de confronto e não de negociação, no qual a língua é cindida.

Esses estudos indicam, de maneira geral, que a dissertação do vestibular restringe o uso da língua a uma fórmula, ao cumprimento de uma tarefa, uma vez que esse requisito resulta em uma tendência uniformizadora do ensino da escrita argumentativa, na qual parece ser mais relevante, para a escola bem como para o estudante, comprovar o domínio de uma forma do que fazer do texto um espaço que possibilite a mobilização de sentido e a construção de novas ideias. O panorama traçado levanta questões que merecem ser desdobradas, tais como os papéis que a escrita assume na sociedade e na escola, a validade e adequação do processo seletivo para o ensino superior, as maneiras de atuar dos professores. Todavia, como o interesse deste trabalho está mais voltado à prática do professor, são as possibilidades de atuação desse profissional que serão mapeadas.

Revelando uma influência das concepções construtivistas e sócio-históricas no ensino que vinham ganhando força, os encaminhamentos apontados por esses pesquisadores para esse quadro se reverter tendem a considerar as condições reais de produção de texto, sua prática relacional e sua dimensão pessoal, subjetiva e criadora. Mas como se colocaria em prática essa aposta? Dentro dos moldes instituídos seria possível? Ou seria necessário inventar outra forma, abrir uma fresta nesse quadro de asfixia?

2.5 Perspectivas e práticas pedagógicas de uma escrita cerceada

Agora que percorremos as condições para a redação ter se tornado um requisito das provas de seleção ao Ensino Superior e os efeitos dessa obrigação nas produções textuais dos estudantes, podemos nos debruçar sobre as maneiras como a escrita foi sendo concebida e ensinada desde o fim dos anos 1970, quando é detectada a crise na linguagem juvenil, da qual falamos no capítulo anterior, até os dias atuais.

Naquela época o país estava sob uma ditadura e tinha instaurado uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em que a educação era colocada a serviço do desenvolvimento do país e, portanto, a língua deveria servir de instrumento a esse progresso e o ensino de português deveria ser pragmático e utilitário.

Junto com a detecção da crise da linguagem dos jovens e com os desgastes da

intervenção civil-militar, surgiu um movimento pela redemocratização no início dos anos 80, em que aquela concepção de língua mostrou-se obsoleta e abriu caminho para as teorias das ciências linguísticas chegarem ao campo do ensino da leitura e da escrita (SOARES, 1996).

A teoria psicogenética, elaborada pelo suíço Jean Piaget, ganhou força nesse período e o questionamento do ensino tradicional, baseado no associacionismo, intensificou-se. A divulgação do trabalho das argentinas Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1999) provocou inovações metodológicas. Elas observaram, por meio de experimentos, o processo de aquisição da escrita em crianças em fase inicial de escolarização e identificaram quatro etapas da alfabetização: a pré-silábica, a silábica, a silábico-alfabética e a alfabética. Esses estágios são vivenciados de maneiras diferentes por cada aluno, porque, na visão dessas pesquisadoras, eles dependem não só das experiências escolares dessas crianças, mas também de suas interações sociais e das funções que a leitura e a escrita exercem em seu contexto cultural. Isso exigiria um trabalho mais individualizado, em que o professor conduziria mediações oportunas a partir das hipóteses do aluno. As práticas decorrentes do embasamento nessa corrente consideram a criança ativa no processo de ensino-aprendizagem e substituem os materiais produzidos artificialmente para ensinar a ler e escrever por materiais reais da prática cotidiana de leitura e escrita.

A partir do final dos anos 1980, com a chegada ao Brasil das produções dos russos Vigotski e Bahktin, cresceu a influência das teorias de aprendizagem vinculadas ao paradigma histórico-cultural e, com ela, a necessidade de se pensarem e desenvolverem práticas de leitura e escrita que proporcionassem não só o conhecimento do sistema formal linguístico, como também o uso dessas habilidades na vida prática. Se a linguagem era constituída nas interações sociais, o ensino da leitura e da escrita requeriam contemplar essa dimensão de prática social, assim como o professor teria a função de mediar esse processo de aprendizagem, já que era o interlocutor direto das crianças nas interações de sala de aula e, com sua experiência e observação, poderia conduzir os alunos a avanços de aprendizagem significativos.

Os efeitos dessas noções nas práticas de leitura e escrita em sala de aula foram muitos. Neste estudo citaremos três deles, mais determinantes para o campo investigado.

Um desses efeitos foi o surgimento da concepção de letramento, que amplia o significado de alfabetização para além da aquisição da tecnologia de um código e incorpora no ensino-aprendizagem os usos cotidianos da língua, assumindo a aprendizagem da escrita e da leitura como linguagem. O que, quando, como e por que ler e escrever são questões que conduzem as práticas decorrentes dessa proposta (SOARES, 2003, 2004). Os estudos de Góes

e Smolka (1995) sobre a produção textual com crianças no início da escolarização mostraram que os progressos na leitura e na escrita deviam-se à qualidade das condições de produção e ao papel dos interlocutores da criança. Elas concluíram que, quando a atividade de escrita tinha finalidade em si mesma e era lida pelo professor com o objetivo de avaliar habilidades do aluno, empobrecia-se a dimensão interativa da linguagem e estreitavam-se as possibilidades de o estudante se vincular com o exercício da língua. Na segunda metade da década de 2000, o termo letramento passou a ser adotado oficialmente pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Outro efeito foi a adoção de gêneros textuais para abordar a escrita na escola, com a intenção de trazer para a sala de aula situações reais em que a língua era usada e com a expectativa de que ela fosse mais resistente à gramaticalização ou aos esquemas textuais. Ela passou a ser recomendada nos documentos oficiais em âmbito nacional a partir de 1996. No entanto, o que se tem visto é que o artificialismo com que esses gêneros textuais são solicitados os reduz a meros esquemas a serem dominados. O gênero a ser produzido é descaracterizado por não ser proposto em uma situação social autêntica e o aluno não se mobiliza para responder à atividade, recorre ao senso-comum e ao preenchimento de esquemas, denúncia generalizada na academia, compilada por Pietri (2010).

A ênfase nas interações sociais em sala de aula suscitou também a incorporação de práticas de reescrita nas propostas de ensino da escrita. Com isso, vários trabalhos se voltaram a investigar essa prática e vários outros analisaram a atuação do professor como mediador no processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita do estudante. Dentre eles, para abordar a reescrita, escolhemos os de Fiad (2009a, 2009b, 2006), não só por sua produção extensa nesse meio, mas por ela retomar a própria história da reescrita como prática pedagógica e objeto de pesquisa no Brasil e fornecer, assim, um panorama mais abrangente. Já para tratar do papel do professor no ensino da escrita, detenho-me em algumas reflexões da obra de Wanderley Geraldi (1997, 1990, 1984), referência nos estudos de Bakhtin e da análise do discurso aplicados ao ensino da língua portuguesa.

Fiad (2009b) constatou que, embora a reescrita esteja presente nos usos correntes da escrita e, há quatro décadas, seja proposta em recomendações oficiais de ensino da língua escrita, ela ainda é uma prática pouco explorada nas escolas e a pesquisa sobre ela é relativamente recente.

A reescrita é reconhecida como um dos processos que fazem parte da produção de um texto e, portanto, para a pesquisadora, ensinar a escrever compreenderia ensinar a reescrever. O professor, então, seria um interlocutor privilegiado que assumiria a função de instigar as

crianças a incorporarem a prática de ler seu texto, a se transformarem em leitores de si mesmos e serem capazes de modificar e aprimorar sua produção: "o sujeito que escreve é também o que comenta o que escreve, critica o que escreve, mostrando uma multiplicação de papéis do escritor: o que escreve, o que lê, que se comenta, que se autocensura, que reescreve." (FIAD, 2009a). Então reescrever estaria para além de uma correção da escrita dentro de padrões formais da língua: seria uma atividade de negociação, retomadas, reflexões e escolhas, na qual o estudante vai desenvolvendo novos conhecimentos sobre a língua escrita.

Contudo, o que a pesquisadora percebeu nas experiências práticas de sala de aula que pôde conhecer ou acompanhar é que a proposta de reescrita, apesar de constituir os discursos dos professores sobre o ensino da escrita, acontece muitas vezes como mera alternativa à correção de textos pelo professor, raramente visa aspectos discursivos e estilísticos, e não tem provocado mudanças significativas nos textos dos alunos, mesmo em relação aos aspectos normativos. Já na produção acadêmica sobre reescrita, Fiad (2009a) notou uma mudança de interesse que considera positiva: de classificar as mudanças efetuadas pelo aluno, no texto, a partir das observações apontadas pelo professor, para observar aspectos discursivos das produções textuais, com os quais se pode acessar o processo de execução do texto e, assim, analisar o trabalho efetivo com a linguagem em situações escolares. A pesquisadora acredita que a segunda tendência propicia uma visão mais ampla de reescrita, que a afasta da abordagem corretiva.

Geraldi (1990, 1984) observou a atuação dos professores com os textos dos estudantes e constatou que muitas vezes o professor não lê o texto do aluno como alguém curioso pelo que o aluno tem a dizer, pelas articulações que aquele indivíduo estabelece, mas como um juiz que avalia os recursos expressivos em si: "o professor lê os textos produzidos pelos alunos: para tomá-los como um espaço de trabalho sobre a linguagem, esquecendo-se do trabalho que se faz com a linguagem"(GERALDI, 1990, [s/p]). O autor fala que essas condições de ensino da escrita produz o *aluno-função*, aquele que apenas repete o discurso da escola, e reduz a produção de texto a uma atividade de completar moldes.

A aposta de Geraldi (1997) é que, para o estudante se constituir como sujeito de suas escritas e não só um reprodutor de habilidades mecânicas e de modelos, ele precisaria se comprometer com suas palavras e fazer uma articulação própria em relação à formação discursiva de que faz parte, mesmo que sua produção seja composta por velhas formas e conteúdos – aí estaria a novidade de cada discurso. Para incitar essa postura do aluno, de *autor-cidadão*, aquele que faz da escrita um exercício de interlocução, de reflexão, e faz

questão de dizer sua palavra, Geraldí convida o professor a se tornar leitor e co-autor dos textos de seus alunos.

O professor, dessa maneira, ainda que não fosse o destinatário final do texto, teria que se dispor a ser o interlocutor direto do estudante, um parceiro de trabalho que respeita a palavra do aluno e age como parceiro: questiona, discorda, concorda, acrescenta, testa o texto como leitor e sugere saídas ao aluno. A intenção da atuação do professor, segundo Geraldí (1997), seria fazer da produção de textos uma oportunidade de ampliar o que o aluno tem a dizer e as estratégias para ele escolher como dizer. Para isso, seria necessário o professor romper com delimitações do que o aluno pode ou não dizer, ultrapassar noções que remetem o texto unicamente a seu aspecto repetível e colocar-se como co-autor e leitor dos textos dos alunos – para o estudioso, um trabalho com a linguagem mais útil para o próprio domínio dos recursos expressivos articulados na construção do texto.

Portanto, por um lado, essas noções científicas contribuíram para constituir novas perspectivas para o ensino da língua, como considerar os aspectos ideológicos que envolvem as práticas sociais, a heterogeneidade das relações entre a língua oral e a língua escrita e os novos recursos digitais para a produção textual. Por outro lado, é praticamente unânime a denúncia de que os modos de produção de textos na escola ainda não preparam o estudante para as práticas legitimadas e valorizadas na cultura impressa, porque "as condições de texto não são consideradas e a leitura não é vista como parte do processo de escrita, o que apaga a existência de processos intertextuais e torna a atuação sobre o texto algo restrito a atividades de revisão formal de sua superfície." (PIETRI, 2010, p. 136). Desse modo, tudo indica que o ensino da escrita restringe-se, predominantemente, a ser uma tarefa a ser cumprida, sem contemplar sua dimensão de linguagem, de interação. Haveria brechas para escapar a essa predominância? Para o professor, uma delas estaria em se colocar como leitor e co-autor dos textos de seus alunos? Como se dispor a isso? A pesquisa pedia para seguir essas problematizações.

2.6 Subjetividade, educação e ensino da escrita na perspectiva da pós-crítica

Para ir adiante com essas problematizações, recorri a pós-crítica, mais especificamente aos trabalhos de Deleuze e Guattari e de Foucault, e a estudos a partir deles no campo da educação, não em busca de soluções para esses problemas, mas no esforço de, com as contribuições dessa vertente, recolocá-los, abordá-los em uma nova chave de compreensão

que permitisse a nós, professores, imaginar outras maneiras de lidar com eles, que inspirassem e mobilizassem formas de resistir a encará-los como impedimento de ação ou justificativa para a resignação.

Farei, então, uma retomada da concepção de subjetividade proposta por essa corrente filosófica para, em seguida, apresentar alguns desdobramentos dessa noção no campo da educação e nas práticas de ensino da escrita.

O problema do sujeito é central para os estudos de Foucault, por isso ele se volta para o sujeito como produtor de saberes, nas relações de poder e na relação consigo. A produção de subjetividade, assim, "passa por aspectos econômicos, linguísticos, políticos e éticos, e em diferentes momentos históricos vemos a constituição de distintos modos de subjetivação, articulando de formas diferenciadas esses quatro aspectos" (GALLO, 2006, p. 181), e é uma operação tanto de práticas de governo sobre o indivíduo quanto de técnicas de um governo de si mesmo.

No processo de subjetivação, Foucault identifica três tipos de lutas sociais sempre presentes, mas que variam de combinação e intensidade na história: contra a dominação, contra a exploração, e contra as amarras do indivíduo a si próprio e aos outros. A luta contra a submissão da subjetividade, contra as formas de sujeição, parece ter se tornado a mais importante desde o século XX, uma vez que a ênfase deixou de ser a lógica disciplinar da Modernidade, recaindo, com a pós-modernidade, sobre a lógica de controle, o que significa que as formas pelas quais nos subjetivamos deixaram de ter a disciplinaridade como objetivo e passaram a ser regidas por práticas de controle. (VEIGA-NETO, 2007).

Tais práticas funcionam como uma manobra da sociedade liberal para governar os indivíduos:

[...] todo o êxito político do liberalismo repousa nessa sofisticada justaposição entre, de um lado, um poder pastoral individualizante e, de outro, um poder biopolítico totalizante. Se o alvo deste último são os corpos e as forças vitais dos indivíduos considerados como membros de uma população, o alvo do primeiro é precisamente constituído por esse elemento que tem por função tomar os seres humanos como indivíduos: o desejo. Justaposto à biopolítica, o poder pastoral foi responsável por investir sobre a subjetividade dos indivíduos para constituí-los como sujeitos; sua função propriamente liberal é a de produzir a objetivação e a subjetivação de um sujeito governável (AVELINO, 2016, p. 268).

O poder biopolítico e o poder pastoral são duas maneiras que Foucault identificou de exercício de controle sobre os indivíduos – uma voltada a esquadrihar o comportamento da população e, com esse conhecimento, produzir formas mais eficientes de governar o sujeito;

outra comprometida em tornar o sujeito único e, assim, fazer dessa individualidade objeto de dominação.

O sujeito governável, que interessa ao neoliberalismo, como mostra Veiga-Neto (1999), é aquele que participa socialmente, competindo com liberdade, e cujas escolhas o colocam em vantagem nessa competição. Isso porque o Estado passa a seguir a lógica empresarial, muito mais fácil e lucrativa, e, conseqüentemente, os cidadãos se tornam sujeitos-clientes, aos quais são oferecidas possibilidades de escolha determinadas pelos interesses hegemônicos, mas que, por terem sido eleitas, são sentidas como escolhas próprias – o que evidencia o caráter ambíguo da experiência de liberdade no mundo contemporâneo, na medida em que é determinada pela seguinte preocupação: "como fazer com que o sujeito liberal seja ao mesmo tempo livre para jogar o jogo do mercado e suficientemente obediente às regras deste mesmo jogo?" (AVELINO, 2016, p. 266).

Ao considerar o liberalismo e o neoliberalismo indissociáveis do que somos, fazemos e pensamos, Foucault não os ataca nem os defende, mas se dispõe a "[...] perceber historicamente quais foram as condições de possibilidade que permitiram seus efeitos de determinação sobre nossa subjetividade." (AVELINO, 2016, p. 246) e, assim, perceber também as fragilidades e brechas dessa composição, em que outras formas de ser, pensar e fazer são possíveis.

Na última parte de sua obra, Foucault se dedicou a estudar filósofos gregos e romanos dos séculos I e II da era cristã. Encontrou uma cultura em que as relações de si para consigo eram valorizadas e estimuladas, pois propiciavam autoconhecimento e, com isso, disponibilizavam um campo de ação para operações no modo de ser, um campo para corrigir-se, transformar-se e alcançar uma vida melhor, mais feliz, mais bela. (FOUCAULT, 2006; 2005).

Retomar os filósofos antigos ajuda Foucault a perceber que, se por um lado, o sujeito poderia ser dominado pelo esquadramento de sua maneira de se comportar, por outro, a sua dedicação a si poderia libertá-lo dessa dominação. Portanto, a conduta da conduta também provocaria uma contraconduta, o que significa dizer que as próprias regras e modelos de socialização incitariam a criação de alternativas, de formas de resistência. A escapatória ao controle estaria, então, na própria produção de subjetividade, no combate às formas de assujeitamento. Foucault chega à ideia de cuidado de si como uma resistência à lógica de poder que se impõe na sociedade, como uma atitude mais ativa em relação às malhas de poder que sufocam o sujeito. Isso porque o filósofo muda seu foco de atenção do governo dos outros para o governo de si, sendo impelido a

[...] uma busca por táticas de resistência que não sejam meramente reativas, mas táticas afirmativas de vida, que ele encontrará justamente na cultura de si da antiguidade. Assim, se a análise do governo dos outros, dos jogos de poder, implicava a possibilidade de uma tomada de posição que podemos denominar *reativa*, as proposições em torno de um governo de si mesmo permitem tomadas de posição que podemos denominar como ativas. É o que Foucault chamará de 'práticas de liberdade'. (GALLO, 2011, p. 233. Grifos do autor).

Governar a si mesmo, cuidar de si é recusar ser completamente sujeitado a modos de existir hegemônicos, adotando uma posição nas relações de poder que seja propícia para inventar e experimentar práticas de liberdade, "[...] produções de saídas, invenções de linhas de fuga, um investimento micropolítico nas relações cotidianas; estabelecimento, ativo, de novos jogos de poder" (GALLO, 2011, p. 233).

Submeter e explorar modos de vida é uma das principais táticas do capitalismo atual, para que as pessoas passem a acreditar que, apenas seguindo esses padrões, conseguirão fazer parte do sistema e dele se beneficiar, ou ao menos sobreviver a ele. Essa estratégia é operada pelo governo, pela mídia, pelos donos de grandes instituições financeiras e religiosas, e até por nós mesmos, quando afirmarmos hegemonias em nossas escolhas e atitudes. Ativar a experimentação de si seria abrir uma fresta nessa vigilância, seria deixar a vida mostrar sua característica indomável, subverter uma subjetividade dada em uma construída.

[...] pensando em termos micropolíticos, na direção de uma ética como estética da existência, o ocupar-se consigo mesmo, o cuidado em construir uma vida bela e justa, faz-se na contraposição a um sistema de dominação, faz-se na construção de fissuras a este grande modelo de relações, produzindo linhas de fuga e uma espécie de resistência ativa, que produz, que cria e transforma nas próprias brechas do modelo instituído (GALLO, 2011, p. 234).

Diante da máquina totalitária, não podemos agir como vencidos, nem nos iludir de que é possível viver fora ou alheio a ela. Ao contrário, precisamos nos dispor a tatear brechas inexploradas nesse sistema, a procurar aberturas improváveis, mesmo que sejam provisórias, intermitentes, nômades. Seriam os vaga-lumes de Didi-Huberman (2011, p. 47): "Haverá apenas sinais, singularidades, pedaços, brilhos passageiros, ainda que fracamente luminosos. Vaga-lumes, para dizê-lo da presente maneira." Essas existências frágeis, fugazes e surpreendentes são ofuscadas pela claridade dos projetores midiáticos e econômicos, dos

espetáculos políticos e religiosos. Ainda assim, não deixam de existir, apenas desaparecem para aqueles que se negam a segui-los, que se recusam a mudar de lugar para encontrá-los.

Rolnik (2016) nos ajuda a ir atrás de pirilampos, construir fissuras no sistema dominante, ativar a experimentação de si e produzir subjetividades desassujeitadas: experienciamos o mundo de duas maneiras simultâneas, pela experiência imediata, apreensão baseada na cultura vigente, e pela experiência *fora-do-sujeito*, efeito das *forças que agitam o mundo como corpo vivo* e que carregam em si outra maneira de ver e sentir aquilo que acontece em cada momento. Na dimensão da experiência imediata, nossa percepção fica sitiada pela cultura, por modos de pensar já determinados, como se só sentíssemos por reconhecimento, como se o possível de ser sentido precisasse de um campo predeterminado do que é considerado sensível. Entretanto, na experiência *fora-do-sujeito* é possível procurar outra sensibilidade que escape à reconhecimento, novas maneiras de ver, escutar e sentir, as quais Deleuze e Guattari chamaram de *perceptos* e *afectos* e também de *devires*. Essas outras maneiras de sentir não se referem a sentimentos pessoais, não correspondem a formas, palavras, imagens, mas nem por isso deixam de ser reais – são forças dos encontros entre corpos de todas as matérias, que operam por contágio e "formam um germe de mundo que nos habita" (ROLNIK, 2016, p. 155). Esse germe de mundo, por não se encaixar na cultura vigente, pede passagem para expandir-se, provoca-nos a incluí-lo e nos leva a criar formas de existir que o contemplem e que o materializem.

Portanto, um processo de subjetivação não se pode confundir com um sujeito nem remete a uma interioridade ou identidade, é uma individuação, um modo intensivo. Com essa noção de subjetividade, a ênfase recai sobre a intenção dos encontros, sobre o que é produzido nas conexões entre as pessoas, as coisas, os acontecimentos e pensamentos, por isso a produção de subjetividade têm um caráter coletivo, porque é composta por dimensões incorporais, germes de mundo, virtualidades de subjetivação, devires, "novas formas de experimentar e de sentir, afirmando a diferença, a variação, a metamorfose como resistência a formas de sujeição" (DOMÈNECH; TIRADO; GÓMEZ, 2001).

Essa nova sensibilidade, assim, tem potencial para desnaturalizar o pensamento hegemônico, mostrar suas contradições, suas impossibilidades, sua saturação e dissolver a familiaridade de algumas significações correntes. "O valor da experiência caiu de cotação, mas cabe somente a nós, em cada situação particular, erguer essa queda à dignidade, à 'nova beleza' de uma coreografia, de uma invenção de formas." (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 127). Considerar essa outra sensibilidade, experimental, parece fazer falta ao campo da educação e às práticas de ensino-aprendizagem da escrita.

Ramos do Ó (2003, p. 3) explicita que "a reflexão teórica do último Foucault é um convite a que o investigador educacional centre a sua atenção nos processos pelos quais a subjetividade dos alunos se vê produzida". Convite reforçado por Guattari e Rolnik (2005) quando atentam à atuação do profissional cujo trabalho tem foco nas formas dos indivíduos de pensar, falar e agir (como psicólogos, educadores, jornalistas, assistentes sociais...), visto que esses profissionais agem diretamente na produção de subjetividade: podem reproduzir modelos que interditam saídas para processos de singularização, ou agenciar, a partir da sensibilidade de sua escuta e do desenvolvimento de uma práxis a cada passo do trabalho, modos singulares de estar no mundo. Portanto, para esses autores, a atuação no campo educacional não é objetiva nem neutra, uma vez que depende da postura adotada pelo profissional a abertura para existências plurais ou seu sufocamento.

Esse estímulo justifica-se se partirmos do princípio de que, para essa corrente filosófica, a subjetividade não é uma essência, mas um produto de práticas históricas, sociais e discursivas engendradas por relações de poder, o que nos leva a concluir que toda a esfera da educação também é regida pelo jogo político de manter ou modificar essas práticas, a fim de formar um determinado tipo de sujeito. Seguindo esse raciocínio, fica evidente que as teorias e metodologias educacionais adotadas têm uma participação decisiva na produção do sujeito pedagógico, como expõe Veiga Neto (1999): "As instituições estão intimamente conectadas com a construção da modernidade e a manutenção de suas práticas e dos valores que a justificam e a sustentam".

Portanto, a noção moderna de que o sujeito é a matéria-prima a ser moldada pela educação pressupõe um *sujeito desde sempre aí*, uma entidade preexistente às dinâmicas sociais, políticas, culturais e econômicas, que, ao ser educado, pode desenvolver sua autoconsciência e, assim, se contrapor à opressão. Entretanto, pela perspectiva da pós-crítica, o sujeito é uma construção, e o que interessa é examinar como se forma isso a que chamamos de sujeito:

[...] uma analítica do sujeito, seja qual for a adjetivação que se atribua a esse sujeito – pedagógico, epistêmico, econômico –, não pode partir do próprio sujeito. É preciso, então, cercá-lo e examinar as camadas que o envolvem e que o constituem. Tais camadas são as muitas práticas discursivas e não discursivas, os variados saberes, que, uma vez descritos e problematizados, poderão revelar quem é esse sujeito, como ele chegou a ser o que dizemos que ele é e como se engendrou historicamente tudo isso que dizemos dele." (VEIGA-NETO, 2007, p. 112-113).

Nessa mesma perspectiva, "a liberdade passa a ser a possibilidade de exercitar a atitude-limite como caminho para a crítica e para a mudança"(VEIGA-NETO, 2007, p. 27). Dessa forma, não haveria uma oposição entre as estruturas de poder e a autonomia do sujeito, a autonomia se daria nas fendas das estruturas, a liberdade seria o próprio exercício do poder, a posição assumida nos jogos de poder que constituem nossa existência.

Por esse motivo, como aponta Ramos do Ó (2007b), constituir sujeitos autônomos em suas escolhas, objetivo da maioria das escolas modernas, seria uma maneira de regulação da liberdade, de submissão ética, na medida em que se pede que o próprio estudante regule sua conduta (aí estaria a suposta autonomia), mas sob as regras da escola, que assume uma posição política em relação às forças e formas vigentes (e aqui estaria a conduta da conduta). As regras da escola é que determinariam os modos de ser dos estudantes, e não os estudantes que teriam a chance de se experimentar no ambiente da escola. Essa manipulação do que se escolhe vai ser parte da dinâmica das escolas, já que seu papel, no neoliberalismo, passa a ser formar sujeitos-clientes e prepará-los para serem mais competitivos e competentes em suas escolhas.

Dessa maneira, a liberdade do sujeito não deveria ser considerada um valor em si, mas uma condição relacional e conflituosa, porque depende de arranjos, conexões, disputas. Seria mais interessante tomar a liberdade como um eixo problematizador das formas de vida escolares, do que fazer dela uma metafísica emancipatória. Caso contrário, a conduta passa a ser o alvo de atenção da educação, com a intenção de moldar o cidadão que interessa para a atual conjuntura (AQUINO; RIBEIRO, 2009).

Portanto, da mesma forma que a escola pode servir de engrenagem ao ataque neoliberal, ela pode ser espaço de resistência a essas imposições da cultura dominante; ela pode tomar a transgressão como prática educativa:

[...] qual outra instituição poderia, a curto prazo, substituir a maquinaria escolar, para montar tão ampla e rapidamente um tal sujeito-cliente? Por outro lado, com os olhos postos numa vontade de resistência, qual outra instituição poderia ser mobilizada – também tão ampla e rapidamente – para tentar aumentar as fraturas numa lógica contra a qual muitos querem lutar? (VEIGA-NETO, 1999, [s/p]).

As perspectivas pós-estruturalistas voltadas à educação questionam, por conseguinte, o pressuposto de a escola moderna ser garantidora da autonomia de seus estudantes, e possibilitam, assim, pensar o campo educacional na dinâmica das relações de poder e das forças em disputa. Uma vez que as instituições educacionais assumem a condição de

produtoras de subjetividade, o alvo de atenção e atuação de seus projetos pedagógicos pode deixar de ser a condução do comportamento-cliente dos educandos para se voltar à constituição de um ambiente propício à experimentação de modos singulares de existência.

Kastrup (2000) propõe que o campo da educação acolha, em suas investigações e práticas, o devir-criança, o mesmo devir-jovem do qual falamos no capítulo 2.2, porém agora ativado nas experiências educacionais. O devir-criança da cognição seria a possibilidade de a própria cognição divergir ou se diferenciar das formas instituídas de conhecimento, "abrindo caminho para a exploração da dimensão inventiva da cognição" (KASTRUP, 2000, p. 376), para se criar outras formas experimentais de conhecer. Essa proposta faz pensar em como acolher o devir na escrita, mais especificamente naquela praticada em ambientes educativos.

Pensando sobre a função de um livro, Deleuze e Guattari (2000) argumentam que ele tanto pode funcionar como máquina de guerra, forma que produz novos sentidos e expande modos de vida, quanto como aparelho de Estado, mecanismo de reprodução da ordem estabelecida e de exercício de poder sobre um povo menor. Assim também podemos considerar o próprio ato de escrever: a escrita tanto pode ser um mecanismo de reprodução do pensamento dominante, de conformação aos discursos hegemônicos, quanto pode funcionar como resistência a essa dominação, como experimentação de novos modos de vida – um processo de atualização do que compõe ou deixa de compor o território de expressão daquele que escreve.

Escrever é um empreendimento de saúde, segundo Deleuze (2006), quando inventa um povo que falta, ou seja, quando dá voz a um povo menor, quando, em suas linhas, faz falar outra coisa que não a predefinida, que está por se fazer, inacabada e, por isso, revolucionária, pois em fuga dos clichês esvaziados de sentido e em busca de um dizer que propulsiona a vida, que a reafirma e multiplica. Por isso Deleuze concebe essa escrita inventiva como devir.

A fim de compreendermos melhor essa concepção de escrita como devir, como invenção de um povo que falta, podemos voltar aos estudos foucaultianos sobre o cuidado de si, em que a escrita aparece como uma das técnicas usadas pelos gregos e romanos para treinarem a si mesmos, de modo a se prepararem para os acontecimentos da vida e alcançarem a perfeição ética. A escrita, nessa conjuntura, tinha uma função etopoiética: transformar a verdade em ethos, ou seja, transferir o conhecimento moral para a prática da vida cotidiana. Foucault (2004) identificou dois tipos de escrita de si: os cadernos de anotações, em que se registravam coisas lidas, ouvidas e pensadas para serem relidas e regularem o comportamento, como um guia de conduta; e as cartas, nas quais mestres e alunos trocavam experiências e lições para lidarem com as eventualidades da vida. Escrever, nesses termos, consistiria numa

operação de alteração do que se pensa e do que se é; um combate ao hábito da autoria, em que se procuraria manter uma coerência e uma identidade; um exercício de fazer desaparecer o sujeito que escreve, na medida em que forças de um vir a ser outro surgem nesse processo de produzir um texto. Pode parecer contraditório chamar de "escrita de si" uma atividade que quer dispersar o sujeito, mas o "si" em questão não é identitário e, sim, o próprio movimento de produção de si mesmo e de mundo. Ou seja, parte-se do pressuposto de que o si não é fixo, preestabelecido, previsível, mas aberto, flexível, construído e reconstruído o tempo todo, a cada experiência. Por esse motivo podemos propor a escrita como arte de existir, a arte de fazer de si uma obra de arte.

Com isso, não se está desconsiderando que a escrita, por estar associada a uma convenção, é uma prática composta por efeitos de sujeição. Mas ela não precisa ser vista apenas como uma estrutura que aprisiona e determina. Há movimento constante. A escrita é repetição e ato criativo. Não o puro movimento criativo nem a pura repetição, mas a prática desse limite. É essa tensão entre o novo e o já instituído que propicia espaços de criação.

Entretanto, a escrita encarcerada em modalidades escolares tem pouco espaço para ser tensionada. Por isso, uma experiência mais arejada com a escrita, em que se experimente a língua e a si mesmo, seria menos da ordem da informação, da narratividade ou da opinião, e mais da ordem dos afetos que, ao passarem por nós, nos formam e nos transformam – o que Aquino (2009) nomeou de escrita-acontecimento. Para o escrever ser acontecimento nas práticas escolares, o autor propõe alguns direcionamentos: uma hibridização radical dos procedimentos escriturais, no lugar da categorização segundo gêneros literários, já que os gêneros cerceariam a criação de mundos e de sentidos com as palavras; uma função inventiva, que funda mundos improváveis e fomenta mais escrita, em vez de uma função examinatória, que avalia a adesão cognitiva do aluno aos regimes de verdade transmitidos pela escola, e, por fim, a insubordinação da escrita à leitura, na medida em que a motivação para escrever não precisa derivar necessariamente de uma leitura nem deve obediência aos escritos alheios. Dessa maneira, no ensino e aprendizagem da escrita, interessaria mais a surpresa da performance do que a fidedignidade às normas e verdades instituídas.

Nesta mesma direção, Larrosa (2004), propõe uma escrita-ensaio, uma escrita pensante, experimental, em que se abre a possibilidade de uma nova experiência do presente. O presente passaria a ser experiência quando o estranhemos, o problematizamos e o tomamos como espaço em que a subjetividade pode ser produzida. A escrita-ensaio seria propiciada, então, por uma forma de trabalho não regulada, que permitiria experimentar e criar modos inéditos de existir.

Então, para que seja possível um devir da escrita, ela precisaria ser experimentada como processo, sempre se fazendo, atravessando o vivido e o vivível, à procura de escapes às expressões dominantes e às imposições formais, adepta a desvios de sentido e à abertura de novas significações, ativando o tipo de experiência "fora-do-corpo" à qual Rolnik nos tinha alertado, essencial para assegurar a expansão da vida.

Com essas leituras, ficou claro para mim que o importante nesta pesquisa era examinar a produção de subjetividade na prática de textos com os alunos e, ao mesmo tempo, fazer da escrita desta pesquisa uma experiência, uma escrita-acontecimento, uma escrita-ensaio. A análise do material que vem a seguir volta-se então a percorrer o processo de subjetivação envolvido nessas produções textuais, procurar os vaga-lumes, vislumbrar deslocamentos, ensinar experimentações, criações, embates, e registrar esses indícios, lampejos, faíscas da experiência de existir e resistir.

3 PAISAGENS

Os textos analisados neste estudo foram recolhidos durante os anos de 2014 e 2017 – ou seja, um ano antes de eu ingressar no doutorado e durante os três primeiros anos da pós-graduação – e foram elaborados por sete estudantes, todos de escolas ou cursinhos particulares da Zona Sul e Oeste de São Paulo, com idade entre 14 e 18 anos. Cada um deles se apresenta como um microcosmo e, portanto, suscita uma determinada interlocução. As singularidades do trabalho realizado com cada estudante são perscrutadas tanto em relatos feitos por mim sobre eles, quanto em pistas fornecidas pelos textos, que permitem entrever como determinado sentido foi construído, quais convenções sociais, quais áreas de conhecimento, discursos e recursos linguísticos foram acionados, e observar, nas reescritas, quais foram as intervenções, estratégias e perguntas feitas por mim, como foram recebidas, o que foi feito delas, se foram capazes de provocar deslocamentos no mundo desses jovens, se compuseram novos contornos e geografias nas suas produções de texto e de si.

Não se trata de conhecer o significado de uma palavra, de uma frase, de um relato ou de uma narração; nem se trata de saber o que conota e o que denota. O problema é, antes, com que se conecta, em que multiplicidades se implica, com que outras multiplicidades se junta (DOMÈNECH; TIRADO; GÓMEZ, 2001, p. 125).

Dessa maneira, não adotarei uma perspectiva subjetivista, que supõe uma subjetividade constituída e encerrada nela mesma, mas assumirei uma perspectiva experiencial, e portanto processual, em que interessam os processos de composição da subjetividade e, portanto, os movimentos de negociação entre hegemonias e inéditos, preestabelecidos e imprevistos, regras e criação. Os textos analisados neste estudo serão lidos, assim, "pelos contatos de superfície que ele mantém com aquilo que o cerca", de modo a conseguirmos mapear o regime de verdade que o acolhe e que, ao mesmo tempo, ele sustenta, reforça, justifica e dá vida" (VEIGA-NETO, 2007, p. 105)

Mesmo trabalhando com as normas e exigências dos exames vestibulares e tendo a responsabilidade de fazer o aluno passar pelo crivo das instituições universitárias, aposto nas brechas que a prática da escrita, assumida pelo estudante e pelo professor como experiência com as palavras e consigo mesmo, podem criar. Tais brechas dizem respeito à possibilidade de que ambos entrem em contato com novas formas de pensar e de sentir. Por isso estabeleço que a receptividade dos alunos a essa minha intencionalidade também é alvo de investigação deste estudo.

Cada proposta de redação é comentada antes da apresentação do texto referente a ela. As propostas de redação aplicadas em provas para ingresso ao Ensino Superior, assim como algumas outras formuladas por mim podem ser consultadas na íntegra na parte de Anexos. Os textos apresentados aqui seguem a seguinte ordem: a primeira versão é a escrita pelo estudante em casa e as versões subsequentes são as produzidas a partir dos comentários trocados entre nós nos encontros presenciais – exceto com uma das estudantes, Valentina, com quem o trabalho se deu virtualmente, com trocas de comentários por escrito. As passagens grifadas ajudam o leitor a identificar os trechos que foram alterados de uma versão para a outra. Os nomes dos alunos foram trocados para preservá-los.

3.1 Lucas, o aventureiro

Lucas foi meu aluno entre seu 8º ano do Ensino Fundamental e o 3º do Ensino Médio, dos 13 aos 17 anos, de 2010 a 2014, portanto. Era primo de um aluno meu vestibulando. A mãe de Lucas ficou sabendo do meu trabalho e pensou que poderia ser boa ideia para seu filho desenvolver as habilidades de leitura e escrita. O filho era bom aluno, mas ela considerava as produções dele em português muito medianas e a escola não oferecia um trabalho forte com escrita. Propôs ao filho e ele quis experimentar fazer as aulas. O trabalho durou cinco anos; um dos poucos alunos que acompanhei por mais de um ano, o tempo médio de trabalho com esse público. No primeiro ano, dediquei às aulas a abrir as amarras da escrita escolar em Lucas. O que quero dizer com isso é que percebi, em meus primeiros contatos com ele e com sua produção textual, que não havia muito espaço para a imaginação, a invenção, a loucura. Tudo estava muito "certinho", o compromisso com as normas morais e linguísticas estava garantido, seu cabelo, bem penteado, mas seu olhar era ambíguo: tinha um brilho profundo e um canto tristonho.

Primeiro fiquei sabendo pelo primo dele. Lucas tinha perdido uma irmã de dois anos quando tinha seis. O primo comentou que Lucas, antes desse acontecimento, era "uma peste", dava muito trabalho para os pais e que, depois da perda, ele ficou outro, completamente obediente e bem comportado na escola.

Pude saber pelo próprio Lucas, meses mais tarde, da triste morte da irmã, quando propus que ele escolhesse uma foto dele que gostasse e escrevesse sobre o momento retratado. Lucas escolheu uma foto em que ele aparecia sorrindo ao lado da irmã bebê.

Era um garoto sensível. A vida mostrou seu lado indomável logo cedo a ele. Sua reação parecia ter sido se conformar. Se conformar à perda, se conformar às regras da vida.

Tinha a impressão de que ele evitava pisar fora da linha por medo de ser pego pelo indomável. Mas seu pensamento não era conformado. Ele tinha gosto por pensar. Quando discutíamos um assunto, seus olhos brilhavam. Eu queria ver esse brilho também nos textos de Lucas, e apostei em exercitar a criatividade, brincar com as palavras, desvirtuar sentidos, "soltar o verbo". Em todas as atividades sugeridas por mim ele se envolvia; não deixava de fazer as lições de casa, caprichadas, no computador; imprimia e arquivava numa pasta, depois que líamos e reescrevíamos.

No ano seguinte, ele decidiu se preparar para a seleção de uma nova escola onde queria cursar o Ensino Médio – os pais achavam o Ensino Médio da escola anterior "fraco" e apostavam que a nova escola, mais "forte" em conteúdo mas também na formação humanista, contribuiria mais para a formação de Lucas, e ele concordava. Fez cursinho preparatório e nem por isso parou as aulas comigo. Tirava as dúvidas que surgiam no cursinho e nos estudos comigo e desenvolvíamos todo tipo de texto em torno dos gêneros que seriam cobrados na prova.

Ele passou na seleção, como eu esperava.

Com a mudança de escola, a exigência em relação à produção textual cresceu e Lucas pedia bastante minha ajuda para desenvolver as propostas de texto da escola. Eram propostas complexas e criativas, um desafio para mim também. Fizemos desde instruções para se emocionar, contos fantásticos, passando por entrevista com Aristóteles, artigos opinativos, até análise comparativa de momento histórico com filme e temas do Enem.

Durante os três anos de Ensino Médio, Lucas me contava que não conseguia se sentir parte de um grupo de amigos, como tinha e mantinha na outra escola. Não sabia ao certo o motivo. Tinha a impressão de que não havia pessoas com os mesmos interesses que ele; não conseguia conversar sobre os assuntos que lhe interessavam com os colegas. Nós dois conversávamos bastante. Quase nunca sobre questões pessoais, mais sobre atualidades, filosofia, arte, filmes e livros, psicologia.

No último ano de estudos, nos voltamos para os textos dissertativos, mirando o vestibular. São esses os textos contemplados aqui. Grande parte de meu trabalho foi acomodar a voz de Lucas ao texto "formatado para o vestibular", modulando sua indignação, para que seu texto ganhasse ares menos panfletários e mais comedidos, sem que sua singularidade sumisse ou sua razão para se indignar se perdesse.

Lidar com o vasto repertório de Lucas foi outro desafio. Ele conseguia perceber muitas conexões entre os temas e fatos atuais, aulas de história, aulas de filosofia, filmes que assistia, livros que lia. Mas nem sempre essas relações ficavam explícitas no texto e

compunham uma linha de raciocínio coerente. Dizia a ele para valorizar mais o repertório próprio, trazer uma citação não só para mostrar conhecimento, mas para fazer funcionar sua argumentação, para estabelecer e explicitar relações do tema com suas referências.

A seleção de textos a seguir tenta capturar momentos relevantes desse trabalho. Todos eles foram feitos ao longo do ano de 2014.

3.1.1 Respeito aos rolezinhos

No início de 2014, os rolezinhos – encontros entre centenas de jovens de periferia em shoppings de São Paulo, marcados pela internet – estavam nas manchetes de jornais e circulavam nas redes sociais. Lucas chegou ao nosso encontro perplexo com o fato de os shoppings estarem proibindo a entrada de certos jovens, mas também com a dimensão dos eventos – as fotos com milhares de pessoas espremidas entre corredores e escadas-rolantes causavam certo pânico. Propus lermos alguns textos sobre o assunto para que ele, em seguida, escrevesse um artigo com sua opinião sobre a coibição desses eventos.

Lemos dois artigos de um dos grandes jornais do Brasil, com posições contrárias em relação aos acontecimentos: um contra os rolezinhos, por considerar o shopping um lugar inadequado para receber um número tão grande de pessoas, o que colocaria em risco a integridade dos frequentadores; o outro a favor, por acreditar que sua proibição seria uma forma de marginalização da juventude e que esses eventos poderiam se tornar uma oportunidade de "negócio social", em que não só as empresas e o poder público se beneficiariam, mas também o povo e sua cultura. Lucas achou importante considerar a segurança das pessoas nesses encontros, embora acreditasse haver formas de assegurá-la sem proibir o encontro. O segundo artigo lhe pareceu um pouco otimista demais e enfatizava o consumo, uma lógica que não lhe agradava. Lemos ainda uma crônica jornalística que comparava os rolezinhos a outros acontecimentos da história em que houve uma disputa de território. A crônica terminava com uma provocação à solução apontada pela prefeitura de os rolezinhos serem realizados nos estacionamento dos shoppings: poderia acontecer o mesmo que em Paris, quando a rainha Maria Antonieta, ignorando a realidade miserável de seu povo, sugeriu aos que não tinham pão que comessem brioches, ou seja, uma insurreição popular. Lucas se divertiu com o texto e admirou a capacidade do autor de fazer essa conexão histórica. Ainda indiquei para ele um artigo de internet de um jornalista que cresceu na periferia e expunha, em sua análise, a importância dos shoppings para essa população, tanto como espaço de lazer quanto como legitimação social via consumo. Pedi, então, que ele

escrevesse, para o encontro seguinte, um texto que respondesse à pergunta: rolezinhos em shoppings devem ser coibidos?

Respeito é bom e eles gostam

Nas passadas semanas, todos os holofotes midiáticos estavam voltados para os “rolezinhos”. Mas, afinal, o que são? O nome do movimento foi originado a partir de uma gíria bastante utilizada pela juventude atual: “rolê”, um sinônimo de programa, evento. Seus integrantes, numerosos jovens pertencentes às classes sociais menos favorecidas, criam grupos nas redes sociais com o objetivo de marcar encontros em shoppings.

Muito embora haja uma grande polêmica relacionada ao motor desses encontros, afirmo com veemência que eles não vão além das aparências: influenciados pelo modo norte-americano consumista de viver, que é imitado pelo Brasil e por grande parte do mundo, os adolescentes logo associam, inconscientemente, lazer a consumo. Além disso, apesar de unirem-se em enormes turmas pelo fato de não se sentirem à vontade em tais ambientes, por sua condição social, não se trata de uma revolta ou reivindicação. Na verdade, seu desejo é socializar, isto é, conversar, bagunçar, beijar, etc.

Julgo, ainda, de elevada importância me colocar na seguinte situação: estou com minha família no shopping e, repentinamente, centenas de jovens invadem o lugar, chamando a atenção de todos propositalmente e sendo desrespeitosos. Certamente, não seria agradável presenciar isto.

Apesar de todos os aspectos negativos dos “rolezinhos”, é essencial que respeitemos e valorizemos a liberdade de expressão alheia, pois foi por ela que tanto lutamos durante toda nossa história.

Finalmente, os shoppings são, sim, propriedades privadas. Contudo, antes de sua inauguração, seus donos são obrigados a assinar um documento que proíbe com clareza a barragem de indivíduos. Portanto, é inadmissível que, com base na criação de um estereótipo dos integrantes do movimento, os seguranças desses locais impeçam a entrada de determinadas pessoas. Isso seria, sem dúvida, discriminação, pois se trata, aqui, da cor da pele.

Assim, digo “não!” à coibição dos “rolezinhos” nos shoppings. Respeito é bom e eles gostam.

Chamou-me a atenção como Lucas se envolveu com o tema, aproveitou bem as leituras feitas, transitou com facilidade por seus argumentos, por contrapontos, e não demonstrou dúvida de sua posição, afirmando com firmeza seu ponto de vista. Ele usou algumas vezes a primeira pessoa do singular, assemelhando-se mais com um artigo de opinião, o que eu vi como uma maneira de Lucas fazer uma transição dos textos opinativos, mais pessoais, subjetivos e livres, para o gênero dissertativo de vestibular.

Ele introduziu o tema com a definição de rolezinho, e em seguida defendeu, no segundo parágrafo, que rolezinho é socialização e não reivindicação, mas, no quarto, usou a liberdade de expressão como argumento para ser favorável aos rolezinhos, o que gerou uma incoerência.

Em seguida, Lucas se colocou na situação de um cliente do shopping, para ponderar que presenciar o rolezinho não seria agradável, demonstrando capacidade de olhar a questão de diferentes perspectivas.

Quando ele criticou a proibição de entrada de algumas pessoas em alguns shoppings em resposta aos rolezinhos, ele acusou o preconceito racial da medida. Considerei ampliar a ideia de preconceito, já que o acontecimento não tinha como foco a população negra, mas a população de periferia. Lucas concordou, mas argumentou que a população da periferia em sua maioria era negra. Eu dei razão a ele, porém insisti que o preconceito racial é um dos preconceitos que aparece nessa proibição, mas não o único. Ele se propôs a ampliar a ideia na reescrita.

O final, "respeito é bom e eles gostam", pegando o ditado popular, era criativo, mas considerei que não abarcava a ponderação que fazia parte da opinião defendida por ele. Lucas percebeu que podia refinar o título, mas não sabia ainda como.

Depois desses primeiros comentários, voltamos ao início do texto para algumas lapidações desses pontos e de alguns outros que foram surgindo nessa segunda leitura.

Comentei com ele que a expressão "Nas passadas semanas" soava forçada, com a inversão na ordem do adjetivo e o plural, mas podia ser entendida como um esforço de autoria, de estilo. Ele deu uma risadinha meio sem graça e revelou que, ao ler em voz alta a expressão, soou-lhe exagerada. Dei outra opção: poderia ser "nas semanas que se passaram", mas ele optou por substituir "passadas" por "últimas", simples e direto.

Falei que o segundo parágrafo contemplava ideias importantes para o tema, como a relação entre consumo e lazer, periferia e shopping, mas que não chegava a explicitar a razão da escolha dos shoppings como lugar de encontro desses jovens. Lucas percebeu que precisa voltar ao fato para fechar a ideia do parágrafo. Lembrei-lhe de que o texto que indiquei a ele apresentava não só o consumismo como determinante para essa escolha, como também a falta de espaço público na periferia. Lucas contou que tinha lido o texto, mas não sabia como incluir essa ideia. Eu vi naquele parágrafo a oportunidade. Muito disposto, ele incluiu mais um período com essa justificativa para o fenômeno do rolezinho.

Apontei para ele meu incômodo com o uso da palavra "agradável" para justificar a preocupação com a segurança desses eventos, por ser muito subjetivo o que agrada ou

desagrada alguém. Comentei que os riscos que uma multidão representa em um ambiente despreparado para recebê-la seria um argumento mais objetivo, palpável. Ele disse, num tom frustrado, que era essa a ideia que queria passar, mas não tinha conseguido encontrar as palavras. Eu o reanimei dizendo que agora ele podia tentar de novo. Lucas, sério e concentrado, acrescentou a ideia de perigo contido nesses encontros de grandes magnitudes e que medidas precisariam ser tomadas para garantir a ordem e a segurança dentro dos espaços comerciais. Os argumentos ficaram bem mais precisos. Ele ficou satisfeito e prosseguimos.

Indiquei a Lucas a incoerência de ele se apoiar no direito à liberdade de expressão se defendia que os rolezinhos não eram manifestação. Ele viu razão no meu apontamento e eu lhe perguntei qual seria o direito que estaria mais relacionado com a tese dele, de poder ocupar um espaço de lazer livremente. Ele lembrou do direito de ir e vir e fez a alteração com afínco.

Chegamos na questão do preconceito racial. Lucas me perguntou como poderia falar de forma mais abrangente do preconceito contra quem frequentava os rolezinhos. Considerei com ele que o racismo estava presente no impedimento dos jovens de entrarem nos estabelecimentos comerciais, mas também havia outros preconceitos ligados a um perfil que seria associado à periferia, à pobreza. A partir desse comentário, ele incluiu a ideia de aparência de forma mais geral e citou alguns exemplos – quando eu li "odor" como um dos fatores de discriminação, fiquei impactada – será que passava até pelo cheiro essa distinção? Cheiro fazia parte da aparência? Será que Lucas estava exagerando? Ou eu estava sendo ingênua? Lembrei de comentários em rede social sobre "perfume de pobre" em ônibus ou em elevador. Lucas tinha razão.

Propus a reconstrução da frase final do texto, que origina o título, para que ela correspondesse à tese defendida, de que os rolezinhos não deveriam ser proibidos, mas algumas medidas precisariam ser tomadas para que eles não colocassem em risco nem os participantes do evento nem o público do shopping. Então ele trouxe a ideia de reciprocidade e a ponderação aparece no ditado.

A segunda versão ficou assim:

Respeito é bom e **todos** gostam

Nas últimas semanas, todos os holofotes midiáticos estavam voltados para os “rolezinhos”. Mas, afinal, o que são? O nome do movimento foi originado a partir de uma gíria bastante utilizada pela juventude atual: “rolê”, um sinônimo de programa, evento. Seus integrantes, numerosos jovens pertencentes às classes

sociais menos favorecidas, criam grupos nas redes sociais com o objetivo de marcar encontros em shoppings.

Muito embora haja uma grande polêmica relacionada ao motor desses encontros, afirmo com veemência que eles não vão além das aparências: influenciados pelo modo norte-americano consumista de viver, que é imitado pelo Brasil e por grande parte do mundo, os adolescentes logo associam, inconscientemente, lazer a consumo. Além disso, apesar de unirem-se em enormes turmas, pelo fato de não se sentirem à vontade em tais ambientes, por sua condição social, não se trata de uma revolta ou reivindicação. Na verdade, seu desejo é socializar, isto é, conversar, bagunçar, beijar, etc. Essa juventude constrói sua identidade com base em suas posses materiais, e, por isso, não é por acaso que seu ponto de encontro seja um pólo de consumo. Todavia, não se pode desconsiderar a falta de espaços públicos nos quais estes indivíduos possam se entreter e se divertir com a sua geração.

Julgo, ainda, de elevada importância me colocar na seguinte situação: se estou com minha família no shopping e, repentinamente, centenas de jovens invadem o lugar, chamando a atenção de todos de maneira proposital e sendo desrespeitosos, por certo, não seria tranquilo presenciar isto – um tumulto dessas proporções poderia, em caso de qualquer tipo de intercorrência, resultar em pessoas feridas, em especial crianças e idosos, ou até mortas. Diante da falta de segurança dos frequentadores desses locais, severas medidas de precaução, tais como extintores de incêndio dentro da validade, portas corta-fogo, saídas de emergência e funcionários instruídos para lidar com essa situação, devem ser tomadas com urgência.

Apesar de todos os aspectos problemáticos dos “rolezinhos”, é essencial que respeitemos e valorizemos a liberdade de ir e vir, pois ela é parte fundamental de um Estado democrático.

Finalmente, os shoppings são, sim, propriedades privadas, o que os torna alvo de regras elaboradas por seus proprietários. Contudo, antes de sua inauguração, seus donos são obrigados a assinar um documento que proíbe com clareza a seleção de indivíduos. Portanto, é inadmissível que, com base na criação de um estereótipo dos integrantes do movimento, os seguranças desses locais impeçam a entrada de determinadas pessoas. Isso seria, sem dúvida, discriminação, pois se trata, aqui, não apenas da cor da pele, porém da aparência como um todo (vestimentas, cabelo, odor, entre outros).

Assim, digo “não!” à coibição dos “rolezinhos” nos shoppings. Há de haver uma reciprocidade: respeito é bom e todos gostamos.

O texto ganhou unidade, os argumentos ficaram coerentes com a tese e com o modo de encarar o fenômeno, o contraponto foi fortalecido. As mudanças valorizaram a riqueza tímida que já estava presente na primeira versão. Ao final da atividade, Lucas esboçou um sorriso acanhado de orgulho. Eu falei que ele podia ficar contente, estava num ótimo caminho, e seu sorriso se abriu.

Lucas se mostrava bastante disponível às minhas intervenções, recebendo-as com seriedade, como um incentivo a seu pensamento, uma provocação a sua escrita, um amparo a

sua insegurança. Essa abertura dele, essa disposição, facilitava tanto nossa interlocução quanto seu desenvolvimento, sua soltura na escrita.

3.1.2 Célebres citações

Li a proposta da Universidade Estadual Paulista (Unesp) com Lucas e apontei que, como a coletânea direcionava para uma resposta negativa à pergunta-tema – *É preciso ser famoso?* – seria interessante criar uma argumentação que o diferenciasse do caminho mais esperado. Isso não queria dizer que ele deveria ir para a tese contrária, a fama ser necessária, mas que poderia haver uma diferenciação entre uma fama necessária e outra desnecessária. Lembrei Lucas de um texto que havíamos lido para escrevermos sobre o lugar da religião na sociedade brasileira, em que o autor diferenciava o preconceito que gerava as mais variadas intolerâncias do preconceito como uma habilidade de abstrair e generalizar, responsável pela evolução da humanidade. Sugeri, diante disso, que ele construísse uma tese com ressalva a partir da distinção entre fama e sucesso, apoiando-se no excerto 2 da coletânea, em que fama era associada à exposição da vida privada, e sucesso, a reconhecimento de um bom trabalho. Lucas considerou possível o desafio, não se amedrontava. Passada uma semana, estamos nós lendo seu texto:

Sábios e sabidos

"Preferia viver a vida, com a sensação de ter uma vida realmente minha". O trecho do escritor Carlos Drummond de Andrade refere-se à pressão das câmeras e do "Ibope" como índice de publicidade, isto é, à pressão da fama. Sobre o mesmo assunto, Fernando Pessoa escreve que "o homem que se torna célebre fica sem vida íntima: tornam-se de vidro as paredes de sua vida doméstica". Em ambos os casos, é possível notar uma visão negativa em relação à popularidade. Porém, afinal, o que é isto? É importante ter claro em mente que sucesso e fama têm significados bastante diferentes. Se, por um lado, o sucesso é o reconhecimento de um trabalho de qualidade e, portanto, se dá na esfera pública, por outro, a fama não passa da especulação da vida privada.

Ser famoso é, dessa maneira, estar permanentemente exposto. Contudo, por mais estranho que pareça, há um grande número de pessoas que desejam, enlouquecidamente, adentrar o universo narcisista e sedutor dos famosos. Afinal, a fama envolve e está envolvida por uma atmosfera cativante de glamour e vaidade provenientes do destaque social. Esses são os mesmos indivíduos que, ao obterem o tão inusitado status social, frequentarão as áreas VIPs, destinadas somente às pessoas muito importantes (Very Important People). Ou melhor, àquelas com narizes empinados e umbigos enormes, as quais superestimam a si próprias.

Para compreender o fenômeno da tara pela fama em sua totalidade, é crucial nos projetarmos na Renascença, período durante o qual surge o antropocentrismo: o homem no centro de tudo. Passam, então, a se estruturar os Estados Nacionais Modernos. Sendo assim, o individualismo que assola a realidade brasileira hoje tem berço no século XIX. Além disso, como produto da revolução técnico-científico-informacional, as redes sociais nunca foram tão populares. Como Pessoa bem colocou, "vida particular da gente já era. Agora vivemos a vida dos outros, em bloco, ou melhor, a de ninguém".

Finalmente, essa notoriedade é uma tentativa desesperada de obter prestígio e glória. E quem mais caça a fama, em nossa sociedade quase que estamental, é o homem livre dependente, o qual mergulha na cordialidade, tornando-se um papagaio reprodutor da ideologia da classe dominante. O que acontece geralmente é que ele deseja ascender socialmente a qualquer custo e, em uma sociedade em que praticamente não existe mobilidade social, a fama é uma ótima oportunidade. Sendo assim, Pessoa não falha em dizer que a fama é plebeísmo.

Arrematando o assunto, vale enfatizar que compartilho da mesma opinião que os escritores citados: "é preciso ser muito grosseiro para se poder ser célebre à vontade". O que valorizo, sem dúvida, são os indivíduos que, por terem inteligência de sobra e apesar de terem plena capacidade de ser o centro dos holofotes, optam pela discrição. Afinal, já dizia Nietzsche, demasiado sabiamente, que é longe de toda a fama que acontece o que realmente há de importante. São as contradições do mundo: a discrição e a fama, os sábios e os sabidos...

Lucas executou com destreza o desafio de estruturar uma tese com ressalva a partir da diferenciação na definição de fama. A veemência de sua opinião era sentida em críticas mais mordazes, como quando explicava quem eram as "VIPs", ou no uso da primeira pessoa do singular na conclusão. Além disso, chamou minha atenção a quantidade de citações diretas e indiretas do texto. Ponderei com Lucas que talvez fosse mais interessante ele trabalhar essas ideias com suas próprias palavras, para demonstrar apropriação da coletânea e não uma mera reprodução, e optar por algumas delas, para ter espaço de explicá-las e relacioná-las com o tema. Ele se mostrou insatisfeito, não com meus comentários, mas consigo mesmo, porque, ao escrever, foi estabelecendo várias ligações, mas, ao ler, percebeu que a quantidade de citações não fazia sentido se não fossem conectadas com os argumentos, se não fossem comentadas por ele. Concordei que a citação não bastava por si, ele precisava evidenciar para o leitor como seu argumento era fortalecido por ela.

Fiz, então, apontamentos mais específicos sobre o texto, visando a reescrita.

O título "Sábios e sabidos" estabelecia uma diferença conceitual a partir da ideia de sabedoria e, portanto, criava a expectativa de que uma relação entre sabedoria e fama apareceria ao longo do texto e correspondia a ela.

Na introdução, Lucas citou dois trechos da coletânea, um de Carlos Drummond, outro de Fernando Pessoa, para evidenciar um ponto negativo gerado pela popularidade: a pressão da fama sobre a vida do famoso, ou seja, a indistinção entre sua vida privada e pública. Mas fazia falta ele relacionar as citações por meio de uma generalização que explicasse os exemplos, para a ideia não ficar dispersa. Além disso, definição de "fama" estava mais clara do que de "sucesso", porque ficava imprecisa a afirmação de que um trabalho de qualidade se dava na esfera pública – a contribuição que ele promove era pública, mas ele não necessariamente era exercido nessa dimensão.

Havia uma boa passagem entre a introdução e o primeiro parágrafo argumentativo, pois retomava o ponto negativo da fama – a exposição permanente – e buscava motivos para, mesmo assim, tantas pessoas terem o desejo de alcançá-la: status, privilégios, vaidade.

No terceiro parágrafo, apresentava um dado histórico como um marco contextual para entender esse fenômeno de busca pela fama e, em seguida, afirmava que o desenvolvimento tecnológico propiciava a invasão da vida privada, a partir de outro exemplo de Pessoa, entretanto sem relacionar muito bem esses argumentos e a citação.

No quarto parágrafo repetia que a notoriedade era desejada por trazer prestígio social e caracterizava o indivíduo que procura a fama como livre e dependente, paradoxalmente; um homem cordial (referência a Sergio Buarque de Hollanda). Em seguida, convocava Pessoa novamente para retratar a fama como "plebeísmo", sem explicar a expressão nem o que queria dizer com ela.

Concluiu com "Arrematando o assunto", expressão mais informal, emprestada da linguagem oral, que indicava o envolvimento de Lucas com seu texto e sua dificuldade em manter uma formalidade. Fez uso da 1ª pessoa do singular e de mais uma citação da coletânea, sem, no entanto, colocar a fonte. Afirmou valorizar aqueles que tinham inteligência mas escolhiam pela discrição, e explicou essa posição por meio de uma afirmação de Nietzsche: os acontecimentos relevantes estariam longe da fama. O último período, Lucas terminou com: "São as contradições do mundo: a discrição e a fama, os sábios e os sabidos...". Era possível presumir que ele queria estabelecer uma relação entre discrição e sábios, enquanto associava fama a sabidos, pelo que era afirmado no começo da conclusão sobre inteligentes serem discretos, mas a ideia de famosos serem sabidos não ficou explicitada e, com isso, o título não podia ser desvendado pelo leitor.

Lucas pediu para reescrever seu texto em casa, quis ter mais tempo e independência para fazer as mudanças necessárias. Eu achei bom para ele ganhar autoconfiança.

A segunda versão lida na semana seguinte:

Sábios e sabidos

Repórteres na porta de casa. Exposição de fotos nas redes sociais. Amizades por interesse. Essas são situações comuns para os que se tornam famosos. O escritor Carlos Drummond de Andrade, na crônica *Fama*, evidencia essa exagerada exibição e afirma que a celebridade fica sem vida íntima, pois vive em função das expectativas alheias. Nesse sentido, é possível notar uma visão negativa em relação à popularidade. Porém, é importante ter claro que fama e sucesso têm significados bastante diferentes. Se, por um lado, o sucesso é o reconhecimento de um trabalho de qualidade e, portanto, se dá na esfera pública, por outro, a fama não passa da especulação da vida privada.

Ser famoso é, dessa maneira, estar permanentemente à mostra. Contudo, por mais estranho que pareça, há um grande número de pessoas que desejam, sem restrições, adentrar o universo narcisista e sedutor dos famosos. Assim, a fama envolve e está envolvida por uma atmosfera cativante de glamour e vaidade provenientes do destaque social. Esses são os mesmos indivíduos que, ao obterem o tão almejado status, frequentarão as áreas destinadas somente às pessoas muito importantes (Very Important People, da sigla VIP), ou melhor, àquelas com narizes empinados e umbigos enormes, as quais superestimam a si próprias.

Para compreender o fenômeno da fixação pela fama em sua totalidade, é crucial nos projetarmos na Renascença, período durante o qual surge o antropocentrismo: o homem no centro do mundo. Sendo assim, o individualismo que assola a realidade brasileira hoje tem berço no século XIX. Ademais, como produto da revolução técnico-científico-informacional, as redes sociais nunca foram tão populares, tanto para integrar pessoas, quanto para incitar a exposição do universo pessoal.

Levando em consideração esse contexto, constata-se que, em uma sociedade na qual praticamente inexiste mobilidade social, a fama é uma ótima oportunidade para ascender socialmente. Sendo assim, o reconhecimento por uma contribuição social ou um feito que beneficiarão o coletivo e não só quem os realizou fica em segundo plano. Ou melhor, a produção de conhecimento é desconsiderada, enquanto se capitaliza a exposição da imagem.

Visto isso, o que deve ser valorizado, sem dúvida, são os indivíduos que, por terem inteligência de sobra, optam pela discrição. Afinal, já dizia Nietzsche, demasiado sabiamente: longe de toda a fama, acontece o que há de realmente importante. São as contradições do mundo: a discrição e a fama, os sábios e os sabidos...

Excluiu as citações diretas e a pergunta da introdução. Começou o parágrafo com frases nominais (técnica de introdução vista em encontros anteriores) que traziam situações referentes ao mundo da fama e as relacionou com a citação indireta de Drummond sobre o fim da privacidade como consequência da notoriedade. A coerência entre as ideias melhorou e ficou mais claro o que Lucas queria enfatizar das citações.

No segundo parágrafo, tirou a citação de Pessoa do último período e explicou a ideia que estava solta no período anterior sobre a relação das redes sociais com o fenômeno da busca pela fama: outro meio que incita a exposição do universo pessoal.

Conseguiu eliminar a repetição tanto da busca por prestígio quanto da sociedade estamental e suprimiu a ideia de papagaio reprodutor e de plebeísmo do terceiro parágrafo. Simplificou-o, ao estabelecer uma justificativa para a busca pela fama – ela promover ascensão social – e esclarecer a diferença de importância, na sociedade atual, entre fama e sucesso. Retomou, assim, a distinção apontada na introdução e aproveitou para deixar mais claro o que não tinha ficado evidente: que o sucesso é o reconhecimento de um trabalho que tem consequências positivas para o bem comum, aquele que deixa uma contribuição social.

Na conclusão, substituiu "arrematando o assunto" por "visto isso", e a primeira pessoa do singular por "o que deve ser valorizado", ganhando formalidade. Tira a última citação direta e deixa apenas Nietzsche e o derradeiro período sobre sábios e sabidos, que, com o esclarecimento no parágrafo anterior, torna-se mais bem explicado e desvenda o mistério do título.

Ao reduzir as referências e simplificar algumas explicações, Lucas não deixou mais o leitor perdido em meio a tantas referências e conseguiu, com isso, enfatizar o que queria na discussão. A expressão séria de Lucas se esvaneceu num sorriso e ele se disse satisfeito – as horas de dedicação tinham valido a pena. Ele tinha levado uns três dias para terminar, foi fazendo aos poucos, se distanciava do texto, depois o retomava e assim fez até achar que estava pronto. Eu o elogiei, reconheci o resultado de seu esforço e atestei que ele estava cada vez mais capaz de identificar os problemas de seu próprio texto e encontrar soluções para eles. Lucas ficou contente e quis saber qual seria o próximo tema que enfrentaria.

Ao ouvir a voz rouca de Lucas lendo seus textos com firmeza, eu sentia o orgulho dele em ter escrito aqueles textos e sentia o meu orgulho em ter participado do desenvolvimento desse gosto nele. O trabalho com ele era leve, fluido, por ser permeado por esta alegria: ambos estávamos felizes, curiosos e envolvidos com o que fazíamos e com quem nos tornávamos nessa experiência.

Era muito gratificante para mim, como professora, ler nos textos de Lucas os recursos que eu apresentava para ele nos encontros, observar como ele tentava aproveitar ao máximo a coletânea das propostas e seu repertório para produzir seu texto. Nem sempre funcionava bem, mas ele se arriscava, experimentava.

Eu achava graça do tom indignado de algumas frases, dos imperativos das conclusões, da primeira pessoa do singular que insistia em aparecer. Eu via uma certa ingenuidade dele nesses momentos, não só a esperada por sua pouca idade, mas uma ingenuidade de quem pode brincar de ser escritor, de quem escreve como quem quer ser ouvido. E isso reforçava, de uma forma meio torta, sua assertividade, seu estilo. Ele estava no texto, era possível vislumbrar Lucas em suas linhas e entrelinhas.

O perfeccionismo de Lucas era perceptível em sua cadência na leitura compassada e nas suas várias versões dos textos (ele era dos raros alunos que tinham fôlego e empenho para fazer mais de duas versões de um mesmo texto). Um aluno exemplar. Seu comprometimento me agradava, mas eu tinha vontade também de abalar um pouco seu enquadramento, relaxar seu sorriso de bom moço, desprendê-lo do "correto". Nos seus textos dissertativos, ele conseguia se soltar do que seria uma dissertação "certa", ao não os formatar no "padrão-redação-de-vestibular", ao usar variados recursos de linguagem e também quando conseguia justificar posturas que aceitamos como moralmente corretas, mas nem sempre sabemos dizer por quê. Isso aconteceu quando, por exemplo, ele defendeu que os direitos das crianças deveriam ser os primeiros a serem garantidos, mas não se satisfaz em apenas estipular a conduta adequada e explicou que essa necessidade se devia tanto à condição de formação e, então, de vulnerabilidade dessa parte da população, quanto à sua ligação com o futuro, a esperança do país.

Essas morais que acompanham noções vagas como *consciência*, *justiça*, *liberdade*, apesar de serem valores consagrados e universais na cultura ocidental contemporânea, são comumente usadas pelos candidatos nas redações de vestibular, sem especificar sua compreensão sobre elas, sem a preocupação de defini-las e, portanto, sem se importar se significam a mesma coisa para eles, que escrevem, e para seus interlocutores, que o leem – ou talvez esses jovens pressuponham que, se o valor é incontestável, o entendimento sobre ele esteja dado, e por isso, seja desnecessário explicitá-lo. A prova moral seria usada, então, como um argumento-coringa, como mais uma das estratégias de preenchimento da redação, prestando-se:

[...] à demonstração de qualquer tese, ainda que nada diga a seu respeito. Noções como essa, que recheiam uma parte substancial da grande maioria das redações de caráter dissertativo indicam um lugar favorável, não à construção de argumentos, mas à sua diluição em valores genéricos que nunca se dão a conhecer. Via de regra, ao utilizá-las, aproveitando-se de sua imagem de valor inquestionável, óbvio, em torno do qual comunga a

humanidade, o usuário abandona qualquer projeto de posicionamento pessoal diante de um tema particular. (PÉCORA, 1980, p. 95).

Eu tinha receio de que o enquadramento da redação de vestibular desanimasse Lucas e o fizesse sumir do texto, acionando automatismos. Mas como instigá-lo a estar no texto sem que isso ficasse explícito? Onde encontrar com Lucas a sutileza em fazer aparecer quem escrevia sem usar marcas linguísticas de pessoalização? Uma das minhas estratégias era problematizar essas ideias preconcebidas, fazê-lo falar mais, se posicionar, a outra era estimular a ativação do repertório e da criatividade dele, mas de maneira seletiva e bem relacionada com a argumentação, levando a um maior aproveitamento desses recursos.

Vamos acompanhar mais alguns temas desenvolvidos por ele nos encontros comigo para averiguar tais inquietações.

3.1.3 Uma metáfora para a telenovela

Eu sabia que Lucas era crítico às novelas, não via praticamente televisão, preferia assistir filmes. O que me levou a propor o tema da Unifesp de 2010, *Telenovela: alienação ou conscientização?*, foi a coletânea de textos que o acompanhava: tinha mais argumentos para defender a telenovela como produto cultural de promoção da consciência do que o contrário. Lucas teria que se haver com essas opiniões, transitar entre elas e a sua.

Alien em ação

No Brasil, as telenovelas de maior popularidade e adesão são produzidas e emitidas pela Rede Globo, o principal tentáculo do monopólio informacional e jornalístico em escala nacional. Nesse contexto, não se objetiva o esclarecimento da população, mas o contrário: investe-se no emburrecimento e na ignorância da mesma de modo a distorcer a realidade. Essa alienação é, aliás, uma estratégia adotada pela classe dominante para se perpetuar tanto no poder político quanto econômico do país.

Primeiramente, é essencial pontuar que as telenovelas têm, sim, papel influente na formação de cultura. Todavia, não passam de produto da indústria cultural, ou seja, cultura mastigada e massificada. Desse modo, ao invés de arte, cuja função social é evidenciar que o mundo no qual vivemos é produto de construções sociais e, destarte, nada é e tudo está, as novelas televisivas são entretenimento. Isso porque se limitam à função de passatempo e antídoto ao tédio e ao ócio – os quais, por sinal, são demasiado criativos. Além disso, não há senão o mesmo enredo, a mesma ausência de criação e inovação, estagnações propositais, é claro. De fato, essa cultura forjada não levanta discussões sobre a realidade para um público relativamente pouco informado. Ela torce o pano, esvaziando-o do mínimo conteúdo líquido que antes tinha, isto é, abafa essas discussões por meio do reforço dos estereótipos.

Não se trata, aqui, de reforçar visões maniqueístas. Porém, é sensato assumir, desde o princípio, nossas ideologias. É verdade que comumente ouve-se dos estudantes universitários e intelectuais que as telenovelas são lixo adubeiro para *alien*. Quanto a isso, o autor discorda: acredita que sejam somente o chorume, posto que refletem valores e padrões de uma sociedade automatizada e raramente reflexiva.

Entretanto, como forma é conteúdo, as telenovelas se mostram ainda mais vazias: além do conteúdo repetitivo, a forma, capacitada para ser a diferença, é ultrapassadamente clichê, previsível, sensabor e totalmente esvaziada de teor criativo. Assim, se assiste às reproduções de produções anteriores, sem senso crítico.

Vê-se, portanto, que já é tempo de mudar... É responsabilidade dos detentores de conhecimento difundi-lo e, dessa forma, encher de água aqueles panos secos por tanta massificação cultural.

O título: *Alien em ação*, já indicava uma brincadeira com a palavra alienação, mas fiquei intrigada: quem seriam os aliens?

O texto era bem crítico, praticamente não havia ponderações que defendessem alguma positividade da novela. Embora ficasse claro que Lucas considerava a telenovela uma forma de alienação, parte de uma cultura massificada, a crítica escorregava, caía em contradição em alguns momentos, pois afirmava que a telenovela alienava por ser um entretenimento pobre, massificado, mas, ao mesmo tempo, que o ócio era um tempo criativo; defendia que a novela influenciava a formação da cultura e em outro momento que ela era resultado, produto de uma massificação da mídia. Avaliei que o texto tinha boa introdução, mas que daria para melhorar a argumentação, para Lucas valorizar e definir mais a ideia de alienação e não se perder em outras metáforas ou citações. Ele ficou chateado de ter voltado a fazer uso indiscriminado das citações, explicou que as relações se estabeleciam enquanto ele estava escrevendo e ele as acolhia. Eu dei risada, achei engraçada e precisa a ideia de a escrita ter vida própria e aproveitei para reafirmar a importância das reescritas.

Sugeri que Lucas mantivesse o primeiro parágrafo e o último e, no segundo parágrafo, focasse em evidenciar a ideia principal de criatividade que o tempo livre pode proporcionar. Perguntei para ele o que ele queria suscitar com a citação "nada é e tudo está". Ele me explicou que tinha a intenção de mostrar que o mundo muda o tempo todo. Mas qual seria a relação com a ideia seguinte sobre novela ser entretenimento? Ele percebeu a falta de coesão e tirou a citação. Mostrei para Lucas que valeria explicar o que significava perceber que o mundo era produto de construções sociais. Ele falou que significava perceber que cada ação nossa fazia diferença porque compunha o mundo. Comentei com ele que isso era política em seu sentido mais amplo. Ele me olhou com olhos curiosos e então incluiu a formação política

como função da arte. Ponderei que a imagem do pano não era tão potente quanto a do alien e que achava mais produtivo desenvolver bem uma metáfora do que construir várias superficiais. Ele lembrou que eu tinha dado a mesma dica no texto anterior. Explicou de novo que, ao escrever, vai fazendo relações e não percebe, e concluiu que precisava voltar no texto com mais atenção depois da primeira escrita, para fazer essas escolhas com calma. Lucas retomou o texto e excluiu a expressão do pano daquele parágrafo e da conclusão. Além disso, percebeu que a ideia de mesmo enredo tinha relação com o quarto parágrafo, que descrevia e criticava a forma e o conteúdo da novela, e a transferiu para lá.

O terceiro parágrafo tinha o tom pessoal persistente de Lucas. Pedi, então que ele impessoalizasse a discussão sobre alienação e a problematizasse um pouco mais: o que se ganha e o que se perde com isso? Quais as consequências disso? Ele, empolgado, retomou a ideia de "aliens" e relacionou com o reforço de estereótipos das novelas e a impossibilidade de ampliar discussões importantes para o bem comum.

Na conclusão, eu comentei que a ideia de difundir conhecimento não contemplava a importância que esse conhecimento tem na formação dos indivíduos. Ele pensou um pouco e viu a chance de retomar a ideia inicial de a mídia participar da construção da cultura dos cidadãos. Achei ótimo. Como Lucas tinha resolvido excluir a imagem do pano, propus que ele refizesse a mensagem final do texto a partir da imagem dos aliens. Ele gostou da sugestão e a concretizou. Com as alterações, todas as ideias ficaram mais bem conectadas e tinham um motivo para estarem no texto.

A nova versão é esta:

Alien em ação

No Brasil, as telenovelas de maior popularidade e adesão são produzidas e emitidas pela Rede Globo, déspota do monopólio informacional e jornalístico em escala nacional. Nesse contexto, não se objetiva o esclarecimento da população, mas o contrário: investe-se no emburrecimento e na ignorância da mesma a partir da distorção da realidade. Essa alienação é, aliás, uma estratégia adotada pela classe dominante para se perpetuar tanto no poder político quanto econômico do país.

Primeiramente, é essencial pontuar que as telenovelas têm, sim, papel influente na formação de cultura, pois são referências de conduta para muitos dos integrantes de todas as classes sociais. Todavia, não passam de produto da indústria cultural, ou seja, cultura mastigada e massificada. Desse modo, ao invés de arte – cuja função social é evidenciar que o mundo no qual vivemos é produto de construções sociais e, portanto, formar crítica e politicamente os cidadãos – as novelas televisivas são entretenimento. Isso porque se limitam à função de

passatempo e antídoto ao tédio e ao ócio – os quais, ao contrário do que se pensa, são essenciais ao desenvolvimento criativo e reflexivo.

É comum ouvir de estudantes universitários e intelectuais que as telenovelas são lixo adubeiro para *alien*, na medida em que estimulam o comportamento alienado dos espectadores. Porém, posto que refletem valores e padrões de uma sociedade automatizada e raramente reflexiva, não seriam senão o chorume: consequência e não causa da nossa (des)organização social.

Além disso, não há senão o mesmo enredo, a mesma ausência de criação e inovação, estagnações propositais, é claro. De fato, essa cultura pasteurizada não levanta discussões sobre a realidade para um público relativamente pouco informado. Ela esvazia os cérebros dos *aliens* por meio do reforço dos estereótipos e, com isso, impede a ampliação e o aprofundamento de discussões estruturais para a coletividade.

Vê-se, portanto, que já é tempo de mudar. É responsabilidade da mídia participar da construção cultural dos cidadãos e, dessa forma, suas produções precisam abandonar a massificação, investir na qualidade artística e, assim, colocar os *aliens* em ação.

Lucas ficou impressionado com a quantidade de mudanças necessárias para fazer a metáfora dos aliens funcionar, assim como com a coerência e expressividade que o texto ganhou com esse enfoque. Ele se convenceu de que valia a pena se dedicar e desdobrar uma referência em vez de atirar para todos os lados sem falar nada significativo e não queria incorrer nesse erro novamente. Eu tentei relaxar um pouco essa cobrança, dizendo que não era ruim ter várias ideias e conseguir estabelecer relações, pelo contrário, era uma virtude, mas, infelizmente o texto que ele tinha que fazer na prova de vestibular era restrito a 30 linhas, ou seja, obrigava-o a fazer escolhas, e ele precisava estar preparado para fazer as melhores para o que pretendia defender.

3.1.4 Quando se trata de índio, nada se perde, tudo se transforma

Formulei a pergunta *É possível conciliar desenvolvimento e respeito às comunidades indígenas?* a partir de um fato ocorrido em 2012, quando um grupo de índios Guaranis Caiovás fez uma carta declarando sua morte coletiva após receber ordem da justiça de expulsão de suas terras. Além disso, naquele ano de 2014, a PEC 215 intenta tirar a responsabilidade de demarcação das terras indígenas do governo e da FUNAI e transferi-la para o Congresso Nacional, instância política na qual a representatividade dos latifundiários está garantida ao passo que a dos indígenas não, o que teria como efeito a diminuição ainda mais acentuada das terras indígenas. Diante desses fatos, eu apostava naquele tema como uma das possibilidades a serem propostas nos grandes vestibulares daquele ano. De lá para cá esse tema ainda não apareceu nas provas dos maiores vestibulares.

O assunto é muito rico, porque envolve a história de formação do Brasil, os modos de vida na contemporaneidade, o meio ambiente e a vulnerabilidade social. Sabia que Lucas, sensível como era, seria sensível à questão dos índios, mas teria dificuldade com os argumentos, por ter pouco repertório.

Indiquei para Lucas a leitura de dois artigos de opinião de uma mesma autora, Eliane Brum, que considero uma das melhores jornalistas brasileiras da atualidade e cujos textos trazem sempre um deslocamento na maneira de olhar para um problema, por isso sugiro aos alunos, por ser um texto capaz de levar um leitor para um outro lugar que ele não previa e não chegaria sozinho, e o faz de uma maneira acessível e com a maior destreza linguística – uma inspiração não só para o conteúdo quanto para a forma dos textos dos alunos. Em um dos artigos a autora considerava essa declaração de morte coletiva como uma prova tanto de que o Estado era incompetente em fazer cumprir a Constituição de 1988 (que previa a demarcação dos territórios indígenas e a retirada de posseiros e fazendeiros dessas terras em um prazo de 5 anos) quanto de que o sistema judiciário tem cedido às pressões dos latifundiários e do agronegócio. Expunha dados alarmantes: a cada 6 dias um jovem índio se suicida e, em 7 anos (de 2003 a 2010), houve 145 assassinatos para cada 100 mil habitantes (índice mais alto que do Iraque, em que a proporção nesse mesmo período era de 93 para cada 100 mil). No outro artigo ela explicava o que estava em questão na PEC 215 e refletia sobre o sentido da terra para os índios, para a lógica capitalista e para o futuro do planeta. Lucas ficou instigado, nunca tinha escrito nem lido muito sobre o assunto, mas se interessou, queria saber mais.

O texto que ele levou no encontro seguinte foi este:

Estado de sítios

Em 2012, repercutiu nas redes sociais e nos portais de notícias a carta dos indígenas Guarani-Kaiowá enviada ao Governo e à Justiça do Brasil. O anúncio de suicídio coletivo – *como foi interpretado por muitos* – nela contido chocou a todos: *pedimos, de uma vez por todas, para decretar a nossa dizimação e extinção total, além de enviar vários tratores para cavar um grande buraco para jogar e enterrar os nossos corpos*. É fato que, gradativamente, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e os integrantes do Movimento Sem-Terra (MST), da zona rural, e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), da esfera urbana, são vítimas da implementação desenfreada do capitalismo no território brasileiro e, por extensão, do agronegócio e da pecuária, em especial a extensiva. São vítimas desse processo de “modernização”, por exemplo, *as quatro mortes, sendo duas por meio de suicídio e duas em decorrência de espancamento e tortura de pistoleiros das fazendas*.

Em face de toda essa crescente tragédia, o Congresso Nacional e o Senado fazem vista grossa, assim como o Judiciário, e engessam quaisquer medidas de transformação da legislação atual propostas pelo Executivo. Isso porque, no

Legislativo, a bancada ruralista, que contém representantes dos latifundiários, é a mais influente. Segue a base de sua argumentação caduca: 1) o desenvolvimento depende de mais terras para a agricultura; 2) os índios são um impasse ao “desenvolvimento” do país.

Primeiramente, é necessário dizer que 53% da área total de terras indígenas correspondem a 58,6 milhões de pastos degradados pela pecuária. Além disso, o Brasil só saiu do Mapa da Fome e superou o problema da subnutrição, como reconheceu a ONU, pelo trabalho dos pequenos produtores, que receberam incentivos do governo Dilma. Caso pensemos em termos de tecnologia, é plenamente possível desenvolver o país com a parcela de terras hoje destinada à produção de alimentos, seja por meio da otimização do espaço, seja pelo suporte à produção familiar, que supre as necessidades nacionais. Ou seja, não há precisão de roubar mais terras dos indígenas para ir ao encontro da “modernização” – no sentido capitalista.

Ademais, ainda nesse sentido da palavra, os índios são vistos como um entrave ao “desenvolvimento”, pelo fato de seu modo de vida ser “improdutivo”. Todavia, para quem enxerga um pouco além dos latifundiários, há, nessas comunidades, um valor puramente de uso, contrário ao valor de acúmulo cantado pelo capitalismo em verso e prosa. Essa cultura milenar de subsistência é desprezada em absoluto pela ideologia de produtividade sem freio. Nota-se, ainda, que essas comunidades têm fortes laços com a ancestralidade, o que, num contexto de obsolescência programada, no qual o “velho” passa a ter conotação negativa, não tem espaço nem respeito.

Portanto, em linhas gerais, essa incompatibilidade de valores entre um capitalismo que se propõe verde e libertário – mas, na realidade, é o inverso e o avesso – e uma cultura indígena que se relaciona com a natureza de modo a proteger a biodiversidade e a Mãe-Terra é insolúvel. Especialmente quando se soma a essa solução já heterogênea uma bancada ruralista a caçar brechas na Constituição para que as terras públicas se tornem privadas. Uma maneira de fazê-lo é converter a exceção da lei – *ressalvado relevante interesse público da União* – em regra. A outra forma é tornar a demarcação das terras responsabilidade do Congresso, e não mais do Executivo.

Finalmente, o que se vê nesse cenário brasileiro é um cerco que abarca a imposição de um modo de vida – o da classe dominante: elite econômica e política – e, assim, o desrespeito de todas as particularidades culturais, econômicas – afinal, economia deriva do termo grego *oikonomia*, fusão entre os termos *oikos* (casa) e *nomos* (costume, lei), que significa “a arte de bem administrar uma casa ou um estabelecimento particular ou público” –, políticas, sociais e geográficas – no sentido de disposição dos indivíduos no espaço físico e de suas interações e distâncias sociais. Um exemplo semelhante foi a supressão das identidades múltiplas dos povos indiano e chinês pela Inglaterra imperialista no século XIX.

Todo esse nó promove a perpetuação da violência como forma estrutural e sem superação de mediação das relações sociais no Brasil e deve nos impulsionar à reflexão sobre as duas faces do desenvolvimento: o humano, em que se preza o respeito ao outro, e o econômico, tomado por essa conduta violenta. É nossa obrigação, como cidadãos, optar por um deles e lutar pelo escolhido. Além de regulamentar as terras e restringir a remessa de lucros das transnacionais ao exterior, a solução efetiva é enxergar o outro como tal, ao invés de aniquilá-lo por ser diferente ou impor sua forma de vida a ele, transformando-o em extensão de

si. O outro, depois de séculos de exploração, marginalidade e estereotipação – “programa de índio”, etc. –, merece ganhar voz e ser ouvido por quem tanto o suprimiu e ainda suprime. Esse mesmo outro, que poderia estar rouco, continua gritando por seus direitos: *já perdemos a esperança de sobreviver dignamente e sem violência em nosso território antigo, não acreditamos mais na Justiça brasileira.*

Chamou minha atenção a ausência de marca de personalidade no texto – o tom era formal e mantinha a impessoalidade do começo ao fim, sem que o envolvimento de Lucas com o tema se perdesse. Considerei isso excelente e Lucas contou que tinha dado trabalho escrever aquele texto, tinha pesquisado, escrito em várias fases, reescrito.

Comentei que ele fez um texto bem completo, em que discutia as principais questões envolvidas no tema e aproveitava muito bem as leituras indicadas por mim – apesar de não ter entendido bem o que propunha a PEC 215 e quais as consequências decorrentes dela. Entretanto, o texto tinha ficado muito longo para o formato padrão das redações de vestibulares, que em média fornece 30 linhas para o candidato escrever – ele precisaria ser mais conciso, fazer algumas escolhas e alguns rearranjos. Lucas consentiu com tranquilidade. Contou que preferiu escrever mais para garantir que todas as ideias que considerava importantes estivessem no texto, assim, depois com a nossa conversa, ele conseguiria selecionar melhor o que ficaria. Lucas sempre dava seu melhor, não se contentava com o mínimo, mas o enquadramento do vestibular o tolhia um pouco, o detalhamento, a amplitude e profundidade a que ele estava disposto não cabiam, ele precisava ser conciso. Acredito que isso era sentido como uma limitação por nós dois. Um pouco lamentosos, nos adequávamos.

No primeiro parágrafo, apontei a necessidade de completar as informações do exemplo: mortes acontecidas onde e quando? Ele completou rapidamente, sem dificuldade.

No segundo parágrafo, mostrei que havia uma confusão com a questão da PEC. Voltamos ao texto no trecho referente a isso e ele conseguiu entender que era o legislativo que tinha interesse em tirar do Congresso a função de demarcar as terras indígenas e que a exceção à regra da lei de direito às terras públicas aos povos originários era a brecha usada para tirar as terras dos índios e não a solução para assegurá-las. Ele ficou indignado com a confusão que fez e voltou para o texto para apresentar o problema da PEC, antecipando e corrigindo as informações sobre isso que estavam no quinto parágrafo.

No terceiro parágrafo, pedi para ele explicar o que o dado “terras indígenas x pastos” revelava e qual a relação desse dado com a afirmação seguinte, sobre a superação da fome a partir do trabalho de pequenos produtores. Lucas estabelece a relação e, ao mesmo tempo,

comentou que ela tinha ficado pressuposta na cabeça dele e deixou de fazer essas amarrações. Propus que ele deixasse os dois últimos períodos para o quinto parágrafo, mais conclusivo, porque apresentava uma proposta de conciliação, respondendo à pergunta proposta. Ele ficou admirado com o recorta e cola que estávamos fazendo, aproveitando todas as ideias, mas agora construindo uma linha de raciocínio mais linear e, por isso, mais direta, objetiva e curta. Brinquei que escrever tinha a mesma lógica da natureza, "nada se perde, tudo se transforma". Lucas se divertiu.

No quarto parágrafo, pedi para Lucas explicar do ponto de vista de quem o modo de vida dos índios seria improdutivo? Ele completou sem titubear: "pela ótica capitalista". Lucas tirou o trecho incoerente que afirmava não ter solução e depois que a solução era heterogênea. Sugeri que os três últimos períodos, que tratam da bancada ruralista e da manobra feita pelo Congresso, fossem levados ao segundo parágrafo, que também abordava essa disputa em pauta. Ele verificou as informações que não estavam repetidas, fez os acréscimos e modificações necessários no segundo parágrafo, o que deixou o parágrafo bem completo e claro. Quando Lucas voltou para o quarto parágrafo e viu o que sobrou, notou que podia juntar o terceiro e o quarto parágrafos, que se tornaram o terceiro e que, por sua vez, ficou voltado para a diferenciação da noção de terra para os latifundiários e para os índios. Lucas era proativo, não dependia totalmente de mim para buscar soluções, e isso tornava o trabalho mais leve e empolgante, porque havia uma troca de ideias que resultava em bons escritos e tornava o efeito desse encontro palpável.

Sugeri aproveitar o trecho inicial do quinto parágrafo no quarto parágrafo, que já continha a ideia da impossibilidade de valores distintos conviverem (índios e agronegócio) e voltava-se a responder à pergunta proposta e a apontar medidas a serem tomadas. O restante do quinto parágrafo, que trazia a discussão sobre a palavra "economia" e o dado histórico sobre a China, Lucas ponderou não serem tão relevantes para a discussão, diante da necessidade de encurtar o texto. Concordei e propus que ele aproveitasse a ideia do terceiro período, que acusava a imposição de um modo de vida, no parágrafo de conclusão. Ele percebeu que era uma ideia impactante que podia fechar bem o texto e ficou empolgado com o truque.

Comentei que a imagem de voz que ele construiu no fim do texto era bonita, mas precisaria ser mais enxuta para caber nas 30 linhas. Lucas ficou decepcionado, sua feição mostrava, mas ele logo partiu para o texto e restringiu a ideia da voz do outro ao último período, de forma mais abrangente, sem entrar em especificidades, mas também sem relação

com a ideia anterior de violência. Além disso, manteve a opinião de que era preciso escolher uma das faces do desenvolvimento. A segunda versão do texto ficou assim:

Estado de sítios

Em 2012, repercutiu nas redes sociais e nos portais de notícias a carta dos indígenas Guarani-Kaiowá enviada ao Governo e à Justiça do Brasil. *O anúncio de morte coletiva nela contido chocou a todos: pedimos, de uma vez por todas, para decretar a nossa dizimação e extinção total, além de enviar vários tratores para cavar um grande buraco para jogar e enterrar os nossos corpos.* É fato que, gradativamente, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e os integrantes do Movimento Sem-Terra (MST) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) são vítimas da implementação do capitalismo no território brasileiro e, por extensão, do agronegócio e da pecuária, em especial a extensiva. São vítimas desse processo de “modernização”, por exemplo, as *quatro mortes, sendo duas por meio de suicídio e duas em decorrência de espancamento e tortura de pistoleiros das fazendas*, ocorridas nas proximidades do rio Hovy, no Mato Grosso do Sul, em 2012.

Em face de toda essa crescente tragédia, o Congresso Nacional e o Senado fazem vista grossa, assim como o Judiciário. Isso porque, no Legislativo, a bancada ruralista, que contém representantes dos latifundiários, é a mais influente e não desiste de caçar brechas na Constituição para que as terras públicas se tornem privadas. Uma maneira de fazê-lo é converter a exceção da lei em regra. A outra forma é tornar a demarcação das terras responsabilidade do Congresso, e não mais do Executivo. A base de sua argumentação caduca é: 1) o desenvolvimento depende de mais terras para a agricultura; 2) os índios são um impasse ao desenvolvimento do país.

Primeiramente, é necessário dizer que 53% da área total de terras indígenas correspondem a 58,6 milhões de pastos degradados pela pecuária, os quais poderiam ser recuperados e destinados aos pequenos produtores, já que o Brasil só saiu do Mapa da Fome e superou o problema da subnutrição, como reconheceu a ONU, pelo trabalho deles. Ademais, em relação ao desenvolvimento, os índios são vistos como um entrave pelo fato de seu modo de vida ser improdutivo da ótica capitalista. Todavia, para quem enxerga um pouco além dos latifundiários, há, nessas comunidades, um valor de uso, contrário ao de acúmulo cantado pelo capitalismo em verso e prosa. Essa cultura milenar de subsistência é desprezada em absoluto pela ideologia de produtividade sem freio.

Portanto, em linhas gerais, essa incompatibilidade de valores entre o sistema capitalista e a cultura indígena, que se relaciona com a natureza de modo a protegê-la, é complexa. No entanto, tem solução: caso pensemos em termos de tecnologia, é plenamente possível desenvolver o país com a parcela de terras hoje destinadas à produção de alimentos, seja por meio da otimização do espaço, seja pelo suporte à produção familiar, capaz de suprir a demanda nacional. Soma-se a isso a urgência de regulamentar as terras e restringir a remessa de lucros das transnacionais ao exterior. Mas, sobretudo, é necessário abandonar o cerco que abarca a imposição de um modo de vida – o da classe dominante – e, assim, o desrespeito de todas as particularidades das comunidades indígenas, e enxergar o

outro como tal, ao invés de aniquilá-lo por ser diferente ou impor sua forma de vida a ele, transformando-o em extensão de si.

Todo esse nó promove a perpetuação da violência como forma estrutural e sem superação de mediação das relações sociais no Brasil e deve nos impulsionar à reflexão sobre as duas faces do desenvolvimento: o humano, em que se preza o respeito ao outro, e o econômico, tomado por essa conduta violenta. É nossa obrigação, como cidadãos, optar por um deles e lutar pelo escolhido. O outro, após séculos de exploração, marginalidade e estereotipação, merece ganhar voz e ser ouvido por quem tanto o suprimiu e ainda suprime.

Como o texto era longo e a reescrita tomou o encontro inteiro, só na semana seguinte conseguimos ler a segunda versão para avaliarmos como tinha ficado.

Notei que, no segundo parágrafo, Lucas ainda precisaria explicar a ideia de "converter exceção em regra". Ele, mostrando-se disposto, acrescentou: ao torná-la mais abrangente do que é na teoria.

Reconheci que a conclusão focava a discussão na violência e não mais a conciliação, que seria o foco principal para o fechamento do texto. Ele ficou chateado quando se deu conta de ter fugido da discussão. Propus, então, que Lucas abrisse mão do quinto parágrafo e usasse o quarto como conclusão, mas aproveitasse a ideia de desenvolvimento humano e econômico para a frase final. Ele gostou da ideia e retomou a disposição. Excluiu o quinto parágrafo e fez uma frase final para o quarto: "Resta saber até quando o desenvolvimento econômico será sobreposto ao humano". Ficou bom. Fizemos um grande exercício de recorta e cola para aproveitar ao máximo as ideias trazidas na primeira versão de forma clara, objetiva e bem organizada.

A terceira e última versão do texto:

Estado de sítios

Em 2012, repercutiu nas redes sociais e nos portais de notícias a carta dos indígenas Guarani-Kaiowá enviada ao Governo e à Justiça do Brasil. O anúncio de morte coletiva nela contido chocou a todos: *pedimos, de uma vez por todas, para decretar a nossa dizimação e extinção total, além de enviar vários tratores para cavar um grande buraco para jogar e enterrar os nossos corpos*. É fato que, gradativamente, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e os integrantes do Movimento Sem-Terra (MST) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) são vítimas da implementação do capitalismo no território brasileiro e, por extensão, do agronegócio e da pecuária, em especial a extensiva. São resultado desse processo de "modernização", por exemplo, duas vítimas de suicídio e duas em decorrência de espancamento e tortura por pistoleiros das fazendas, ocorridas nas proximidades do rio Hovy, no Mato Grosso do Sul, em 2012.

Em face de toda essa crescente tragédia, o Congresso Nacional e o Senado fazem vista grossa, assim como o Judiciário. Isso porque, no Legislativo, a

bancada ruralista, formada por representantes dos latifundiários, é a mais influente e não desiste de caçar brechas na Constituição para que as terras públicas se tornem privadas. Uma maneira de fazê-lo é converter a exceção da lei em regra, ao torná-la mais abrangente do que é na teoria. A outra forma é tornar a demarcação das terras responsabilidade do Congresso, e não mais do Executivo. A base de sua argumentação caduca é: 1) o desenvolvimento depende de mais terras à agricultura; 2) os índios são um impasse ao desenvolvimento do país.

Primeiramente, é necessário dizer que 53% da área total de terras indígenas correspondem a 58,6 milhões de pastos degradados pela pecuária, os quais poderiam ser recuperados e destinados aos pequenos produtores, já que o Brasil só saiu do Mapa da Fome e superou o problema da subnutrição, como reconheceu a ONU, pelo trabalho deles. Ademais, em relação ao desenvolvimento, os índios são vistos como um entrave pelo fato de seu modo de vida ser considerado improdutivo pela ótica capitalista. Todavia, para quem enxerga um pouco além dos latifundiários, há, nessas comunidades, um valor de uso, contrário ao de acúmulo cantado pelo capitalismo em verso e prosa. Essa cultura milenar de subsistência é desprezada em absoluto pela ideologia de produtividade sem freio.

Portanto, em linhas gerais, essa incompatibilidade de valores entre o sistema capitalista e a cultura indígena, que se relaciona com a natureza de modo a protegê-la, é complexa. No entanto, tem solução: caso pensemos em termos de tecnologia, é plenamente possível desenvolver o país com a parcela de terras hoje destinadas à produção de alimentos, seja por meio da otimização do espaço, seja pelo suporte à produção familiar, capaz de suprir a demanda nacional. Soma-se a isso a urgência de regulamentar as terras e restringir a remessa de lucros das transnacionais ao exterior. Mas, sobretudo, é necessário abandonar o cerco que abarca a imposição de um modo de vida – o da classe dominante – e, assim, o desrespeito de todas as particularidades das comunidades indígenas, e enxergar o outro como tal, ao invés de aniquilá-lo por ser diferente ou impor sua forma de vida a ele, transformando-o em extensão de si. Resta saber até quando o desenvolvimento econômico, tomado por uma conduta violenta, irá se sobrepor ao desenvolvimento humano, em que se preza o respeito ao outro.

O tema era desafiador e Lucas não se intimidou, abordou-o em sua complexidade, colocou-se no lugar do índio, percebeu-o como injustiçado e defendeu-o sem desconsiderar o interesse do agronegócio, sem radicalidade, mas com ponderação. Foi um grande exercício tanto para o aluno quanto para mim, de seleção, organização e concisão. Eu fiquei contente de ver Lucas mais desenvolvido para fazer as alterações do texto sem depender de mim. Lucas, nesse dia, se disse mais seguro, com uma feição séria e serena, de quem tinha amadurecido. Ficou satisfeito com o encaminhamento do texto, sentiu que conseguiu abordar o tema sem ser superficial. Concordei que sua argumentação tinha o peso necessário para um tema tão caro. O exercício tinha sido árduo, mas também prazeroso.

3.1.5 A gente não quer só comida

Quando estávamos começando o segundo semestre de 2014, reta final para as provas de vestibular, Lucas me contou que tinha decidido prestar letras na USP. Fiquei surpresa. Embora fosse evidente como Lucas gostava da língua, que jovem queria ser professor naquela classe social? Era meu primeiro aluno que iria prestar Letras. Em algum grau me sentia responsável por aquela escolha e tinha receio de Lucas se frustrar. Eu sabia que ele não tinha ideia de onde estava se metendo. Mas ele tinha amor por aquele campo, ele construiu um lugar com a leitura e a escrita e bastava, pensei, aquietando minha angústia. Apoiei-o e sua família também.

Também em meados de 2014, uma pesquisa internacional sobre educação apontou que o Brasil aparecia no topo do ranking de violência contra professores. Na mesma época, foi noticiado que o estado de Goiás passou a apostar na militarização das escolas públicas para vencer a violência, e saiu uma entrevista com o senador Cristóvão Buarque, em que ele culpava a desvalorização da instituição escolar como motivo para a violência e a necessidade de investimentos na área para lidar com o problema. Li essa coletânea de textos com Lucas, discutimos a situação, e foi muito interessante, porque Lucas pôde se colocar não só como aluno, mas também como futuro professor. Ele considerava absurdo tanto o comportamento agressivo dos alunos, quanto a resolução de militarizar os ambientes educacionais. Pedi, então, para que ele escrevesse para a próxima aula um texto em que discutisse a violência nas escolas e como enfrentá-la.

Depois de uma semana, Lucas mostrou seu texto:

Um, dois: feijão com arroz

Meninos e meninas fardados no pátio da escola. Eles, com o corte curto. Elas, com o cabelo preso. Após entoarem o hino nacional, fazem a continência e seguem em marcha às salas de aula. Esse é um cenário visto em algumas escolas do Brasil: com a crise do ensino público cada vez mais intensa, certos colégios optaram pela militarização. Enquanto a parte pedagógica permanece com os professores, a administração e a coordenação dos princípios de hierarquia e disciplina cabe à polícia. Tal medida foi adotada na tentativa de diminuir a violência no ambiente escolar. Contudo, trata-se de lacrar uma panela de pressão efervescente, em especial porque muitos policiais são também violentos.

É fato que, no Brasil, a crescente desvalorização da escola como instituição desencadeia violência. E esta, por sua vez, reforça ainda mais essa decadência. Todavia, é necessário pontuar que não são violentos apenas os alunos: a escola em si é violenta com as crianças. Esse emaranhado de práticas agressivas ilustra-se, por exemplo, no fato de que a cada dez minutos, uma pessoa é assassinada em território brasileiro, segundo o Mapa da Violência de 2014. Soma-

se a esse dado um ranking internacional, no qual o país ocupa o topo da lista de violência contra os professores. Nesse contexto, os próprios profissionais da área se percebem desconsiderados pela sociedade, pela instituição de ensino e pelas políticas governamentais, pois a média dos salários é deplorável e o respeito se liquefez.

O professor está, portanto, sem moral perante todos. Assim, a mudança deve começar por este ponto: o aumento da rigidez na seleção dos educadores, moralizando-os novamente. É preciso, além disso, tornar a escola um espaço atraente e familiar aos alunos, por meio de investimentos em tecnologia e infraestrutura, para que se sintam tão confortáveis quanto em suas próprias casas.

Finalmente, bastantes acreditam na federalização do ensino de base como medida estrutural à revolução na educação de base e, destarte, à transformação do Brasil. Porém, isso implica em perda de poder da classe dominante, o que é indesejado por aqueles capazes de aprovar as medidas necessárias. Precisa-se de reforma política. Precisa-se de feijão com arroz.

Introduziu com início tipo roteiro, com cena dos estudantes nas escolas militarizadas. Apresentou, em seguida, como funcionava essa militarização e as causas que levaram a ela. Para fechar o parágrafo, deu indício de sua tese, de ser contrário à militarização das escolas, com uma metáfora, "lacrar panela de pressão", dando a entender que a militarização geraria mais violência em um ambiente já violento, mas a imagem precisaria ser mais trabalhada para ficar claro que não seria essa a solução para o problema da educação. Lucas me explicou que pensou na panela de pressão como imagem por conta do arroz e feijão da conclusão e tinha incluído essa ideia depois de terminado o texto, mas que não tinha tido tempo de fazer isso com calma. Falei que podíamos voltar a isso na reescrita então.

No parágrafo seguinte, discuti a violência dentro das escolas e apresentou justificativas para a situação: a desvalorização da escola e a violência da escola com os alunos. Citou até práticas agressivas e o mapa da violência, para mostrar a violência generalizada, fora da escola, e demonstrar como a escola só reflete práticas sociais em geral. Esse pensamento fazia sentido, mas ficou perdido no parágrafo, porque antes Lucas tinha falado da violência da escola com as crianças (por não ter infraestrutura nem condições de estudo), mas depois não explicou isso, passou para a violência em geral e depois mencionou que Brasil estava no topo do ranking de violência contra professores. E ainda comentou que os professores eram desconsiderados e mal remunerados. Muita coisa para um mesmo parágrafo. Lucas ficou um pouco descontente com sua dificuldade em lidar com a profusão de ideias que queria colocar no texto.

No terceiro parágrafo, apontou algumas mudanças que considerava necessárias para melhorar a situação das escolas. Primeiro, a rigidez na seleção de educadores, moralizando-os

novamente, mas comentei que ele não deixou clara a relação entre seleção rígida e a condição do professor apresentada no parágrafo anterior. Lucas explicou que uma seleção mais difícil seria uma forma de esses professores se prepararem mais e de selecionarem melhor o profissional. Eu fiquei surpresa com a dureza de Lucas em relação a seus futuros pares. Falei que o parágrafo anterior apontava para problemas envolvendo o professor que indicavam medidas a serem tomadas. Ele percebeu que tinha esquecido de contemplar o salário do professor e o investimento em sua formação e ficou indignado com ele mesmo: *como seria possível o professor se preparar melhor para os concursos sem condições garantidas pelo governo?*, Lucas perguntou retoricamente. Mas, mesmo assim, continuou achando que uma seleção bem feita fazia parte das medidas, por exigir comprometimento e estudo do professor. Eu concordei. A segunda proposta de Lucas era investir em tecnologia e infraestrutura, para tornar a escola atraente e os alunos se sentirem em casa. Perguntei: mas a escola desempenhava o mesmo papel de uma casa? A escola precisava ser uma reprodução da nossa casa para nos sentirmos confortáveis? E as condições de estudo, não precisavam ser contempladas nesse ambiente? Ele notou que se sentir à vontade em um ambiente não queria dizer que o ambiente tinha que ser como sua casa ou que a escola tinha a mesma função que a nossa casa.

Para finalizar, expôs a opinião daqueles que acreditam na federalização do ensino como solução para a crise da educação, mas considerou que isso faria com que a classe dominante perdesse o poder e, portanto, não interessava para os políticos. Apontou como saída a reforma política e terminou com uma frase que se relacionava com o título: "precisa-se de feijão com arroz". Fiquei na dúvida se a metáfora queria dar a entender que a educação de base era a base da alimentação ou que a reforma política era a base de toda essa transformação necessária. O final propondo uma reforma política fugia da discussão central sobre violência. Lucas não se abateu e partiu com energia para a reescrita.

Na introdução, senti falta de que ele esclarecesse o que essa medida de militarização refletia sobre o conceito de educação. Lucas notou que estabelecer essa conexão era essencial para trazer o tema em sua abrangência, para situar a militarização no contexto da educação, então trocou o período final da metáfora da panela pela explicitação da crítica em relação à militarização: ela restringiria a educação a cumprir regras por medo de punição, quando a educação deveria ser a formação para a cidadania. Ele conseguiu, dessa forma, evidenciar a incoerência de adotar comportamento militar em uma instituição com fins educativos e formativos.

No segundo parágrafo, Lucas focou na relação da desvalorização do professor gerando violência e suprimiu a violência em geral.

No terceiro parágrafo, incluiu salários dignos e investimento na formação como melhorias da condição do professor, e a rigidez na seleção ficou só como mais uma das medidas, o que me deu alívio. Para a proposta de investir em infraestrutura, conseguiu justificar a necessidade de um ambiente familiar e confortável: para estimular os estudos. Mostrou muita independência para encontrar maneiras de refinar o texto.

Na conclusão, pedi para ele explicar o motivo de a federalização ser considerada uma saída para a educação no Brasil e também para justificar a afirmação da perda de poder da classe dominante se a educação fosse de qualidade. Em relação à reforma política e ao "feijão com arroz", considerei ideias soltas que precisariam ser mais bem relacionadas ao tema. Seria necessário voltar à ideia da militarização das escolas, que não seria a opção a ser adotada, porque trataria violência com repressão e não atingiria a raiz do problema, que seria retomar a valorização da escola como instituição de ensino e preparação para a vida social.

Diante desses comentários, Lucas não desanimou e mudou toda a conclusão, só manteve a ideia do título, mas a ressignificou. Evidenciou a importância da valorização da escola para diminuir a violência e explicou por que a conscientização proporcionada pela educação de qualidade não seria de interesse da classe dominante. Lucas defendeu, então, que as escolas não estariam precisando de quartéis ou repressão e, sim, sua valorização – "o feijão com arroz da cidadania". Aproveitou a imagem inicial, mas adaptou ao novo contexto da conclusão, mostrando que muito da cidadania era construída na escola e, por isso, era preciso valorizá-la. A metáfora fez mais sentido com a argumentação, ótima resolução.

A segunda versão é a seguinte:

Um, dois: feijão com arroz

Meninos e meninas fardados no pátio da escola. Eles, com o corte curto. Elas, com o cabelo preso. Após entonarem o hino nacional, fazem a continência e seguem em marcha às salas de aula. Esse é o cenário visto em algumas escolas do Brasil: com a crise do ensino público cada vez mais intensa, certos colégios optaram pela militarização. Enquanto a parte pedagógica permanece com os professores, a administração e a coordenação dos princípios de hierarquia e disciplina cabem à polícia. Tal medida foi adotada na tentativa de diminuir a violência no ambiente escolar. Contudo, ao restringir a educação ao cumprimento de regras por medo de punição, erradica-se qualquer possibilidade de formação de cidadania.

É fato que, no Brasil, a crescente desvalorização da escola como instituição desencadeia violência. E esta, por sua vez, reforça ainda mais essa decadência. Exemplo dessa condição é a colocação do país no topo da lista de

violência contra os professores, segundo um ranking internacional divulgado pela OCDE. Nesse contexto, os próprios profissionais da área se percebem desconsiderados pela sociedade, pela instituição de ensino e pelas políticas governamentais, pois a média dos salários é deplorável e o respeito se liquefez.

O professor está, portanto, sem moral perante todos. Assim, a mudança deve começar por este ponto: a implementação de salários dignos e compatíveis com a realidade de trabalho e a ampliação tanto dos investimentos na formação dos educadores, quanto da rigidez na seleção deles, moralizando-os novamente. É preciso, além disso, tornar a escola um espaço atraente e familiar aos alunos, por meio de investimentos em tecnologia e infraestrutura, para que se sintam confortáveis e, principalmente, estimulados aos estudos e à produção acadêmica.

Só a partir da valorização da escola é tangível diminuir a violência. Porém, a tomada de consciência e o conhecimento histórico propiciados pela educação implicaria diretamente em perda de poder pela classe dominante, o que é indesejado por aqueles capazes de aprovar as medidas necessárias. Para combater essa ideologia, é preciso ficar claro que não precisamos de quartéis nem do abafamento da brutalidade com mais repressão, pois isso não atingiria o problema em sua raiz. Precisa-se valorizar a escola como instituição de ensino e preparação à vida social – o feijão com arroz da cidadania.

Lucas conseguiu focar a argumentação na questão discutida: a violência nas escolas. Assim, as outras relações mais amplas foram extinguidas e isso facilitou a coerência do texto e abriu mais espaço para ele falar da situação da educação de forma mais ampla. A imagem do título e do final ficaram bem relacionadas, o sentido da metáfora foi esclarecido e fechou bem a argumentação, porque retomou a pergunta disparadora do tema. Lucas comentou que tinha gostado de escrever sobre esse assunto, embora tivesse sido mais difícil do que esperava, por envolver tantos aspectos e ter que fazer decisões. Mas via como decidir era importante para a construção da unidade do texto. Falei que decidir era importante para vida. Ele concordou e falou que tinha muita dificuldade com essa exigência da vida. Conversamos um tempo sobre o peso e a solidão inerentes à existência, sobre as múltiplas possibilidades que a vida nos abre, mas também sobre a imposição de escolhas, sobre nos ser exigido socialmente uma coerência, uma certa unidade ou identidade, sobre arrependimentos e riscos que envolvem essas escolhas. Fomos longe na conversa mas nos aproximamos de nós mesmos.

3.1.6 O direito à leitura tem restrições

O tema do Enem de 2006, *O poder de transformação da leitura*, já partia de uma afirmação: ler tem o poder de transformar. Lucas teria que proceder de forma parecida com o que tinha feito no tema da música, cuja proposta também partia de uma afirmação: para o texto não ficar justificando apenas a tese pré-formulada, ou seja, não ficar restrito a apresentar

em que consistiria e como se daria esse poder de transformação, era importante problematizar o tema. Chamei a atenção de Lucas para isso e ele logo me perguntou: *posso pensar então que nem toda leitura transforma, que haveria condições para uma leitura ser transformadora?* Incentivei-o a seguir esse caminho.

Fabiano, você é um homem!

Em seu texto *O direito à Literatura*, Antônio Cândido afirma ser *necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito*. Assim, segundo essa concepção, trata-se do antiaos, ou seja, da organização da vida e da explicação da mesma. Portanto, se Literatura é arte e caos é vida, existe, entre esses dois elementos, uma relação de simbiose, na qual um não existe sem o outro: sem vida, não há quem produza arte, porém, sem arte, não há quem viva.

A partir do momento em que se questiona e duvida do mundo concreto – a realidade –, começa-se a produzir pensamentos e reflexões, os quais envolvem intrinsecamente a palavra, isto é, o mundo abstrato – a simbolização do real. E é essa capacidade de abstração a morada da existência e da Literatura. A conhecida frase de René Descartes traduz esse caminho com esplendor: *eu duvido, logo penso, logo existo*.

Uma vez que a leitura está contida na Literatura, pode-se dizer que é uma necessidade factual do homem, pois, organizando a vida em palavras, atribui um sentido a ela. Caso contrário, se o homem não produz Literatura, não se trata de um homem, agente da História, mas de um bicho sobrevivente à natureza. Nota-se, ademais, que só é possível que um sujeito exerça a arte da escrita a partir da leitura.

Desse modo, a fabulação é coluna vertebral da vida, pois, ao possibilitar a existência, cria a essência, o que torna cada ser humano único. Tal unidade está presente, por exemplo, na interpretação e atribuição de significado dos indivíduos ao que leem.

Comentei que a argumentação dele estava bem embasada, que ele havia conseguido partir da experiência dele como leitor e generalizar para a experiência humana de ler. Lucas me contou que o texto de Antonio Candido, *O direito à literatura*, que ele havia lido na escola, tinha o ajudado. Eu não conhecia o texto e depois fui ler – realmente, um belo texto e muito elucidativo para pensar a literatura como um direito básico de todo indivíduo. Ponderei que Lucas parecia tomar literatura e leitura como sinônimos, quando não eram necessariamente. Ele entendeu que era essa a diferenciação que poderia fazer para a argumentação não se apoiar apenas em constatações e provas da capacidade de transformação da leitura. Apontei, assim, que no terceiro parágrafo estaria a oportunidade para tanto: Lucas poderia desenvolver a ideia de a leitura estar contemplada pela literatura ou de como a leitura literária se diferencia

de uma leitura superficial, submissa, que apenas decodifica/reconhece o código, mas não seu sentido, cujo conteúdo também não proporciona imaginar, pensar, informar-se, mas alienar-se... Lembrei do tema da música também para recuperar a função da arte e relacionar com a literatura. Ele arregalou os olhos ao se dar conta que poderia mesmo recuperar essa ideia.

Onde Lucas falava de o homem ser agente da história ou restrito à sobrevivência, pedi para ele desenvolver mais a ideia a partir das perguntas: como a leitura atinge o social? Como ela participa da construção coletiva da vida?

Também considerei que não havia espaço para desenvolver a ideia de escrita no fim desse mesmo parágrafo, fugia do foco argumentativo. Sugeri que Lucas substituísse pela ideia de que se pode fazer novas leituras dos acontecimentos a partir de leituras.

Propus, por fim, que o último período da conclusão fosse substituído pela relação entre o conceito de essência e a fala de Fabiano, personagem do livro *Vidas Secas*, utilizada no título.

Ele anotou minhas sugestões com a seriedade que lhe era característica, sem deixar de considerar cada apontamento meu, e levou o texto para reescrever em casa. Voltou com uma nova versão na outra semana:

Fabiano, você é um homem!

Em seu texto *O direito à Literatura*, Antônio Cândido afirma ser essa arte *necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito*. Assim, segundo essa concepção, a Literatura é o antiaos, ou seja, a possibilidade de organização da vida e explicação da mesma. Portanto, se Literatura é arte e caos é vida, existe, entre esses dois elementos, uma relação de simbiose, na qual um depende do outro para existir: sem vida, não há quem produza arte, porém, sem arte, não há quem viva humanamente.

Isso porque, a partir do momento em que se *se experiencia*, questiona e põe em dúvida o mundo concreto – a realidade –, começa-se a produzir pensamentos e reflexões, os quais envolvem intrinsecamente a palavra, isto é, o mundo abstrato – a simbolização do real. E é essa capacidade de abstração a morada da existência e da Literatura. A conhecida frase de René Descartes traduz esse caminho com esplendor: *eu duvido, logo penso, logo existo*.

Uma vez que a leitura está contida no campo da Literatura – e é preciso diferenciar, aqui, a leitura literária superficial e submissa, cujo leitor somente decodifica o código, mas não seu sentido, da leitura em questão, de mergulho, na qual há reconhecimento de sentido –, pode-se dizer que é uma necessidade factual do homem, pois, organizando a vida em palavras, atribui um sentido a ela. Caso contrário, se o ser não produz Literatura, não se trata de um homem, agente da História e, por extensão, capaz de promover e participar de construções e desconstruções sociais e históricas no âmbito coletivo da vida, mas de um bicho sobrevivente à natureza. Ademais, só é possível que o homem edifique uma visão

de mundo, ou seja, desenvolva interpretações e compreensões do universo que o cerca, e a renove constantemente, caso seja um leitor. Em outros termos, só se fazem novas leituras dos acontecimentos a partir de leituras literárias.

Desse modo, a fabulação, compreendida como Literatura, é coluna vertebral da vida, porque, ao possibilitar a existência, cria a essência, que é mutável e torna cada ser humano único. Essa essência humana pode ser contemplada, por exemplo, na exclamação de Fabiano, retirante de *Vidas Secas*: ele se reconhece como homem. Afinal, são as capacidades de autorreconhecimento, reflexão e criação de um mundo interior que nos diferenciam dos outros animais.

No terceiro parágrafo ele fez a diferenciação entre uma leitura ativa e uma passiva, uma que era crítica/reflexiva, e outra, submissa, acomodada. Explicou o que seria ser agente da história. Trocou a ideia de escrita pela importância de "ler" os acontecimentos e colocou isso como única possibilidade para solidificar uma visão de mundo. Comentei que estava um pouco exagerada essa condição. Sugeri "ser um leitor crítico propicia visões de mundo mais amplas, conscientes, democráticas". Ele aceitou minha sugestão e terminou o parágrafo explicitando que as leituras literárias permitiam novas leituras dos acontecimentos – o combate à alienação. Ponderei que, em vez de usar "leituras literárias", ele usasse "leituras ativas/críticas", já que ele havia feito essa diferenciação. Ele concordou que ficaria mais coerente e claro e fez a troca.

Na conclusão, pedi para ele explicar como a fabulação possibilitaria a existência e criaria a essência. Ele já tinha feito a mudança do último período, para contemplar a relação entre essência humana e a frase do personagem Fabiano – ele explicitou que a fala seria o reconhecimento de Fabiano de sua condição humana e não animal. Comentei que ele precisaria explicar melhor em que momento Fabiano se dá conta disso, porque poderia parecer incoerente com a trama do livro, já que Fabiano parecia mais um animal no trato com a vida na maior parte da narrativa. Lucas me deu razão e resolveu reescrever a parte final da dissertação.

Ele escreveu uma outra versão do texto, fazendo alterações nos dois últimos parágrafos. Lemos na aula subsequente:

Fabiano, você é um homem!

Em seu texto *O direito à Literatura*, Antônio Cândido afirma ser essa arte *necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito*. Assim, segundo essa concepção, a Literatura é o antídoto, ou seja, a possibilidade de organização da vida e explicação da mesma. Portanto, se Literatura é arte e caos é vida, existe, entre esses dois elementos, uma relação de

simbiose, na qual um depende do outro para existir: sem vida, não há quem produza arte, porém, sem arte, não há quem viva humanamente.

Isso porque, a partir do momento em que se experiencia, questiona e põe em dúvida o mundo concreto – a realidade –, começa-se a produzir pensamentos e reflexões, os quais envolvem intrinsecamente a palavra, isto é, o mundo abstrato – a simbolização do real. E é essa capacidade de abstração a morada da existência e da Literatura. A conhecida frase de René Descartes traduz esse caminho com esplendor: *eu duvido, logo penso, logo existo*.

Uma vez que a leitura está contida no campo da Literatura – e é preciso diferenciar, aqui, a leitura superficial e submissa, cujo leitor somente decodifica o código, mas não seu sentido, da leitura ativa, de mergulho, na qual há reconhecimento de sentido –, pode-se dizer que ler é uma necessidade factual do homem, pois, organizando a vida em palavras, atribui um sentido a ela. Assim, se o ser não produz Literatura, não se torna agente da História, capaz de promover e participar de construções e desconstruções sociais e históricas no âmbito coletivo da vida, mas um bicho sobrevivente à natureza. Ademais, a leitura contribui à edificação de uma visão de mundo, ou seja, ao desenvolvimento de interpretações e compreensões do universo, e à renovação constante da mesma. Em outros termos, só se fazem novas leituras dos acontecimentos a partir de leituras críticas.

Desse modo, a fabulação é coluna vertebral da vida, porque, ao possibilitar o exercício da dúvida e do pensamento, abre portas à criação da existência e, conseqüentemente, à experimentação individual e à construção de uma essência – já que, segundo o existencialismo de Sartre, a existência precede a essência –, que é mutável e torna cada ser humano único. Essa essência humana pode ser contemplada, por exemplo, na exclamação de Fabiano, retirante de *Vidas Secas*, que ele próprio julga imprudente: ele se reconhece, por um momento, como homem, pois é dotado da riqueza do mundo interior. Afinal, são as capacidades de autorreconhecimento, reflexão e alimentação da subjetividade que nos diferenciam dos outros animais.

Fez os acertos no terceiro parágrafo e, no quarto parágrafo, tentou explicar a relação entre essência, existência e fabulação e citou, para isso, Sartre. Comentei que a citação era desnecessária, porque teria que explicá-la, mas não havia espaço para isso. O restante funcionou melhor, estava mais interligado. Lucas tentou também fazer conexão com o título, mas ficou uma confusão com a palavra "imprudente" – ela se referia a Fabiano ou à exclamação dele? De qualquer forma, comentei que esse adjetivo só faria sentido se ele explicasse porque considerava imprudente, mas, devido ao tamanho do texto, eu acreditava ser mais importante chamar a atenção para o fato de Fabiano ser rude/ignorante, mas, num determinado momento, que seria preciso explicar qual, ele tentar se encorajar a ser homem. Falei para Lucas que era essa coragem que tinha a ver com a "leitura ativa do mundo", porque ela era capaz de transformações do ser e do mundo – Lucas logo percebeu que essa seria uma boa forma de concluir, porque retomava o tema e a tese.

Com essas questões, ele voltou ao texto e trouxe na semana seguinte uma quarta versão só da conclusão.

Fabiano, você é um homem!

Em seu texto *O direito à Literatura*, Antônio Cândido afirma ser essa arte *necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito*. Assim, segundo essa concepção, a Literatura é o antídoto, ou seja, a possibilidade de organização da vida e explicação da mesma. Portanto, se Literatura é arte e caos é vida, existe, entre esses dois elementos, uma relação de simbiose, na qual um depende do outro para existir: sem vida, não há quem produza arte, porém, sem arte, não há quem viva humanamente.

Isso porque, a partir do momento em que se experiencia, questiona e põe em dúvida o mundo concreto – a realidade –, começa-se a produzir pensamentos e reflexões, os quais envolvem intrinsecamente a palavra, isto é, o mundo abstrato – a simbolização do real. E é essa capacidade de abstração a morada da existência e da Literatura. A conhecida frase de René Descartes traduz esse caminho com esplendor: *eu duvido, logo penso, logo existo*.

Uma vez que a leitura está contida no campo da Literatura – e é preciso diferenciar, aqui, a leitura superficial e submissa, cujo leitor somente decodifica o código, mas não seu sentido, da leitura ativa, de mergulho, na qual há reconhecimento de sentido –, pode-se dizer que ler é uma necessidade factual do homem, pois, organizando a vida em palavras, atribui um sentido a ela. Assim, se o ser não produz Literatura, não se torna agente da História, capaz de promover e participar de construções e desconstruções sociais e históricas no âmbito coletivo da vida, mas um bicho sobrevivente à natureza. Ademais, a leitura contribui à edificação de uma visão de mundo, ou seja, ao desenvolvimento de interpretações e compreensões do universo, e à renovação constante da mesma. Em outros termos, só se fazem novas leituras dos acontecimentos a partir de leituras críticas. Desse modo, a fabulação é coluna vertebral da vida, porque, ao possibilitar o exercício da dúvida e do pensamento, abre portas à criação da existência e, conseqüentemente, à experimentação individual e à construção de uma essência, que é mutável e torna cada ser humano único. Essa essência humana pode ser contemplada, por exemplo, na exclamação de Fabiano, retirante de *Vidas Secas*, em uma manifestação de sua semiconsciência, que ele próprio corrige: Fabiano se reconhece, por um momento, como homem, pois é dotado da riqueza do mundo interior. Afinal, são as capacidades de autorreconhecimento, reflexão e alimentação da subjetividade que nos diferenciam dos outros animais.

Lucas tentou expor a situação do livro *Vidas Secas*, mas ainda ficou confuso, porque não a explicou explicitamente, ficou muito implícita a ideia: "em uma manifestação de sua semiconsciência, que ele próprio corrige" – como ele corrige e por quê? Semiconsciência por quê? Propus que ele fosse mais claro e direto. Também comentei que a diferenciação com os animais no último período era insuficiente: ficaria mais coerente voltar à proposta e falar do poder de transformação da leitura para além daquele de nos diferenciar dos animais – o poder

de formar homens sensíveis em um mundo bruto e alienante. Lucas identificou, então, que a conclusão merecia ser mais bem articulada e não desistiu. Apresentou uma quinta versão dela, enquanto o restante do texto permaneceu inalterado.

Fabiano, você é um homem!

Em seu texto *O direito à Literatura*, Antônio Cândido afirma ser essa arte *necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito*. Assim, segundo essa concepção, a Literatura é o antídoto, ou seja, a possibilidade de organização da vida e explicação da mesma. Portanto, se Literatura é arte e caos é vida, existe, entre esses dois elementos, uma relação de simbiose, na qual um depende do outro para existir: sem vida, não há quem produza arte, porém, sem arte, não há quem viva humanamente.

Isso porque, a partir do momento em que se experiencia, questiona e põe em dúvida o mundo concreto – a realidade –, começa-se a produzir pensamentos e reflexões, os quais envolvem intrinsecamente a palavra, isto é, o mundo abstrato – a simbolização do real. E é essa capacidade de abstração a morada da existência e da Literatura. A conhecida frase de René Descartes traduz esse caminho com esplendor: *eu duvido, logo penso, logo existo*.

Uma vez que a leitura está contida no campo da Literatura – e é preciso diferenciar, aqui, a leitura superficial e submissa, cujo leitor somente decodifica o código, mas não seu sentido, da leitura ativa, de mergulho, na qual há reconhecimento de sentido –, pode-se dizer que ler é uma necessidade factual do homem, pois, organizando a vida em palavras, atribui um sentido a ela. Assim, se o ser não produz Literatura, não se torna agente da História, capaz de promover e participar de construções e desconstruções sociais e históricas no âmbito coletivo da vida, mas um bicho sobrevivente à natureza. Ademais, a leitura contribui à edificação de uma visão de mundo, ou seja, ao desenvolvimento de interpretações e compreensões do universo, e à renovação constante da mesma. Em outros termos, só se fazem novas leituras dos acontecimentos a partir de leituras críticas.

Desse modo, a fabulação é coluna vertebral da vida, porque, ao possibilitar o exercício da dúvida e do pensamento, abre portas à criação da existência e, conseqüentemente, à experimentação individual e à construção de uma essência, que é mutável e torna cada ser humano único. Essa essência humana pode ser contemplada, por exemplo, na exclamação de Fabiano, retirante de *Vidas Secas*, em que se reconhece, por um momento, como homem, pois é dotado da riqueza do mundo interior. Afinal, são o autorreconhecimento, a reflexão e a alimentação da subjetividade os únicos capazes de formar homens sensíveis em um mundo bruto e alienante.

Explicou que Fabiano "se reconhece, por um momento, como homem, pois é dotado da riqueza do mundo interior". Ficou mais simples e claro, mas não contemplou como a personagem era para essa reflexão dele ser compreendida como um lampejo de consciência.

Trocou a justificativa de a reflexão nos distinguir dos animais por: "capazes de formar homens sensíveis em um mundo bruto e alienante" – praticamente o que eu tinha falado, mas funcionou bem. Mesmo não estando completamente satisfeita com o uso dessa alusão a Vidas Secas, dei por encerrado o trabalho com esse tema, por considerar que tinha chegado no melhor que Lucas podia dar naquele texto. Embora ele fosse incansável, eu estava esgotada.

No dia em que Lucas fez a prova de redação da Fundação Universitária para o vestibular (Fuvest), me ligou para contar como tinha sido. O tema era "Camarotização da sociedade brasileira: a segregação das classes sociais e a democracia". Enfrentou bem o tema, já tínhamos discutido bastante a questão dos privilégios da classe média e alta e o desconforto gerado pela ascensão da classe C. Foi um ano de eleição, muito agitado. A única coisa que me deixou insegura foi ele ter terminado o texto com palavras de ordem, usando imperativo e ponto de exclamação, algo como "Basta!". Talvez fosse estilo demais para a formalidade/impessoalidade exigida pela Fuvest, mas não falei nada, achei melhor esperar para ver.

Depois de mais ou menos um mês, recebi telefonema de Lucas com boas novas. Ele acabava de se tornar um universitário de Letras. Que alegria! E alegria dupla: não precisávamos nos despedir, seríamos colegas na mesma universidade. Naquele mesmo ano de 2015 eu entrava para o doutorado na Educação da Universidade de São Paulo (USP).

O terreno que criei com Lucas ganhou relevo, volume, dimensão. Propus que Lucas entrasse em contato com o mundo da leitura e da escrita não só pela via racional, mas pela via emocional e Lucas viveu essa proposta como uma aventura. Enfrentamos leões e clichês, atacamos a onça e as citações com a vara curta, pulamos de galho em galho, de palavra em palavra, até chegarmos onde Judas perdeu suas botas e Lucas ganhou voz sem perder os pés no chão. O sistema de redação do vestibular tendia a inibir em Lucas o uso singular da escrita, não acolhia seu modos inventivos de escrever, mas ele era persistente e insistia em se colocar nos textos que produzia e conseguiu encontrar formas de se adequar sem se perder. Essa insistência era efeito de muitas forças que agiam em favor da produção de imprevisíveis, de ações de resistência contra a reprodução de preconceções, de encontros que inscreviam a vontade de Lucas escrever mais – como eram os nossos encontros, o curso de redação da escola dele, as leituras que fazia, o apoio familiar que recebia.

Era evidente como ele já tinha introjetado a reescrita como prática do processo de escrita, tanto pelas atividades nos encontros comigo, quanto porque na sua escola esse recurso

era adotado. Lucas se dedicava muito às reescritas não só por estarem atreladas à oportunidade de melhorar a nota/a avaliação do texto, mas por fazer delas um experimento com suas ideias, uma brincadeira com as palavras e seus sentidos, uma experiência que o fazia perceber o imperceptível na escrita e na vida, por se inventar e reinventar em suas reescritas – delas, Lucas não saía o mesmo, tampouco pensava o mesmo que antes de escrever.

Nesse processo de cinco anos, Lucas, além de passar no vestibular e tornar-se um jovem adulto que não usava mais gel no cabelo nem roupas de marca, descobriu uma vocação e tornou-se escritor e leitor de si mesmo. Eu, nesses cinco anos, além de não conseguir esconder mais os cabelos brancos e de entrar no doutorado, descobri a amizade entre uma professora e um aluno, e me tornei pesquisadora da professora em mim. Recordei-me da proposta de Aquino (2009, p. 140) para a relação entre professor e aluno: "construir uma paragem transitória ao comum entre eles, a fim de que, então, possa emergir o inaudito para além de ambos. Amizade, pois." Tínhamos um mundo pela frente. Apressei o passo.

3.2 Vinicius. Ó vida, ó azar!

Vinicius estudou em colégios particulares tradicionais de São Paulo. Coursou todo Ensino Fundamental em uma escola de congregação católica e, com o intuito de fortalecer seus estudos, no Ensino Médio mudou para outra escola, conceituada por estar sempre nas primeiras posições do *ranking* de desempenho das escolas baseado nos resultados do Enem, além de ser conhecida por ter como fundamento pedagógico a competição e a transmissão de conteúdo, uma vez que os alunos eram divididos em salas a partir de suas notas até 2016, e as aulas eram mais voltadas para o acúmulo e reprodução de conhecimento e menos para sua construção, a fim de garantir a seus alunos um bom resultado no vestibular. Não é possível ignorar também que, no ano de 2018, foram três os casos de suicídio de alunos dessa escola.

Quando começou a ter aulas comigo, em fevereiro de 2014, ele tinha 17 anos, estava fazendo cursinho em uma instituição educacional também famosa por estimular a competição e a memorização dos conteúdos. Ele se preparava para prestar a prova da Fuvest, processo seletivo para estudar na USP, a mais concorrida universidade pública do Brasil, no curso de Engenharia Civil. No primeiro encontro, falou sobre sua relação com a leitura e a escrita: sentia dificuldade em interpretar textos e não tinha interesse por leitura além dos livros obrigatórios exigidos pela Fuvest, e tinha um rendimento maior nas exatas do que nas humanas. Depois de ler duas dissertações que ele havia feito para o cursinho, anotei que seria

importante investirmos em leitura, para aumentar seu repertório, e na ampliação de sua capacidade crítica para encarar o tema.

Meus encontros com Vinicius aconteciam no primeiro horário, logo depois do almoço. Ele chegava com cara de soneca que tinha tirado no ônibus, durante o trajeto do cursinho até meu escritório. Era comum ele atrasar uns dez minutos, então entrava na casa um pouco esbaforido, pedindo desculpas. Subíamos as escadas com ele num tom lamentoso, comentando brevemente sobre sua semana cansativa de estudos. Entrávamos na sala e sentávamos lado a lado diante da mesa. Eu perguntava se ele tinha escrito, ele sempre tinha. Eu pedia para ele ler seu texto da semana.

A voz dele era levemente aguda e seu ritmo desanimado era acompanhado por um certo tom de insegurança. Tentava escutá-lo. Procurava uma alegria. Uma alegria em seu texto. Mas muitas vezes me pegava cansada de sua melodia monotônica e de sua argumentação tão bem estruturada, mas que o mobilizava tão pouco. Onde estava Vinicius no texto? Em que mundo estava Vinicius? Como aproximá-lo de um mundo outro?

Quando eu trazia para as nossas discussões a relação do campo das ideias, dos afetos no campo dos acontecimentos, ou seja, quando eu tentava mostrar para ele que ideologias e sentimentos compunham e agiam diretamente na realidade social, era como se eu estivesse falando chinês com ele. Ele fazia uma cara de interrogação. *Não consigo entender a relação*, dizia descrente, como se estivesse muito longe da experiência dele essa aproximação com a dimensão do sensível ou com o que essa experiência era capaz. Eu sentia que meu trabalho passava um pouco por essa área da sensibilidade. Minha validação de seu texto era, para Vinicius, uma forma de segurança para passar no vestibular, enquanto eu via ali a chance de convocá-lo a se experimentar como alguém que tem algo a dizer.

Os encontros com Vinicius foram até dezembro de 2014 e, nesse tempo, ele escreveu em torno de 30 redações, cujos temas passavam por acontecimentos recentes, como as manifestações de junho de 2013 contra o aumento das tarifas de ônibus, um caso de espancamento baseado em "denúncias" de facebook e a violência nas escolas públicas, mas também por questões mais filosóficas e reflexivas, como "a fama é essencial ao homem?", "o medo é proteção ou acomodação?". Para analisar essa produção, fiz três recortes que apresento a seguir, dois temáticos e outro a partir de um aspecto da escrita de Vinicius.

3.2.1 Vinicius e "a lei do mais forte"

Este primeiro recorte se atém a cinco temas trabalhados com Vinicius que têm em comum a disputa de território, as fronteiras de interesses, a "lei do mais forte".

Naquele começo de 2014, o assunto que ocupava as manchetes eram os rolezinhos – encontros de centenas de jovens de periferia em shoppings de São Paulo, marcados pela internet. Considerei um bom tema para exercitarmos a opinião, nosso foco de estudo.

Lemos artigos de opinião com posições contrárias em relação aos acontecimentos, que levantavam questões amplas suscitadas pelo fato: a juventude, o consumo, a periferia, o lazer e o preconceito. Lemos ainda uma crônica jornalística que comparava a forma de lidar com os rolezinhos com a maneira da rainha francesa Maria Antonieta de ignorar a miséria de seu povo. Pedi, então, para ele escrever para a aula seguinte um texto que respondesse se os rolezinhos em shoppings deveriam ser proibidos.

No encontro seguinte, Vinicius apresentou o texto abaixo:

O rolezinho deve ser proibido?

Encontros de jovens, em sua maioria de classes sociais mais baixas, em shoppings de São Paulo têm incitado polêmicas recentemente. Os denominados "rolezinhos" são defendidos por aqueles que alegam que todos têm o direito de frequentar os shoppings, seja para simplesmente conhecer pessoas novas, seja para manifestar suas ideias. Entretanto, tais eventos geram efeitos negativos que devem ser considerados, uma vez que afetam não só os participantes dos rolês, mas também os lojistas e outros frequentadores desses espaços.

Primeiramente, os rolezinhos, ao contrário dos protestos de junho de 2013, não apresentam reivindicações claras e determinadas, sendo apenas encontros de um número excessivo de adolescentes. A aglomeração resultante coloca em risco a integridade física de todas as pessoas presentes nos shoppings, já que esses espaços não estão preparados, em termos de infraestrutura, para receber eventos do porte dos rolezinhos e, por isso, correrias podem ser geradas e, na ausência de segurança e estrutura adequadas para multidões, pessoas podem ser feridas seriamente com cotoveladas e chutes acidentais.

Além disso, esses acontecimentos atraem oportunistas mal intencionados que aproveitam as grandes massas para iniciar confusões e realizar arrastões e atos de vandalismo.

Portanto, os rolezinhos em shoppings devem ser coibidos com o intuito de assegurar a integridade física de todos os presentes no local. Como alternativa, os organizadores desses eventos podem buscar espaços abertos com uma estrutura que garanta a segurança dos indivíduos.

O texto apresentado por ele sustentava o direito de ir e vir, mas sem que essa liberdade colocasse em risco outras pessoas. Vinicius não considerou o rolezinho um meio de protesto

ou manifestação. Preocupou-se com as consequências desses eventos: a aglomeração colocaria em perigo todos os presentes no shopping, por falta de estrutura e segurança para atender a multidão, e a confusão poderia ser aproveitada por criminosos. Defendeu, assim, que rolezinhos deveriam ser coibidos para assegurar a integridade dos frequentadores dos shoppings e propôs que esses eventos fossem feitos em espaços abertos, adequados para receber um grande contingente de pessoas.

Vinicius demonstrou domínio da estrutura dissertativa, utilizou o recurso argumentativo complexo de formular uma tese com ressalva e manteve uma linha de raciocínio coerente. Entretanto, fez uma abordagem superficial da situação, analisando exclusivamente de maneira prática a questão, como a rainha Maria Antonieta, sem considerar a diversidade de argumentos lidos e as camadas de interpretação para além do fato, como a falta de opção de lazer nas periferias, a simbologia dos shoppings para a cultura de consumo e como território de legitimação social. Comentei com ele os pontos fortes e fracos do texto e percebi, por seu olhar cabisbaixo e suas tentativas de se justificar, o constrangimento e a insegurança dele em relação a minha leitura e a sua produção textual. Optei, então, por não reescrevermos esse texto, pois tive receio de que a reescrita fragilizasse ainda mais a autoestima de Vinicius nesse início de trabalho. O mais valioso para mim era estabelecer um vínculo de confiança no qual tanto eu quanto Vinicius ficássemos à vontade para criarmos. Como era a primeira redação que ele escrevia, preferi apenas incentivá-lo a, dali em diante, abordar os temas de maneira mais crítica.

Tempos depois, propus um tema do Enem de 2012 sobre o movimento imigratório para o Brasil no século XXI. A proposta trazia três excertos: um apontava a contribuição da imigração nos séculos XIX e XX para o desenvolvimento e a cultura do Brasil; outro questionava como o país, tão crítico à forma de os europeus lidarem com as imigrações, enfrentaria a imigração recente de haitianos; e, por fim, um trecho de reportagem apresentando a situação dos bolivianos que migram para o Brasil por dificuldades econômicas de seu país e que, por não terem qualificação, trabalham em condições degradantes nas indústrias têxteis brasileiras.

Na semana seguinte, Vinicius trouxe seu texto:

O Brasil é mundialmente conhecido por sua diversidade cultural e étnica, resultado das grandes imigrações que ocorreram nos séculos XIX e XX. Naquele período, os movimentos migratórios para o país eram bem vistos e até incentivado, uma vez que os imigrantes representavam mão de obra, a qual

impulsionou a economia brasileira. Contudo, uma onda imigratória no século XXI tem causado polêmicas.

É fato que a entrada de muitos estrangeiros no território brasileiro gera algumas consequências negativas. Como boa parte dos imigrantes – bolivianos e haitianos, em sua maioria – dirige-se para o sudeste do Brasil, onde a concentração populacional é bastante elevada, problemas já existentes na região, como precariedade nos sistemas de saúde, segurança e educação, tornam-se piores, prejudicando a todos os habitantes daquela área.

Entretanto, não se pode negar os aspectos positivos da imigração para o país. Assim como nos séculos anteriores, a chegada desses imigrantes, se bem administrada, pode contribuir para o desenvolvimento da economia. Além disso, é possível desenvolver áreas que apresentam retrocessos, como o Acre – principal porta de entrada dos haitianos para o Brasil –, uma vez que uma parcela desses estrangeiros tem alguma qualificação profissional.

Outro fator importante desses movimentos migratórios é a sua grande influência cultural, o que contribui para a formação da rica cultura brasileira, na qual é fácil de observar a mistura de hábitos, de culinária e de idiomas de várias nacionalidades.

Portanto, apesar de agravar alguns problemas sociais em regiões com grande concentração demográfica, as migrações trazem benefícios para o Brasil, tanto no campo econômico quanto no social. É preciso que o governo dê as condições necessárias para os estrangeiros trabalharem, pois, além de ajudá-los a melhorar a qualidade de vida, isso contribuirá para o desenvolvimento do país.

No texto, Vinicius comparou as imigrações para o Brasil no passado e atualmente. Ele deixou evidente que as ondas imigratórias nos séculos XIX e XX foram bem aceitas enquanto as deste século causavam polêmica. Qual polêmica seria essa ele não explicitou. Apontou o agravamento dos problemas sociais como um motivo para essa visão negativa, mas apresentou dois pontos positivos da chegada de imigrantes: o desenvolvimento da economia e de regiões pouco desenvolvidas, e o enriquecimento da cultura brasileira, ou seja, dois pontos preocupados em mostrar como o Brasil se beneficiaria com isso, quase como uma maneira de o aluno convencer o seu interlocutor a ver a imigração como um negócio lucrativo. Eu via o texto chegar ao fim à espera de ele deixar-se afetar pela situação dos imigrantes. Foi breve, mas estava lá: "o governo deve receber essa população para que, além de ajudá-la, isso seja benéfico para o país". Para tentar fortalecer essa ideia, comentei que daria para evidenciar que seria um processo de adaptação para que as imigrações fossem mais benéficas para o Brasil, e que dependia do cumprimento das leis e de políticas públicas acolher de forma integral o imigrante. Falei isso para ver se Vinicius conseguia relacionar o bem-estar e as condições dignas de trabalho como fundamentais para que a imigração fosse bem sucedida e, assim, bem vista. Vinicius ficou reticente, não entendeu por que eu achava necessário enfatizar o processo de acomodação desses imigrantes, se o principal ele tinha dito: havia pontos positivos na

imigração. Eu expliquei para ele que esses pontos positivos não eram imediatos, dependiam de medidas para se concretizarem, logo, dependiam de tempo também. Vinicius não se animou, mas se conformou que algumas alterações fortaleceriam sua argumentação.

Na introdução, pedi para ele definir qual seria a polêmica da imigração atual no lugar de só afirmá-la. Ele, então, deixou a polêmica evidente: a imigração tem sofrido resistência. Vinicius ficou aflito por não encontrar uma maneira de incluir a ideia de processo, de acomodação dos imigrantes. Mostrei para ele que dava para contemporizar entre o segundo e o terceiro parágrafo, utilizando expressões de passagem de tempo: *a princípio...*, *mas com o passar do tempo...* Ele completou: a princípio geraria problemas, mas, com o passar do tempo e com boa gestão, os benefícios prevaleceriam. No quarto, indiquei que seria bom explicitar o ganho que se tem com a riqueza cultural brasileira, assim ele não só constatava sua presença, como também justificava sua importância. Mas como? Vinicius não sabia qual seria o ganho, para ele a riqueza já era o ganho em si. Dei razão a ele, porém perguntei: essa convivência entre tantos povos e tradições diferentes não teria um impacto no modo de ser de quem vive no Brasil? Vinicius falou da tendência de o brasileiro ser pacífico, da nossa tolerância, da capacidade de convivermos em harmonia, sem agressões desencadeadas por essas diferenças. Eu me animei e ele ganhou confiança e escreveu. Li de novo a conclusão para Vinicius, que, com isso, percebeu a necessidade de fazer pequenas alterações no primeiro período para contemplar as mudanças feitas na argumentação. Ele incluiu a contemporização na tese com ressalva e o aspecto cultural da imigração, retomando os argumentos apresentados. No último período da conclusão, sugeri que Vinicius deixasse mais evidente quais seriam as condições necessárias para atender essa população. Ele me perguntou: além de dar trabalho a eles? Eu confirmei. Lembrei da coletânea de textos que acompanhava a proposta: os bolivianos tinham trabalho, mas era suficiente para que fossem considerados cidadãos? Ele respondeu que não. Eu perguntei: e o que seria necessário para alguém ser cidadão brasileiro? Ele lembrou dos direitos e deveres. Quais seriam eles, eu questionei. Ele elencou o trabalho, a saúde e a educação como direitos e apontou seguir as leis como dever. E para conseguir um trabalho, ser atendido num posto de saúde ou frequentar uma escola, o que é fundamental?, eu perguntei. Ele olhou para mim como se quisesse a resposta. Eu falei da documentação, da importância de estar legalizado. Mas ele reclamou, não sabia como colocar isso. Eu expliquei que ele não precisava entrar em propostas específicas, que era suficiente passar a intenção, a direção geral para o problema. Então ele propôs políticas públicas favorecedoras da inserção e legalização dos imigrantes na sociedade.

A segunda versão ficou assim:

O Brasil é mundialmente conhecido por sua diversidade cultural e étnica, resultado das grandes imigrações que ocorreram nos séculos XIX e XX. Naquele período, os movimentos migratórios para o país eram bem vistos e até incentivados, uma vez que os imigrantes representavam mão de obra, a qual impulsionou a economia brasileira. Contudo, uma onda imigratória no século XXI não tem sido tão bem aceita como no passado.

É fato que a entrada de muitos estrangeiros no território brasileiro gera, em um primeiro momento, algumas consequências negativas. Como boa parte dos imigrantes – bolivianos e haitianos, em sua maioria – dirige-se para o sudeste do Brasil, onde a concentração populacional é bastante elevada, problemas já existentes na região, como precariedade nos sistemas de saúde, segurança e educação, tornam-se piores, prejudicando a todos os habitantes daquela área.

Entretanto, com o passar do tempo, os aspectos positivos sobressaem. Assim como nos séculos anteriores, a chegada desses imigrantes, se bem administrada, pode contribuir para o desenvolvimento da economia. Além disso, é possível desenvolver áreas que apresentam retrocessos, como o Acre – principal porta de entrada dos haitianos para o Brasil –, visto que uma parcela desses estrangeiros tem alguma qualificação profissional.

Outro fator importante desses movimentos migratórios é a sua grande contribuição para a riqueza da cultura brasileira, na qual é fácil de observar a mistura de hábitos, de culinária e de idiomas de várias nacionalidades e, com isso, forma-se uma identidade tolerante a essas diferenças.

Portanto, apesar de, a princípio, agravar alguns problemas sociais em regiões com grande concentração demográfica, as migrações tendem a trazer benefícios para o Brasil, tanto no campo econômico quanto no cultural. Mas, para tanto, é preciso que o governo dê as condições necessárias para os estrangeiros trabalharem, por meio de políticas públicas que favoreçam a incorporação dessas pessoas na sociedade e legalizem sua situação. Dessa maneira, além de ajudá-los a melhorar sua qualidade de vida, isso contribuirá para o desenvolvimento do país.

Li o texto final para Vinicius e ele abriu um meio sorriso e comentou que ficou melhor mesmo, o lado dos imigrantes tinha ganhado relevância e isso dava coerência a sua tese. Eu disse que, além disso, a situação foi mostrada como um processo e não como estanque, então um aspecto negativo não necessariamente continuará o sendo. Ele abriu os olhos, intrigado, e balançou a cabeça concordando. Ele lamentou: *mas eu não iria pensar isso sozinho. Mas por isso mesmo aqui a gente pensa junto e, com o tempo, você ganha autonomia para pensar essas coisas sozinho*, eu falei, na tentativa de encorajá-lo.

Algumas semanas depois, mostrei outra proposta para Vinicius, formulada por mim, sem tema explicitado, apoiada em um trecho de reportagem sobre uma comunidade em São Paulo que havia sido retirada de suas casas, em um terreno ocupado irregularmente, para que fosse construído um condomínio de luxo no local. Aos moradores foi oferecido um acordo em que a construtora pagaria 20 mil para cada família. Por um lado, deixaram o ambiente que

moraram por décadas e foram morar mais distante de seus trabalhos e dos serviços concentrados no centro urbano. Por outro, conseguiram sair da irregularidade e ter uma casa própria. A intenção era colocar em relação a especulação imobiliária, a ocupação urbana, o direito à moradia e aos serviços públicos de saúde, educação e transporte. Na semana seguinte, lemos o texto elaborado por Vinicius:

São Paulo. Principal centro econômico e polo cultural do Brasil. A cidade, com grande influência no cenário global, ficou conhecida por ser um lugar de oportunidades. Mas também, ficou conhecida por seus contrastes e desigualdades, resultado do processo histórico de urbanização.

Com a chegada de indústrias, São Paulo começou a se desenvolver e, assim, novas oportunidades de trabalho foram geradas, atraindo uma grande massa de pessoas. Desse modo, o processo de urbanização foi rápido e intenso, a cidade cresceu sem o planejamento adequado e sua infraestrutura tornou-se insuficiente e desigual.

Como consequência disso, os principais centros empresariais de São Paulo foram valorizados, o que atraiu grandes empreiteiras, cujos projetos para essas áreas incluem, em sua maioria, condomínios de luxo. Mas, enquanto essas regiões oferecem serviços de ponta, que apenas parte da população tem condições de pagar, boa parcela dos moradores paulistanos – com (em branco) financeiras inferiores – foram levados às periferias, onde as condições de saúde e saneamento básico são precários. Além disso, esses moradores levam horas para chegar no trabalho, uma vez que o transporte público é ineficiente.

Portanto, o rápido crescimento da cidade, sem o planejamento adequado, tornou São Paulo um cenário de grandes contrastes, onde, ao mesmo tempo que existem bairros desenvolvidos, que atraem as atenções das imobiliárias, observa-se, também bairros pobres na periferia, onde não há acesso aos serviços de boa qualidade. É preciso que medidas, como recuperar moradias abandonadas no centro da cidade voltadas para as pessoas com baixa renda, sejam tomadas com o intuito de amenizar as desigualdades.

Ele escreveu que o crescimento de São Paulo, por ter sido sem planejamento, gerou contrastes e, portanto, medidas eram necessárias para amenizar essas desigualdades. Expôs a ocupação urbana como um movimento natural, sem embates, sem especulação, sem disputas por poder, sem perdas de direitos, sem que o direito à moradia e ao acesso aos bens públicos fossem expropriados de grande parte da população...Comentei isso com o aluno, e ele voltou para o texto. Fez algumas alterações em silêncio e, depois de alguns minutos, disse que tinha acabado.

A segunda versão foi então lida.

São Paulo. Principal centro econômico e polo cultural do Brasil. A cidade, com grande influência no cenário global, ficou conhecida por ser um lugar

de oportunidades. Mas também, ficou conhecida por seus contrastes e desigualdades, resultado do processo histórico de urbanização.

Com a chegada de indústrias, São Paulo começou a se desenvolver e, assim, novas oportunidades de trabalho foram geradas, atraindo uma grande massa de pessoas. Desse modo, o processo de urbanização foi rápido e intenso, a cidade cresceu sem o planejamento adequado e sua infraestrutura tornou-se insuficiente e desigual.

Como consequência disso, os principais centros empresariais de São Paulo foram valorizados, o que atraiu grandes empreiteiras, cujos projetos para essas áreas incluem, em sua maioria, condomínios de luxo. Dessa forma, essas regiões oferecem serviços de ponta e boa qualidade de vida. Mas, incapazes de se sustentar nesses padrões, grande parcela dos moradores paulistanos foram obrigados a se mover para as periferias, onde as condições de saúde e saneamento básico são precárias. Além disso, devido à distância entre suas casas e os locais de trabalho e às más condições de transporte público, essas pessoas levam horas no trânsito para se deslocarem na cidade.

Portanto, São Paulo tornou-se um cenário de grandes desigualdades. É preciso que medidas sejam tomadas com o intuito de amenizá-las. Exemplos dessas providências são a recuperação de moradias abandonadas no centro da cidade para pessoas de baixa renda, o investimento na infraestrutura das periferias e conciliação entre os interesses imobiliários e as necessidades públicas.

As mudanças eram poucas e bem pontuais. Vinicius incluiu na argumentação a importância de conciliar os interesses imobiliários e as necessidades públicas – não exatamente uma posição humanista, em que os direitos civis preponderam sobre os interesses financeiros, mas era possível enxergar ali uma pequena abertura à reflexão, à problematização do tema.

Mais um tema. 2014 foi um ano em que o conflito entre Israel e Palestina se acirrou em decorrência do reconhecimento da Palestina pela ONU e da política ofensiva do primeiro-ministro de Israel, com ataques bélicos, fechamento à negociação e construção de mais assentamentos nas áreas designadas ao povo palestino. Mostrei para Vinicius o início de *Palestina*¹⁶, um livro de quadrinhos do jornalista e desenhista Joe Sacco, que faz uma fotorreportagem de sua viagem para a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, com a intenção de retratar o ponto de vista dos palestinos, que nunca é mostrado pela grande mídia, por ela estar atrelada à visão de Israel e aos interesses norte-americanos. Lemos também um artigo que defendia a intenção de Israel em perpetuar o conflito para impedir a formação do Estado Palestino e evidenciava a desproporcionalidade da agressão: enquanto 95% das mortes pela resistência palestina foram de militares, 95% dos mortos por Israel eram civis. Pedi para

¹⁶ Palestina/ Joe Sacco; tradução de Cris Siqueira. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2011.

Vinicius escrever um texto dissertativo a respeito da questão para a semana seguinte. Ele apresentou este texto:

Os conflitos entre israelenses e palestinos já são históricos. Recentemente, seguidos confrontos armados entre os dois povos cujo estopim foi o assassinato de três jovens judeus na Cisjordânia, têm chamado a atenção de todas as partes do mundo e gerado reflexões sobre o assunto.

Nesta guerra, responsável por inúmeras mortes de civis – israelenses e palestinos –, não se pode dizer quem é herói e quem é vilão. Mas, pode-se observar que o Estado israelense, principalmente, não deseja um acordo diplomático com os palestinos. A intensão de Israel é evitar a formação do Estado da Palestina e, para isso, utiliza o radicalismo do Hamas para iniciar batalhas, que resultam em destruição, atrasando possíveis negociações.

Além disso, é possível afirmar que uma justificativa para os ataques israelenses é estratégia do Estado para enfraquecer a resistência, eliminando seus armamentos e matando milhares de civis, de modo a evitar futuras ameaças.

Portanto, apesar de ambas as partes serem culpadas por tanta destruição, o Estado israelense mostra-se mais interessado na perpetuação do conflito. É lamentável que, nos tempos atuais, haja a preferência pela guerra, cujas consequências são a morte de inocentes e a destruição de cidades, à um acordo político pacífico. Mesmo havendo diferenças históricas entre os povos, deve existir respeito até entre inimigos.

Ele argumentou que, com mortes de civis dos dois lados, nenhum dos dois Estados era inocente. Mas, devido aos fatos recentes, era possível afirmar que Israel não desejava acordo diplomático para evitar a legitimação do Estado Palestino.

Eu comentei com Vinicius que, por mais que ele tivesse admitido a responsabilidade maior de Israel pela propagação do combate naquele momento, não se colocou abertamente contra a postura histórica de Israel na dizimação dos palestinos e preocupou-se em apontar os dois povos como culpados pela barbárie – não considerou, assim, o uso desproporcional da força pelos israelenses, as mortes de civis justificadas pelo discurso de Netanyahu de proteção à nação, nem a xenofobia gerada por essas atitudes ou mesmo o papel da indústria bélica nesse conflito. Mas tinha certeza de que o Hamas era indefensável. Percebi, com certo lamento, que os quadrinhos de Joe Sacco não reverberaram nele a ponto de seu texto aludir a eles – o massacre histórico de Israel contra a Palestina e sua desproporção em relação aos ataques palestinos não foram contemplados na argumentação.

O que me pareceu animador em termos de abertura à reflexão foi a conclusão de Vinicius. Lamentava a opção pela guerra e não por um acordo pacífico, e terminava aludindo a uma frase do artigo que afirmava que a paz não era feita com amigos, mas com oponentes: "mesmo com diferenças históricas, deve existir respeito entre inimigos".

Propus, então, que Vinicius retornasse ao texto para incluir alguns aspectos importantes da questão: a história de disputa entre esses dois povos, a xenofobia e os interesses da indústria de armamentos. Ele concordou com um sorriso sem graça e os ombros baixos, tentando se mostrar animado. Falou que preferiria fazer essas mudanças em casa e trazer na aula seguinte. Eu não me opus.

Passada uma semana, Vinicius leu o texto em sua nova versão:

Os conflitos entre israelenses e palestinos já são históricos. Recentemente, seguidos confrontos armados entre os dois povos, cujo estopim foi o assassinato de três jovens judeus na Cisjordânia, têm chamado a atenção de todas as partes do mundo e gerado reflexões sobre o assunto.

Nesta guerra, responsável por inúmeras mortes de civis – israelenses e palestinos – não se pode dizer quem é herói e quem é vilão. Mas, pode-se observar que o Estado israelense, principalmente, não deseja um acordo diplomático com os palestinos, que poderia resultar na formação do Estado da Palestina. E, para atrasar possíveis acordos, Israel utiliza o radicalismo do Hamas como justificativa para iniciar batalhas, que resultam em destruição. Além disso, percebe-se uma postura conservadora e xenofóbica por parte dos israelenses como meio de proteção à nação, uma vez que oprimem palestinos que vivem em Israel e, inclusive, em territórios da Palestina.

Outro fator importante é que, apesar dos elevados custos, a guerra gera lucros à indústria bélica, grande financiadora desses conflitos. Diante disso, é possível afirmar que os ataques israelenses são uma estratégia do Estado para enfraquecer a resistência, eliminando seus armamentos e matando milhares de civis, de modo a evitar futuras ameaças.

É lamentável que, nos tempos atuais, haja a preferência pela guerra, cujas consequências são a morte de inocentes e a destruição de cidades, a um acordo político pacífico. Afinal, mesmo havendo diferenças históricas entre os povos, deve existir respeito.

Ele colocou no fim do segundo parágrafo a xenofobia como outra estratégia de proteção e, no terceiro parágrafo, acrescentou a indústria bélica como beneficiária dos conflitos. Entretanto, a desvantagem dos palestinos em relação aos israelenses não apareceu. Ficou evidente para mim a influência da mídia na maneira de Vinicius abordar esse tema e a minha dificuldade em abalar essa concepção.

Mais para o fim do curso, em dezembro, propus a questão: é possível conciliar desenvolvimento econômico e respeito aos índios? Formulei essa pergunta a partir de um fato ocorrido em 2012, quando um grupo de índios Guarani Kaiowá fez uma carta declarando sua morte coletiva após receber ordem da justiça de expulsão de suas terras e por, naquele ano de 2014, ter tramitado no Congresso a PEC 215, que tentava tirar do executivo e passar para o legislativo a função de demarcar terras indígenas, uma manobra da "bancada ruralista" para

manter seus interesses. Indiquei a Vinicius alguns artigos e reportagens que poderiam ajudá-lo na discussão do tema. Na semana seguinte, ele leu o texto para mim:

O agronegócio é a base da economia brasileira, ocupando uma grande extensão de terras. Contudo, algumas áreas foram devastadas e/ou estão ociosas. Com isso, muitos latifundiários buscam expandir suas terras, o que os leva, por várias ocasiões, a entrar em contato com tribos indígenas que habitam a região. E, infelizmente, muitos desses encontros não ocorrem de maneira pacífica e democrática.

Nessa busca por lucros próprios, grandes proprietários entram em conflitos com povos indígenas, a fim de desapropriar a área ocupada pelos nativos e tornar o público em privado. Para isso, alguns latifundiários recorrem a justiça e, quando não conseguem pela lei, apelam ao uso da força e cometem brutalidades contra os índios, promovendo o genocídio de tribos indígenas.

Além disso, para obter o apoio da população, implantam na sociedade a cultura de que os índios representam um obstáculo ao progresso e tratam a terra como uma mercadoria. Entretanto, não se pode esquecer que os indígenas são grandes responsáveis pela preservação do meio ambiente, cujo equilíbrio é extremamente importante a história do Brasil – país conhecido por sua diversidade étnica. É preciso que essa cultura seja preservada e as terras indígenas mantidas, uma vez que dependem dela para garantir seu modo de vida de subsistência.

Portanto, é necessário que a Constituição seja cumprida e assegure a terras aos nativos. O governo não deve ceder às pressões dos latifundiários. É preciso que tecnologias já existentes sejam aplicadas para garantir o aumento da produtividade.

Vinicius escreveu uma dissertação em que explicava o embate: o agronegócio era base da economia brasileira e latifundiários queriam tirar os indígenas de suas terras para transformá-las em lucro. Desse ponto de vista, os índios seriam um entrave ao progresso. Mas contrapôs a essa mentalidade o argumento de que os indígenas preservavam o meio ambiente e, sem essa cultura, o progresso ficaria ameaçado. Concluiu que era necessário cumprir a lei, ou seja, assegurar as terras aos índios, e não ceder aos latifundiários. Para encerrar, sugeriu uma solução mais concreta para o conflito: as tecnologias garantiriam o aumento da produtividade e não mais terras. É possível perceber, portanto, que o aluno tinha sensibilidade à realidade vivida pelos índios e condenava as ações dos latifundiários, mas sua abordagem era constatatativa, pouco implicada, sem um olhar para o povo indígena que não fosse a serviço do progresso do branco. Apontei que a improdutividade das terras, ideia que aparecia na introdução, tinha relação com a própria maneira de plantar nos latifúndios (as monoculturas), ou seja, os latifundiários, em alguma medida, eram responsáveis por seu próprio problema, a suposta falta de terra. Ele disse que era isso o que queria dizer, mas não tinha conseguido. Na

conclusão, propus que ele deixasse evidente a representatividade desse nicho de ruralistas no Congresso, assim ele explicaria como a pressão para garantir os interesses desse grupo era feita e contemplaria a discussão trazida pela PEC 215. Além disso, falei que seria importante explicar minimamente como se daria a conciliação entre as comunidades indígenas e o agronegócio – pois ele só falava do investimento no agronegócio, sem explicitar como os indígenas seriam afetados por isso. Vinicius ficou frustrado: se, antes de concluir o texto, ele tivesse voltado à pergunta proposta, como eu sempre falava, teria lembrado de contemplar os índios na conclusão. Partiu para a reescrita.

Na introdução, Vinicius evidenciou que a expansão das terras pelos latifundiários tinha a intenção de produzir mais, porém não deixou claro que a improdutividade é consequência da forma de produção desses latifúndios. No terceiro parágrafo, ele incluiu o significado da terra para o agronegócio, deixando clara a lógica dos latifundiários e contrapondo à função social que ela teria – mas sem alcançar a lógica dos índios, na qual a terra seria mais que um direito à moradia, seria sobrevivência, pertencimento, ancestralidade. Na conclusão, ele afirmou que a pressão também era feita pelos nossos legisladores, mas não citou a PEC 215. Conseguiu explicitar o que se evitava com a proposta de se investir em tecnologia: não eram necessárias mais terras para aumentar a produtividade, então as terras dos índios poderiam ser preservadas. Aqui de novo aparece a dificuldade de Vinicius se desprender dos valores dominantes na nossa sociedade: para ele o direito das comunidades originárias não está acima da necessidade de lucrar, e o conceito de desenvolvimento está dado, não é alvo de problematização.

A segunda versão completa:

O agronegócio é a base da economia brasileira e, assim, ocupa uma grande extensão de terras. Contudo, algumas áreas tornam-se improdutivas e, com isso, muitos latifundiários veem como solução para manter sua produtividade expandir suas terras, o que os leva, por várias ocasiões, a entrar em embate com tribos indígenas que habitam a região.

Nessa busca por lucros próprios, grandes proprietários têm a intenção de desapropriar as áreas ocupadas pelos nativos e tornar um bem público em privado. Para isso, alguns latifundiários recorrem à justiça e, quando não conseguem pela lei, apelam ao uso da força e cometem brutalidades contra os índios, promovendo o genocídio de tribos indígenas.

Além disso, para obter o apoio da população, os poderosos agropecuaristas disseminam na sociedade a cultura de que os índios representam um obstáculo ao progresso. A terra, para a lógica do agronegócio, é uma mercadoria e não tem uma função social. Entretanto, não se pode esquecer que os indígenas são grandes responsáveis pela preservação do meio ambiente, cujo equilíbrio é extremamente importante à história do Brasil. Portanto, é preciso que

essa cultura seja preservada e as terras indígenas, mantidas, uma vez que dependem dela para garantir seu modo de vida de subsistência.

Portanto, faz-se necessário que a Constituição seja cumprida e assegure as terras aos nativos. O governo não deve ceder às pressões dos latifundiários, nem no Congresso nem fora dele, mas, incentivar a implementação de tecnologias que visem garantir a produtividade sem que haja mais despejos dos índios.

Se o trabalho de interlocução não foi tão impactante para Vinicius a ponto de despertar nele uma força minoritária capaz de deslocar suas certezas e suas visões de mundo das formas de vida majoritárias, ao menos o sensibilizou para os direitos humanos e as injustiças sociais, aguçou sua percepção sobre a tendência monarca-Maria-Antonieta em nós, provocando-o a questionar as ideologias dominantes e não só reproduzi-las. As palavras de ordem hegemônicas falavam mais alto a ele – a economia, a segurança, a mídia. Mas Vinicius foi se mostrando disponível a escutar sussurros antes inaudíveis a ele, e incluí-los timidamente em seus textos. O exercício de escrita e reescrita pareceu provocar nele um devir, como Deleuze (1997) definiu, um deslocamento que não era imediatamente transposto em prática, mas atuava em seu modo de pensar.

3.2.2 Alô, quem fala?

Tocou meu celular. Eram umas dez da manhã. O número que aparecia na tela não tinha identificação. A minha vontade de não atender era grande diante da pilha de louça que eu tinha para lavar. Mas era começo de ano, pensei que poderia ser um aluno novo. Atendi. Uma voz suave e um pouco tensionada se apresentou como Cecília, mãe de Vinicius. Estranhei. Era raro uma mãe de vestibulando ligar para mim para saber do filho. A maioria dos alunos dessa idade entra em contato comigo e os pais se restringem a pagar as aulas.

Fazia dois dias que eu tinha tido o primeiro encontro com Vinicius. A mãe queria saber o que eu tinha achado dele e de sua escrita. Senti ele decidido a passar no vestibular e com certa desenvoltura na escrita, embora se mostre inseguro em relação a ela. Precisamos investir na leitura, no repertório dele, na conexão entre os fatos, para aguçar a capacidade crítica dele e o texto ganhar um diferencial, sair da média. Foi o que comentei com ela. Ela achou bom, estava preocupada com Vinicius porque ele andava com a cabeça na lua, desconcentrado. Havia começado a se interessar por meninas. Parte do mundo de descobertas típico dessa fase de juventude, ponderei. Era começo de ano, Vinicius tinha acabado de voltar

de umas férias estendidas pelo Carnaval e, na mesma semana, começou o cursinho e as aulas de redação, teria tempo para "entrar no esquema" daquele ano, em que o foco deveria ser os estudos e o vestibular. Assim eu defendi o momento de adaptação de Vinicius e ela consentiu. Antes de desligar, falei que eu estava à disposição se ela tivesse necessidade de conversar e trocar impressões durante o processo de trabalho com Vinicius. Ela agradeceu.

No começo do segundo semestre, tocou meu telefone e eu assustei. Estava concentrada, aproveitando a manhã para trabalhar no computador com revisões de textos e planejamentos de aula. Era Cecília, mãe do Vinicius. Tudo bem? Queria saber como ele está indo nas aulas, se houve melhoras. Ele tem escrito toda semana, não falta, mas sinto ele cansado, um pouco desanimado com o ritmo de vida que vem levando, comentei. Ela também percebia o cansaço dele, mas me lembra que era um ano de maior dedicação mesmo. Era difícil se dedicar a um objetivo a longo prazo com essa idade – eu falei. Ela concordou e falou que faltava pouco. Ele está num bom caminho, tem amadurecido suas abordagens dos temas, mas ainda pode complexificar mais suas análises e desenvolver sua crítica, eu avaliei e me comprometi a trabalhar para isso. Ela me agradeceu.

No fim do ano me ligou mais uma vez, apenas porque estava achando estranho eu não ter depositado seu cheque ainda – realmente eu havia esquecido o envelope no meio da papelada da escrivania. Resolvida a confusão, ela comentou brevemente que estavam contentes porque Vinicius tinha passado para segunda fase do vestibular, mas continuavam apreensivos, porque era muito concorrido e talvez ele não conseguisse pegar Engenharia Civil, que era a especialidade que ele queria. Disse a ela que o importante naquele momento era não pensar em expectativas, mas descansar e se concentrar em fazer o melhor na segunda fase. Ela pareceu se tranquilizar antes de desligar.

Com o relato dessas ligações, é possível perceber tendências do universo familiar desses jovens de classe média e alta que já apareceram nesta pesquisa em dados e teorias e, aqui, aparecem na prática: a enorme pressão dos pais em relação ao vestibular; a excessiva preocupação e expectativa em relação à segurança e ao futuro dos filhos; a terceirização da formação dos filhos e, com isso, uma postura de consumidor/cliente diante das instâncias de ensino; a constante vigilância e controle dos pais sobre o comportamento e escolhas dos filhos.

3.2.3 Movimentos dissonantes

O tema da UFSCar 2009 era *A importância da música na vida das pessoas*. Gosto de propor esse tema porque a afirmação contida em sua formulação já é uma tese, então, para não ficar só na constatação, na enumeração de funções que a música pode desempenhar, o estudante precisa problematizá-la: ou para especificar (a importância da música está em quê? Sem ela, quais seriam as perdas?), ou para criar uma ressalva, uma crítica (qualquer música desempenha essa função? A maneira de produzir ou ouvir faz diferença para a música ter sua importância? A finalidade para a qual ela é feita ou ouvida é decisiva para a música ser essencial na vida das pessoas?). Alerttei Vinicius dessa necessidade de problematizar o tema. Ele apresentou seu texto na semana posterior:

A importância da música na vida das pessoas

Nos rádios dos carros. Nos MP3. Nos celulares. A música está presente no cotidiano de todas as pessoas. **Seja qual for a razão pela qual os ouvintes escutam certo estilo de música, esta tem grande importância na vida de todos.**

"O poder da música foi capaz de **mudar culturas**". A frase dita pelo neurocientista Daniel Levitin tem como exemplo situações nas quais certas classes sociais **retratam sua realidade e denunciam problemas na sociedade**, como exclusão social, violência, racismo, drogas e desemprego. Além disso, músicas criadas no contexto da ditadura militar, as quais criticavam – por meio de metáforas e figuras de linguagem – a censura e a opressão da época, também modificaram a cultura brasileira daquele período.

Outro poder da música é a **capacidade de verbalizar emoções**. Segundo Mário Quintana, "um bom poema é aquele que nos dá a impressão de que está lendo a gente, e não a gente a ele", o que se aplica perfeitamente à música. Muitas vezes ela desperta sentimentos, como amor, saudade, alegria, reavivando lembranças de momentos felizes, o que gera um relaxamento do corpo e da alma. Por esse motivo, essa manifestação artística é bastante usada como um refúgio e como forma de terapia.

Ao mesmo tempo que causa um conforto, a música também é capaz de promover **estados de euforia e união**, como são exemplos os hinos gritados pelas torcidas de futebol.

Portanto, a música tem grande importância na vida das pessoas, seja como meio de **manifestos** seja como meio de **lazer**.

Vinicius fez o que eu temia, uma listagem de funções que a música poderia exercer e tentou, na conclusão, definir dois blocos mais gerais que englobam toda essa lista: a música é um meio de manifestação e de lazer. Fiquei incomodada por não aparecer uma problematização no texto de Vinicius. Comentei isso com ele. Mas como eu faria essa

problematização, então?, ele me perguntou desanimado. Fiquei em silêncio, olhando mais uns minutos o texto, tentando pensar de onde eu poderia puxar um gancho crítico para aquele texto, enquanto Vinicius esperava impaciente por um comentário meu. Eu falei para ele que levantar perguntas a partir de suas próprias afirmações seria um caminho: o que era necessário para a música desempenhar sua importância de entreter e manifestar? Eu trouxe para nossa conversa as diferentes maneiras de produzir e de ouvir música, como era possível ouvir uma mesma música muitas vezes e nunca se prestar atenção na letra dela, por exemplo, ou o caso de um produtor poder tratar a música só como um produto que precisa se encaixar nos padrões da demanda, e fomos pensando sobre o que se produzia como efeito a partir de certa receptividade, certa disponibilidade tanto do ouvinte, quanto do músico. Havia uma dificuldade de Vinicius entender que eu estava problematizando os receptores e produtores de música, pensando a música como produção humana, e não a música em si, como entidade. Ele se esforçou para incluir essas reflexões nos momentos do texto em que a tese aparece.

A introdução apresentava uma opinião vaga, sem força para se sustentar, porque levava ao perigo que eu havia apontado: um texto construído apenas em cima de constatações. Propus a inclusão de uma ressalva, uma condição para suas funções poderem ser ativadas. Na introdução, Vinicius resolve acrescentar "...é necessário permitir se mobilizar por sua letra e melodia". Olhando agora com maior distanciamento, tenho dúvidas se foi a melhor saída, soa forçada essa especificação, não ficou bem relacionada com a argumentação, porque tentei encontrar um ponto de crítica, ao qual convergissem os aspectos levantados por ele: não seria qualquer maneira de se relacionar com a música que tornaria possível ela desempenhar seus papéis de entretenimento e manifestação, mas ficou evidente que ele não conseguiu incorporá-la ao texto de forma fluida e articulada.

No segundo parágrafo, ficou a questão para o leitor: como essa forma de expressão muda a cultura? Para contemplar essa questão, propus que a ideia da ditadura não fosse mais um elemento da enumeração do parágrafo, mas funcionasse como um exemplo e, pelo exemplo, mostrasse a mudança na cultura. Vinicius achou boa a solução e a executou.

Para melhorar a coerência entre a introdução e a conclusão, sugeri que ele incluísse a ressalva da tese apresentada no primeiro parágrafo e a expressão de contraposição "caso contrário" para imaginar a vida sem a música – quais seriam os prejuízos de não podermos contar com o potencial dela? Ele acrescentou a insensibilidade e a estagnação como consequência de uma vida sem música para se divertir e se expressar.

Na citação de Mario Quintana, trazida pelo aluno no terceiro parágrafo, poderia estar outra forma de explorar o texto de maneira a dar consistência argumentativa: uma boa música

seria aquela que... – mas não vejo isso na hora da minha atuação e vou por um caminho mais distante do que o que o aluno tinha trazido. Uma pena, talvez tivesse sido mais fácil trabalhar por essa via e o texto tivesse ficado mais coerente e não com uns enxertos grosseiros como ficou.

O resultado da reescrita é este:

A importância da música na vida das pessoas

Nos rádios dos carros. Nos MP3. Nos celulares. A música está presente no cotidiano de todas as pessoas. Porém, a sua força de atingir as pessoas e a sociedade como um todo depende da permissão em se deixar mobilizar por sua letra e melodia.

"O poder da música foi capaz de mudar culturas". A frase, dita pelo neurocientista Daniel Levitin, tem como exemplo situações nas quais certas classes sociais retratam sua realidade e denunciam problemas na sociedade, como exclusão social, violência, racismo, drogas e desemprego. Prova disso são as músicas criadas no contexto da ditadura militar brasileira, as quais criticavam – por meio de metáforas e figuras de linguagem – a censura e a opressão da época, que possibilitaram resistir aos abusos e passar os ideais para a conquista da democracia.

Outro poder da música é a capacidade de verbalizar emoções. Segundo Mário Quintana, "um bom poema é aquele que nos dá a impressão de que está lendo a gente, e não a gente a ele", o que se aplica perfeitamente à música. Muitas vezes ela desperta sentimentos, como amor, saudade, alegria, reavivando lembranças de momentos felizes, o que gera um relaxamento do corpo e da alma. Por esse motivo, essa manifestação artística é bastante usada como um refúgio e como forma de terapia.

Ao mesmo tempo que causa conforto, a música também promove estados de euforia e união, como são os hinos gritados pelas torcidas de futebol.

Portanto, ao permitir a mobilização proveniente da música, ela pode ter grande importância na vida das pessoas, seja como meio de manifestos seja como meio de lazer. Caso contrário, as pessoas tornam-se insensíveis e inaptas para interpretar o mundo a sua volta, além de a sociedade não incorporar as transformações propostas pela música e correr o risco, então, de estagnar-se.

Vinicius caiu na armadilha da proposta e o trabalho com ele, então, foi insistir na problematização, no levantamento de perguntas, fazer ele se questionar sobre as ordens do mundo: não bastava identificar em que consistiria a importância da música, mas eu pedia para que ele fosse além: quais as condições para a música desempenhar sua importância e o que as pessoas perdem se ela não desempenhar essas funções? Um bom exemplo do que eu estava falando para a mãe de Vinicius: precisávamos exercitar a crítica dele, sua capacidade de hesitar, refletir, questionar. Entretanto eu também precisava me abrir para o que Vinicius oferecia em seus textos, deixar de lado as minhas ideias a priori e embarcar nas dele.

3.2.4 Vinicius e as imprecisões

Neste último recorte, apresentarei quatro temas de redação desenvolvidos por Vinicius que têm em comum o uso de termos imprecisos, como, por exemplo: *positivo*, *negativo*, *importante* e *essencial*. São expressões apropriadas para expor opinião, mas, quando solitárias, sem serem acompanhadas por definições ou justificativas, tornam-se vagas, vazias de sentido, uma vez que podem dizer tudo e, por isso, não dizem nada.

Logo nos primeiros textos produzidos por Vinicius, os termos "positivo" e "negativo" apareceram como recurso do aluno para avaliar os temas. Era uma estratégia válida, pois evidenciava a preocupação dele em contemplar diferentes pontos de vista ou facetas da problemática em questão. Mas, ao mesmo tempo, não se mostrava muito eficaz, porque fazia um levantamento de aspectos envolvidos na problemática explorada, mas sem identificar o que havia em comum entre eles, em que consistiria a positividade ou a negatividade, em quais fundamentos lógicos, valores, (pre)conceitos estariam embasados, além de não dar conta de mostrar se havia uma prevalência de um lado em relação ao outro. Os termos *é importante*, *é essencial* também caracterizam alegação, trazem um tom assertivo próprio a textos opinativos, mas não bastam por si, precisam ser complementados com alguma circunstância: para quê? Para quem? Em que é essencial? Diante de tal observação, conseguir encontrar expressões mais precisas e significativas, bem como relacionar fatores e aprofundar as análises passaram a ser objetivo do trabalho com Vinicius, a fim de que ele tirasse mais proveito dos recursos argumentativos e, assim, ampliasse não só o que tinha a dizer, mas as estratégias disponíveis para dizer. Como adverte Geraldi:

Centrar o ensino na produção de textos é tomar a palavra do aluno como indicador dos caminhos que necessariamente deverão ser trilhados no aprofundamento quer da compreensão dos próprios fatos sobre os quais se fala, quer dos modos (estratégias) pelos quais se fala. (Geraldi, 1997, p. 165).

Passado um mês de aula, eu propus a Vinicius o tema da Unesp 2008, "É preciso ser famoso?". Esse tema é produtivo tanto por sua atualidade como pela coletânea de textos oferecida, cujos excertos tendem a responder "não" à pergunta proposta e o desafio, então, passa a ser encontrar contrapontos e ressalvas que descolem a argumentação do aluno do conjunto de textos selecionados pela banca, de modo a diferenciá-lo da grande maioria de concorrentes, que incorpora, sem grandes questionamentos, a tendência argumentativa da proposta.

Li a coletânea com ele, problematizei o tema e dei um desafio para Vinicius: tentar criar uma ressalva a partir do conceito de fama, algo como: a fama como exposição da vida particular é desnecessária, mas a fama como reconhecimento de um trabalho que beneficia o bem comum, que deixa um legado, merece ser incentivada; ou apontar os atrativos da fama para compreender sua busca na contemporaneidade. Na semana seguinte, ele trouxe seu texto:

Fama Desnecessária

Notoriedade. Prestígio. Glória. Esses são os objetivos de várias pessoas, as quais, muitas vezes, acreditam que para haver sucesso, a fama é indispensável. Contudo, ser famoso nem sempre está relacionado a aspectos positivos.

É verdade que ser uma celebridade tem o lado bom, como ter privilégios em certos lugares, acesso a áreas VIPs. Por isso, a glória é almejada por muitos, capazes de fazer loucuras para alcançar sua meta. Em alguns casos, principalmente artistas e jogadores de futebol, buscam a fama como forma de reconhecimento de seu trabalho.

Entretanto, a notoriedade não está, necessariamente, atrelada a pontos positivos. Muitas celebridades sofrem com a fama, uma vez que são assediadas em todos os lugares que frequentam, perseguidas por paparazzis que expõem a privacidade, são alvos de muitas críticas. Com isso, a vida particular dessas pessoas acaba se misturando com o trabalho e torna-se algo público. Além disso, muitas pessoas fazem qualquer coisa para terem seus nomes conhecidos, envolvendo-se em escândalos, criando polêmicas desnecessárias a respeito de outros famosos e praticando vandalismo, como Eróstrato, que incendiou o templo de Ártemis em 356 a.C.

Portanto, não é preciso ser famoso nem buscar a fama a qualquer custo, pois, muitas vezes, ela representa algo negativo. É possível ser bem sucedido e ter reconhecimento sem ser uma celebridade e ter a vida particular exposta.

Depois de Vinicius ler o texto para mim, voltamos para cada parágrafo, a fim de analisá-los em relação à sua coerência interna e à unidade textual. Na introdução, ele usou o recurso de frases nominais estudado nos encontros anteriores, expressando os objetivos almejados por aqueles que buscam a fama. Eu comentei que era bom sinal, pois mostrava que ele estava empenhado e disposto a se arriscar em novas estratégias. Mas apontei que, ao usar sinônimos, ele perdeu a oportunidade de expandir os objetivos listados e ficou redundante.

Para fechar o parágrafo de introdução, Vinicius indicou que haveria pontos negativos em ser famoso, como uma forma de adiantar para seu leitor sua tese, explicitada na conclusão. Eu reconheci o esforço dele em estabelecer uma linha de raciocínio coerente, mas reli esse período final da introdução e o primeiro período da conclusão, para mostrar-lhe como ele identificava a perda da privacidade como o lado negativo da fama, mas não conseguia explicitá-la, por utilizar expressões vagas nessas orações-chave que evidenciam a tese. Então,

eu indiquei a Vinicius que a saída seria reformular essas frases com a condição, a restrição ou a especificação da negatividade. Eu propus alguma coisa parecida com: não é preciso buscar a fama quando ela representa perda de privacidade. O último período da conclusão trazia a possibilidade de se ser bem-sucedido sem ser celebridade e sem ter a vida particular exposta, ou seja, deixava implícito que haveria diferença entre ser bem-sucedido e ser famoso – mas qual seria a diferença? Mostrei que não ficava clara essa distinção no texto. Ele concordou com desânimo.

No segundo parágrafo, Vinicius apresentou dois aspectos atraentes da fama, os privilégios e o reconhecimento, mas, entre eles, introduziu a ideia de que os privilégios das celebridades alimentam a disposição de alguns a exporem sua privacidade, o que prejudicava a clareza do parágrafo. Quando fiz esse apontamento, ele próprio percebeu que poderia deixar essa ideia para o parágrafo seguinte, no qual ela era desenvolvida. Também comentei que o exemplo de Ártemis precisaria estar mais bem explicado e relacionado. Vinicius balançou a cabeça, conformado.

No terceiro parágrafo foram expostos os pontos negativos da fama, sem uma boa articulação. O último período, por ser só uma constatação, por não ter uma posição argumentativa, tornava a passagem para a conclusão mal articulada. Eu provoquei Vinicius: estar disposto a tudo para ganhar notoriedade é válido? Quais as consequências, os problemas dessa postura, não só no plano individual mas no social também?

O aluno esforçou-se para responder ao desafio proposto por mim, de criar uma diferenciação conceitual na tese, mas não deu conta de explicitá-la com clareza. Com essas questões, Vinicius voltou ao texto, esforçando-se para não demonstrar sua falta de empolgação.

Tentando animá-lo, pedi que ele mudasse as frases nominais do início, de modo a contemplar os argumentos que seriam apresentados ao longo do texto. Ele manteve a palavra notoriedade e mudou as outras duas, suscitando as atrações da fama. Fez mais sentido e efeito para a argumentação. No lugar da ressalva mal definida, sugeri que ele explicitasse a tese, delimitando-a a partir da nossa conversa. Ele pediu que eu recuperasse a ideia. Eu contei até três para recuperar minha paciência e retomei o que falamos sobre os efeitos desse fenômeno da celebridade não só atingirem o indivíduo, com a perda da privacidade, mas a sociedade em geral. Daí ele se lembrou da tendência à superficialidade e conseguiu definir a tese. Alívio para nós dois.

Em seguida, indiquei que Vinicius reorganizasse os parágrafos de argumentação. O segundo parágrafo ficaria voltado para justificar por que tanta gente queria ser celebridade e a

disposição a se expor ao ridículo para alcançar essa condição. Ele fez esse rearranjo, mas o exemplo de Ártemis continuou sem articulação.

Já o terceiro parágrafo ficaria focado na perda de privacidade. Ele, assim, expôs a invasão da vida privada como constatação, e eu o relembrei da pergunta: no que resulta a vida privada tornar-se pública? Com essa resposta, Vinicius conseguiu diferenciar melhor o reconhecimento e a fama. Ele optou por incluir o prêmio Nobel como exemplo de quando o sucesso é relevante, uma ilustração para a possibilidade apontada na conclusão, de se alcançar o sucesso sem precisar se tornar uma celebridade. Ficou mais bem resolvida a diferenciação conceitual que embasava a tese.

Essa alteração ajudou a dar coerência à conclusão. Sugeri que o aluno excluísse a parte genérica do primeiro período e acrescentasse, ao fim da conclusão, a perspectiva mais social sobre o tema. Ele escreveu que o sucesso ser decorrência de um feito relevante era condição para a constituição de uma sociedade "séria" – esse termo não pareceu ser o mais esclarecedor para mim, mas o aluno explicou que sua escolha tinha intenção de apontar para a superficialidade, a irrelevância da celebridade em comparação com o reconhecimento dos benefícios sociais de um legado. Eu me contentei – a explicação era melhor do que a palavra, mas, naquele momento, era a ideia o que mais me importava.

Eis a segunda produção:

Fama Desnecessária

Notoriedade. Privilégios. Riqueza. Esses são os objetivos de várias pessoas, as quais, muitas vezes, acreditam que, para atingir o sucesso, a fama é indispensável. Contudo, a fama não acrescenta valores à sociedade nem é essencial para o indivíduo.

É verdade que ser uma celebridade tem o lado bom, como obter privilégios em certos lugares e acesso a áreas VIPs, além de ganhar dinheiro com a exposição de sua imagem. Por isso, a glória é almejada por muitos. Entretanto, alguns são capazes de fazer loucuras para alcançarem suas metas, envolvendo-se em escândalos, criando polêmicas desnecessárias a respeito de outros famosos e praticando vandalismo, como Eróstrato, que incendiou o templo de Ártemis em 356 a.C.

Ademais, muitas celebridades sofrem com a fama, uma vez que são assediadas em todos os lugares que frequentam, perseguidas por paparazzis que expõem a privacidade e são alvos de muitas críticas. Com isso, a vida particular dessas pessoas acaba se misturando com o trabalho e torna-se pública. Assim, esquece-se de que o prestígio advém do trabalho e sua consequente contribuição social e, não, da exposição de questões pessoais. A prova disso são os vários estudiosos que ganham Prêmio Nobel por beneficiarem o progresso da humanidade.

Portanto, não é preciso ser famoso nem buscar a fama a qualquer custo. É possível ser bem sucedido e ter reconhecimento sem ser uma celebridade e ter a vida particular exposta. Mais do que isso, é necessário, para a formação de uma sociedade séria, que o sucesso seja fruto de feitos relevantes.

Depois que li para Vinicius a reescrita, ele comentou, em um tom lamentoso, que dava trabalho escrever, que as poucas mudanças do texto tinham levado quase a aula inteira para serem feitas. Eu concordei que dava trabalho escrever, levava tempo, que cada palavra era preciosa, porque era uma escolha, mas reiterei que valia a pena o exercício de reescrever, de voltar ao texto e melhorá-lo. Eu perguntei se ele não se sentia satisfeito ao ver o resultado da reescrita. Vinicius admitiu que tinha satisfação em perceber que seu texto estava mais próximo do que ele pretendia dizer, mas sem nenhuma empolgação. Eu terminei o encontro reafirmando a importância desse sentimento e da dedicação dele à escrita, tentando animá-lo.

Passadas três semanas, propus que Vinicius escrevesse sobre vaidade masculina. Esse tema costuma promover boas discussões, pois parte de um comportamento aparentemente inofensivo e despretensioso para chegar em tendências e valores que envolvem a sociedade atual. Na proposta já havia um caminho possível para estruturar o texto e a argumentação, a fim de que Vinicius usasse os recursos aprendidos nos nossos encontros (tipos de início e de argumentação) e fizesse uma redação indutiva, em que a tese só apareceria na conclusão, diferente do esquema para dissertações mais utilizado nas escolas e cursinhos, em que o texto dedutivo prepondera. Ele achava difícil estruturar o texto dessa forma, mas se dispôs a tentar.

Vinicius apresentou seu texto no encontro subsequente:

O termo "metrossexual" tem origem na junção das palavras "metropolitano" e "sexual" e é uma expressão utilizada para designar um homem urbano excessivamente preocupado com a aparência.

A vaidade é uma característica importante em vários aspectos, tanto para mulheres, quanto para homens. Muitas vezes, ela é um fator para a satisfação própria, ou seja, uma maneira de elevar a autoestima do indivíduo, que se sente bem por estar arrumado. Além disso, o cuidado com a aparência é essencial nos ambientes de trabalho e nas entrevistas de emprego, já que uma pessoa atraente provoca boas impressões naqueles que frequentam o local de negócios, sejam chefes ou funcionários, tendo, assim, melhores oportunidades de trabalho. Do mesmo modo, a boa aparência é fundamental nas relações interpessoais, uma vez que desperta uma empatia mais imediata.

Entretanto, a vaidade está diretamente ligada a mídia, que impõe padrões de beleza, os quais muitas vezes não são o "padrão". Para isso, são oferecidos serviços e produtos de beleza – tratamentos de cabelo, maquiagens, entre outros – possibilitando o público alvo atingir (deixa em branco porque não encontra como finalizar a frase). Dessa maneira, a indústria da vaidade dissemina pela sociedade a mentalidade que o "parecer" é mais importante que o "ser".

Portanto, a vaidade é essencial. Contudo, quando ela se torna uma preocupação excessiva, passa a ser algo fútil e superficial.

Após a leitura de Vinicius em voz alta, primeiro fiz um apontamento mais geral, sobre nenhum dos parágrafos de desenvolvimento voltar-se, especificamente, para a vaidade masculina, o que poderia ser considerado como tangenciar o tema. Ele abre um olho de espanto, não tinha percebido que deixou de falar especificamente do homem em relação à vaidade. Em seguida, teci meus comentários de forma mais detalhada.

Na introdução, ele definiu o termo e a origem da palavra "metrossexual", mas não relaciona essas informações: por que é na metrópole que esse fenômeno surge?, eu perguntei, para que ele pudesse reescrever esse início.

No parágrafo seguinte, ele levantou a importância da vaidade: para a autoestima e para uma boa impressão nas relações de trabalho e afetivas. Porém, ao explicar o funcionamento desses fatores em relação à vaidade, conseguiu ir além de uma listagem, o que já podia ser considerado um avanço para a qualidade argumentativa de Vinicius – ele sorriu e até sua postura ficou mais ereta, mais disposta ao exercício com esse meu comentário.

No terceiro parágrafo, contrapôs a esse valor o uso que a mídia faz da vaidade para disseminar padrões de beleza. As aspas no segundo uso de "padrões" revelava de imediato que a repetição do vocábulo não dava conta do que se pretende dizer. Terminou o parágrafo com a lógica que era instituída a partir da indústria da vaidade, parecer é mais importante do que ser, mas sem explicar minimamente esse raciocínio. Ele concordou que daria para explicar um pouco mais mas não sabe como.

Concluiu expondo uma tese com ressalva: vaidade era essencial, contudo, quando se tornava preocupação excessiva, era fútil. Ainda que fosse possível perceber a tentativa dele em definir melhor a ressalva, por meio da conjunção *quando*, os termos genéricos *essencial* e *excessivo* podiam ser esmiuçados para a ideia ganhar clareza e coerência com a argumentação. Ele tinha uma expressão de desânimo.

Comentei que faltava poucos ajustes para o texto ficar bom, porque a linha de raciocínio já estava bem organizada e coerente. Assim Vinicius ficou mais disposto para voltar ao texto.

Reelaborou a introdução com as mesmas ideias, mas estabelecendo relações entre o termo "metrossexual", a origem da palavra e o sentido do termo. Ficou bem melhor, porque as ideias apresentadas, ao serem relacionadas, foram justificadas.

Quando Vinicius foi para o segundo parágrafo, eu perguntei se vaidade era só se arrumar, então ele trocou o trecho "que se sente bem por estar arrumado" por uma explicação mais abrangente. Também indiquei uma incompletude no último período: o que a empatia imediata proporciona, por que é fundamental nas relações? Ele incluiu: "por facilitar o sucesso nos relacionamentos". Apontei os fins dos dois parágrafos de argumentação como bons momentos para Vinicius especificar o tema: a vaidade voltada para os homens. Em seguida, ele desenvolveu esses finais. No terceiro parágrafo, apresentou brevemente a ideia de essência ser mais importante que aparência.

Na conclusão, explicitou por que a vaidade era essencial de forma bem sucinta, retomando ideias do 2º parágrafo. Ficou uns minutos olhando para o texto, como se buscasse uma saída para o último período, e falou que não sabia como resolver aquele trecho. Eu propus que ele substituísse "preocupação excessiva" por uma definição do que seria esse excesso ou qual circunstância caracterizaria esse excesso. Vinicius fez isso e incluiu o metrossexualismo nessa explicação, o que melhorou a unidade do texto.

O resultado da reescrita é este:

O termo "metrossexual" tem origem na palavra "metropolitano", visto que é uma expressão utilizada para designar um homem urbano, o qual, em contato com os novos serviços e produtos oferecidos pela cidade, torna-se excessivamente preocupado com a aparência.

A vaidade é uma característica importante em vários aspectos, não só para mulheres, mas também para homens. Muitas vezes, ela é um fator para a satisfação própria, ou seja, uma maneira de elevar a autoestima do indivíduo, que se sente bem por estar seguro com sua imagem. Além disso, o cuidado com a aparência é essencial nos ambientes de trabalho e nas entrevistas de emprego, já que uma pessoa atraente provoca boas impressões naqueles que frequentam o local de negócios, sejam chefes ou funcionários, tendo, assim, melhores oportunidades de trabalho. Do mesmo modo, a boa aparência é fundamental nas relações interpessoais, uma vez que desperta uma empatia mais imediata, o que facilita o sucesso nos relacionamentos afetivos. Diante disso, a concepção de que os homens deveriam ser brutos e não se preocupar com a estética está obsoleta na sociedade atual.

Entretanto, a vaidade está diretamente ligada à mídia, que impõe padrões de beleza, os quais muitas vezes não são os mais observados no cotidiano. Para isso, são oferecidos serviços e produtos de beleza – tratamentos de cabelo, maquiagens, entre outros – de modo a possibilitar o alcance das referências estipuladas pelos veículos de comunicação. Essa pressão atingiu o público masculino, que cada vez mais dá maior atenção à beleza exterior. Dessa maneira, a indústria da vaidade dissemina pela sociedade a mentalidade que o "parecer" é mais importante que o "ser", isto é, valoriza-se a aparência em detrimento da personalidade.

Portanto, a vaidade é essencial para a autoconfiança e para o êxito no campo social. Contudo, quando ela passa a preponderar sobre valores éticos e investimentos da cidadania, como é o caso do metrossexualismo, passa a ser fútil.

Era possível identificar a tendência de Vinicius querer uma resposta minha para as soluções dos problemas no seu texto. Eu relutava um pouco em me colocar nesse lugar de decifradora de enigmas, mas sentia que minha presença era convocada por ele, uma dependência que levava tempo para ser desfeita. Tentei não me ausentar em apontar um caminho, em instigar uma crítica, em propor uma problematização, para que minha intervenção mobilizasse Vinicius a encontrar um meio de se expressar. Neste último tema ele já esboça uns movimentos mais autônomos. Ao comentar isso com ele, Vinicius sorri encabulado, como se querendo esconder um orgulho por não ter certeza de merecer senti-lo. Quanta insegurança dele. E quanta paciência e motivação ele me pedia.

Já para o meio do segundo semestre, sugeri o tema de 2005 da Universidade Mackenzie de São Paulo, sobre o medo, na linha dos temas existenciais, que exigem abstrair mentalmente conceitos a partir de realidades concretas e debater sobre a existência humana. Com essa proposta, eu tinha o intuito de estimular o pensamento conceitual de Vinicius e, por consequência, elevar a linguagem escrita dele a um nível maior de complexidade. A coletânea trazia ideias opostas sobre o sentimento e exigia dele considerar diferentes pontos de vista em sua argumentação.

Lemos a coletânea juntos e discutimos principalmente a relação de oposição entre o texto III e o IV: eu perguntei quando o medo poderia ser companheiro e em que situações ele não serviria de apoio. Vinicius respondeu, titubeante, que o medo poderia ser uma forma de proteção mas também um conformismo, uma falta de atitude. Demonstrei ânimo com a resposta dele e o encorajei a construir seu texto a partir dessa diferenciação. Ele não chegou a se animar, mas se dispôs a fazer.

No encontro seguinte, Vinicius, antes de ler seu texto, falou que não sabia se tinha ficado bom, porque não tinha certeza de ter conseguido fazer a contra-argumentação sem cair em ambiguidade. Eu pedi para ele ler, daí avaliáramos. Ele leu:

Medo. Um sentimento comum a todas as pessoas do mundo que, por várias razões e intensidades, faz parte do cotidiano de cada indivíduo. É verdade que sentir medo é importante, visto que evita, muitas vezes, situações de risco. Contudo, a fobia exagerada é prejudicial, podendo causar transtornos à vida das pessoas.

Quando crianças, sempre ouvimos os adultos falando que devemos enfrentar nossos medos. A superação de fobias é necessária na formação pessoal,

para que, futuramente, ela não se torne um trauma, que deixa o indivíduo paralisado.

Não se pode negar que o medo, em certas ocasiões, é um orientador e protetor. Em casos, como andar sozinho em um bairro violento, nos quais as pessoas correm perigo, sentir-se amedrontado e receoso pode salvar a vida.

Entretanto, o excesso de medo pode prejudicar os indivíduos. Muitas vezes o receio da mudança atrapalha decisões e impede uma melhora, seja na troca de colégios, investimentos comerciais. Além disso, medos fúteis são capazes de inibir o raciocínio de uma pessoa, fazendo-a tomar medidas ilógicas.

Portanto, apesar da capacidade protetora do medo, é preciso não se deixar levar por ele. É preciso arriscar para que se obtenha melhoras. Caso contrário, permaneceremos incapazes de tomar atitudes importantes e escravos do medo.

Apesar de o texto começar com uma definição bem ampla e vaga para transmitir a universalidade do medo, a tese apresentada na introdução já estava mais bem definida, delimitando em que circunstância o medo é benéfico ou prejudicial e por que, sem se apoiar em generalizações. Vinicius se mostrou aliviado e até seus ombros relaxaram.

No segundo parágrafo, mostrei como ele mencionava o encorajamento típico dos pais com seus filhos e apresentava a importância de superar o medo para não se tornar trauma, mas não estabelecia a relação entre essas duas ideias. Ele voltou a ficar apreensivo, como em estado de alerta.

Em seguida, ele fazia uso de concordância parcial, ao considerar a função de proteção do medo, mas deixava de explicar como o medo podia salvar a vida. O estudante percebeu que não tinha explicado uma ideia que estava na cabeça dele.

No quarto parágrafo, Vinicius voltava a seu eixo argumentativo, alertando para os perigos decorrentes de excesso de amedrontamento. Considerei que funcionou bem a contra-argumentação, mas ponderei que a ideia de melhora estava vaga e o último período apenas repetia o que já havia sido afirmado.

A conclusão estava coerente com a argumentação, retomava a ideia trazida pelo contra-argumento e usava o recurso de ressalva, mas ainda restavam imprecisões: obter melhoras em quê? Atitudes importantes para quê? Ele concordava, aceitava minhas considerações, mas elas pareciam fazer ele perder o ânimo, e minha intenção era o contrário. Enquanto ele fazia a reescrita, fiquei pensando o que poderia fazer Vinicius deixar de escrever como um mero requisito formal. Eu tentava provocá-lo nas discussões, mostrava artigos e livros, tocava músicas sobre alguns dos temas, mas nada parecia fazer efeito.

Vinicius não mudou nada na introdução. Conectou os dois períodos do segundo parágrafo e, no parágrafo seguinte, explicou por que o medo podia salvar a vida. Encontrou formas de resolver meus apontamentos até aqui sem pedir minha ajuda.

No quarto parágrafo, ele me perguntou como poderia explicar a ideia de melhora. Falei para ele especificar em relação ao que seria a "melhora", descrevê-la e, com isso, ele incluiu a ideia de isolamento e trocou os exemplos por categorias mais abrangentes. Também sugeri evidenciar o encorajamento como forma de enfrentar o medo, a fim de dar maior coerência à conclusão. Ele gostou da ideia e me perguntou como fazer isso. Eu propus que ele explicasse qual seria a importância do encorajamento frente à paralisia que o medo poderia provocar. Vinicius relacionou e desenvolveu bem essa ideia.

No parágrafo final, Vinicius conseguiu esclarecer o que queria dizer com "obter melhoras" depois de eu questionar como ficava a vida diante de tanto medo e ele chegar ao conceito de aprisionamento e, então, à falta de liberdade. Ele teve dificuldade em definir as "atitudes importantes" e, frente a seu impasse, indiquei que ele fosse não para o que se é incapaz de fazer quando se tem pavor, mas para o que tende a acontecer quando nos vemos em vias de perder o controle da vida. Com essa indicação, Vinicius alcançou a ideia de impulso, reação automática, proteção à própria vida.

A reescrita ficou assim:

Medo. Um sentimento comum a todas as pessoas do mundo que, por várias razões e com diferentes intensidades, faz parte do cotidiano de cada indivíduo. É verdade que sentir medo é importante, já que evita, muitas vezes, situações de risco. Contudo, a fobia exagerada é prejudicial, na medida em que causa transtornos à vida das pessoas.

Quando crianças, sempre ouvimos os adultos falando que devemos enfrentar nossos medos imaginários, uma vez que, por terem passado por isso, sabem que a superação de fobias é necessária na formação pessoal, para, futuramente, elas não se tornarem um trauma capaz de paralisar o indivíduo.

Não se pode negar que o medo, em certas ocasiões, é um orientador e protetor. Em casos nos quais as pessoas correm perigo, como andar sozinho em um bairro violento, sentir-se amedrontado e receoso pode salvar a vida, pois estipula parâmetros sobre qual a conduta mais segura a seguir.

Entretanto, o excesso de medo pode prejudicar os indivíduos. Muitas vezes o receio de enfrentar as dificuldades atrapalha decisões, isola o indivíduo e impede uma evolução, seja na vida pessoal ou profissional. Diante disso, torna-se imprescindível o encorajamento, no intuito de não se ficar submetido a uma sensação de impotência frente aos obstáculos do dia a dia.

Portanto, apesar da capacidade protetora do medo, é preciso não se deixar levar por ele. Deve-se arriscar, praticar o destemor para usufruir de uma vida com mais liberdade. Caso contrário, permaneceremos escravos do medo e restritos a reações de autoproteção.

Quando terminei de ler a nova versão, Vinicius falou que estava contente em ter se livrado daquele tema tão filosófico. Comemorei com ele e comentei que a reescrita tinha sido importante para esclarecer imprecisões trazidas pela ideia vaga de *melhora* e construir na argumentação a coerência com a proposta de destemor apresentada na conclusão. O tema e meus apontamentos pareciam, dessa vez, ter surtido algum efeito em Vinicius: ele deixou a paralisia e se arriscou um pouco mais na abordagem e nas soluções para o texto. Retomei meu ânimo.

Perto do fim do ano, apresentei o tema de 2012 da Fuvest, sobre participação política, assunto entusiástico em um ano de eleição e bom para trabalhar com Vinicius na intersecção entre o campo das ideias e o do real-social. Os excertos que compunham a coletânea traziam reflexões sobre o desinteresse dos cidadãos pela política e sobre o próprio conceito de "política". Por querer instigar a iniciativa dele diante do texto nessa fase derradeira do processo, optei por não ler nem comentar a coletânea dessa vez. Eis o texto escrito e lido por Vinicius na semana seguinte:

Em plena época de eleições, observam-se muitas discussões sobre política e uma participação efetiva de boa parte da população. Entretanto, há muitas pessoas que se alienam da política do país, gerando aspectos negativos. O engajamento político de toda população é de grande importância para o desenvolvimento da nação.

As porcentagens de votos nulos e brancos são indícios da falta de participação de uma parcela dos brasileiros, que, por não terem um candidato preferido ou por não se interessarem por política, optam pela indiferença. Além disso, há casos em que indivíduos vendem seus votos para candidatos sobre os quais não tem conhecimento.

Dessa forma, as eleições tomam um rumo diferente do que se houvesse a preocupação pelo futuro político do Brasil, podendo prejudicar o desenvolvimento do país. Ao anular os votos ou trocá-los por benefícios próprios e banais, os eleitores perdem a oportunidade de escolher um candidato mais competente e com projetos que promovem progresso.

Portanto, é essencial que toda a sociedade se conscientize e faça parte das decisões políticas do país, com o intuito de trazer melhoras para todos. Caso contrário, o Brasil será controlado por políticos sem propostas benéficas e eficazes para a nação.

Os termos vagos como *aspectos negativos*, *é essencial* e *melhoras* voltaram a aparecer na introdução e conclusão do texto de Vinicius. Esses termos poderiam ser evidência de que nossa conversa a respeito da coletânea fez falta para o aluno elaborar com mais precisão e

solidez o que iria defender, bem como de que ele ainda não era capaz de, sozinho, chegar a níveis mais altos de abstração.

Porém, ao deixar de usar contra-argumentação no desenvolvimento, recurso que vinha se repetindo no seu esquema de texto, Vinicius comprovou que podia adaptar a estrutura da dissertação conforme o tema e seu repertório sobre o assunto. Em vez da concordância parcial, baseou-se em argumentos de causa e consequência, apresentando alguns exemplos de desinteresse ou indiferença pela política – votos brancos, nulos e de cabresto – e o resultado social dessa postura: não promover o progresso do país.

Concluiu com a importância da conscientização e da participação política e utilizou mais uma vez o artifício da ressalva, a partir da expressão "caso contrário".

Apontei a imprecisão da expressão "aspectos negativos" – quais são eles? E do "é importante": por quê? Propus que ele escolhesse exemplos que ampliassem, para além do voto, a percepção e os motivos de desinteresse pela política e explicasse melhor a importância da participação política para o Brasil nos dois últimos parágrafos, sem se repetir – inclusive comentei que o "caso contrário" trazia a mesma ideia já defendida no começo do parágrafo. Ele se dispôs a reescrever e dessa vez pedi que Vinicius fizesse isso em casa, para ele continuar o texto com o mínimo de interferência minha.

Vinicius apresentou a reescrita na outra semana:

Eleições. Época de debates, discussões, manifestações. Pode-se observar, nesse período, que a maioria da população acompanha a política do país e tem uma participação efetiva. Entretanto, uma parcela considerável dos brasileiros se alienam das questões políticas e se mantêm, muitas vezes, indiferentes a elas. O engajamento político é de grande importância, visto que a política que rege as decisões de uma nação e determinam o futuro do país.

As porcentagens de votos nulos e brancos são um dos indícios da falta de participação política de alguns eleitores, fato que tem várias causas. Infelizmente muitas pessoas se acomodam frente aos problemas do país por eles, em certas ocasiões, não as afetarem diretamente. Dessa forma, elas tomam suas decisões políticas levando em consideração suas necessidades pessoais e, não, as necessidades públicas. Além disso, a presença de corruptos no poder e a não aplicação efetiva da lei "Ficha Limpa" gera desinteresse em brasileiros, os quais já estão cansados da falta de seriedade dos órgãos públicos.

Há também a ausência dos próprios partidos no que diz a respeito da colocação de pautas que despertem o interesse da população.

Com isso, o desenvolvimento do Brasil é comprometido. Sem a participação da sociedade nas decisões, a política do país torna-se estagnada, uma vez que não há discussões sobre os problemas da nação e, consequentemente, projetos necessários para o progresso não serão elaborados.

Portanto, é essencial que toda a sociedade se conscientize e participe da política. É preciso que as pessoas se manifestem e votem, visando melhorar cada vez mais o país.

Grande parte dos meus apontamentos foi contemplada por Vinicius: ele justificou a importância do engajamento político; apresentou, mesmo que sem muita fluidez, três outros motivos para a população estar despolitizada; e organizou melhor os dois últimos parágrafos – em um concentrou as consequências da falta de comprometimento político e, em outro, as proposições. Na introdução, uma mudança partiu da iniciativa dele, a inclusão de frases nominais, uma boa lembrança para a reta final do trabalho, embora dois dos vocábulos tivessem o mesmo sentido e a relação entre os três períodos (ter interesse momentâneo pelas eleições, estar desenganado da política e a relevância do engajamento político) não tivesse sido estabelecida. Na conclusão, ainda persistiu a indeterminação: melhorar em que sentido? Assim, restavam apenas alguns pontos com necessidade de reformulação, o que resulta em uma terceira e última versão, que ele fez durante nosso encontro.

Na introdução, Vinicius trocou a palavra "discussão" por "divergências", com o intuito de ampliar a caracterização do momento de eleição, e estabeleceu conexões entre os períodos que ajudaram a contextualizar o tema na atualidade. Eu sugeri alterações na paragrafação do desenvolvimento: o comportamento do eleitor na votação poderia ficar em um parágrafo; em outro, o comportamento das instâncias de poder do país; e os dois últimos parágrafos da versão anterior poderiam ser reduzidos a um só, a fim de evitar a redundância. Ele fez isso sem dificuldade. Para fechar o texto, eu instiguei o aluno a acrescentar o perigo de a sociedade abrir mão de participar da política, para esclarecer em que sentido haveria estagnação do país. Vinicius, um pouco inseguro, perguntou se o risco estaria em prevalecer os interesses individuais em detrimento dos interesses do povo. "Isso mesmo, exatamente", eu respondi. Com a aprovação, ele redigiu a ideia.

Segue o resultado da reescrita:

Eleições. Época de debates, divergências, manifestações. Pode-se observar, nesse período, que uma parte da população acompanha a política do país, porém de maneira superficial, enquanto outra parcela considerável dos brasileiros se alienam das questões políticas e se mantém, muitas vezes, indiferentes a elas. Essa postura precisa mudar, porque o engajamento político é de grande importância, visto que a política rege as decisões de uma nação e determina o futuro do país.

As porcentagens de votos nulos e brancos são um dos indícios da falta de participação política de alguns eleitores, fato que tem várias causas. Infelizmente muitas pessoas se acomodam frente aos problemas do país por eles, em certas

ocasiões, não as afetarem diretamente. Dessa forma, elas tomam suas decisões políticas levando em consideração suas necessidades pessoais e, não, as necessidades públicas.

Além disso, a presença de corruptos no poder e a não aplicação efetiva da lei "Ficha Limpa" gera desinteresse em brasileiros, os quais já estão descrentes diante da falta de seriedade dos órgãos públicos. Há também a ausência dos próprios partidos no que diz respeito à colocação de pautas que despertem o interesse da população.

Com isso, o desenvolvimento do Brasil é comprometido. Sem a participação da sociedade nas decisões, a política do país torna-se estagnada, uma vez que abre a possibilidade de a lógica de mercado conduzir as medidas adotadas pelos governantes e, não, os interesses do povo.

Nessa trajetória de produção de textos, ficou perceptível que as reescritas contribuíram para Vinicius aprofundar a compreensão dos fatos sobre os quais tinha escrito e ampliar suas estratégias para expressar-se, embora não tivesse sido suficiente para ele fazer um uso mais livre da língua – o apoio a fórmulas e a definições imprecisas tornou-se menos frequente, mas continuou a aparecer até o fim dos nossos encontros.

As ideias vagas, quando esclarecidas, aproximaram o texto daquilo que Vinicius pretendia dizer mas não tinha as palavras ou a clareza para formular e, com isso, suas possibilidades de expressão se expandiram. Muitas vezes as imprecisões nos textos de Vinicius eram resultantes da dificuldade em identificar pontos em comum entre os exemplos levantados e em transitar entre a especificidade concreta do exemplo e sua abstração em valores, discursos, ideologias, hegemonias. Essa dificuldade não foi superada por Vinicius, mas foi combatida, muito com a minha interlocução. "Dar uma resposta, ser uma resposta, apresentar ou viver uma resposta para fazer possível o novo, algo que não existia, é sempre uma atitude prática", defende Geraldini (2006, p. 37), uma vez que, apontando uma solução, indicando uma saída, propondo um caminho, o professor oferece meios para o aluno refletir sobre o que e como escreveu, assumir-se como leitor de si mesmo, ou seja, criticar seu próprio texto e encontrar palavras e formas de refinar sua produção.

Transitar entre os fatos e suas interpretações era uma dificuldade para Vinicius. Eu me esforçava em mostrar o que os exemplos concretos indicavam sobre nossa sociedade, como podíamos analisá-los em termos de importância, valores, ideais, problemas, formas de se viver – o que Vinicius via do mundo não como observador submisso a uma realidade dada, mas como um corpo impactado, atravessado, composto pelo contexto. Queria fazer ele tremer, fazer ele sentir suas vísceras ao escrever. Mas ele não cedia.

Apegava-se a lugares-comuns como mais uma artimanha para se eximir, para dizer aquilo que supunha ser o que seu interlocutor esperava – eu, de forma mais imediata, e a banca de vestibular, de forma mais projetiva. Pécora (1980) entende o uso do lugar-comum como a desfiguração das marcas do produtor do texto no texto, decorrente da imagem rígida e pré-fixada que ele tem de seu interlocutor e que o incapacita de usar a linguagem de uma maneira imprevista ou que marcasse sua presença. Poderia ser esse o caso de Vinicius, talvez ele me visse como representante desse interlocutor temido ou talvez ele não conseguisse atualizar a minha presença em lugar da imagem idealizada de professora de redação que ele carregava. Entretanto, o uso de Vinicius dos clichês também poderia denotar uma incapacidade de senso-crítico e imaginação criadora, conforme propõe Rocco (1981). Dos muitos motivos para essa falta de crítica e inventividade, a mesma pesquisadora destaca o sistema educacional, cujo ensino com frequência é baseado em respostas prontas; a vida nas grandes metrópoles, que é transformada em grande clichê, e os "amestradores de vestibulandos", que condicionariam os estudantes, ensinariam uma espécie de esperteza a eles para passar na prova de vestibular. Acredito que esses fatores, junto com a experiência familiar, o momento de vida dele e do Brasil, a influência da mídia, não foram oportunos para encorajar Vinicius a abdicar de jargões e fazer de sua escrita ocasião para pensar, problematizar. Meu esforço em favor da crítica e da indagação pouco era acolhido ou causava um impacto mais marcante.

A última vez que falei com Cecília, mãe de Vinicius, foi indiretamente, no começo do ano seguinte, quando ele soube que havia passado em engenharia na USP, como queria, e me ligou todo feliz para contar. Sua mãe pedia para o filho me agradecer por tudo que eu tinha feito por ele.

Essa mãe queria muito que o filho entrasse na faculdade, afinal ele estava fazendo um ano de cursinho para isso. O filho também queria entrar na faculdade, mas a vida era mais que isso, era amigos, meninas, festas, pelos, hormônios, maioridade...E o meu trabalho se estabeleceu na tênue intersecção entre dar condições para ele passar na prova de vestibular (ter uma boa nota em redação) sem deixar de olhar para Vinicius e suas descobertas, seu bigode despontando, seus anseios, sua cara de sono, suas dúvidas.

Um ano da minha vida. Um ano da vida dele. Havíamos percorrido um terreno árido, minhas narinas ardiam e minha face estava corada do esforço. Vinicius parecia o mesmo do começo do ano, cansado, com os ombros baixos e um meio-sorriso de disposição. Mas e o suor, os raspões e as descobertas da travessia? Vinicius estava muito apurado para ter vivido uma aventura. Ele conseguiu entrar na faculdade que tanto queria, motivo de alegria. Mas me

incomodava que a vida dele fosse como sua escrita, desértica, desanimada, monotônica. E ele, o que queria da vida? Fazer engenharia na Usp e namorar uma gatinha. Problematizar não era o forte de Vinicius e me conformar não era o meu. Guardei minha pergunta na bagagem. Para mim, ela era valiosa para seguir adiante.

3.3 Mariana. Tá tudo dominado

Mariana me procurou depois de uma amiga dela, que era minha aluna, me indicar. Ela estava no terceiro ano do Ensino Médio de um colégio bem conceituado da Zona Oeste de São Paulo, onde estudava desde pequena. Queria prestar Arquitetura na Fuvest, mas não tinha pressa em passar naquele ano. Estava disposta a fazer mais um ano de cursinho para se preparar com calma, porque também teria que fazer aulas de desenho para a prova específica.

Era uma jovem segura e bem articulada, embora em seu texto faltasse articulação. Gostava bastante de ler, lia além dos livros da escola e acompanhava o noticiário, o que pode ser considerado um diferencial para a média de alunos que chega até mim.

Mariana tinha clareza de que precisava investir na escrita, seu desempenho não a satisfazia. Como ela mesma soube apontar, demorava para organizar suas ideias, tinha dificuldade em colocá-las com clareza e dentro do tema.

Ela fez um ano e meio de aula comigo. Era comprometida, escrevia toda semana e gostava de trazer o texto impresso e digitado, porque achava mais limpo e fácil de visualizar nossas mudanças da reescrita – no início do trabalho, fazia à mão, mas se incomodava em ter que apagar, mostrava uma preocupação metódica na organização do texto. Ela mesma, percebendo ser impossível disfarçar, assumia sua obsessão, mas não abria espaço para rir de si mesma. Mariana tinha uma seriedade na forma de levar a vida, um peso de responsabilidade. Em uma ocasião comentou brevemente que seus pais eram bem atarefados, trabalhavam e cuidavam da irmã menor, e esperavam que Mariana não fosse motivo de mais uma preocupação. Nenhuma vez os pais dela entraram em contato comigo. Ela mesma avisava os pais do pagamento das aulas, me avisava quando estava doente ou quando precisava remarcar, ia a pé até meu escritório; era possível sentir em Mariana uma independência e uma ausência de seus pais.

Ao ler seus textos, Mariana parecia subir num palanque: falava mais alto e forte. Eu tinha a impressão de que quem estava fora da sala também podia acompanhar a leitura, como se ela quisesse marcar que não estava lendo só para mim. Não era como se ela me ignorasse,

mas, para Mariana considerar minhas colocações em seu texto, eu precisava argumentar muito bem. Ela me questionava, se defendia e aceitava minhas sugestões sempre um pouco contrariada. Então, quando incluía minhas intervenções, não era raro mudar o sentido do que eu havia falado, tanto para o bem quanto para o mal do texto: abria uma nova maneira de entendimento ou provocava uma falta de coerência ou uma fuga do ponto central de discussão. Parecia que essa barreira que ela colocava entre nós servia para ela mesma encontrar uma maneira de transpô-la, para se autoafirmar como adulta, como uma igual a mim. Era ela a maior autoridade de seu texto, e isso eu sentia como uma potência de Mariana: ela sabia que sua escrita era sua voz. Mas abria mão disso com a mesma facilidade com que mudava de planos para as férias – a errância do devir-jovem, "a tendência, sempre virtual, capaz de fazer divergir as formas e estruturas constituídas" (KASTRUP, 2000, p. 375), a possibilidade de inventar, de abrir passagem para o novo, para o fortuito, o inimaginado.

Entendi que fazia parte do processo com Mariana este movimento: eu tinha que saber justificar bem meus comentários, o que me fazia pensar duas vezes antes de falar ou buscar mais justificativas, e ela podia concordar ou não. Ela sabia o que estava fazendo, sua feição dizia. Mas algumas vezes o texto dizia outra coisa. Mas ela não queria muito saber. Gostava de escrever, mas a reescrita, para ela, era como ter que engolir uma birra, ter que aceitar que o que tinha produzido não estava perfeito, ter que deslocar as máximas de que só criança erra ou de que adulto só quer mandar.

Os textos a seguir, escritos entre 2014 e 2015, permite acompanhar essa dinâmica de trabalho.

3.3.1 Mal-entendidos no rolê

Quando propus a Mariana discutirmos e lermos sobre os rolezinhos – encontros marcados pela internet entre milhares de jovens em shoppings – ela gostou, porque tinha ouvido falar, tinha visto algumas notícias, mas não tinha lido opiniões nem pensado muito sobre o acontecimento.

Lemos uma coletânea de artigos com pontos de vistas diferentes sobre o fato, com argumentos que passavam por aspectos históricos, sociais, culturais, econômicos e até de segurança. Mariana se surpreendeu com a perspectiva do rolezinho como negócio social, achou interessante pensar por esse lado. Ela também concordava que deveria haver uma preocupação com a segurança das pessoas nesses encontros, apesar de entender que isso não era motivo suficiente para proibir os rolezinhos. Pedi, então, para ela escrever, para o encontro seguinte, um texto em que se colocasse a favor ou contra os rolezinhos.

Os rolezinhos que ocorreram em 2013, na cidade de São Paulo, não devem ser coibidos. Apesar de terem sido eventos grandes que poderiam causar algum dano de segurança, englobam uma série de aspectos vantajosos para a economia e a cultura brasileira.

Esses encontros programados por eventos feitos no Facebook juntaram cerca de 20 mil pessoas em shoppings. Acredito que a maioria das pessoas eram de classes mais baixas e usaram isso não só como forma de lazer, mas também para mostrar que muitas vezes são excluídas pela sociedade*. Foi uma forma de chamar a atenção.

Além disso, os donos dos shoppings que foram alvo dos rolezinhos não deviam ficar inconformados com isso, e sim tirar proveito disso ou para aumentar o número de vendas, criar uma infraestrutura para comportar 20 mil pessoas, ou para qualquer outra ação que aumente o lucro do shopping.

Logo, não se deve coibir esse tipo de evento não só pelo fato do shopping acabar tendo vantagens, mas também porque é algo importante no âmbito cultural, ou seja, apesar de muitos acharem que é perigoso, que pode acabar em baderna, é necessário lembrar que é uma mistura entre classes sociais, o que é bom, pois assim não há exclusão.

* que ainda é muito preconceituosa.

No texto, embora Mariana tenha apontado o perigo de um evento dessa magnitude, sem infraestrutura adequada, colocou-se a favor dos rolezinhos, principalmente por identificar uma expressão cultural e uma oportunidade de negócio, mas não ficou claro se o rolezinho era uma forma consciente de mostrar indignação, de "chamar a atenção" para a exclusão dessa população, ou se o próprio evento indicava essa exclusão e podia ser entendido como prova de exclusão social. Conversei sobre isso com ela e Mariana explicou que queria seguir o segundo caminho e que não entendia minha dúvida. Mostrei para ela no texto que, quando ela falava que era uma forma de chamar atenção, de essas pessoas mostrarem que eram excluídas, dava a entender que era consciente, mas que as ideias de lazer e cultura, defendidas na introdução e na conclusão, faziam pensar que o que ela queria era discutir o que o fato revelava sobre a nossa sociedade e não que o rolezinho era uma manifestação com finalidades declaradas. Ela ficou em silêncio, analisando o próprio texto por alguns minutos, até aceitar que pensou ter escrito uma coisa, mas escreveu outra. Sugeri que ela desfizesse essa confusão e valorizasse a faceta excludente que o evento revelava. Ela falou que sabia, um pouco irritada e já voltando ao texto.

Mariana perguntou se podia ir direto para o segundo parágrafo ou se na introdução eu achava que precisava mudar alguma coisa. Eu voltei a ler o primeiro parágrafo baixo e ela

ficou olhando para mim, esperando eu falar, um pouco impaciente. Comentei que ela poderia apenas esclarecer para quem seria o dano de segurança. Ela se deu conta de não ter falado que a segurança era em relação aos frequentadores dos shoppings, podendo dar a ideia de que era o estabelecimento em si que estava em perigo. Convenceu-se da necessidade de reformular a frase e esclareceu sua ideia.

No segundo parágrafo, Mariana tirou a função de manifestação do rolezinho e focou na de lazer, incluindo como justificativa para o evento a falta de opções de entretenimento nas periferias. Ficou mais coerente com a linha de raciocínio que vinha sendo construída por ela.

Na conclusão, falei que a forma como o último período estava formulado dava a entender que o rolezinho em si era capaz de acabar com a exclusão e não que era um fato que mostrava, que deixava evidente essa exclusão. Ela fez um silêncio que me disse que estava falando demais. Fiquei quieta. Mariana mudou a última frase, para ponderar que o evento era uma forma de inclusão e para fazer uma proposta de compreensão em relação à escolha do local do encontro, o shopping, dentro dessa realidade excludente. A argumentação ganhou rumo e mais embasamento.

A segunda versão do texto é esta:

Os rolezinhos que ocorreram em 2013, na cidade de São Paulo, não devem ser coibidos. Apesar de terem sido eventos grandes que poderiam colocar em risco a segurança dos frequentadores, englobam uma série de aspectos vantajosos para a economia e a cultura brasileira.

Esses eventos programados no Facebook juntaram cerca de 20 mil pessoas em shoppings. Acredito que a maioria dessas pessoas eram de classes mais baixas e usaram os encontros só como forma de lazer, até porque, nas periferias, não se encontram muitos espaços para fins recreativos.

Além disso, os donos dos shoppings que foram alvo dos rolezinhos não deveriam ficar inconformados com tais reuniões, e sim tirar proveito delas ou para aumentar o número de vendas, criar uma infraestrutura para comportar 20 mil pessoas, ou para qualquer outra ação que aumente o lucro do shopping, em vez de fecharem as portas ou mesmo selecionarem seu público.

Diante disso, não se deve coibir esse tipo de evento não só pelo fato de o shopping poder tirar vantagens, mas também porque é um movimento importante no âmbito cultural. Ou seja, apesar de muitos acharem que o rolezinho é perigoso, que pode acabar em baderna, é necessário lembrar que esse fenômeno é uma forma de inclusão de uma parcela da população que já é excluída de seus direitos e a única maneira de se sentir pertencente é ir aos shoppings. Isso porque esses centros comerciais são símbolo de uma sociedade estruturada pelo consumo.

Depois que li para Mariana a segunda versão do texto, ela expressou ter gostado do resultado, mas não demonstrou vibração. Comentei que o texto se resolveu e ela pareceu

quase se incomodar com meu elogio, como se não precisasse dele, porque sabia que o texto estava bom. Bem autoconfiante e autossuficiente. Mas eu não sentia aquela reação como um jeito natural de Mariana, sentia como um esforço, perceptível na inconstância dela entre ser certinha e corresponder às expectativas dos outros ou ser rebelde e questioná-las. Ela não tinha ainda encontrado uma maneira de conciliar essas dimensões, mas se mostrava certa de querer independência, sem perceber que essa autonomia plena também poderia se tornar uma imposição ou talvez nem fosse possível. Essa ânsia de Mariana fazia ela *ser do contra*, questionar, problematizar, e nos levava para discussões, emoções e palavras inesperadas. Nossos encontros não eram suaves, mas eram produtivos, no sentido de permitir invenções.

3.3.2 Manifestações imprecisas

As manifestações de 2013, disparadas pelo aumento da passagem de ônibus, foram o tema da prova de redação da Faculdade Getúlio Vargas de Administração no fim do ano de 2014. Era uma discussão recente e envolvia questões importantes, como o direito de ir e vir, a liberdade de expressão, a repressão policial, as históricas desigualdades, as insatisfações com os direitos básicos de transporte, educação, saúde e moradia.

A prova partia de uma charge, que era interpretada na apresentação da proposta de texto, e trazia possibilidades de abordagem do tema a partir de algumas perguntas: o diálogo que a charge encena é verossímil? Como você vê a hipótese que ela apresenta? Há, na história do Brasil, algum aspecto que você destaque como causa maior ao qual pudesse remontar o mal-estar contemporâneo?

Era uma proposta que Mariana, uma estudante que gostava de humanas e de atualidades, não teria dificuldade em fazer. O estímulo que dei foi que ela passasse da análise do fato e alcançasse uma análise mais histórica, focada justamente na discussão despertada pela charge – as manifestações seriam só por vinte centavos ou por 531 anos de história?

Mariana ficou empolgada para escrever sobre esse acontecimento. Ela tinha participado de algumas das manifestações, concordava com suas causas, mas estava decepcionada pelo movimento ter perdido força com a decisão do governo de não aumentar a tarifa de ônibus – para ela, ainda havia muitas reivindicações a serem atendidas.

As manifestações que ocorreram em julho de 2013 não eram somente para que o governo reivindicasse o aumento da taxa dos transportes públicos, e sim, para protestar contra um país que tem um histórico de corrupção e de falta de retorno dos impostos cobrados à população.

A charge é plausível, pois apesar de haver brasileiros alienados, tem uma boa parte dos cidadãos insatisfeitos com o transporte público ruim, a falta de investimento em educação e o abandono dos mais necessitados pelo governo. Essa alienação pode ter surgido a partir de uma mídia presente, que na época constava que as manifestações eram feitas por baderneiros que estavam cometendo crimes contra o patrimônio público. Na realidade quem é descriminalizado é a população que fica seis horas por dia, apertada e em pé em um ônibus sem ventilação. Ou, ainda, aquelas pessoas que ficam esperando o ônibus que só passa em intervalos de longos períodos, e quando chegam já estão lotados. Também há ensino público de má qualidade cujos professores são ausentes ou mal formados e não contam com estrutura minimamente adequada para atender a demanda dos alunos. Então essa visão é totalmente equivocada, já que a maioria das pessoas estavam lá para lutar pelos seus direitos.

Outro fato interessante é que os policiais que reprimiram os protestos com violência, a mandado do governo, estavam em uma posição delicada, pois podem fazer parte daquela população que usufrui de transportes públicos e estava se manifestando. Assim sendo, o que é mais imprescindível o seu trabalho ou os seus valores?

Depois de certo tempo com uma autoridade administrativa que não cumpre o que promete, a população deixou de aceitar algumas mudanças redigidas pelos governantes e passou a questionar se realmente faria efeito de melhora. O aumento da passagem só foi a gota d'água para pessoas que já estavam insatisfeitas.

Mariana respondeu à pergunta proposta, ou seja, apresentou a tese na introdução. No segundo parágrafo, defendeu que a charge era plausível, porque existiam alienados e não alienados na sociedade. Levantou a hipótese de a alienação vir da mídia, da maneira como a mídia retratava as manifestações, mas a frase estava confusa por imprecisão de vocabulário. Li e decifrei que "constava" queria dizer "constatava".

Havia outras confusões criadas a partir de imprecisões de vocabulário nesse texto. O termo *descriminalizado* era usado no sentido contrário, o que se queria dizer era *criminalizado*; *mandado* no lugar de *mando*, *redigidas* no sentido de *regidas*. Mariana ficou um pouco encabulada com as trocas que tinha feito, justificou-se pela pressa com que escreveu o texto. Eu notei que precisava observar se nas próximas redações esse tipo de troca de palavra aparecia, se era um problema recorrente, se precisaríamos fazer exercícios específicos de vocabulário.

No terceiro parágrafo, ela explicitou a situação ambígua dos policiais nessa manifestação e levantou um questionamento sobre a posição deles: o que seria imprescindível, o emprego deles ou seus valores? Mas ela não respondia à questão e eu fiquei com uma nova pergunta: imprescindível para que ou quem?

Concluiu que a descrença da população em seus governantes fez com que ela os questionasse. E, para fechar o texto, voltou para a discussão central sobre o aumento da passagem como símbolo de uma insatisfação antiga. Mas não especificou insatisfação com o quê.

Mariana contemplou as três primeiras questões indicadas pela proposta de redação, mas sem cuidar da unidade do texto. Comentei com ela que a opinião que defendia, de as manifestações serem insatisfações antigas e não apenas por vinte centavos, pedia para que ela se embasasse na história do Brasil, que havia produzido essas desigualdades, essa falta de direitos – isso a faria contemplar a última pergunta da proposta, que só havia sido citada por ela. Ela entendeu que essa era a base da discussão trazida pela charge, mas ficou preocupada com o tamanho do texto: não caberia. Eu disse para Mariana que ela teria que fazer escolhas, hierarquizar o conteúdo e identificar o que não era tão fundamental para sustentar a tese dela.

Ela, impaciente, passou o olho pelo texto e decidiu tirar o terceiro parágrafo, que falava mais especificamente dos policiais, porque avaliou ter contemplado a posição dos policiais quando abordou as diferentes posições da população em geral diante das manifestações. Considerei uma boa opção. No lugar, construiu um novo parágrafo para desenvolver o ponto histórico da argumentação que faltava para sustentar o texto; conseguiu fazer um bom apanhado de situações que perduravam no Brasil desde sua formação, mas não desfez a cara de enfado.

Propus, então, que ela relacionasse a tese da introdução com a charge, para explicitá-la, já que era a imagem disparadora do tema. Ela perguntou se seria mesmo necessário, voltando para o texto. Releu o início e notou que, se fizesse isso, a introdução ficaria mais bem conectada com o segundo parágrafo. Convencida, ela fez a conexão, mas a forma como a construiu expôs a questão ainda de forma vaga.

Mariana adequou o vocabulário impreciso a partir dos meus apontamentos e, na conclusão, completou o que estaria sendo questionado nessas manifestações. Eu propus que ela trocasse a palavra "insatisfeitas", que já tinha sido usada antes, por *esgotadas*, que remeteria a expressão *gota d'água*, utilizada por ela para compreender o aumento da tarifa de ônibus na dinâmica das manifestações. Para minha surpresa, ela gostou da minha sugestão e fez a troca.

Li como ficou a segunda versão:

As manifestações que ocorreram em julho de 2013, não eram somente para que o governo reivindicasse o aumento da taxa dos transportes públicos, e sim, para protestar contra um país que tem um histórico de corrupção e de falta de

retorno dos impostos cobrados à população. Como questionada pelo policial na imagem "tudo isso só por 20 centavos?" é uma pergunta possível para aqueles que não estão bem informados, porém a resposta do outro revela a amplitude da discussão despertada pelo aumento da tarifa.

Diante disso, a charge é plausível, pois apesar de haver brasileiros alienados, tem uma boa parte dos cidadãos insatisfeitos com o transporte público ruim, a falta de investimento em educação e o abandono dos mais necessitados pelo governo. Essa alienação pode ter surgido a partir de uma mídia onipresente, que na ocasião constatava que as manifestações eram feitas por baderneiros que estavam cometendo crimes contra o patrimônio público. Na realidade quem sofre retaliações é a população que fica seis horas por dia, apertado e em pé em um ônibus sem ventilação. Ou, ainda, aquelas pessoas que ficam esperando o ônibus que só passa em intervalos de longos períodos, e quando chegam já estão lotados. Então essa visão é totalmente equivocada já que, a maioria das pessoas estavam lá para lutar pelos seus direitos: começando pelo transporte e indo até educação, saúde, etc.

Outro fator que ajuda a compreender o momento atual de desgosto da população é como se deu a formação do Brasil: poder na mão da elite; uma classe social que é livre perante a lei, mas depende das autoridades; a falta de honestidade com o dinheiro público e as políticas públicas insuficientes para a maior parte da população.

Depois de décadas com uma autoridade administrativa que não cumpre o que promete, a população deixou de aceitar algumas mudanças regidas pelos governantes e passou a questionar a eficácia dessas medidas. O aumento da passagem só foi a gota d'água para pessoas que já estavam esgotadas.

Perguntei se Mariana estava satisfeita com o resultado. Ela falou que o texto tinha ficado melhor, com uma argumentação mais embasada e coerente com a tese que queria defender. Eu a parabenei pelo exercício e ela, com o rosto fechado, agradeceu. Contou que foi fácil escrever sobre esse tema, por ser tão atual e ela ter vários argumentos para usar. Aproveitei para apontar a importância de, quando se tem muito o que falar e pouco espaço para isso, identificar quais os argumentos fundamentais para sustentar sua opinião, para não acontecer de ela deixar um argumento essencial de fora do texto, como foi o caso do argumento histórico nesse tema. Ela concordou, com expressão contrariada, de quem sentia a minha dica como bronca, e logo mudou de assunto, perguntando qual seria o próximo tema.

3.3.3 Lixo, luxo, luxúria

Quando contei para Mariana que o próximo tema era sobre lixo, ela não se animou muito. Apesar de se interessar por questões de meio ambiente e achar importante pensar sobre isso, não via desafio, considerava um assunto que levava a falar sempre das mesmas coisas. Eu expliquei que a forma como era colocada a questão pela PUC, na prova de 2005, tornava-o

mais desafiador: pedia para defender qual tipo de lixo era mais nocivo, o material ou o imaterial. Ela se espantou: o que seria o lixo imaterial? Lemos a proposta e vimos que ele aparecia em dois dos quatro excertos – em um como luxo, consumo, e em outro como corrupção, ambição. Mariana entendeu melhor. Comentei que, ao se posicionar por um dos lixos, ela teria que falar do outro, porque a proposta pedia uma comparação. Ela ficou intrigada.

Mariana leu seu texto na outra semana:

Superlotação de lixões. Corrupção. Consumo exacerbado. O lixo sempre existiu de diferentes formas, mas vem crescendo cada vez mais, prejudicando não só o meio ambiente como também a sociedade que sofre as consequências da falta de ética.

O lixo torna-se um problema a partir do momento que não há mais espaço para ele, seja nos lixões ou aterros. Um exemplo para esse fato são os países desenvolvidos que mandam seu lixo para os subdesenvolvidos. Isso pode se relacionar ao grande consumo dos lugares ricos, pois a partir do momento que saem novos produtos as pessoas os compram e jogam os velhos fora, embora muitas vezes, estejam em perfeito estado. Esse princípio está ligado à ideologia capitalista, a qual consumir é ter poder, é ter luxo. Acontece que dentro desse sistema é praticamente impossível pensar no meio ambiente, pois além de ter virado mercadoria, não acompanha as mudanças tecnológicas e a demanda do que é inutilizável.

Todavia não é só o lixo concreto que está em questão, há também o lixo abstrato que se trata de valores sociais. É o crime organizado, a corrupção, a desinformação, que aumentam cada vez mais. Esse é o pior dos lixos que existe, pois além de atingir a maioria da população, causa grande insatisfação. Por abordar assuntos do bem comum como segurança pública e educação são nocivos, já que infligem uma série de leis que todos devemos seguir.

É necessário que as pessoas passem a se importar com o lixo depois que saiu da sua casa, com os rios onde são jogados os esgotos e com o meio ambiente que sofre as consequências da vida capitalista. Mas é preciso compreender que não é o único lixo preocupante, e que para o outro tipo deixe de ser um problema cada cidadão tem que fazer sua parte, seguindo leis, estudando, votando e tendo senso crítico para discernir o que é bom para a sociedade como um todo.

Na introdução, Mariana usou frases nominais que adiantavam a relação que seria estabelecida no texto entre lixo material e lixo imaterial, mas, no período seguinte, em que tentava justificar as frases nominais e introduzir o assunto a ser analisado, não conseguiu relacionar a produção de lixo com a falta de ética.

No segundo parágrafo, ela apresentou o consumismo como causa do problema do lixo e explicou a obsolescência programada, só que a última frase do parágrafo não ficou clara:

quais mudanças tecnológicas e quem não as acompanha? Demanda de quem? Inutilizável em que sentido?

No terceiro parágrafo, afirmava ser o lixo abstrato também nocivo, porque atingia o bem comum. Mas não havia uma transição entre o lixo concreto, do qual vinha falando, e o abstrato.

Na conclusão, falava que era preciso se preocupar com o lixo concreto, mas que era importante perceber um outro tipo de lixo, também nocivo, que vinha sendo produzido.

Comentei que ela não havia defendido a preponderância de um lixo sobre outro, como pedia a pergunta (qual era mais nocivo?). Mariana explicou que queria defender que ambos eram nocivos. Falei que, se ela queria defender a igualdade de prejuízos que eles causavam, essa comparação precisava ser explicitada – por isso eu havia comentado, ao analisarmos a proposta, que alguma relação entre os lixos precisaria ser feita. Ela fez cara de surpresa, não lembrava disso. Propus que Mariana encontrasse um ponto em comum entre consumismo, corrupção e lixo. Ela comentou que não tinha dificuldade para entender a relação entre consumo e lixo, mas entre corrupção e lixo, sim. Perguntei a ela o que achava que movia os corruptos a agirem dessa forma. Mariana respondeu que a ganância. Eu questioneei o que seria a ganância em termos de consumo, e ela não levou muito tempo para falar “o acúmulo de bens”. Eu vibrei e ela abriu um discreto sorriso. Então pedi a ela para voltar ao texto, a fim de estabelecer essa relação onde fosse preciso. Mariana reclamou, dizendo que teria sido mais fácil encaminhar o texto se tivesse conseguido estabelecer essa relação sozinha. Sustentei que ela logo seria, era questão de treino, de exercitar. Ela voltou ao texto com uma expressão entediada, mas não demorou muito para o tédio dar lugar à concentração.

Assim, relacionou a produção de lixo com a falta de ética embutida na lógica do consumo na introdução.

No segundo parágrafo, esclareceu a frase final a partir das indagações que eu tinha feito durante a leitura. No terceiro, desenvolveu um pouco mais a relação entre acúmulo de lixo e perda de valores morais. E na conclusão explicitou a ideia de que a ideologia consumista e a produção de lixo se retroalimentavam, justificando sua postura de defender ambas como prejudiciais.

O resultado da reescrita é o seguinte:

Superlotação de lixões. Corrupção. Consumo exacerbado. Para a sociedade atual, baseada no acúmulo de bens, a ambição é um sentimento presente. Isso gera tanto comportamentos imorais, quanto lixões superlotados. Dessa forma, o lixo,

que sempre existiu, vem crescendo cada vez mais, prejudicando não só o meio ambiente como também a sociedade que sofre as consequências da falta de ética.

O lixo torna-se um problema a partir do momento em que não há mais espaço para ele, seja nos lixões ou aterros e não se desenvolve nenhuma gestão para cuidar disso. Um exemplo para esse fato são os países desenvolvidos que mandam seu lixo para os subdesenvolvidos. Isso pode se relacionar ao grande consumo e às inovações tecnológicas nas nações ricas, pois, a partir do momento que saem novos produtos as pessoas os compram e jogam os velhos fora, embora, muitas vezes, estejam em perfeito estado. Esse princípio está ligado à ideologia capitalista, na qual consumir é ter poder, é ter luxo. Acontece que dentro desse sistema é praticamente impossível pensar no meio ambiente, pois além de ter virado mercadoria, não há interesse em desenvolver técnicas para garantir a infinitude da natureza e nem para lidar com a demanda de produtos descartados nocivos para o meio ambiente.

Então, apesar de a atenção voltar-se para o lixo concreto, sua origem é o lixo abstrato, que trata de valores sociais. É o crime organizado, a corrupção, a desinformação, que indiretamente aumentam cada vez mais os resíduos materiais. Esse é o pior dos lixos que existe, pois além de atingir a maioria da população, causa grande insatisfação. Por abordar assuntos do bem comum como segurança pública e educação, essas condutas corrompidas são nocivas, já que infringem uma série de leis que todos devemos seguir para um bom convívio social.

É necessário, portanto, que as pessoas passem a se importar com o lixo depois que saiu da sua casa, com os rios onde são jogados os esgotos e com o meio ambiente, que sofre as consequências da vida capitalista. Mas é preciso compreender que esse lixo se autoproduz, e que para a ideologia responsável por esses deixe de ser um problema, cada cidadão deve fazer sua parte: seguindo leis, estudando, votando e tendo senso crítico para discernir o que é bom para a sociedade como um todo.

Quando terminei de ler para Mariana a nova versão do texto, olhei para ela e sua postura esbelta, confiante, se destacou. Falou que foi fácil depois de ter conseguido estabelecer a relação entre os lixos – não deu crédito nem para minha interlocução nem para o esforço dela. O grau de exigência consigo e com os outros era bem alto e, por isso, não era de se estranhar que ela valorizasse atividades que exigiam dela, como a produção de texto e suas reescritas. Eu fui percebendo que minhas críticas eram mais impactantes e mobilizadoras para Mariana do que os elogios e apoios.

3.3.4 Trabalho sem fim

O tema da Fuvest de 2006 foi acerca do mundo do trabalho. Três concepções de trabalho eram apresentadas pelos excertos da coletânea: a de que o trabalho era uma construção humana e, portanto, poderia mudar suas características ou mesmo acabar; a de que a expectativa de melhora na rotina do trabalhador com as inovações tecnológicas tinha se

frustrado e, por fim, a de que o trabalho artístico tinha uma lógica diferente da lógica capitalista preponderante na atualidade. A proposta pedia explicitamente que o candidato considerasse essas três concepções para produzir seu texto. Incluir o último ponto era o maior desafio, porque os dois primeiros textos, além de se relacionarem mais facilmente entre eles, estavam diretamente conectados com a discussão do trabalho nos moldes atuais, já a arte era um elemento destoante, que parecia fora de contexto para os mais distraídos ou desavisados. Mas Mariana era perspicaz e não demorou para perceber que a arte seria uma alternativa ao modo de trabalho preponderante e, assim, poderia funcionar também como uma crítica a esse modo. Eu pretendia que ela exercitasse sua capacidade de estabelecer relações, ponto fraco do texto anterior sobre lixo. Eu também considerava um tema propício para aquele momento, em que Mariana escolhia uma carreira e não demoraria muito para estar no mundo do trabalho.

O trabalho não vai desaparecer. Com a modernidade, ocorreu o aperfeiçoamento das técnicas e a tendência passou a ser se pensar que o ócio vai acabar e haverá mais tempo livre. Porém, a humanidade provou o contrário, cada vez as pessoas tem menos tempo de fazer outras atividades. Além disso, como a população mundial é bem grande há muita concorrência no mercado. Com isso, a qualificação exigida é maior, além de estudar mais, ter um bom currículo o indivíduo terá que disputar uma vaga com outros. Essa competição por empregos é uma forma de degradação, pois somente uma pessoa conseguirá trabalho, o que gera certo prejuízo para a sociedade ao passo que não tem oportunidades para todos.

Apesar do nível de desemprego ser baixo no Brasil, ainda há poucas pessoas que ganham muito, tendo um trabalho reconhecido e boa parte da população anônima recebendo pouco. O modo de trabalhar mudou e ainda está sob transformação, hoje para se sustentar e mais que isso, sobreviver as pessoas passam muito mais tempo em seus empregos do que antes. Obviamente, não são todos os trabalhos que exigem oito horas por dia de presença, alguns o indivíduo que escolhe o quanto vai (em branco). Os artistas, por exemplo, vivem no sistema capitalista, mas suas produções não tem uma função imediata. Por não ter tempo certo para fazer compradores permanentes, é um trabalho que não aliena, o que traz certa qualidade de vida nesses aspectos. Mas são poucos que vão viver somente disso, pois tem a chance de não conseguirem se sustentar.

Por fim,

Comentei que ela havia feito um bom retrato das condições de trabalho no Brasil, definido a tese logo no início do texto e a justificado na argumentação, mas as ideias haviam ficado compactadas, sem desenvolvimento. Mariana contemplava de forma breve o trabalho artístico na discussão, um bom começo, mas não conseguia desenvolver a ideia e fazer a conclusão. Ela me contou que não tinha encontrado uma forma de finalizar o texto, que não conseguia perceber o que estava faltando e para que caminho seguir.

Sugeri, assim, que a conclusão fosse construída a partir de uma ressalva: o trabalho não iria desaparecer, em razão da importância que tinha na organização da sociedade atual, mas poderia mudar. E aponte que essa mudança poderia ser trazida pelo trabalho artístico. Mariana entendeu que os moldes do trabalho com arte poderiam indicar novos parâmetros para o trabalho e ficou entusiasmada para a reescrita. Perguntei o que esses moldes mudariam na realidade do trabalhador, e ela respondeu, como se fosse óbvio, "ele teria uma condição de vida mais digna". Concordei e mostrei que era isso o que precisava ser desenvolvido na conclusão.

Mariana começou a reescrever sem que eu tivesse terminado de tecer meus comentários. Pedi para ela esperar eu apontar mais um aspecto a ser trabalhado na reescrita. Ela parou e olhou para mim com impaciência. Eu dei risada por dentro e mantive a placidez para explicar que ela precisava separar algumas ideias em novos parágrafos e justificar algumas afirmações, para esclarecer a ideia ou estabelecer relações que facilitassem o encadeamento da argumentação. Ela se incomodou, me perguntou se algum dia eu vou considerar seu texto bom a ponto de não precisar de nenhuma mudança, com certa ironia. Eu achei engraçado o comentário e deixei transparecer. Ela não entendeu o motivo do meu riso. Reiterei que o texto dela era bom, meus comentários não faziam dele ruim, eu apenas apostava que a reescrita era um bom exercício para fazer avanços, para ganhar liberdade com a expressão escrita, que era uma atividade comum entre os melhores escritores, porque a língua escrita exigia um nível alto de abstração e dedicação difíceis de serem atingidos logo na primeira versão de um texto. Mariana viu sentido no que falei, mas admitiu não ter paciência para tamanha dedicação e, por ser perfeccionista, parecia que a reescrita não tinha fim. Considerei que podia não ter fim mesmo, que o fim era relativo, relativo ao que você podia dar em determinado momento. Ela fez uma cara de "pode ser..." e partiu para o texto.

Sobre o início do texto, perguntei para Mariana como uma expectativa se comprovava. Ela respondeu com tom de desdém que era com o decorrer do tempo. Eu olhei então para o texto, ela acompanhou meu olhar e viu que não explicitou essa ideia e, com isso, colocou como comprovação o tempo no lugar de apontar para a humanidade.

Sugeri que ela abrisse um novo parágrafo com os dois últimos períodos da introdução. Ela perguntou por quê. Eu pedi para ela reler esse trecho e reparar no assunto que ele traz. Mariana releu e disse que era quando ela explicava melhor o funcionamento do trabalho no sistema capitalista. Eu falei, exato, porque até então ela estava falando de forma mais abrangente sobre o lugar do trabalho na sociedade atual, então, separando esse argumento em um outro parágrafo, ela poderia explicar no que consistia a degradação gerada pela

competição por emprego. Mariana se remeteu a um dos textos da coletânea que trazia essa ideia. Concordei que retomar a ideia do excerto poderia ajudar e ela voltou para a proposta, releu o excerto e redigiu o detalhamento da consequência desse esquema de trabalho.

Mariana notou que o fim do segundo parágrafo voltava-se para o trabalho artístico, então decidiu levar essa ideia para um novo parágrafo. Justificou por que o trabalho artístico era menos alienante, em vez de apenas constatar.

Construiu a conclusão com uma ressalva, que eu havia proposto, com um direcionamento para o futuro: se o trabalho era o que movia a sociedade, que ele fosse digno e que pudesse contemplar outros modos de produção, como o do trabalho artístico, trazido na argumentação.

Aqui o texto reescrito:

O trabalho não vai desaparecer. Com a modernidade, ocorreu o aperfeiçoamento das técnicas e a tendência passou a ser pensar que o labor vai acabar e haverá mais tempo livre. Porém, com o passar do tempo isso não se comprovou, cada vez mais as pessoas têm menos tempo de fazer outras atividades. Além disso, como a população mundial é bem grande há muita concorrência no mercado.

Com isso, a qualificação exigida é maior, logo, além de estudar mais e ter um bom currículo, o indivíduo terá que disputar uma vaga com outros. Essa competição por empregos é uma forma de degradação, pois somente uma pessoa conseguirá trabalho, o que gera certo prejuízo para a sociedade, dado que não existem oportunidades para todos. Sendo assim, nessa conjuntura, parte da população ou fica sem emprego ou aceita trabalhos com condições precárias.

Apesar de o nível de desemprego ser baixo no Brasil, ainda há poucas pessoas que ganham muito e têm um trabalho reconhecido e boa parte da população anônima recebe pouco. O modo de trabalhar mudou e ainda está sob transformação. Hoje para se sustentar ou mesmo então, sobreviver, as pessoas passam muito mais tempo em seus empregos do que antes. A partir do momento que a demanda de empregos é menor que a procura, os trabalhadores são obrigados pelo sistema a dedicar mais tempo à jornada de trabalho para receber menos.

Obviamente, não são todos os trabalhos que exigem oito horas por dia de presença. Os artistas, por exemplo, vivem nesse sistema, mas suas produções não têm uma finalidade imediata. Por não ter tempo certo para ser feito, traz qualidade de vida. Mas são poucos que conseguem viver somente disso, visto que é uma área muito seletiva.

Por fim, tendo em vista que o trabalho é o leitmotiv da sociedade, ele necessita tornar-se digno, ou seja, ser capaz de garantir os direitos básicos a todos, proporcionando empregados satisfeitos. É importante também valorizar as diferentes formas de produção que não só a de larga escala.

Depois de ler sua reescrita em voz alta, Mariana tinha os olhos altivos, mas não comemorou, não relaxou com seu desempenho. Comentou que ficou perdida em como incluir

a arte na discussão do trabalho e, com a reescrita, percebeu que precisava contemplá-la na tese, e esse recurso abria a possibilidade de construir textos mais complexos, porque com teses mais complexas. Fiquei contente de ela ter tido essa percepção e falei que ela era capaz de usar esse recurso nos próximos textos. Ela se comprometeu a ficar com isso na cabeça na hora de definir sua tese. Mariana talvez quisesse não se importar tanto com suas palavras, mas enfrentava a produção de texto como um desafio que precisava ser transposto e fazia dele um estímulo, o que contribuía para o trabalho ser produtivo e gerar efeitos no texto dela e nela.

3.3.5 A participação política em texto

2014 tinha sido um ano de eleição e 2015 foi o início do movimento parlamentar de retirada da presidente eleita. As discussões políticas se acirravam. Corrupção, desesperança, descrédito, redes sociais, reforma política, voto eram assuntos em pauta. Mariana gostava do assunto, ficava indignada, mas não se envolvia em discussões nas redes sociais nem perdia amigos por isso, acreditava mais nas pequenas políticas, no movimento feminista, participava de um coletivo na escola e de palestras que aconteciam pela cidade acerca do assunto. Responder se a participação política estava superada ou era indispensável, tema da Fuvest de 2012 seria importante para organizar as ideias dela sobre os acontecimentos recentes. Ela considerou um bom exercício.

Leu seu texto no encontro seguinte:

Esperança e política

De um lado, uma população revoltada que pede mudanças estruturais do sistema. De outro, governos corruptos que perdem força para o mercado, fazendo com que haja mais foco na vida pessoal e aceitação de que não há forma de mudança do que o conhecimento e a discussão em prol do bem da polis.

Atualmente, as instituições políticas estão perdendo seu poder para forças não políticas que regem a sociedade capitalista que são, basicamente, o mercado do consumo e financeiro. Com isso, cria-se um grande desinteresse na política, pois as pessoas se fecham mais para suas vidas no âmbito pessoal e, então, a vida privada passa a ser mais importante do que a vida em coletivo.

Por muito tempo no Brasil houve uma conformidade generalizada misturada com o individualismo, de que todos os políticos são corruptos e que o sistema governamental é falho. Parecia que os civis tinham desistido de lutar pelo bem do homem e preferiam ser ignorantes e se diferenciar desses políticos do que ir atrás de seus direitos como cidadãos. Mas isso mudou. As manifestações de junho de 2013 serviram para mostrar que o povo está aí, vendo tudo e está descontente com o sistema. A partir de uma medida governamental, que foi o estopim da insatisfação (aumento da taxa do transporte público), o povo ao ir às ruas, ganhou voz e conseguiu uma parcela do que reivindicava.

O problema é que havia pedidos de melhorias na educação, no transporte, direitos iguais, mas de forma bem abrangente. Porém, em um país como o nosso,

com grande território, todavia com pouca participação popular na política, tais reivindicações deveriam ser feitas de outra forma. Nesse ano, fez-se um plebiscito popular que, por falta de poucos votos não ganhou êxito.

Diante disso, medidas como essa deveriam ser acatadas no Brasil. O cidadão precisa ter mais voz, do que simplesmente o poder de votar. Para que o distanciamento entre o poder legislativo/executivo e a população diminua, poderiam ser feitos grupos representativos de cada bairro, onde o representante deles se junta com o dos outros bairros da zona, e assim sucessivamente até chegar ao presidente. Essa participação política é indispensável, porque assim, as pessoas sairão das suas reclamações pessoais e passarão a ser um grupo que reivindica em coletivo. Sendo assim, a esperança em uma vida melhor, com sistemas sociais mais desenvolvidos, renasce e permite que as pessoas cada vez mais lutem por medidas que elas acreditem.

O texto era mais longo do que de costume. Parecia ter mobilizado Mariana. Fiquei contente de ela ter se referido às manifestações de 2013 e, de alguma forma, transposto o tema da GV 2014, que havia feito anteriormente e girava em torno desses acontecimentos, na discussão sobre política. Mariana não se comoveu com meu elogio. Contou que havia levado bastante tempo fazendo, tinha muita coisa que queria contemplar, por isso achava que o texto estava um pouco confuso. Comentei que via poucos pontos que mereceriam ser mais trabalhados. Ela ficou aliviada e seguiu para a reescrita.

Pedi para ela definir melhor, na introdução, a consequência de se ter governos corruptos. Ela reorganizou o trecho final, construindo melhor uma oposição.

Sugeri que, no terceiro parágrafo, ela explicasse com maior precisão e melhor encadeamento o desinteresse pela política e a lógica do mercado conduzindo as decisões políticas e levando ao individualismo. Ela encadeou as ideias em voz alta para mim, perguntou se estava claro e, com minha confirmação, escreveu.

Propus que ela usasse o plebiscito popular não como exemplo da falta de participação, mas como iniciativa a ela, como exemplo do que poderia ser feito para a participação do povo nas políticas públicas não se restringir ao voto, como ela havia afirmado na conclusão. Mariana considerou que estava sendo pessimista colocando daquela forma e fez a alteração.

Na conclusão, indiquei que a proposta mais concreta de Mariana para criar polos de decisão nos bairros já existia. Ela ficou admirada, não sabia que esse modelo já existia, e concluiu que, se ela não conhecia, então ele não dava certo. Ponderei que podia dar certo, mas talvez não fosse suficiente para despertar a participação política. De qualquer forma, ela resolveu tirar, mas não sabia o que colocar no lugar. Apontei que ela precisava voltar para a questão proposta: a participação política era indispensável ou ultrapassada? Ela tinha até se

esquecido. Explicitou a justificativa para defender a indispensabilidade da participação política.

Quando Mariana achou que estava livre da função, eu perguntei se ela estava satisfeita com o título. Ela avaliou que não era criativo, mas estava coerente com a argumentação dela. Eu concordei que era um título que não tinha erro, mas falava muito pouco do texto dela, perdia a chance de instigar o leitor. Convenci-a a pensar em um título que indicasse a tese apresentada, e então ela formulou: o retorno à política.

A segunda versão do texto é esta:

O retorno à política

De um lado, uma população revoltada que pede mudanças estruturais do sistema. De outro, governos corruptos que perdem força para o mercado, de modo a desencadear na população mais um enclausuramento na vida pessoal e a aceitação de que não há forma de mudança, do que o conhecimento e a discussão em prol do bem da pólis.

As instituições políticas, no mundo contemporâneo, estão perdendo seu poder para forças não políticas que regem a sociedade capitalista: basicamente, o mercado de consumo e financeiro. Com isso, cria-se um grande desinteresse pela política, já que, tanto os assuntos que eram para ser tratados pelas instituições políticas passam a ser conduzidos pela lógica do lucro, quanto a competitividade do sistema atual gera um comportamento individualista. Logo, a vida privada passa a ser mais importante do que a vida em coletivo.

Por muito tempo no Brasil esse individualismo se misturou com uma conformidade generalizada, de que todos os políticos são corruptos e o sistema governamental é falho. Parecia que os civis tinham desistido de lutar pelo bem comum, preferiam ignorar os fatos e se diferenciar desses políticos a ir atrás de seus direitos como cidadãos. Mas isso mudou. As manifestações de junho de 2013 serviram para mostrar que o povo está aí, vendo tudo e descontente com o sistema. A partir de uma medida governamental, que foi o estopim da insatisfação (aumento da taxa do transporte público), o povo, ao ir às ruas, ganhou voz e conseguiu uma parcela do que reivindicava.

O problema é que havia pedidos de melhorias na educação, no transporte, direitos iguais, mas de forma tão abrangente, que tornava difícil visualizar propostas concretas para que se tornassem factíveis. Apesar de o Brasil ter um grande território, conta com pouca participação popular na política, restrita apenas ao voto. Porém, neste ano, fez-se um plebiscito popular que reivindicava reformas políticas. Essa iniciativa demonstra uma mobilização social de retorno do envolvimento civil em questões públicas.

Diante disso, medidas como a de consulta popular sobre assuntos sociais deveriam ser acatadas no Brasil. O cidadão precisa ter mais voz, e não, simplesmente, o poder de votar. Para que o distanciamento entre o poder legislativo/executivo e a população diminua, essa participação política é indispensável, porque, assim, as pessoas sairão das suas reclamações pessoais e passarão a ser um grupo que reivindica em conjunto e pelo coletivo. Portanto, a

esperança de uma vida melhor, com sistemas sociais mais desenvolvidos, renasce e permite que as pessoas cada vez mais lutem por medidas em que elas acreditem.

O texto continuou com a mesma linha de raciocínio e a mesma base argumentativa, o que melhorou foi a clareza das ideias, fazendo com que os argumentos ganhassem força. O único ponto que tinha substituição de ideia era a proposta para aumentar a participação política. Comentei que via isso como positivo, ela tinha conseguido construir o texto com coerência e boa seleção de argumentos. Mariana sentia isso também, estava cada vez mais segura ao escrever. Contou que o professor de redação do cursinho tinha elogiado o último texto dela, também não tinha visto tantos defeitos e ela vinha tirando boas notas. Concordei que ela estava escrevendo melhor, mas observei que ela podia aparecer mais no texto, trazendo seu repertório, ousando um pouco mais, como foi o caso do uso das manifestações e da segunda versão do título. Também perguntei se ela não tinha pensado em falar sobre outras formas de fazer política, que não a governamental ou partidária. Ela falou que lembrou do feminismo ao escrever, mas era muita coisa, não caberia, e ela optou por outro caminho. E tinha dado certo, enfatizei, apenas queria lembrá-la de que a sua experiência podia ser usada na dissertação e podia diferenciar a abordagem do seu texto do da maioria, apta a reproduzir senso-comuns e adotar os mesmos argumentos-chavões. Mariana, impaciente, já estava de olho no próximo tema em cima da mesa.

3.3.6 O amor na prática

O tema do Ínsper de 2012, *Quanto vale o amor?*, embora abstrato, parte de um fato para levantar uma discussão mais ampla: a indenização por abandono paterno. Mariana precisaria falar sobre relacionamentos e, ao mesmo tempo, sair da experiência pessoal e generalizar. Eu percebia que a presença dos pais dela era bastante traduzida em exigência e suspeitava que, em sua argumentação, essa função parental fosse aparecer, mas não sabia se Mariana se permitiria uma abordagem mais sentimental, de mais entrega, pois sua tendência era estipular limites claros de aproximação, era não permitir criar uma intimidade, mesmo que fosse só na dimensão do trabalho. Ela desanimou e reclamou "de leve" quando viu a pergunta sobre o valor do amor, mas, ao entender que a discussão não era apenas filosófica e envolvia o campo da justiça, retomou o ânimo, com um olhar meio de soslaio, de quem estava preparada para o tema.

Passada uma semana, Mariana retornou com seu texto:

De um lado, a banalização do amor, transformando-o em mercadoria, estipulando valor capital a ele a partir de um julgamento. De outro, um sentimento subjetivo que não é possível de ser comprado.

Há aqueles que acreditam que é possível compensar uma infância sem afeto por parte dos pais apelando para justiça. Assim, mesmo que o responsável não tenha se comprometido minimamente, ele pode pagar uma indenização pela falta de presença e resolver o problema.

Embora existam casos desse gênero, o amor não é comprável. Este é um sentimento e, por isso, subjetivo, o qual se conquista aos poucos com a convivência e inúmeros outros fatores que mudam conforme o indivíduo. Portanto a ausência dos pais na vida da criança não deveria ser mediada pelo Estado, porque apesar de ser uma instituição em parte jurídica, essa questão está no meio pessoal, das relações individuais e no mundo interior do ser. Além disso, convenhamos que não é possível medir o amor, então como saber o quanto pagar por ele?

Por esse motivo, é necessário que as pessoas reflitam antes de se ter um filho: será que é capaz de criá-lo e ser presente na sua vida para ensiná-lo e dar-lhe atenção, ao invés de não desenvolver um vínculo afetivo que pode prejudicá-lo em suas futuras relações? O real problema está aí, muitas vezes os pais não sabem como lidar com os filhos ou, talvez, tenham dificuldade para demonstrar amor. Por isso, casos de solicitação à órgãos governamentais se tornam frequentes, na medida em que os filhos sentem falta de participação, ou mesmo, são prejudicados pelo modo que foram tratados pelos pais.

Diante disso, o amor não tem um valor que se enquadra no capitalismo, é superficial pensar que uma indenização resolve a ausência dele, já que é um sentimento. Todavia, ele tem extrema importância na formação do ser humano, pois com isso o indivíduo pode melhorar suas relações, sendo amado pode amar. Portanto, não cabe ao Estado decidir seu preço, cada um o tem interiormente de diferentes formas.

Como no último texto, sobre participação política, Mariana utilizou a divisão para introduzir o tema: a banalização do amor quando transformado em mercadoria e o sentimento subjetivo que não pode ser comprado. Parecia ter gostado da técnica e estar experimentando suas possibilidades, porque aqui a divisão era usada a partir das opiniões diante do fato que originava o tema e não de uma contradição do próprio fato, como havia feito no tema anterior. Mariana revelou que essa técnica a vinha ajudando a começar os textos, a não demorar muito para escolher o caminho a seguir, ela já definia o como e depois só precisava encaixar as ideias no formato. E não era difícil encontrar duas opiniões ou dois lados de uma mesma situação em qualquer que fosse o tema. Comentei que vinha dando certo essa estratégia dela, mas que ela já tinha usado outros tipos de início que também eram interessantes e, dependendo do tema, poderiam fazer mais efeito ou trazer mais contribuição para a argumentação. Ela disse resmungando que sabia. Mesmo com seus resmungos, sugeri que ela

desenvolvesse uma frase de fechamento na introdução, para explicar a divisão apresentada e, ao mesmo tempo, expor o fato que dava motivo ao tema. Ela apenas expôs o fato, sem explicá-lo e sem justificar a divisão estabelecida.

No parágrafo seguinte, apresentava um argumento oposto ao que defendia, a visão daqueles que acreditam ser a indenização uma forma de reparar a ausência afetiva de um pai. Mostrei que duas frases estavam incompletas: não tinha se comprometido minimamente com o quê? E resolver qual problema? Ela retrucou, achava que na primeira frase do parágrafo isso tudo estava claro e ficaria repetitivo. Discordei, justifiquei que era uma oportunidade de ela explicar melhor as questões em jogo na indenização de um pai por abandono afetivo. Um silêncio tomou conta da sala. Sustentei por alguns minutos e puxei conversa sobre a importância dos pais na formação dos filhos, daí ela trouxe a ideia dos pais como referência, e eu perguntei se ela conseguia imaginar como seria não ter essas referências. Mariana falou que era difícil imaginar, mas imaginava que seria desestruturante e a tornaria mais vulnerável às pressões sociais, com menos autoestima. Ficou impactada ao pensar em não contar com o amor e apoio dos pais, achava que não sobreviveria. Senti-a mobilizada pelo tema e em uma chave de compreensão mais sensível, que parecia a fazer ousar mais. Propus que ela levasse mais dessa conversa para o texto, de forma a explicitar a importância do pai na formação de uma criança e o que se perdia quando não se tinha pai, dando maior embasamento para a dimensão psicológica e existencial da discussão. Mariana complementou as frases, expondo de forma mais evidente os pressupostos e consequências da indenização.

No quarto parágrafo, opôs-se à indenização com o argumento de que o amor não podia ser comprado, por ser subjetivo. Defendeu que essa questão não deveria ser mediada pelo Estado, por dizer respeito a escolhas privadas. Perguntava com ironia como calcular o pagamento da indenização se não era possível medir o sentimento? Falei que a pergunta era instigante, mas explicava pouco o que queria dizer com *medir o sentimento*, e ali estaria uma oportunidade para trazer nossa discussão sobre a importância paterna. Ela nem esperou eu terminar de falar para começar a apagar a pergunta e, no lugar, desenvolver a justificativa de a indenização não ser suficiente para substituir a função paterna e a descreveu minimamente.

No penúltimo parágrafo, apontava a responsabilidade de se ter um filho por meio de outras duas perguntas, o que demonstrava um tom de indignação de Mariana e uma ousadia dela que nem sempre aparecia. Apontei isso e ela concordou que essas perguntas haviam ficado boas. Em seguida, ela tentava entender o comportamento de se buscar a justiça. Comentei que ficava estranho ela fazer um parágrafo que tentava entender a tese contrária a dela logo antes da conclusão, sem antes rebatê-la e reafirmar sua tese; ficava brusca a

transição. Ela ficou aflita porque achava que ficaria repetitivo, muito igual à conclusão. Tranquilei-a, mudaríamos a conclusão se fosse necessário. Ela respirou fundo e eu também, as duas buscando paciência para prosseguir a atividade. Depois de algum tempo, ela conseguiu deixar claro que a falta do pai não seria anulada com uma indenização, ela continuaria sendo sentida, mantendo a coerência da argumentação e preparando para uma passagem suave à conclusão.

Quando relemos a conclusão, notamos que Mariana tinha razão: com a mudança no fim do parágrafo anterior, o final ficou repetitivo e sem graça. Sugeri que ela começasse com a crítica de que essa não seria uma decisão que caberia ao Estado, ideia que tínhamos descartado do terceiro parágrafo. Ela achou bom reafirmar a função paterna, fez o deslocamento, mas ainda considerava estar repetitivo. Falei que uma possibilidade era ela expor a função não na teoria, mas na prática. Ela se surpreendeu e, meio descredula de que seria capaz ou de que daria certo, foi para a concretude das responsabilidades de um pai e ainda esclareceu a diferença entre dar dinheiro e dar amor. Ficou muito bom, mas sentia a necessidade de retomar o prejuízo de não se ter essa figura, para fechar o texto de forma mais impactante. Ela ficou um tempo olhando para o texto, balançando as pernas, já um pouco sem paciência. Antes que ela perdesse o envolvimento com o texto, eu disse que o conectivo "caso contrário" poderia ajudar a trazer essa ideia. E ajudou.

A reescrita:

De um lado, a banalização do amor, que o transforma em mercadoria e estipula a ele um valor capital a partir de um julgamento. De outro, um sentimento subjetivo que não pode ser substituído por uma quantia monetária. Nos últimos anos, tem se tornado frequente a justiça aprovar indenizações a filhos que reclamam de abandono afetivo.

Há aqueles que acreditam ser possível compensar uma infância sem afeto por parte dos pais apelando para o judiciário. Assim, mesmo que o responsável não tenha se comprometido minimamente com a formação de sua prole, ele pode pagar uma indenização pela falta de presença e o filho pode se sentir satisfeito com esse dinheiro.

Embora existam casos como esse, não é possível trocar o amor por uma riqueza material, pois é um sentimento subjetivo, o qual se conquista aos poucos com a convivência. Assim, é superficial pensar que uma indenização resolve a ausência dele, já que a dedicação de um pai para um filho é de extrema importância na formação de qualquer ser humano. Ao se sentir amado, o indivíduo terá uma base de referência para o desenvolvimento de sua personalidade, de sua autoestima e da capacidade de se preocupar com os outros.

Por esse motivo, é necessário as pessoas refletirem antes de terem um filho: será que são capazes de criá-lo e serem presentes na sua vida para ensiná-lo e dar-lhe atenção? Ou não estão preparados para desenvolver um vínculo afetivo que pode ser definitivo para as futuras relações da criança? Muitas vezes os pais

não se responsabilizam pelos filhos ou, talvez, tenham dificuldade para demonstrar amor. Por isso, casos de solicitação a órgãos governamentais se tornam comuns, na medida em que os filhos sentem falta de participação, ou mesmo, são prejudicados pelo modo que foram tratados pelos pais em seu percurso de vida. Porém, essa falta não será apagada por um montante.

Portanto, a ausência dos pais na vida da criança não deveria ser mediada pelo Estado, porque essa questão é de âmbito pessoal, faz parte das relações individuais e do mundo interior do ser. Aos pais cabe proporcionar estudo, moradia, alimentação, mas, mais do que isso, atenção, carinho, diálogo, companhia. Caso contrário, os filhos tendem a ter dificuldades com a ética, boa índole, identidade.

O texto já tinha uma tese bem definida, mas, com a reescrita, a argumentação ganhou peso, porque Mariana conseguiu expor com mais precisão e riqueza suas ideias. Ficou evidente a mobilização provocada nela pelo tema e o efeito potente disso em sua escrita – por mais que tenha se apoiado em algumas fórmulas que ela mesma foi estabelecendo como porto seguro para si, como a da divisão no início do texto, ela se permitiu fazer perguntas irônicas e retóricas para provocar seu interlocutor, experimentou retomar sua tese por meio de exemplos concretos, aproveitou com mais liberdade e leveza meus comentários, me considerou mais como parceira de trabalho do que como uma adulta que mandava nela.

Depois de passar a tirar frequentemente notas boas nas redações que fazia no cursinho, Mariana resolveu parar de fazer aulas comigo. Considerou que estava preparada e eu senti que ela achava que não tinha mais o que aprender comigo. Depois de um ano e meio, já tínhamos visto muitos recursos linguísticos e argumentativos, e estávamos nos dedicando mais a temas filosóficos e abstratos, que normalmente são os que apresentam maior nível de dificuldade para os alunos. Eu não considerava que o texto dela estava ótimo e que sua desenvoltura bastava para ela se inventar escrevendo. Mas para o vestibular parecia suficiente. Para Mariana, naquele momento, também.

Eu avaliava que era pouco para ela. Experimentei o efeito de empoderamento que a escrita tinha para essa aluna e me parecia um desperdício ela se contentar com o suficiente. O suficiente era conformado, era obediente e só. Fazia falta sua rebeldia no texto. Mas Mariana estava mais comprometida com o vestibular do que com sua escrita. A dificuldade dela em estabelecer uma relação mais próxima, de maior qualidade e confiança comigo e com ela mesma se refletia no texto. Minha sensação era de que, ao longo dos nossos encontros (e não necessariamente por causa deles), Mariana foi se adequando ao sistema de vestibular, foi se conformando ao esquema da redação para vestibular, ao mesmo tempo em que foi se tornando

menos disponível para estar presente em sua produção textual e fazer dela uma experiência instauradora. Talvez pela frequência ao cursinho, talvez por sentir o peso da obrigação de passar no processo seletivo, talvez porque precisasse se apegar a condições que lhe trouxessem certa estabilidade diante das tantas instabilidades inerentes à sua juventude.

Guardei o ímpeto instaurador na manga, bem dobradinho, disfarçado, e continuei a trilha. Invariavelmente eu encontrava algum parágrafo, alguma palavra, uma vírgula para desdobrá-lo – meu coringa nesse jogo de cartas marcadas. Mas eu só o sacava tendo alguém para apostar comigo, porque instaurar é uma aposta feita a dois:

Aqui não há nenhuma reversibilidade carnal, mas uma edificação mútua, a produção de uma consistência efetiva entre dois seres. Existir e fazer existir participam de um mesmo processo que faz da instauração um processo necessariamente mútuo. (LAPOUJADE, 2017, p. 94).

Eu existo para fazer existir um jovem, um texto, um sentido, um sentimento, e assim nos enredamos em um jogo que se joga junto, em que o movimento de um sustenta o movimento do outro, para que a vida se expanda, para que aquilo que reivindica existência de maneira mais sutil, mais vacilante, seja legitimado, ganhe mais existência.

3.4 Paulo. A *gourmetização* invade a escrita

A mãe de Paulo me procurou querendo aulas para seu filho. Paulo, durante a vida escolar, havia apresentado dificuldades com escrita e, agora que estava no 2º ano do Ensino Médio, a dificuldade tinha se evidenciado – precisava melhorar o rendimento na escola e se preparar para o vestibular. Essa foi a única conversa por telefone que tive com a mãe dele. Depois disso, nosso contato se deu por mensagens que raras vezes iam além da questão do pagamento.

Paulo era um jovem que parecia velho. Não pela aparência – ele parecia ter 16 anos, como tinha, mas pelo vigor: faltava-lhe energia para estar no mundo, para se dispor a experimentar a vida. Era perceptível uma dureza nos seus movimentos de corpo, na sua pouca fala e na sua escrita. O encontro era travado, com intervalos de silêncio, não fluía, demorava a passar, fenômeno raríssimo no meu trabalho. Pouca coisa das que eu falava interessava Paulo. Na realidade, não conseguia saber o que era interessante para ele e tinha a impressão de que ele também não sabia.

Os pais eram publicitários e também investidores do ramo de restaurantes. Paulo estava decidido a prestar administração na faculdade particular no Instituto de Estudo e Pesquisa (Ínsper).

Ele fez aulas comigo durante três anos de forma intermitente – parava alguns meses, depois voltava. Era muito comum Paulo estar gripado e apresentar edemas nos braços e, às vezes, no rosto, decorrentes de alergia. Quase toda semana, ele chegava com um copão de café do Starbucks por terminar e sem a redação feita, ou feita no celular, de última hora.

No fim do terceiro ano do E. M., Paulo prestou vestibular e não passou. Praticamente todos os seus amigos haviam passado. Ele ficou abalado. Voltou a me procurar no começo do ano seguinte. Queria se preparar para a prova do Ínsper do meio do ano. Naquele semestre, fui sentindo uma mudança em Paulo. Ele foi se mostrando um pouco mais falante, passou a escrever um pouco mais, e foi me contando aos poucos de seu interesse por cozinhar. O "raio gourmetizador", tendência contemporânea na culinária, tinha o atingido, assim como o "raio terceirizador", jargão do candidato em quem ele havia votado nas eleições. Paulo começou a pensar em fazer gastronomia e não mais administração. Isso deu uma leveza a ele. Paulo passou a sorrir mais, não estava mais tão sisudo.

Quando trazia seus textos, não gostava de ler em voz alta, pedia que eu lesse, porque tinha dificuldade em prestar atenção no que lia se estivesse lendo alto. Durante a leitura, eu tinha que parar por alguns instantes em cada fim de parágrafo para entender o que ele estava querendo dizer. Sua forma de organizar as frases era bem confusa. Ele tinha o que dizer, tinha opinião sobre os acontecimentos, mas faltava-lhe condições linguísticas e conteúdo para abordar a complexidade dos fatos. Sua visão de mundo tendia ao liberalismo – acreditava na mão invisível do deus-mercado e era simpático ao Movimento Brasil Livre (MBL). Mas eu provocava as certezas de Paulo toda vez que via uma chance, e fazia algum questionamento que se voltava para o povo, para as injustiças sociais, na tentativa de aproximá-lo da dimensão humana dos temas que tratávamos. Não era fácil encontrar essas brechas. Eu precisava respeitar a opinião dele, porque sabia que era a partir dela que eu conseguiria trazer algum contraponto. Caso eu desconsiderasse as ideias dele, eu não estaria trabalhando com Paulo, mas com uma idealização de aluno ou de argumentação, e o que me interessava era compor com Paulo, era a composição de Paulo na composição de seu texto. Vamos olhar mais de perto esse trabalho.

3.4.1 A ênfase no trabalhador

O tema em discussão era a reforma trabalhista que estava em pauta no Congresso brasileiro. Sabia que era um assunto que mobilizaria a argumentação liberal de Paulo e queria investigar sua empatia para com o trabalhador, o lavador de pratos do restaurante de seu pai, e não sua identificação com seus pais. Enviei artigos e entrevistas com posições diferentes diante da questão: um editorial que defendia a reforma por acreditar que a tendência mundial é a flexibilização do trabalho e essa seria a forma de gerar emprego e recuperar a economia do país; uma entrevista com um professor de economia que acusava a reforma de fazer o país retroceder para a década de 1930, antes dos direitos trabalhistas serem conquistados, e um artigo de opinião em que o autor reconhecia que a reforma poderia gerar trabalho, mas trabalhos mal remunerados, e que a terceirização das atividades-fim fragilizaria o vínculo empregatício e, portanto, o trabalhador. Ele apresentou o seguinte texto:

O novo nível de terceirização no Brasil, embora de estar longe do ideal, representa um avanço em termos de liberdade empreendedorial, trazendo uma necessária flexibilização na nossa rígida legislação trabalhista. No mínimo a nova regulamentação poderá tirar milhões de trabalhadores que hoje estão na informalidade e lhes oferecer salários melhores.

Atualmente, as empresas só podem terceirizar serviços considerados como atividades-meio, com a nova proposta aprovada na Câmara, a terceirização de atividades-fim poderá ser feita. Isso faria com que, por exemplo, um hospital possa contratar médicos de outra empresa privada, sem formar vínculo empregatício.

Com as mudança na lei, que representa considerável flexibilização da legislação trabalhista, o nível de terceirização esta deixando o Brasil um pouco mais perto dos países de primeiro mundo, como a Dinamarca, que tem a quinta legislação trabalhista mais liberal do mundo, a empresa que recorrer à terceirização continua sujeita às obrigações trabalhistas e tributárias da contratação.

Por fim, o projeto de lei estabelece ainda que a empresa contratante não pode proibir nem impor condições para a contratação de empregados pela contratada. Se isso ocorrer, haverá multas para as duas. Ou seja, o projeto está longe de ser perfeito, mas é um (pequeno) passo na direção correta.

Paulo começou o texto a partir de uma tese com ressalva: a reforma estava longe do ideal, mas representava avanço. Fiquei pensando: o que será que ele considerava uma reforma "ideal"? E permaneci atenta a isso para continuar a leitura. Ele justificava sua posição apontando a liberdade empreendedora e a flexibilização nas leis trabalhistas como pontos favoráveis, por acreditar que resultariam em mais empregos e melhores salários.

Porém, não considerava a ponderação de alguns dos textos lidos sobre a tendência de essa regulamentação gerar postos de baixo nível salarial. Comentei isso com ele, que defendeu sua posição com o argumento de tirar os trabalhadores da informalidade. Então sugeri que substituísse a ideia de salário por segurança de vida, assim focava no ganho garantido pela reforma, a formalidade do trabalhador, e não na melhora de salário, que não era tão garantida assim. Um jogo de forças que eu insisti em fazer para marcar a diferença que faz a precisão das palavras e no modo de olhar para os desdobramentos de uma regulamentação na vida das pessoas. Paulo, sem falar nada e olhando para o computador, fez a mudança. Quando terminou, continuou olhando para o computador, esperando eu perceber que ele tinha acabado. Perguntei se podíamos prosseguir e ele confirmou. Tensão no ar.

Vou para o segundo parágrafo. Ele explicava que atualmente só as atividades-meio podiam ser terceirizadas e, com a proposta, as atividades-fim também poderiam. Dava um exemplo, mas não explicava por que poder contratar um médico sem vínculo seria bom. Eu lembrei de um dos textos que falava sobre a fragilização dos vínculos, mas ele achava que tinha justificado a terceirização nos parágrafos seguintes, em que mostrava que os empregadores teriam obrigações e os empregados seriam protegidos. Dessa vez, não entrei em embate e prosseguimos a leitura.

No parágrafo seguinte, Paulo apoiou-se no argumento de que essa mudança aproximaria o Brasil de outros países de primeiro mundo, com legislação trabalhista liberal. Mas uma legislação de primeiro mundo em um país sem condições de primeiro mundo era suficiente para trazer melhores oportunidades aos trabalhadores? – perguntei a ele. Com ar sério e falando baixo, ele alegou que sim, as leis eram suficientes para provocar as mudanças necessárias com o passar do tempo. Não insisti. O último período do terceiro parágrafo apontava para o lado do trabalhador, mas não era desenvolvido, então avistei uma brecha: o que seriam essas obrigações trabalhistas? Qual a importância disso? Ao responder essas questões e incluí-las no texto, ele evidenciou a ideia de proteção ao trabalhador.

Para concluir, expôs limites e condições propostos pelo projeto de lei que assegurariam sua eficácia. Lembrou que teria punição se as regras não fossem cumpridas e, em seguida, voltou a afirmar a imperfeição do projeto. Mostrei para ele que essa sequência fazia parecer que as multas seriam um indício de imperfeição do projeto, mas eu acreditava que não era isso que ele queria dizer. Ele sorriu encabulado, cabisbaixo e falou que queria apenas concluir com a tese, mas percebeu que a expressão "ou seja"

acabou relacionando-a à ideia da multa, da frase anterior. Para desfazer esse mal-entendido, recomendei a Paulo, nessa conclusão, apenas retomar sua tese e acrescentar as consequências do projeto de lei que ele considera positivas, para mostrar seus benefícios. Ele concordou, foi direto para a defesa da reforma e apresentou seus ganhos. Ele deu por terminada a reescrita, mas eu propus também que ele incluísse outra ressalva, para reforçar o lado do trabalhador, aventado pela ideia da multa aos empregadores que descumprirem com suas obrigações. Paulo já tinha esquecido. Ajeitou-se na cadeira, estalou os dedos e terminou o texto chamando atenção para os direitos dos trabalhadores.

Ficou claro, nas mudanças da reescrita, que nos detemos mais nos momentos do texto em que a preocupação com o trabalhador poderia ser reforçada, ao invés de fortalecer a reforma trabalhista liberal proposta por Paulo. Provavelmente por isso eu não tenha perguntado para ele o que faria uma reforma trabalhista ser perfeita, pergunta necessária para ele justificar a ressalva de sua tese. Minhas intervenções talvez estivessem tendenciosas demais, talvez eu pudesse ser acusada de "doutrinadora", mas fiz escolhas que considerei, naquele momento, serem mais importantes para o que estava colocado em questão.

A reescrita completa é esta:

O novo nível de terceirização no Brasil, apesar de estar longe do ideal, representa um avanço em termos de liberdade empreendedora, visto que promove uma necessária flexibilização no nosso rígido conjunto de leis trabalhistas. No mínimo a nova regulamentação poderá tirar milhões de trabalhadores que hoje estão na informalidade e lhes oferecer uma maior segurança de vida.

Atualmente, as empresas só podem terceirizar serviços considerados como atividades-meio. Com a nova proposta aprovada na Câmara, a terceirização também de atividades-fim estará autorizada. Isso fará com que, por exemplo, um hospital possa contratar médicos de outra empresa privada, sem formar vínculo empregatício.

Com as mudanças na lei, o nível de terceirização deixa o Brasil, neste aspecto, um pouco mais próximo aos países de primeiro mundo, como a Dinamarca, que possui a quinta legislação trabalhista mais liberal do mundo. A empresa que recorrer à terceirização continua sujeita às obrigações trabalhistas e tributárias da contratação e é a responsável, junto à contratada, por assegurá-las.

Portanto, o projeto está longe de ser perfeito, mas é um primeiro passo na direção de uma maior liberdade da legislação trabalhista, o que pode trazer benefícios econômicos, como a diminuição do nível de desemprego, assim como crescimento do mercado, sem privar os trabalhadores dos seus direitos.

3.4.2 A música em tese

Outro tema que trabalhei com ele foi o da UFSCar de 2009, *A importância da música na vida das pessoas*. Escolhi essa proposta por ela já partir de uma afirmação (a música é importante para a vida das pessoas) e a dificuldade não estar em encontrar justificativas para ela, mas em sair da constatação: a música é boa por esse motivo, por aquele outro. Na tentativa de provocá-lo a olhar criticamente para o tema, pedi para que Paulo avaliasse o uso da música no mundo atual: toda e qualquer música era importante para a vida das pessoas? Havia ressalvas ou condições para que a música exercesse sua importância? Ele falou que aquele tema *até que era legal*, um esboço de empolgação incomum de Paulo. Fiquei na expectativa para ler o texto que ele traria no encontro seguinte.

Na semana posterior, Paulo apresentou sua dissertação:

Uma das mais antigas formas de expressão artística é a música. Devido à sua presença em todo o globo, causa impacto em todos que fazem e escutam, independentemente do estilo e sociedade que ela faz parte.

A música desempenha um papel de extrema importância na sociedade. Desde a antiguidade, quando sua única função era ritualística, ela foi adquirindo outras funções: retratar o cotidiano, expressar ideias ou sentimentos e como lazer. É muito comum no dia de grande parte da população.

Outro fator importante a considerar é sua universalidade. São poucos os povos e sociedades na história que não utilizaram a música de alguma forma. Agora, com a globalização, onde as informações circulam livremente pelo planeta, o mundo se conecta através da música, independentemente das diferenças, e se torna possível conhecer outras culturas ao escuta-las.

A "língua" musical é universal e desempenha diversos papéis na sociedade de extrema importância. Em um mundo de cada vez mais individualismo, a música é uma porta de exposição de diversas culturas, possibilitando uma não limitação de somente conteúdos locais para o indivíduo.

Do começo ao fim do texto, Paulo afirmou e reafirmou a presença e a universalidade da música na história do homem, sem que a ideia progredisse. A quebra da redundância se dava no último período do penúltimo e do último parágrafos, quando ele defendia que a circulação da música, assim como da informação, no mundo globalizado, era uma forma de conexão e de conhecer culturas.

Ele não justificava a importância de expandir o conhecimento, conhecer outras culturas, então ficava implícita a ideia de que, em um mundo em que a tendência é o individualismo, a música trazia a possibilidade de troca, compartilhamento – avistei aí uma fresta de criticidade e pensei que essa ideia poderia funcionar como a tese do texto.

Disse a Paulo que fiquei com a impressão de que ele foi formulando a tese ao longo do texto, de que começou a escrever sem definir ao certo sua opinião, porque ele parecia ir tateando o tema durante os parágrafos, e só na conclusão encontrava um ponto de vista mais questionador em relação ao tema – e a crítica dele não recaía sobre a qualidade da música, mas sobre um modo de vida que podia ser alterado por meio dela, o que me pareceu uma maneira bem original de tratar o tema. Mencionei que começar a escrever sem ter certeza do que se vai defender não era um problema em si, mas precisava ser encarado como um rascunho, um norteador para ele soltar e identificar seus argumentos, aproveitando o fluxo de pensamento, para, em seguida, voltar ao texto buscando os pontos fortes, para definir a tese e organizar o texto, atento à coerência entre a argumentação e o que iria defender. Ele concordou balançando a cabeça, mas com o olhar baixo.

Precisávamos, antes da reescrita, deixar bem clara a tese, assim o risco de incorrer em incoerências seria menor. Chamei a atenção dele para a potência da ideia no fim do texto: música como uma forma de resistência à globalização. Era uma ideia forte o suficiente para justificar a importância da música para as pessoas, mas tínhamos que rever toda a argumentação em função disso. Paulo aceitou a tarefa sem muita disposição. Lentamente, saiu de sua postura recostada na cadeira, aproximou-se da mesa, pousou os braços sobre ela, deu um gole no café, um suspiro, e olhou para a tela do computador.

Suspirei internamente e perguntei se ele tinha uma ideia de por onde começar. Paulo falou que estava pensando, como se não quisesse minha interferência, e ficou parado por mais alguns minutos. Resolvi quebrar o silêncio e a paralisia propondo que ele condensasse a ideia de temporalidade, para mostrar como ela estava presente em todos os tempos e culturas, e introduzir o tema. Ele, então, expôs a mudança que o tempo provoca na relação do homem com a música e a mudança de funções da música ao longo do tempo. Falei para Paulo explicitar o que dessa caracterização tinha a ver com a opinião que ele iria defender. Ele teclou umas ideias e apagou, teclou de novo e apagou. Não me pedia ajuda, mas eu via que ele estava perdendo a paciência. Propus uma questão para facilitar a estruturação da tese: o que faz da música elemento essencial para a vida humana? Respondendo, ele conseguiu retomar sua tese de universalidade da música e incluir nela a identidade cultural, que aparecia dispersa mais ao fim da primeira versão. Primeira etapa concluída. Alívio para ambos.

Comentei que, diante dessa tese, ele poderia pensar em usar um parágrafo para falar sobre a identidade cultural e outro para o efeito da globalização na música.

Paulo assoou o nariz, esfregou suas alergias no braço, estalou os dedos e começou a desenvolver a ideia da música como identidade de um grupo em seu tempo. Pedi para dar algum exemplo que representasse seu argumento, ele usou o rap e o samba, boas escolhas.

Paulo me perguntou se não podia deixar a ideia de globalização do terceiro parágrafo como estava. Disse-lhe que não, porque me parecia que, do jeito que estava, a globalização só era positiva, o que ficava incoerente com a crítica ao individualismo que aparecia no fim da primeira versão e que poderia ser adiantada ali. Ele fez cara de estranhamento: conseguia entender o que a globalização tinha a ver com individualismo, mas não conseguia transferir esse raciocínio para o campo da música. Eu quis saber que música ele escutava. A resposta foi rock: Beattles, Rolling Stones... Provoquei-o: a resposta estava ali, na hegemonia da cultura norte-americana, em questionar a isenção dessa "porta de exposição" que é a conectividade proporcionada pela globalização. Ele escreveu sobre o problema da soberania de uma cultura e a submissão de outras e, em vez de falar que essa submissão também atingia a música, preferiu retomar a potencialidade da música, a força em preservar tradições culturais e a possibilidade de essas manifestações serem conhecidas pelo mundo todo. Uma ideia não excluía a outra, mas esse caminho que ele tomou demonstrava que ele não estendia a crítica da globalização à música, como se ela fosse um fenômeno que escapasse aos efeitos desse processo de hiperconectividade. Comentei isso com Paulo, mas ele se justificou com a democratização de conteúdo que a internet proporciona. Eu não me convenci: mas nosso gosto não é atingido subliminarmente pelo que vemos e consumimos? Ele se remeteu à velha história do que vem antes, o ovo ou a galinha, difícil de saber. Resolvi não insistir, aquele ponto não era fundamental para o andamento do texto, e seguimos para a conclusão.

Indaguei a ele o que estaria faltando para fechar o texto. Paulo disse que não sabia. Eu falei que ele sabia, sim, só precisava voltar à introdução, pensar na sua linha de raciocínio, para fechar todas as ideias que apareceram ao longo do texto, reafirmando sua tese. Ele escreveu uma repetição da tese da introdução e afirmou que havia acabado. Eu li e comentei que ele só repetiu o que já estava na introdução e não contemplou a ideia de globalização. Deletou o que tinha escrito e trouxe, então, a positividade da música na sociedade padronizante, a pluralidade: conhecer diversas culturas. Lembrei-o de que também é uma forma de manter tradições, de resistir à hegemonia do processo de globalização. Ele incluiu a manutenção das tradições.

O que Paulo destacou para ser a crítica dele não se voltava para a música em si (ela transformada em mercadoria), como seria o mais esperado para o tema, mas se direcionava para a própria sociedade – a música aparecia então como um dispositivo de diferenciação em

um mundo globalizado, bem otimista, talvez uma ideia um pouco idealizada. Entretanto, a globalização, que aparecia só como cenário, pano de fundo na argumentação, ganhou uma visão menos idealizada na reescrita e serviu de argumento de destaque para embasar sua tese.

O texto reescrito ficou assim:

Uma das mais antigas formas de expressão artística é a música. Na antiguidade, sua única função era ritualística, porém, ao longo do tempo, ela foi adquirindo outros papéis: retratar o cotidiano, expressar ideias ou sentimentos, entreter e unir pessoas. Sua capacidade de representar a identidade de uma cultura e, ao mesmo tempo, torná-la universal, é o que a faz essencial na sociedade contemporânea.

A música ajuda a constituir a individualidade de determinado grupo, possibilitando a formação de uma unidade e diferenciando-a de outras, como o R.A.P, que surgiu com o intuito de criticar o sistema e legitimar a voz da periferia americana, ou o samba, que foi uma forma de os descendentes de escravos cultivarem a cultura africana, no Brasil.

Com a globalização, as informações circulam livremente pelo planeta, o que pode gerar uma soberania de determinada cultura. Porém, sua força maior é promover culturas que antes só existiam em âmbito local, de modo a impedir o apagamento de tais idiosincrasias. Assim, independentemente das diferenças entre os povos, o mundo se conecta através da música.

Em um mundo cuja tendência é a padronização do modo de vida e de expressão, a música é uma porta de exposição para diversas culturas, de maneira a permitir tanto o conhecimento das mais diversas manifestações culturais, quanto a continuidade e expansão de tradições.

Esses dois exemplos dão uma medida do que estava em jogo no trabalho com Paulo: lacear sua dureza ao lidar com a vida e com o pensamento, instigá-lo a se aventurar mais, a ser liberal com ele mesmo e não só com as questões econômicas, a se descolar de seu ponto de vista para enxergar outros. A minha insistência em evidenciar outros pontos de vista para Paulo gerava um certo incômodo, quase uma disputa entre nós, o que poderia ser nomeado como o germe da amizade intelectual:

[...] uma atitude que em nada se assemelha ao comungar, respeitar, dialogar, mas antes ao constranger, rivalizar, guerrear; sempre em favor de determinadas ideias que mereceriam perdurar no mundo quando dele já tivermos desertado. Uma atitude de interpelação constante, sem limites, sem piedade. A atitude de um professor. (AQUINO, 2009, p. 43).

A defesa assumida pelo professor que quer nutrir uma amizade intelectual não é arbitrária, ela tem uma intenção: "[...] fazer existir é sempre fazer existir contra uma ignorância ou um desprezo. Temos sempre que defender o sutil contra o grosseiro, os planos de fundo contra o ruído do primeiro plano, o raro contra o banal [...]" (LAPOUJADE, 2017, p. 91).

Era possível entender a mudança de Paulo na escolha de sua carreira como uma guinada em direção à flexibilidade e à vitalidade. Imaginava que os pais dele tinham imaginado o filho como um jovem cosmopolita, bem educado, liberal e financista, como um Mark Zuckerberg. Mas ele se animou em ser cozinheiro, ou melhor, *chef* – atividade em alta, com tantos programas e *reality shows* culinários de sucesso. A escrita deve ficar para suas receitas, e imaginar isso me deixa animada. Paulo poderia fazer uma receita do café-levanta-para-a-aula, outra de um suspiro-libertador-sem-ser-liberal, e mais uma de um chá-digestivo para tomar depois de conseguir ter calma para considerar a opinião contrária à sua e refutá-la sem perder a razão. Por certo, a minha capacidade contra-argumentativa melhorou depois do trabalho com esse aluno. Sigo a estrada preparada para um bom debate.

3.5 Valentina. Bonita jovem, bonito texto

Valentina me procurou no fim do primeiro semestre de 2016 querendo aulas para aprimorar sua produção textual. Ela não estava indo bem nas redações da escola e preocupava-se com o vestibular no fim daquele ano.

Em nosso primeiro encontro, Valentina me contou que não tinha dificuldades na escola, então relaxava nos estudos, não se empenhava. Achava interessante saber sobre política, mas não lia jornal. Gostava de literatura, mas não terminava os livros. Tinha preguiça. Falou isso com um pouco de vergonha. Via como uma falha sua e sabia que não era isso que eu gostaria de ouvir. Mas ela estava ali, o que eu já via como um ganho.

Valentina estava disposta a investir em sua escrita. O que a motivava era o vestibular no fim do ano. Ela precisava passar. Não sabia se fazia direito, psicologia, economia ou publicidade. Mas ela precisava passar.

Fizemos um mês de encontros presenciais antes das férias de julho. Na volta do segundo semestre, Valentina me procurou com a proposta de continuar o trabalho virtualmente, porque faria cursinho junto com o colégio e não teria tempo de ir às aulas. Combinamos então que eu mandaria para ela uma proposta de texto toda semana, ela

escreveria, compartilharia comigo no Google drive e eu mandaria meus comentários para ela reescrever o texto. E assim, à distância, trabalhamos por um semestre.

Ler Valentina era desgastante, cansativo. Os textos eram longos, mas as ideias eram circulares, não progrediam, as palavras faziam filas e mais filas e eu caçava os sentidos. Ela se prolongava ou se detinha demais em algumas explicações e fazia o esforço de usar vocabulário e construções frasais rebuscadas, o que eu enxergava como um modo encontrado por Valentina de escrever formalmente. Eu apontava para ela: "está muito rebuscado, vá direto ao ponto, simplifique".

Diante do exposto, o trabalho com Valentina voltava-se bastante a ultrapassar as aparências, afastar as preocupações estéticas com sua escrita. Sua vaidade transparecia no texto e ofuscava o que estava sendo argumentado. As suas afirmações precisavam ser justificadas, seus títulos criativos precisavam estar coerentes com a argumentação, seus argumentos precisavam progredir, ser conectados. A maquiagem no texto não era suficiente para me convencer como sua leitora. Eu queria ver seu rosto, saber o que ela tinha para dizer. Mas a condição virtual do trabalho mostrou-se limitada para ativar a disponibilidade de Valentina ao exercício de reescrita, para encorajá-la a produzir textos de cara lavada. Parte desse processo acompanhamos abaixo.

3.5.1 Refúgio na música

Propus para Valentina esse tema da UFSCar 2009, *A importância da música na vida das pessoas*, com o intuito de mobilizá-la para refletir sobre um tema que estava em seu cotidiano e envolvia questões sociais contemporâneas e conceituações mais abstratas, por passar pelo campo das artes e da subjetividade. A proposta era composta por excertos que traziam uma variedade de ideias a serem exploradas e chamei a atenção de Valentina para a necessidade de ela fazer escolhas baseadas na tese que defenderia e que, para definir a tese, ela precisaria formular uma questão a partir do tema, encontrar uma maneira de problematizá-lo, de hesitar diante da afirmação já contida no tema.

Ela me mandou seu texto na semana seguinte:

A música tem um papel inegável na vida das pessoas, sendo utilizada como um refúgio da realidade por fazer com que tenhamos uma maior capacidade da abstração e imaginação. Sabendo dessa necessidade, empresas midiáticas têm feito harmonias voltadas propositalmente à essa sociedade sedenta por um escape, por um apoio, que só determinada música é capaz de fornecer. Dessa forma, o objeto de compra tem um público alvo, que não coincidentemente é a elite, uma vez que suas vontades são as consideradas aceitáveis para o mercado e as demais

são menosprezadas.

Multinacionais coordenam o desempenho mundial da música, criando moda, ícones, fama. Pode-se perceber que empresas norte-americanas fazem isso com uma facilidade avassaladora, uma vez que já tem sua cultura e imposição dissipadas por todos os lugares do mundo. A música continua a ser vendida com o objetivo de identificação pessoal, entretanto, essa é só mais uma máscara para a venda ser massiva. A clientela deixa de perceber a falsidade na produção da música e as letras vazias; compram as enganações empresárias. Contudo, muitas vezes o indivíduo deixa-se enganar pela superficialidade das letras, uma vez que grande parte dos consumidores se contenta em não adentrar e ouvir sobre assuntos mais densos que sua vida amorosa.

Ademais, os fregueses não adquirem só a manipulação musical vendida pelas empresas, mas também suas ideologias capitalistas e exclusivistas. Produtos que não são feitos por grandes empresas e particularmente aqueles vindos de classes mais baixas não são levados a sério na maioria das vezes, tendo em vista exceções que levam o artista a uma fama absoluta, fazendo com que empresas o contratem e englobem-no em seu mundo contratual. Sendo assim, o mercado fonográfico controla tudo o que se passa no mundo da música, privilegiando os interesses da elite, mas não ignorando os sucessos imprevistos.

A disseminação dessa farsante música é sutil e artilosa, sendo presente em discos, músicas online, letras, ícones. Não é por isso que se deve desconsiderar a relevância das criações puras e inventivas de diversos artistas. Apesar disso, os consumidores não se importam mais com o que é real ou não. Assim, a despeito das indústrias não atingirem somente seu público alvo, é incontestável que a disseminação de seu produto por aquela maioria é extremamente relevante, afinal, quem controla a massa controla o mundo. A abstração de músicas rasas só acontecerá quando a população perceber o quanto a música influencia atitudes, ações. Quando pararem para não só escutar roboticamente, mas ouvir a letra, a melodia.

Gostei do tom crítico do texto de Valentina, de como ela explicou a padronização e massificação da produção musical, mas a questão de classe não me parecia ser relevante para o tema, porque achava difícil justificar tanto que o gosto por música e o gosto por determinadas músicas era determinado pela classe social do ouvinte, diante do alcance do rádio, da televisão e da internet, quanto que o mercado fonográfico era preconceituoso/classista, se seu interesse era vender a maior quantidade possível de seu produto.

Escrevi para Valentina explicando esse meu incômodo. Ponderei que o caminho para a crítica não seria a elitização, porque muitas das músicas que faziam sucesso nasciam e circulavam nas periferias. Considerei o ponto forte do texto dela o desvirtuamento da fuga da realidade: um refúgio que seria produtivo a princípio, por permitir um afastamento que possibilita a relação entre a música e o que é vivido, com a ação da mídia, de pasteurizar e produzir para vender, torna-se um refúgio passivo, limitador, vazio. Na reescrita, então,

Valentina mudou o final do primeiro parágrafo: substituiu a elitização pela manipulação da mídia. Funcionou bem.

Senti falta de um fechamento para a ideia do segundo parágrafo, capaz de retomar a linha argumentativa. Perguntei: a música, nesse contexto, serve para quê, então? E, com essa configuração, o que ela perde? Valentina, ao reescrever o texto, completou que a música, dessa forma, ficava restrita à entretenimento e sua capacidade reflexiva, inventiva, se perdia, contemplando em sua argumentação as consequências do cenário que ela retratava.

Apontei que, no terceiro parágrafo, ao afirmar que a elite ganhava com a massificação das músicas, ela estava incluindo os empresários e os consumidores, mas isso se contrapunha ao argumento seguinte dela, que demonstrava como todos os fregueses eram enganados. Ela substitui "elite" por "empresário" e também muda a crítica à indústria fonográfica: de desconsiderar a periferia nas suas produções para tirar a originalidade da música, massificar, para tornar vendável. Uma mudança que fortaleceu o novo rumo que a argumentação tomou com a reescrita.

Propus que ela mencionasse a internet na conclusão, como contraponto, porque seria uma forma ativa de o ouvinte escolher as músicas que ouve e não só consumir o que passa nas mídias tradicionais. Ela incluiu a internet, mas sem contextualizá-la no campo discutido. A frase final que ela elaborou era boa tentativa de retomar sua crítica/tese, mas faltou clareza: só quando o indivíduo souber o que realmente precisa ouvir é que encontrará seu ponto de fuga com a música. E "precisa" também considero muito impositivo, poderia ser "quer".

Percebi que Valentina entendeu minha crítica ao texto dela e conseguiu incorporá-la no texto, fazendo boas alterações. Somente o encaixe da internet na conclusão evidenciava que a ideia que eu havia proposto tinha sido pouco aproveitada por ela.

O resultado da reescrita foi este:

A importância da música na vida das pessoas

A música tem um papel inegável na vida das pessoas, sendo utilizada como um refúgio da realidade por fazer com que tenhamos uma maior capacidade da abstração e imaginação. Sabendo dessa necessidade, empresas midiáticas têm feito harmonias voltadas propositalmente à essa sociedade sedenta por um escape, por um apoio, que só determinada música é capaz de fornecer. Dessa forma, o afastamento causado pela música seria extremamente eficaz, se não fosse desvirtuado pela ímpia mídia.

Multinacionais coordenam o desempenho mundial da música, criando moda, ícones, fama. Pode-se perceber que empresas norte-americanas fazem isso com uma facilidade avassaladora, uma vez que já têm sua cultura e imposição dissipadas por todos os lugares do mundo. A música continua a ser vendida com o

objetivo de identificação pessoal, entretanto, essa é só mais uma máscara para a venda ser massiva. A clientela deixa de perceber a falsidade na produção da música e as letras vazias; compram as enganações empresariais. Contudo, muitas vezes o indivíduo deixa-se enganar pela superficialidade das letras, uma vez que grande parte dos consumidores se contenta em não adentrar no universo profundo de um som e ouvir sobre assuntos mais densos que sua vida amorosa. Sendo assim, a música passa a ter um caráter meramente ilustrativo e de entretenimento pessoal, perdendo sua capacidade reflexiva.

Ademais, os fregueses não adquirem só a manipulação musical vendida pelas empresas, mas também suas ideologias capitalistas e exclusivistas. Produtos que não são feitos por grandes empresas e particularmente aqueles vindos de classes mais baixas acabam por ser massificados também, tirando a originalidade do grupo ou cantos, visando a fama absoluta do artista, fazendo com que empresas o contratem e englobem-no em seu mundo contratual. Sendo assim, o mercado fonográfico controla tudo o que se passa no mundo da música, privilegiando os interesses dos empresários, mas não ignorando os sucessos imprevistos.

A disseminação dessa farsante música é sutil e ardilosa, sendo presente em discos, músicas online, letras, ícones. Não é por isso que se deve desconsiderar a relevância das criações puras e inventivas de diversos artistas. Apesar disso, os consumidores não se importam mais com o que é real ou não. Assim, a despeito das indústrias não atingirem somente seu público alvo, é incontestável que a disseminação de seu produto por aquela maioria é extremamente relevante, afinal, quem controla a massa controla o mundo. A abstração de músicas rasas só acontecerá quando a população perceber o quanto a música influencia atitudes, ações. Quando pararem para não só escutar roboticamente, mas ouvir a letra, a melodia. No momento em que as pessoas entrarem na internet, sem ouvir obrigatoriamente o que passa no rádio, televisão, propagandas. Só assim cada um encontrará o que deseja na música, seu ponto de fuga, sem cair na massificação; quando o indivíduo souber o que ele realmente precisa ouvir.

3.5.2 De constatar a fama a contestá-la

A pergunta formulada na proposta de redação da UNESP de 2008, *É preciso ser famoso?*, ajuda o candidato a construir uma tese e eu acreditava que esse fator contribuiria para Valentina construir a tese dela e, com isso, selecionar os argumentos fundamentais para embasá-la. O tema desafiava Valentina a se descolar da coletânea, que tendia a negar a necessidade da fama, e fazer questionamentos a partir do desdobramento do assunto: se ela não era necessária, por que ela era tão almejada? Quais eram os atrativos da fama? Como as novas tecnologias influenciavam esse fenômeno? Havia uma diferença entre ser famoso por expor sua vida privada e ser reconhecido por um trabalho ou uma pesquisa desenvolvida? Eu pretendia observar se Valentina se contentaria em ficar presa à coletânea ou se ela ativaría seu repertório e sua capacidade reflexiva sobre um tema que perpassava a vida contemporânea.

Depois de uma semana, chegou na minha caixa de mensagem o texto dela:

A vitalidade da fama na vida do homem vem crescendo paulatinamente. Desde a era pré-moderna, ser reconhecido por ser escritor, criar importantes ideais, ter alcançado grandes feitos, aumenta a autoestima do indivíduo, deixando-o muitas vezes esnobe, porém, criando um conceito de aceitação pelo prestígio que podemos perceber até hoje. Entretanto, esse renome vem sendo banalizado e tido como comum em tempos onde a mídia e redes sociais rodeiam qualquer pessoa que esteja imersa nesse mundo tecnológico.

A presença de aplicativos que intermedeiam relações pessoais é absoluta, assim como a necessidade de aparição nelas. Pode-se perceber a vontade pessoal em obter um certo número de curtidas em uma foto, a indispensabilidade de mostrar a todos o lugar onde se encontra e tudo o que faz. Essa facilidade de contato propicia a intensificação de relações por meio da tecnologia e, com isso, pessoas que chamam mais atenção nesse meio, obtêm mais visibilidade, sendo assim, mais fama. Criam contas de animais, postam diversos *selfies*, paisagens bonitas; mas nunca se esquecem que uma determinada quantidade de amigos ou seguidores verá tudo o que está sendo postado. Dessa forma, se a pessoa pensa que não está sendo tão bem correspondida em suas postagens, ela se sente vazia e incompleta, devido ao fato de não conseguir atingir o nível de reconhecimento esperado.

Considerando a facilidade de acesso, a fama se tornou um objeto mais facilmente alcançado, portanto, mais almejado por todos. De uma certa forma, cresce a competitividade entre jovens, adultos e crianças, por mais renome. Sendo assim, o mais famoso é quem é mais célebre, ou seja, quem é mais notado, não precisamente por sua capacidade intelectual ou honrosa, mas também por aspectos físicos e escândalos que suprem os ideais de corpo e vida perfeita que muitos almejam.

São poucos os que não se afetam com a própria visibilidade, já que a mídia rodeia o homem contemporâneo desde o nascimento, como o fato de parentes e amigos tirarem fotos da criança e postarem na internet. Percebe-se esse afastamento da necessidade da fama como uma autoafirmação de amor próprio, tendo em vista que o indivíduo não precisa provar a todos como ele é bonito, sua presença em diversos lugares, e até mesmo o que comeu durante o dia. Esse indivíduo se completa, e não sente a obrigação de possuir fama, a qual virou sinônimo de curtidas e notoriedade em redes sociais. Entretanto, a grande maioria dessa sociedade alienada não consegue enxergar além da câmera do celular, além da foto no *Instagram*. Essas pessoas precisam de outras para afirmarem-se como completas.

Fiquei contente de notar que Valentina tinha trazido para o tema as novas tecnologias e conseguido contemplar uma mudança histórica da população em relação ao fenômeno da fama. Porém, ela fez isso apenas descrevendo a situação, sem se posicionar, seu posicionamento só ficava mais evidente com o uso do adjetivo "alienada" para descrever a sociedade, no penúltimo período do texto. Para que o texto saísse do tom constatatativo para o contestativo, teci algumas ponderações que encaminham a reescrita de Valentina.

Sugeri que ela ilustrasse essa mudança temporal em relação à fama e que explicitasse o que se perdia ou qual seria o problema dessa mudança? Na reescrita, Valentina acrescentou que hoje esse perfil não provoca tanto sucesso quanto as celebridades da televisão e *reality shows* e modelos de beleza e que essa mudança ignora o valor da criação.

No segundo parágrafo, em que ela explicava a influência das novas tecnologias no fenômeno da fama, senti falta de ser explicitado qual seria o problema disso, se haveria uma perda, um prejuízo. Perguntei para ela: o que a pessoa deixava de perceber ao se preocupar mais com o registro do que está vivendo do que com a experiência que está tendo? Haveria diferença entre viver para mostrar e viver para experienciar? A partir dessas indagações, Valentina criticou a valorização das aparências em detrimento da valorização da experiência.

Fiz uma provocação para ela repensar sua abordagem no terceiro parágrafo: a fama de um "big brother" era comparável ao reconhecimento de um escritor ou inventor? Ou eram fenômenos distintos? Provocada, Valentina explicou melhor que a fama vinha da simples exposição e não da capacidade intelectual ou honrosa do indivíduo, explicitando a diferença e, ao mesmo tempo, retomando a ideia presente na introdução.

Considereei o final da conclusão repetitivo, pois voltava na mesma ideia do início do parágrafo. Dei a ideia de Valentina ir para o contrário: o que as pessoas que não se preocupam com a fama têm de diferente que não são cooptadas pela mídia/internet? Por que elas não sentem necessidade de serem famosas? Ela, assim, se remeteu a ideia de completude sem a necessidade da legitimação social, de viver por inteiro o presente e encontrar nele a satisfação. Com essa alteração, o final ficou menos criativo na forma, contudo contribuiu mais para o desenvolvimento da argumentação do texto.

O resultado da reescrita é este:

A importância da fama na vida do homem vem crescendo paulatinamente. Desde a era pré-moderna, ser reconhecido por ser escritor, criar importantes ideais, ter alcançado grandes feitos, aumenta a autoestima do indivíduo, deixando-o muitas vezes esnobe, porém, criando prestígio e aceitação da sociedade. Um autor inventivo ou um brilhante cientista não provocam tanto sucesso quanto personagens de televisão e reality shows, ou meramente pessoas vistas como bonitas. Esse renome vem sendo banalizado e tido como comum em tempos onde a mídia e redes sociais rodeiam qualquer pessoa que esteja imersa nesse mundo tecnológico, no qual o teor criativo passa a ser ignorado.

A presença de aplicativos que intermedeiam relações pessoais é absoluta, assim como a necessidade de aparição neles. Pode-se perceber a vontade pessoal em obter um certo número de curtidas em uma foto, a indispensabilidade de mostrar a todos o lugar onde se encontra e tudo o que faz. Essa facilidade de contato propicia a intensificação de relações por meio da tecnologia, e, com isso, pessoas

que chamam mais atenção nesse meio, obtém mais visibilidade, sendo assim, mais fama. Criam contas de animais, postam diversos *selfies*, paisagens bonitas; mas nunca se esquecem que uma determinada quantidade de amigos ou seguidores verá tudo o que está sendo postado. Dessa forma, se a pessoa pensa que não está sendo tão bem correspondida em suas postagens, ela se sente vazia e incompleta, devido ao fato de não conseguir atingir o nível de reconhecimento esperado. A pessoa não percebe que não está vivendo integralmente, não está valorizando a experiência; ela está apenas vivendo para mostrar.

Considerando a facilidade de acesso, a fama se tornou um objeto mais facilmente alcançado, portanto, mais almejado por todos. De uma certa forma, cresce a competitividade entre jovens, adultos e crianças, por mais renome. Sendo assim, o mais famoso é quem é mais célebre, ou seja, quem é mais notado, não precisamente por sua capacidade intelectual ou honrosa, mas também por aspectos físicos e escândalos que suprem os ideais de corpo e vida privilegiada que muitos almejam, com direito a facilidades como áreas *vips*, ingressos, presentes, visibilidade.

São poucos os que não se afetam com a própria visibilidade, já que a mídia rodeia o homem contemporâneo desde o nascimento, como o fato de parentes e amigos tirarem fotos da criança e postarem na internet. Percebe-se esse afastamento da fama como uma autoafirmação, tendo em vista que o indivíduo não precisa provar a todos como ele é bonito, sua presença em diversos lugares, e até mesmo o que comeu durante o dia. Esse indivíduo se completa, e não sente a obrigação de possuir fama, a qual virou sinônimo de curtidas e notoriedade em redes sociais. Esse alguém vive sem necessidade de completude, uma vez que vive por inteiro; ele é inteiro. Sendo assim, são alguns que conseguem compreender o presente por completo, obtendo uma forma não virtual de satisfação.

Ao ler a segunda versão, ainda considerei haver dois pontos que mereciam ser melhorados.

No fim da introdução, quando Valentina apontava a perda da criatividade como consequência dessa mudança de comportamento, eu avaliei que ela deveria indicar a tese, já apresentando uma diferenciação entre fama e reconhecimento. Ela, então, deixou evidente que valorizar a fama fazia com que pessoas talentosas não fossem reconhecidas, ou seja, a nossa atenção era desviada pela fama e não reconhecíamos o que era importante reconhecer.

O fechamento da conclusão ficou melhor, porque ela tinha retomado a ideia de experiência, mas ainda dava para desenvolver mais a ideia de viver sem precisar se expor. Escrevi para ela que essas pessoas que não buscavam a fama não se preocupavam tanto com futilidades, com o benefício próprio, e mais com o sentido da vida, com o que vão deixar como legado de sua experiência no mundo. Ela incluiu praticamente a minha frase para fechar o texto.

Ficou claro que a segunda reescrita não foi tão produtiva quanto a primeira. Talvez

pelo cansaço de Valentina, ou o pouco costume de considerar a reescrita como parte da produção de texto, ou mesmo por minhas colocações não serem tão abertas, formuladas em problematizações. As minhas afirmações não pareciam mobilizar Valentina a problematizá-las, ela as tomava como ponto pacífico.

Eis a versão final:

A importância da fama na vida do homem vem crescendo paulatinamente. Desde a era pré-moderna, ser reconhecido por ser escritor, criar importantes ideais, ter alcançado grandes feitos, aumenta a autoestima do indivíduo, deixando-o muitas vezes esnobe, porém, criando prestígio e aceitação da sociedade. Um autor inventivo ou um brilhante cientista não provocam tanto sucesso quanto personagens de televisão e reality shows, ou meramente pessoas vistas como bonitas; esse renome vem sendo banalizado e tido como comum em tempos onde a mídia e redes sociais rodeiam qualquer pessoa que esteja imersa nesse mundo tecnológico, fazendo com que pessoas realmente talentosas não ganhem o devido prestígio.

A presença de aplicativos que intermedeiam relações pessoais é absoluta, assim como a necessidade de aparição neles. Pode-se perceber a vontade pessoal em obter um certo número de curtidas em uma foto, a indispensabilidade de mostrar a todos o lugar onde se encontra e tudo o que faz. Essa facilidade de contato propicia a intensificação de relações por meio da tecnologia, e, com isso, pessoas que chamam mais atenção nesse meio obtêm mais visibilidade, sendo assim, mais fama. Criam contas de animais, postam diversos *selfies*, paisagens bonitas; mas nunca se esquecem que uma determinada quantidade de amigos ou seguidores verá tudo o que está sendo postado. Dessa forma, se a pessoa pensa que não está sendo tão bem correspondida em suas postagens, ela se sente vazia e incompleta, devido ao fato de não conseguir atingir o nível de reconhecimento esperado. A pessoa não percebe que não está vivendo integralmente, não está valorizando a experiência; ela está apenas vivendo para mostrar.

Considerando a facilidade de acesso, a fama se tornou um objeto mais facilmente alcançado, portanto, mais almejado por todos. De uma certa forma, cresce a competitividade entre jovens, adultos e crianças, por mais renome. Sendo assim, o mais famoso é quem é mais célebre, ou seja, quem é mais notado, não precisamente por sua capacidade intelectual ou honrosa, mas por aspectos físicos e escândalos que suprem os ideais de corpo e vida privilegiada que muitos almejam, com direito a facilidades como áreas *vips*, ingressos, presentes, visibilidade.

São poucos os que não se afetam com a própria visibilidade, já que a mídia rodeia o homem contemporâneo desde o nascimento, como o fato de parentes e amigos tirarem fotos da criança e postarem na internet. Percebe-se esse afastamento da fama como uma autoafirmação, tendo em vista que o indivíduo não precisa provar a todos como ele é bonito, sua presença em diversos lugares, e até mesmo o que comeu durante o dia. Esse indivíduo se completa, e não sente a obrigação de possuir fama, a qual virou sinônimo de curtidas e notoriedade em redes sociais. Esse alguém vive sem necessidade de completude, uma vez que vive por inteiro; ele é inteiro. Sendo assim, são alguns que conseguem compreender o presente por completo, obtendo uma forma não virtual de

satisfação. Essas pessoas que não buscam a fama não se preocupam tanto com futilidades, com o benefício próprio, e mais com o sentido da vida, e deixarão um legado dessa experiência no mundo.

3.5.3 Moradores de rua e a fidelidade sem fio

O tema da Faculdade Getúlio Vargas de 2012 era interessante por mobilizar a discussão das relações de trabalho e o uso das tecnologias na atualidade a partir de um acontecimento: um projeto financiado por uma empresa, em que moradores de rua são pagos para servirem de suporte para *wi-fi* em um evento. Eu sabia que a concretude da situação exposta ajudaria Valentina a passar do fato para a interpretação dele e, do exemplo, alcançar a amplitude do tema. Além disso, as perguntas colocadas pela proposta já direcionavam a argumentação, mas podiam levar a fazer blocos argumentativos estanques, sem conexão, sem criar uma linha de raciocínio coerente. Eu queria que Valentina exercitasse essa habilidade de conectar ideias, de estabelecer relações. As perguntas eram: o modo pelo qual o autor do projeto entende o trabalho é estranho ou inusitado no mundo contemporâneo? Qual o principal aspecto ético envolvido nesse projeto? O progresso tecnológico e o progresso social caminham juntos?

Passada uma semana, Valentina me enviou seu texto:

Formiga Robótica

Um lugar individualista e tecnológico, no qual formigas de terno rodeiam incessantemente para terem seus deveres cumpridos. Esse é o mundo que vivemos; um mundo que anseia o feito pessoal, e para que isso ocorra, qualquer tipo de medida, independente da situação, é tomada. O projeto Homeless Hotspots, no Texas, é uma evidência disso: moradores de rua trabalhando em prol do trabalho do executivo, carregando fios de wireless em troca de trocados. Um tipo de trabalho autoritário e imposto àqueles que não tem voz para refutar, porém, não compreendem a necessidade de contestação, uma vez que esse tipo de relação desigual está normatizada.

Um trabalho como esse não é inusitado no âmbito social que vivemos, já que não compreende-se como estranho aos olhos das pessoas, pois o consenso da maioria da população, sendo pobre ou rica, é ver os privilégios dirigidos a quem tem poder, quem pode pagar: os executivos. Por mais que o autor do projeto receba críticas sobre exploração de trabalho, ele não as entenderá, assim como muitas outras pessoas, uma vez que a utilização de mão de obra barata é justificada com meios sem fins, mas mesmo assim, esses indivíduos afirmam que existe fundamento. Ou seja, explicam que a iniciativa tem o intuito de ajudar pessoas carentes, com o pretexto de que há vantagens para ambos lados, mas na verdade estão condicionando essas pessoas a um trabalho sub-humano.

Essa ignorância revela a falta de ética que esse planejamento apresenta,

uma vez que os trabalhadores sujeitam-se a uma desumanização, expostos à condições de trabalho absurdas e exploradoras. O conceito de “condição humana” é posto em pauta, na qual essas pessoas estarão em uma posição de coisificação, tentando acompanhar o ritmo do progresso da tecnologia.

Percebe-se que o desenvolvimento da informática avança sem precedentes e incessantemente, mas isso acarreta em uma sociedade cada vez vai inapta a relações pessoais e altruístas, sendo que os pensamentos se dirigem ao mundo de dentro da tela do computador, do trabalho, e nada além disso. Ademais, apesar da internet ser um instrumento cada vez mais mundano, não são todos que têm acesso a ela, o que faz com que esses sejam excluídos da maioria. As relações sociais tornam-se cada vez mais distantes com a prosperidade do mundo moderno, tornando-se supérfluas, e muitas vezes inexistentes. Um desenvolvimento para alguns, mas também, um retrocesso coletivo.

O título era instigante, por não ser imediatamente compreensível e o assunto a ser tratado no texto não ficar explícito. Sabendo de antemão que o texto girava em torno do trabalho, a ideia de "Formiga robótica" remetia o leitor a imaginar alguma metáfora com o trabalhador, cujo modo de funcionar era repetitivo e sem reflexão. Fazia sentido com o tema mas precisava fazer sentido com a argumentação desenvolvida por Valentina.

O texto respondia bem às questões pautadas pela proposta, o que precisava melhorar era a relação entre os parágrafos, para dar unidade a ele. O esclarecimento e a justificativa de algumas afirmações de Valentina eram essenciais para isso.

Comentei que a comparação da introdução entre um formigueiro e o mundo do trabalho poderia ser mais bem desenvolvida, primeiro descrevendo o modo de funcionamento das formigas para, depois, comparar com o modo do homem trabalhar. Ela tentou construir essas etapas, mas a transposição da metáfora animal para o mundo dos homens ainda ficou truncada. Apontei também que falar em compreensão nesse contexto não era a melhor opção, porque eles não tinham meios para compreender. Ela mudou para "não têm a necessidade de contestação", tentando se aproximar da ideia de alienação, mas a forma como formula a frase dá a entender que contestar se trata de uma vontade própria e não de condições sociais que permitem ou reprimem essa atitude.

Mostrei para Valentina que o segundo parágrafo tinha muitas ideias, mas algumas não estavam claras ou bem relacionadas. Indiquei que ela focasse na explicação da exploração existente nessa relação de trabalho (por que era uma exploração?) e na justificativa dada pelo empresário (fazia parte da lógica do mercado de trabalho). Instiguei Valentina a encontrar outra forma de conectar o primeiro e o segundo parágrafos que não respondendo diretamente à pergunta da proposta, justamente para não criar blocos de respostas e, sim, um texto coerente, em que as ideias se encadeassem. Dei a sugestão de ela explicar a naturalização à

qual se remete no fim da introdução ou usar o próprio fato para mostrar esse funcionamento de exploração. Valentina fez as duas coisas, mas não estabeleceu uma relação entre elas, então as ideias ajudavam a explicar o fato em relação à lógica preponderante no mundo do trabalho, embora a passagem de uma para a outra fosse abrupta.

Propus ainda que Valentina refinasse o final desse segundo parágrafo e o reelaborasse a partir das seguintes questões: por que os trabalhadores se sujeitavam? Qual era a consequência de o trabalhador ser coisificado? O que seria um trabalho digno? Ela fez esse desenvolvimento usando muitos adjetivos, com a intenção de retificar sua crítica, mas acabou exagerando e prolongando a explicação sem necessidade.

Achei bom ela retomar as ideias das redes sociais e do altruísmo, vistas em temas anteriores, mas considerei que a última frase da conclusão se enfraquecia quando dava a entender que o desenvolvimento e o retrocesso eram duas coisas diferentes, quando eram parte de um mesmo movimento: para os poucos privilegiados terem acesso à tecnologia, outros indivíduos eram equiparados a objetos. Ela, então, tentou dar mais ênfase nessa contradição com pequenas mudanças.

Depois da reescrita, tirou o *robótica* do título, porque a ideia de robô perdeu força na argumentação e mudou o foco do sentido individual contido em *formiga* para a ideia de coletivo aventada por *formigueiro*.

A reescrita ficou assim:

Formigueiro

Nenhuma operária desvia do caminho pré-estabelecido, trabalhando incessantemente. Formigas de terno invadem o mundo individualista e tecnológico e anseiam por deveres cumpridos. Esse é o mundo que vivemos; um mundo que deseja o feito pessoal, e para que isso ocorra, qualquer tipo de medida, independente da situação, é tomada. O projeto Homeless Hotspots, no Texas, é uma evidência disso: moradores de rua trabalhando em prol do trabalho do executivo, carregando roteadores de wireless em troca de trocados. Um tipo de trabalho autoritário e imposto àqueles que não tem voz para refutar, porém, não têm a necessidade de contestação, uma vez que esse tipo de relação desigual está normatizada.

Desde o início das explorações mercantis nas américas a utilização de mão de obra vista como inferior, barata é utilizada. A partir do momento em que um CEO de uma empresa contrata moradores de rua para trabalharem para ele, sendo que são, na maioria das vezes, leigas em direitos trabalhistas, o homem põe-se na posição de colonizador, dominador despótico. Uma relação de exploração, maquiada através de explicações. Por mais que o autor do projeto receba críticas sobre exploração de trabalho, ele não as entenderá, assim como muitas outras pessoas, uma vez que a utilização de mão de obra barata é justificada com meios sem fins, mas mesmo assim, esses indivíduos afirmam que existe fundamento. Sua desculpa está inserida na lógica do mercado de trabalho, uma vez que a

exploração de alguém beneficia outro, e assim por diante. A iniciativa tem o intuito de ajudar pessoas carentes, com o pretexto de que há vantagens para ambos lados, mas na verdade estão condicionando essas pessoas a um trabalho sub-humano.

Essa ignorância revela a falta de ética que esse planejamento apresenta, uma vez que os trabalhadores sujeitam-se a uma desumanização, expostos à condições de trabalho absurdas e exploradoras. O conceito de “condição humana” é posto em pauta, na qual essas pessoas estarão em uma posição de coisificação, uma vez que há complacência da sociedade em pensar o mundo como uma máquina de produção ininterrupta e hierárquica, na qual trabalhadores sujeitam-se sem questionamento. A importância do fazer, de seguir quem parece ser mais autoritário, cega o homem laborioso, o qual torna-se mais uma vítima do sistema capitalista opulento. Dessa forma, poucos são os que conseguem se impor diante desse sistema fatigante, não se submetendo a formas de trabalho que não condizem com sua vontade, porém, muitos acabam tornando-se autoritários ludibriados por liberdade.

Percebe-se que o desenvolvimento da informática avança sem precedentes e incessantemente, mas isso acarreta em uma sociedade cada vez vai inapta a relações pessoais e altruístas, uma vez que os pensamentos se dirigem ao mundo de dentro da tela do computador, do trabalho, e nada além disso. Ademais, apesar de a internet ser um instrumento cada vez mais mundano, não são todos que têm acesso a ela, o que faz com que pessoas sem acesso sejam excluídas da maioria. O que é desenvolvimento para alguns, é também um retrocesso coletivo.

Ao ler a reescrita de Valentina, notei novos pontos merecedores de atenção. No trecho que ela acrescentou, afirmando que essas pessoas eram leigas em direitos trabalhistas, como justificativa para serem exploradas por empresários, ponderei que o motivo de aceitarem tais condições de trabalho era menos por não conhecerem as leis e mais por não terem outras oportunidades ou perspectivas, por estarem em estado de miséria, por ser questão de sobrevivência.

Aponto também que os dois últimos períodos do terceiro parágrafo fogem do ponto principal do parágrafo: seria mais coerente discutir por que funcionar como poste de *wi-fi* era desumano.

Na conclusão, sugeri que Valentina começasse com o fato em discussão, para fazer uma transição melhor entre o parágrafo anterior, que discutia o funcionamento do mundo do trabalho, e este, no qual analisava a discrepância de investimento entre questões sociais e tecnológicas. Além disso, apontei que seria interessante falar do que se perde quando não se tem acesso à tecnologia (direito à informação, facilidades, comunicação...).

Mas Valentina não voltou a reescrever esse texto, cansou, preferiu seguir para um novo tema.

3.5.4 O envelhecimento, o sistema econômico e a economia do copia-e-cola

O tema da Fuvest de 2014 era disparado por notícia que expunha a declaração do ministro das finanças do Japão de que os velhos precisavam se apressar a morrer, porque estavam pesando na economia do país.

A proposta trazia várias boas perguntas para encaminhar a argumentação, esquema bem parecido com o do tema da GV sobre os moradores de rua usados de suporte de *wi-fi*: essas opiniões são raras ou isoladas como podem parecer? O que as motiva? O que elas dizem sobre as sociedades contemporâneas? Opiniões como essa seriam possíveis no contexto brasileiro? Como os jovens encaram os idosos?

Minha pretensão era verificar se, dessa vez, Valentina conseguiria construir um texto com mais unidade e coerência, e não com respostas estanques às perguntas. O tema também suscitava uma abordagem mais complexa, porque não daria para negar a tendência mundial de envelhecimento da população e as consequências disso para a economia, nem os direitos dessa população. Como lidar com essas imposições, contemplando ambas, sem cair em contradição, era o desafio a ser enfrentado por Valentina.

Pedra no sapato

As opiniões que condenam idosos e necessitados de ajuda estadual são massivas. Mesmo que pouco explícitas, grande parte da população de qualquer país da contemporaneidade enxerga-os como um fardo. Um peso que é sentido uma vez que o dinheiro da assistência vem do bolso de uma sociedade que preza mais o montante do que as condições de vida alheia.

A supervalorização do capital cega os indivíduos para os demais problemas públicos. O egoísmo persevera, e pensa-se mais no gasto pessoal do que no bem-estar social; justificam opiniões vergonhosas pela crise econômica, pela falta de visibilidade das causas, por não ter o suficiente para doar e pagar mais impostos. Entretanto, sabe-se que o verdadeiro motivo é a intrínseca consciência capitalista que rodeia o mundo desde o século XV, no qual até mesmo países que dizem opor-se a esse sistema, continuam praticando atos que compactuam com o mesmo.

Mostram-se uma coletividade autocentrada e consumista, que visa apenas interesses próprios e conveniências, e então, independente do que aconteça, se tudo estiver de acordo com os almejos pessoais, a vida cotidiana continuará firme, indiferente do resto do planeta. Assim como Taso Aso disse, idosos devem apressar-se a morrer para não usufruir do dinheiro do governo. Esse rico político japonês afirma que nunca utilizaria esses recursos; afinal, alguém com um salário de tamanho porte não precisaria de ajuda pública. Um pedantismo sem fim, seguido pela violação ética por recusa de ajuda ao próximo por meras questões financeiras.

Apesar de apresentarem culturas milenarmente diferentes, o Brasil e o

Japão são guiados pelos mesmos ideais capitalistas, assim como todos os demais países. Desde a vitória dos EUA na Guerra Fria, a ascensão do capitalismo, que antes crescia mascaradamente, vem se tornando cada vez mais forte, aceita e ostentada. A riqueza tornou-se um valor primordial, e nota-se que é princípio que os jovens mais almejam, já que fazer parte da elite financeira passou a ser questão de orgulho. Dessa forma, até mesmo a chamada “grande esperança” jovem, para gestar um futuro mundo pacífico, coloca a expectativa novamente no lixo, pelo fato de, por mais uma geração, o dinheiro ser posto em primeiro plano; e assim, as questões sociais serão vistas como pedras a serem retiradas do caminho.

O título *Pedra no sapato* não ousa em criatividade, mas calha com tema e com a argumentação de Valentina – os idosos como pedra no sapato para economia, metáfora que fecha o texto.

Ela seguiu a ordem das questões para conduzir seu texto, mas dessa vez criou uma conexão entre os parágrafos por meio da lógica capitalista preponderante. Sua dissertação tinha uma unidade e apresentava o que está em jogo no tema, a economia e os idosos, mas a argumentação voltava-se mais para a explicação de como o capitalismo influenciava essa visão dos idosos como um peso e não desenvolvia argumentos que defendessem as necessidades dessa população frágil, só se remetia a ela como uma "questão social", mas qual seria ela, por que essa população precisaria de cuidados especiais e de seus direitos assegurados? Escrevi isso para Valentina e, na sequência, fiz comentários mais específicos sobre o texto.

Na introdução, apontei que os idosos eram o foco da discussão, assim, na reescrita, ela tirou o trecho que incluía outros necessitados de ajuda do governo. Propus também que ela construísse frases nominais com exemplos de opiniões ou acontecimentos que comprovassem a condenação dos idosos a qual ela se remetia. Ela fez: "Empregos rejeitados. Cansaço exacerbado. Alheamento generalizado." A primeira frase ficou estranha: os empregos que eram rejeitados ou os idosos que eram rejeitados em empregos? Também senti falta de ela incluir nessas frases a reclamação que mais aparece no texto: quão caro eles custam.

No segundo parágrafo, pedi para ela explicitar de que tipo seriam as opiniões vergonhosas justificadas pelo egoísmo. Com isso, ela acrescentou a falta de políticas públicas para ajudar esses grupos vulneráveis. A falta não era uma opinião, mas dava para supor que Valentina queria dizer que defender a privação dos direitos desses grupos seria vergonhoso, mas não respondia minha questão. Propus que ela trouxesse, no fim desse parágrafo, a questão do idoso, para encaminhar-se ao foco da proposta: havia uma tendência ao envelhecimento da

população mundial e isso gerava a necessidade de repensar a previdência social e a maneira de sustentar essa população – o problema, então, era como enfrentar essa situação: assegurando a dignidade dos idosos ou o bolso das elites no poder? Ela incluiu no parágrafo esse meu comentário, sem praticamente alterá-lo.

No terceiro parágrafo mostrei que ela poderia sintetizar tanto o primeiro trecho sobre o indivíduo (que estava repetitivo) quanto os comentários sobre o ministro, para incluir a ideia de que os velhos eram vistos como inúteis por essa mentalidade capitalista que só valorizava o que era produtivo, esquecendo-se da contribuição que essas pessoas já deram. Bem no momento de maior fragilidade, essas pessoas eram negligenciadas. Ela deixou esses trechos mais concisos e mesclou com as ideias que eu havia levantado, mas sem conectá-las, sem construir um sentido comum com elas.

Na conclusão, avalei que a ênfase deveria ser na postura do Japão, que era conhecido por sua cultura de valorização dos antepassados e, agora, mostrava-se mais voltado a valores financeiros, ou seja, incentivo Valentina a investir mais na caracterização da cultura. Ela fez isso na reescrita, mas sem se preocupar em conectar essa ideia com a do período seguinte, que afirmava ser a riqueza o valor primordial da atualidade. Também comentei que fazia falta nessa conclusão a discussão sobre o que se perdia quando o passado e a experiência eram desvalorizados. Ela acrescentou que tradições eram perdidas, esquecidas, desvalorizadas, devido à preocupação exclusiva com a economia. Essa complementação ficou boa.

Por fim, eu apontei, também na conclusão, que poderia ficar interessante terminar com o problema que essa desvalorização do idoso podia gerar: um mundo que não cuida daqueles no fim da vida podia estar fadado a se estagnar, pois mais propenso a repetir os mesmos erros do passado, e isso nenhuma economia era capaz de superar. O que eu havia escrito para ela como uma reflexão ela incluiu entre as frases finais de seu texto e ficou um pouco desconexo, sem fluidez. Valentina não tomava meus apontamentos como provocações, mas como soluções em si. E eu não percebia que, naquela situação virtual, a conversa que eu costumava ter com os alunos presencialmente, eu estava transformando em escrita e, com isso, o efeito daquele diálogo era outro, ganhava corporeidade, concretude, e, talvez, por isso, para Valentina, fosse difícil descolar das minhas palavras, elas já estavam ali mesmo, era só uma questão de transferência, copiar e colar.

A seguir, a reescrita completa:

Pedra no sapato

Empregos rejeitados. Cansaço exacerbado. Alheamento generalizado.

As opiniões que condenam idosos são massivas. Mesmo que pouco explícitas, grande parte da população de qualquer país da contemporaneidade enxerga-os como um fardo. Um peso que é sentido, uma vez que o dinheiro da assistência vem do bolso de uma sociedade que preza mais o montante do que as condições de vida alheia.

A supervalorização do capital cega os indivíduos para os demais problemas públicos. O egoísmo persevera, e pensa-se mais no gasto pessoal do que no bem-estar social; justificam-se opiniões vergonhosas, como a falta de serviços estaduais para ajudar necessitados, pela crise econômica, pela falta de visibilidade das causas, por não ter o suficiente para doar e pagar mais impostos. Entretanto, sabe-se que o verdadeiro motivo é a intrínseca ideologia capitalista que rodeia o mundo desde o século XV, com o qual nenhum país deixa de compactuar. Percebe-se uma tendência ao envelhecimento da população mundial, o que gera a necessidade de repensar a previdência social. Entretanto, há questões conflitantes que rodeiam essa dificuldade, já que o dinheiro no bolso das elites está sendo sobreposto à dignidade dos idosos.

Percebe-se uma coletividade autocentrada e consumista, que visa apenas interesses próprios e conveniências. Assim como Taso Aso disse, idosos devem apressar-se a morrer para não usufruir do dinheiro do governo. Esse rico político japonês afirma que nunca utilizaria esses recursos, afinal, alguém com um salário de tamanho porte não precisaria de ajuda pública. Percebe-se como a sociedade capitalista só valoriza o que é produtivo, entendendo os velhos como inúteis, fardos, esquecendo-se da contribuição que um dia já deram. Uma presunção sem fim, seguido pela violação ética por recusa de ajuda ao próximo por meras questões financeiras. Negligencia-se socorro no momento de maior fragilidade.

Apesar de apresentarem culturas milenarmente diferentes, o Brasil e o Japão são guiados pelos mesmos ideais capitalistas, assim como todos os demais países. Entretanto, o Japão era conhecido pela valorização da cultura, dos antepassados, e agora menospreza essas questões, voltando-se aos valores financeiros. A riqueza tornou-se um valor primordial, e nota-se que é o princípio que os jovens mais almejam, já que fazer parte da elite financeira passou a ser questão de orgulho. Dessa forma, até mesmo a chamada “grande esperança” jovem, para gestar um futuro mundo pacífico, coloca essa expectativa novamente no lixo, pelo fato de, por mais uma geração, o dinheiro ser posto em primeiro plano; e assim, as questões sociais serão vistas como pedras a serem retiradas do caminho. Tradições, histórias são perdidas, são vistas como um peso, e um passado rico em memórias é esquecido em vista da crescente economia. Um mundo que não cuida daqueles no fim da vida pode estar fadado a se estagnar, não só financeiramente, a repetir os mesmos erros do passado, e isso nenhuma economia é capaz de superar.

3.5.5 Linhas sustentáveis

O tema do Enem de 2001 era formulado por uma pergunta que exigia de antemão a habilidade de uma tese conciliadora: *Como conciliar os interesses em conflito entre a preservação ambiental e o desenvolvimento?* Ou seja, era pedida a construção de uma tese mais complexa, em que sua validade dependia de certas circunstâncias que precisavam ser

especificadas. Eu acreditava que esse pedido ajudaria Valentina a contemplar na argumentação os dois lados envolvidos na discussão em pauta, transitar por eles, e definir qual seria a conciliação possível.

Nascentes secas

O desmatamento massivo é produto do individualismo exponencial. Esse modo de pensamento autocentrado decorre séculos, mas é perceptível nessa geração tamanha irrelevância pelo coletivo. Desde a Baixa Idade Média, com a saída da população camponesa dos feudos e a ascensão da crescente urbanização, a preservação ambiental deixou de receber a importância que deveria, dando mais espaço a interesses progressistas e egocêntricos.

Em um mundo egoísta, que é submergido em ideais desenvolvimentistas e capitalistas, a elevação do capital e a satisfação pessoal são totalitários de tal forma que tudo é desprezado em função da preservação dos valores dessa minoria autoritária. A manutenção da natureza passa, então, a ser um empecilho, uma vez que uma das características dessa ideologia dominadora se dá pela necessidade de espaço de produção e utilização do capital. Porém, chegou no ponto em que o mundo, juntamente com todos os privilégios das classes dominantes, pode ser extinto, já que a Terra vai muito além de relações interpessoais; seu resguardo não deve ser visto como uma luxúria. Assim, uma vez que o interesse pessoal é abalado, a necessidade de mudança de atitude é finalmente percebida.

Há um *modus operandi* pré estabelecido na sociedade, o qual preza o egoísmo sem precedentes. Dessa forma, mesmo que medidas sejam tomadas por grandes empresas, como atuações mais preservadoras, ou até mesmo uma mudança na legislação, sabe-se que essas atitudes são pautadas por interesse próprio. Ou para essa empresa ser vista como ambientalista e atrair mais compradores, ou para não perder os benefícios que possui em detrimento da constante poluição. Uma situação ética aparentemente sem saída.

Sendo que o homem só age em razão de sua vontade, infelizmente, deve-se mostrar a ele o quão prejudicial será o desmatamento para seus interesses pessoais, o quão a perda será específica. Nota-se que não há interesse por quanto afetadas as próximas gerações serão, em vista do benefício próprio. Se esses indivíduos, os grandes empresários que não percebem os limites do viável e saudável, os governantes alheios ao bem mundial, não perceberem esses problemas logo, o mundo acabará, e tão repentinamente, que suas empresas secarão assim como as fontes das nascentes.

O título se relacionava com a imagem construída no fim do texto que, apesar de conter uma redundância, porque uma nascente é uma fonte de água, era impactante e se compunha pela tese defendida e a partir de um símbolo do meio ambiente.

Embora Valentina tivesse contemplado os dois lados da questão e tivesse conseguido esboçar uma possibilidade de conciliação entre eles, a argumentação se apoiou muito mais no

sistema capitalista e suas consequências para o meio ambiente do que na justificativa da importância dele – isso só aparecia de forma breve, sem mostrar os estragos e evidências da sobreposição do desenvolvimento à preservação do meio ambiente ou como a destruição da natureza era justificada pelo desenvolvimento. Era o mesmo ponto que não estava funcionando no texto anterior sobre idosos – o peso argumentativo recaía na ressalva, na crítica que a tese continha, mas não se debruçava sobre a defesa, a proteção que completava a tese. Para evidenciar um pouco mais essas problemáticas, teci alguns comentários ao longo do texto.

Na introdução, perguntei para ela o que levaria a geração atual a não se importar com o bem comum? Na reescrita, Valentina incluiu a explicação de que seria o egoísmo, mas não explicou o que estaria causando esse comportamento.

No segundo parágrafo, pedi para ela explicar um pouco mais sobre a ideia de o desenvolvimento não preservar a natureza. Ela acrescentou uma justificativa de que o progresso precisava de espaço para a industrialização e o comércio. Não contemplou a ideia de poluição, de esgotamento dos recursos... A frase: "o interesse pessoal é abalado" precisava de complementação: interesse de quem? Abalado por quê? Ela completou, mas o período final ainda ficou desorganizado, porque tinha muitas ideias mas elas não estavam bem relacionadas.

Propus que ela reorganizasse o terceiro parágrafo como contra-argumento e voltasse a sua tese em seguida, para sua crítica às empresas ficar clara e ganhar força. Algo como: *é verdade que.../não se pode negar que... Porém/Entretanto...* Ela reconstruiu o parágrafo seguindo as indicações. Ficou um pouco confuso ainda, porque não dizia claramente que as empresas ganhavam atraindo público com suas medidas verdes. Mas fazia uma ponderação interessante: as mudanças não eram feitas pela vontade do homem de salvar o ambiente que vive, mas por interesse no lucro.

A última frase da conclusão era boa, mas valia repensar o restante, porque, como era proposta do Enem, o final esperado deveria apresentar propostas para enfrentar o problema (o *como conciliar*, parte da pergunta formulada na prova). Ela refez a conclusão, propondo a produção de produtos caseiros para diminuir a fabricação de produtos poluentes, assim como a conscientização dos indivíduos para o consumo consciente, soluções que não correspondiam aos agentes do problema apontados por Valentina na argumentação: os empresários e governantes.

Abaixo, o texto reescrito:

Nascentes secas

O desmatamento massivo é produto do individualismo exponencial. Esse modo de pensamento autocentrado decorre décadas, mas é perceptível nesta geração tamanha irrelevância pelo coletivo, *uma vez que é mais egoísta*. Desde a Baixa Idade Média, com a saída da população camponesa dos feudos e a ascensão da crescente urbanização, a preservação ambiental deixou de receber a importância que deveria, dando mais espaço a interesses progressistas e egocêntricos.

A manutenção da natureza passa, então, a ser um empecilho, uma vez que uma das características dessa ideologia dominante se dá pela necessidade de espaço de produção e utilização do capital, *uma vez que se precisa de parques industriais e áreas de comércio, como shoppings*. Porém, chegou no ponto em que o mundo, juntamente com todos os privilégios das classes dominantes, pode ser extinto, já que a vida na Terra vai muito além de relações interpessoais; seu resguardo não deve ser visto como uma luxúria, *uma vez que é pela sua preservação que conseguimos sobreviver ao próximo dia*. Assim, uma vez que o interesse pessoal dos indivíduos que prezam mais o consumo do que a própria respiração é abalado devido ao problema exacerbado de poluição, de tal forma que possa afetar os negócios, a necessidade de mudança de atitude é finalmente percebida.

É verdade que as empresas nacionais e internacionais têm adotado medidas “verdes” com o propósito de ajudar o meio ambiente. Porém, é facilmente perceptível que essas corporações continuam beneficiando-se, até mesmo com as atitudes ambientalistas. Uma vez que o mercado, que finalmente percebeu que o desgaste da natureza é algo que se deva preocupar-se, passou a prezar produtos que sejam fabricados organicamente, sem poluir o planeta. Portanto, com um enorme marketing, as empresas comercializam essa vontade dos consumidores fazendo produtos pouco tóxicos para o ambiente. Infelizmente, essa atitude não ocorre pela vontade do homem em salvar o lugar em que vive, mas sim, novamente, por interesses capitalistas e ambiciosos.

Um meio de diminuir o comércio, a fabricação de produtos que prejudicam, falsamente ou não, o ambiente, é produzindo produtos caseiros, e conscientizando mais os indivíduos sobre as atrocidades cometidas com o meio-ambiente, para esses, se obterem produtos, comprarem em lojas que de fato tenham tendências mais ecológicas. *Soluções pequenas, porém viáveis e com resultado a longo prazo*. Se esses indivíduos, os grandes empresários que não percebem os limites do viável e saudável, e os governantes alheios ao bem mundial, não perceberem esses problemas logo, o mundo acabará, e tão repentinamente, que suas empresas secarão assim como as fontes das nascentes.

Nesse tema, minhas colocações foram mais propositivas e menos extensas, o que mobilizou um pouco mais Valentina a lidar ativamente com a reescrita. Entretanto, a repetição do uso do conectivo *uma vez que* nos trechos alterados e a proposta deslocada da argumentação mostravam como Valentina não relia o que reescrevia, apenas escrevia em cima do que já havia escrito, sem se colocar como leitora de si. O efeito chamariz do texto era garantido por Valentina – um bom título que era retomado na conclusão – e argumentos contundentes eram selecionados, mas a composição entre eles, a construção de um raciocínio,

de uma proposta de compreensão não era tecida por ela.

Valentina se manteve firme no nosso esquema virtual. Se não escrevia toda semana, ao menos reescrevia o texto anterior. Mas a maneira como encarava a reescrita era proforma, como uma atividade de preenchimento que garantiria seu ingresso em uma universidade. Muitas vezes ela só acrescentava meu comentário como parte de seu texto, sem fazer alterações ou conexões necessárias para a ideia funcionar. Ao mesmo tempo que eu via isso como certa displicência dela, também considerava um bom jeito de ser plagiada: como se nesse copia-e-cola as minhas palavras dessem língua para Valentina, expressassem as intenções dela.

Ela aproveitava meus comentários para deixar seu texto mais bonito. Mas eu não queria que ela se sentisse satisfeita com isso. Eu tentava fazer Valentina se comprometer mais com seus escritos, com as escolhas de palavras, com a condução dos temas. Ela apelava, com certa frequência, a uma noção de dever, a uma prova moral em sua argumentação que a dispensava de se posicionar em relação ao tema debatido e a poupava do esforço de observar suas experiências, porque ela não precisava criar argumentos, ela apenas se apoiava em valores incontestáveis: "A argumentação do dever se esgota nela mesma, isto é, na referência a um padrão a priori, uma razão oculta e acima do texto, que condena ou aprova esta ou aquela conclusão [...]" (PÉCORA, 1980, p. 96). Valentina reduzia a experiência de escrever uma dissertação ao cumprimento de uma obrigação, mas sem esquecer do laço do texto entre o título e a conclusão.

A minha impressão era de que apontar um problema no texto de Valentina era como dizer que ela era feia. Era o campo das aparências que parecia mobilizá-la. Ela escrevia bonito para preencher os espaços ociosos do texto sobre os quais ela não tinha tido fôlego para se debruçar, tática recorrente dos vestibulandos, observada por Rocco (1981). Eu tentava desgrudá-la do sujeito moral "dominado por uma interioridade tirana e obsedante, invariavelmente atada a uma permanência de si mesmo conformada à busca do autoconhecimento" (AQUINO, 2009, p. 143), com o intuito de instigar o sujeito ético nela, movido pela potência expansiva de criar e se diferenciar. O efeito desse esforço foi sentido de forma sutil, principalmente na construção do sentido do entrelaçamento do título com a tese e a conclusão, no esboço de uma proposta de compreensão elaborada em uma linha de raciocínio coerente, mas não a ponto de ela se despojar das maquiagens, *selfies* e *nudes* e fazer um texto-nu, fazer do texto uma nudez, uma abdicação de formalidades, uma resistência

a imposições feita pela pele, o fora-dentro do sujeito, que Rolnik (2016) denominou por "saber-do-corpo", que pode ativar novas formas de perceber e sentir.

Essa experiência via internet foi muito diferente das presenciais que costumo ter. Sem acesso ao impacto que minhas sugestões provocavam nela, a não ser por meio do próprio texto, tive mais dificuldade em criar uma forma de intervir que mobilizasse Valentina e a vinculasse a suas palavras. Essa superficialidade na maneira de lidar com a reescrita (porque na abordagem dos temas Valentina não era superficial) ressoava na minha percepção de que a aparência tinha permanecido um aspecto importante do começo ao fim do trabalho com ela. Fiquei com a sensação de que as conversas, as vozes, pausas, olhares, toques, respiros, eram elementos essenciais para construir a parceria do trabalho com a produção de texto, para estabelecer a intimidade e a vinculação necessária nesse processo. Essas sensações e percepções funcionam, no meu trabalho, como virtualidades que pedem o direito de existir, uma vez que "Os virtuais têm a força do problemático. A força de um problema não é sua tensão interna, *é a incerteza que ele introduz na (re)distribuição de realidade.*" (LAPOUJADE, 2017, p. 71, grifo do autor). Se os virtuais asseguravam uma experiência do mundo menos resignada e mais ativa, na direção deles é que eu iria – minha bússola para retomar a trilha e alcançar a próxima paragem.

3.6 Fabio. Rapaz tudo de bom

Fabio era bem politizado. Naquele primeiro semestre de 2016, estávamos acompanhando os desdobramentos do impeachment da presidente Dilma. A cada semana, fatos novos e emocionantes. Compartilhávamos da mesma posição: éramos contra a impugnação, entendíamos como um grande golpe à democracia.

As nossas conversas eram empolgantes, porque alcançavam um nível de complexidade e profundidade que não costumo ter com alunos dessa idade. A formação dele era robusta, bem embasada, e seu interesse pelas discussões era visível.

Fabio usava óculos, deixava a barba rala por fazer, fazia um tipo de esquerda intelectual que usa camiseta do Che Guevara. Os pais eram juizes e ele tinha estudado em colégios alternativos da Zona Oeste de São Paulo. Ele era um ótimo papo, muito alegre, leve, perspicaz. Eu pensava comigo que sua família e sua escola estavam de parabéns, eu queria saber criar um filho assim, que se transforma em um jovem engajado e sensível.

Fabio tinha um perfil de advogado: boa oratória, repertório rico, e era preocupado com os direitos humanos. Talvez em razão desse último motivo ele se preparasse para fazer administração pública, e eu via um futuro promissor para ele. Fabio podia ser o que quisesse. Tinha uma boa autoestima, era seguro, bem articulado. Hoje o acompanho de vez em quando no *Facebook* e vejo seu envolvimento com iniciativas coletivas e educacionais na faculdade que cursa, Getúlio Vargas.

Na época, ele era um aluno que falava melhor do que escrevia. Então acabava não escrevendo tanto. Precisava exercitar sua escrita para ganhar ritmo e refinamento nos recursos linguísticos. Nos encontros com ele, apostei em mostrar e exercitar formas de contra-argumentação, em estabelecer concordância parcial, construir tese com ressalva e valorizar o repertório dele ao abordar os temas.

Quando Fabio lia seu texto para mim, sua voz firme e ao mesmo tempo tranquila fazia aparecer um menino que tinha opinião e era delicado ao colocá-la. Ele se esforçava para levar a complexidade do tema e de seu pensamento para o papel. Não foram poucas as vezes em que tive dificuldade em entender, na primeira leitura, o que afinal ele estava defendendo. Não porque faltasse uma tese ao texto, mas porque uma simples tese – a favor ou contra – não dava conta do pensamento dele. Em alguns textos, ele questionava a própria problematização trazida pela proposta, o que podia soar petulante. Meu papel então era dar suporte, era sustentar esse desvio, esse deslocamento que ele propunha no texto, deslocamento a que ele se propunha. Eu tentava valorizar esse desvio, fortalecê-lo.

Vamos acompanhar esse movimento entre mim e Fabio na análise de três temas.

3.6.1 Libertando a telenovela da culpa

O primeiro deles é a função da telenovela, tema da Unifesp de 2010: Fabio deveria opinar se ela seria fator de alienação ou de conscientização. Como a coletânea trazia posições contrárias acerca do tema e a própria pergunta formulada na proposta partia de uma distinção, a contra-argumentação poderia ser uma boa estratégia para abordar o assunto de maneira mais complexa e abrangente. Pedi, então, que ele fizesse uso do recurso contra-argumentativo para desenvolver o tema.

Na semana seguinte, Fabio leu o seguinte texto:

A novela não tem culpa

Parem! Atribuir à telenovela uma função social é alterar o seu real intuito: o entretenimento. Sua existência está relacionada a criação de uma história fictícia com personagens estereotipadas. Com isso, a novela deve, primordialmente, servir o telespectador como fonte de divertimento.

Por ser arte – e seguindo uma lógica parnasiana – a novela não tem de retratar a realidade. A medida que distancia-se do real, é quase impossível conferir à ela um caráter alienador ou conscientizador. Volta-se, portanto, a necessidade de entreter, sua principal característica.

É inegável o mínimo papel alienador da telenovela. Por ser transmitido pra uma parcela expressiva da população, a disseminação de ideias ou até idealização das personagens são inevitáveis.

Todavia, focar os holofotes somente na novela é, inconscientemente, absolver o mais importante meio formador de opinião: a grande mídia. Telejornal, revista e até mesmo o jornal impresso são os veículos de comunicação responsáveis pela alienação popular, visto que sua presença em bancas de jornal, televisão e até consultórios é imensa. Isso torna o contato da população com esses meios de divulgação de informação extremamente recorrente.

Diante disso, a busca incessante pela culpabilidade da novela como alienador do corpo social é inválida. Desta forma, é imperioso que se volte o olhar à grande mídia: a grande formadora de opinião. **A novela não tem culpa.**

De saída, chamava atenção o preciso e extenso vocabulário de Fabio, bem como a segurança com que se posicionava, já presente no título. O imperativo na abertura da introdução, apesar de não ser usual em dissertação, era mais um índice da assertividade de Fabio e, mais do que isso, mostrava que ele considerava um interlocutor, um público ao qual se dirigia, e que sua linguagem no texto estava mais próxima da oral, em que ele se sentia mais à vontade e tinha mais desenvoltura. Nesse início, Fabio defendia que a novela não tinha função social, era apenas entretenimento.

Em seguida, justificava o descompromisso com a realidade de que a arte seria portadora, evocando a máxima do movimento parnasiano: a arte pela arte.

Ponderava que a telenovela comportava um fator alienante por disseminar ideias a milhares de pessoas. Mas contrapunha-se a essa ideia ao apontar a grande mídia como importante fator alienante da população e não a novela. Porém a justificativa era fraca, porque a novela também tinha grande alcance, como ele mesmo tinha afirmado no parágrafo anterior.

Na conclusão, reiterava que a novela não tinha culpa pela alienação, motivando o título e demonstrando a preocupação de Fabio em dar uma unidade ao texto e ser compreendido em sua intenção por seu leitor.

Apontei para ele a incoerência do texto: embora desse para entender que a crítica dele fazia um deslocamento da questão trazida pela proposta – nem alienação, nem

conscientização, mas entretenimento –, era incoerente afirmar que a telenovela era alienante e ao mesmo tempo dizer que ela não tinha culpa pela alienação, além de enfraquecer a tese de a novela ser arte e não ter compromisso com a realidade. Fabio falou que percebeu isso também ao ler e me perguntou como poderia continuar com sua tese de a novela ser arte e sua crítica à grande mídia, sem cair em contradição. Eu considerei que se ele reformulasse esses trechos, mudando o foco da culpa para a liberdade das novelas, ficaria como ele pretendia. Ele fica empolgado com o caminho vislumbrado.

Na introdução, sugeri que ele substituísse o imperativo "parem!" por uma frase nominal que antecipasse sua opinião de não considerar a novela como tendo um papel social. Fabio gostou da ideia e encontrou uma boa palavra: "um equívoco".

No segundo parágrafo, aponte um bom momento para evidenciar as consequências do descompromisso com a realidade, tanto para a própria produção quanto para o espectador. Ao fazer isso, Fabio retomou a ideia de entretenimento apontada na introdução, o que ajudou na construção de sua linha de raciocínio. Ficamos animados, o texto estava se encaminhando bem.

Perguntei se tudo o que consumíamos da mídia era alienador. Fabio falou que não, que existem programas, textos e informações preciosas, formativas... Então percebeu a diferença entre influenciar o comportamento e alienar. Daí, no terceiro parágrafo, ele mudou a ideia de alienação para a de influência no comportamento, um termo mais neutro, que tirou o peso negativo da relação mídia/público e deixou o argumento mais coerente com a tese que queria ser defendida.

Então Fabio observou que, no quarto parágrafo, ele podia deixar claro que a telenovela não seria a única a influenciar a opinião pública e trazer a grande mídia como a responsável, assim ele não negava a influência da telenovela, mas estabelecia uma diferença em relação à alienação, relacionando-a somente à mídia.

Na conclusão, propus que Fabio retomasse sua tese a partir da pergunta apresentada pela proposta de redação: *A telenovela brasileira: alienação ou conscientização?* Assim, ele associou o papel de conscientização à mídia, já que a apresentou como fator de alienação na argumentação, e liberou a novela para ser arte, descomprometida com a realidade.

Voltamos ao título para adequá-lo à ênfase que demos nessa reescrita à liberdade das novelas, relevando a culpa. Com isso, o título não ficou respondendo diretamente à questão proposta (alienação ou conscientização), mas ao deslocamento que Fabio propôs em sua argumentação: novela era arte e arte não tinha compromisso com a realidade.

O resultado da reescrita foi este:

Liberdade às novelas

Um equívoco. Atribuir à telenovela uma função social é alterar o seu real intuito: o entretenimento. Sua existência está relacionada à criação de uma história fictícia com personagens estereotipadas. Com isso, a novela deve, primordialmente, servir ao telespectador como fonte de divertimento.

Por ser arte – e seguindo uma lógica parnasiana – a novela não tem de retratar a realidade. O distanciamento do real possibilita o desenvolvimento criativo e imaginativo tanto para essa produção, quanto para o telespectador, que dessa forma pode afastar-se dos problemas cotidianos.

É inegável a influência da telenovela no comportamento da população. Por ser transmitida para uma quantidade expressiva de lares brasileiros, a disseminação de ideias ou até idealização das personagens são inevitáveis.

Todavia, focar os holofotes somente na novela é, inconscientemente, absolver o mais importante meio formador de opinião: a grande mídia. Telejornal, revista e até mesmo o jornal impresso são os veículos de comunicação responsáveis por tornar informação pública, entretanto, ao deturpar os fatos com interesses privados, contribuem com alienação popular.

Diante disso, é imperioso que se pressione a grande mídia a retratar fielmente a realidade, pois só assim irá sobrepor o compromisso público aos seus interesses mercadológicos. Com isso, a arte poderá, enfim, ser arte e a novela, se libertar da cobrança por um papel conscientizador.

Ficou evidente a mudança no tom do texto, em que a contundência quase de um manifesto foi modulada por ponderações e explicações que davam suporte às opiniões contundentes de Fabio. Depois de ter lido a primeira versão do texto, eu tinha comentado que achava difícil sustentar a posição dele, porque, para mim, passava pela função da arte provocar reflexão, despertar outras criações. Fabio falou que me entendia e até concordava comigo, mas ele queria tentar ir por aquele caminho mais radical, em que a crítica não recaía na novela, mas no que ele acreditava ser tanto fator de alienação quanto ter a função de romper com ela: a mídia. Foi desafiador para mim e acho que conseguimos construir a sustentação para essa radicalidade a que Fabio se dispunha.

3.6.2 Sem medo

O segundo tema proposto para Fabio foi *o medo*, proposta do Mackenzie de 2005. Tema mais filosófico que, ao mesmo tempo, se relaciona com a vida social diretamente. A coletânea traz uma oposição: o medo poderia ser tanto uma forma de proteção quanto uma maneira de se acomodar a certas condições, de não questioná-las e enfrentá-las. Eu estava curiosa para ver como ele lidaria com essa ambiguidade e o que iria aproveitar daquele

momento que vivíamos, em 2016, em que o medo se tornava cada vez mais instrumento de persuasão usado por políticos para alcançar o poder ou se manter nele ou legitimar extremismos e atrocidades, como ficava evidente nos discursos de extrema direita que vinham ascendendo no mundo, na eleição de Trump nos Estados Unidos, na reeleição de Putin na Rússia, no fenômeno Bolsonaro no Brasil, para citar alguns exemplos.

O texto apresentado por Fabio na semana seguinte:

A irracionalidade medrosa

Um sentimento inerente ao homem. Uma reação psicológica promovida por uma consciência de perigo que está e sempre esteve presente na sociedade. Mesmo que esse perigo mude de acordo com as diferentes civilizações e perpassse pelo mundo real e imaginário, é certo que sempre será obtido o mesmo resultado final: o medo.

Esse lugar comum no qual a consciência de perigo recai é o fator determinante nas decisões tomadas por indivíduos. Dessa forma, o medo caracteriza-se como inibidor da racionalidade nas ações humanas, isto é, o temor é sobreposto à razão e, dessa forma, impede o desenvolvimento consciente da sociedade.

É certo que o medo, por vezes, também é um ponto seguro das escolhas, visto que nenhuma decisão será tomada antes de uma profunda análise da situação em que o indivíduo está. Portanto, poucas ações seriam movidas pelo entusiasmo ou pela emoção do momento.

Todavia, ao instaurar a política do medo – que em teoria faria com que o cidadão evitasse praticar atos ilícitos, já que preenchido de pavor escolheria o caminho legal – obteve-se o efeito contrário. Ao tomar como exemplo a “Guerra as Drogas”, torna-se evidente tal falha. Enquanto o esperado era que se diminuísse o consumo e tráfico de drogas devido à repressão policial e o temor da imposição da lei, o ocorrido foi o aumento tanto no consumo, quanto no tráfico. Vê-se, portanto, a inutilidade dessa ação pública.

Diante disso, o medo caracteriza-se como um sentimento desencorajador e, portanto, uma barreira ao progresso racional. É fato que ação promovida completamente pelo entusiasmo é, muitas vezes, maléfica, entretanto agir baseado somente no pavor é ainda pior. É imperioso que haja a sobreposição da razão em detrimento do temor, para que, dessa forma, sejam traçados rumos que se fundamentem no desenvolvimento lógico.

Com a mesma contundência que vimos no texto anterior, Fabio descreveu o fenômeno do medo para introduzir o tema.

Não titubeava em suas afirmações e, como se estivesse posicionado diante de um público, afirmava ser o medo fator determinante para se tomar decisões, sendo, portanto, o responsável pela perda da razão, uma vez que o temor se sobrepunha a ela e impedia o desenvolvimento racional da sociedade.

Ponderava que o medo podia dar segurança em uma decisão, porque fazia se precaver e não ser movido pelo entusiasmo, pela irracionalidade. No entanto, essa ideia se opunha à do parágrafo anterior e deixava incoerente esse trecho da argumentação.

Ao perceber que na conclusão Fabio defendia que uma ação impetuosa podia ser prejudicial, mas que agir por medo seria pior, reconheci ali o bom funcionamento da contra-argumentação que ele estava propondo. Comentei com ele, então, que era possível compreender que a política do medo seria o uso do medo para inibir más condutas, seria o medo em seu extremo, em sua negatividade. Porém, para esse contraponto funcionar, ele teria que apresentar as duas maneiras de enfrentar/utilizar o medo, sem dizer qual preponderaria, daí a política do medo viria para explicitar que esse era o uso do medo mais nefasto, de modo que, aí sim, a conclusão dele ficaria coerente. Notei que Fabio me escutava atento e via sentido no que eu falava. Indiquei-lhe que seria preciso dizer também quem instituíria essa política – ao que ele logo respondeu, como se tivesse tido uma "sacada": "o Estado". Confirmei sua percepção e mostrei que o próprio exemplo que ele usava encaminhava para isso. Porém, ponderei que essa política também era alimentada por nós mesmos, quando nos limitávamos a viver submetidos aos enquadramentos de vida já conhecidos, supostamente mais seguros. Fabio arregalou os olhos com interesse, concordando comigo, e disse que gostaria de incluir essa ideia no texto.

Propus a ele juntar o segundo e o terceiro parágrafos em um só, a partir da ideia em comum do medo como fator determinante em nossas ações, para então apresentar as duas funções que ele poderia ter: proteção e inibição da racionalidade. Fabio fez isso com facilidade.

No terceiro parágrafo (que antes era o quarto), sugeri evidenciar quem promoveria a política do medo, momento em que entraria o Estado, bem como a sociedade. Incluída a sociedade, seria interessante que ele desse um exemplo para mostrar que nós mesmos exercemos e alimentamos essa lógica. Fabio se remeteu à escolha da profissão, situação que ele mesmo estava vivendo.

Na conclusão, sugeri que Fabio explicitasse por que seria pior agir baseado no pavor. Ele explicou que a estagnação seria resultado do amedrontamento. Em seguida, olhou a última frase e percebeu que podia contemplar ali as mudanças do terceiro parágrafo. Acrescentou, então, mais dois adjetivos ao "desenvolvimento lógico" que propunha: que fosse também social e plural.

Comentei que, para ele criar uma unidade perfeita no texto, só precisaria alterar o título, voltando-o à ideia deixada no encerramento do texto, assim Fabio evitaria cair na

questão de haver uma irracionalidade que seria corajosa, já que essa questão não seria contemplada na argumentação. Ele pensou alto então: "o que eu proponho que se faça com o medo? Proponho que ele não seja alimentado, que ele seja desencorajado" e, ao falar, percebeu que era possível fazer uma brincadeira de sentido entre as palavras *coragem* e *medo*. Eu gostei e falei que o título poderia ter um tom propositivo, como o do texto. Desse modo ele decidiu por: "Desencorajar o medo"

O texto reescrito ficou assim:

Desencorajar o medo

Um sentimento inerente ao homem. Uma reação psicológica promovida por uma consciência de perigo. Mesmo que esse perigo mude de acordo com as diferentes civilizações e perpassa pelo mundo real e imaginário, é certo que o resultado será o mesmo: o medo.

A consciência de perigo é o fator determinante nas decisões tomadas por indivíduos. Por um lado, quando o temor funciona como inibidor da lógica nas ações humanas, impede o desenvolvimento racional da sociedade. Por outro, o medo pode servir como proteção, na medida em que a escolha feita será pautada no risco que a situação apresenta e, portanto, poucas atitudes seriam provocadas pela emoção do momento.

Todavia, a instauração da política do medo – seja ela promovida pelo Estado ou mesmo pela sociedade – já se provou ineficaz. Enquanto, em teoria, atos ilícitos e quebra de padrões seriam evitados, já que preenchido de pavor o indivíduo escolheria o caminho seguro, na prática obtém-se o efeito contrário. Ao tomar como exemplo a “Guerra às Drogas”, torna-se evidente tal falha. Mesmo com a constante repressão policial e o temor da imposição da lei, aumentou tanto o consumo, quanto o tráfico. Já no que tange à fuga do padrão, diversas pessoas evitam arriscar-se em carreiras nas quais o retorno financeiro e o sucesso são incertos e perdem a oportunidade de desenvolver uma habilidade individual e de contribuir com a pluralidade nos modos de vida.

Diante disso, o medo caracteriza-se como um sentimento desencorajador e vão, portanto, uma barreira ao progresso racional. É fato que ação promovida completamente pelo entusiasmo é, muitas vezes, maléfica, entretanto estagnar-se pelo pavor é ainda pior. É imperioso que haja a sobreposição da razão em detrimento do temor, para que, dessa forma, sejam traçados rumos que se fundamentem no desenvolvimento social, lógico e plural.

Quando terminamos a reescrita, li para ele como tinha ficado a versão final. Fabio escutou com atenção e um sorriso no rosto, ficou satisfeito com o resultado. Eu fiquei contente com a coragem dele para enfrentar o tema, com seu destemor em arriscar, em fazer sua aposta.

3.6.3 Envelhecer, resistir, inventar

O terceiro tema é sobre os idosos, da prova da Fuvest de 2014, e a proposta pedia ao candidato para se posicionar em relação a uma declaração do ministro japonês, em que essa autoridade considera os idosos um peso para o governo e para o país, indicando que essa população se apresse a morrer. A mudança no perfil da população mundial e brasileira, além da reforma da previdência, em pauta no Brasil, tornam o tema muito atual e interessante para jovens que estão longe ainda da realidade da velhice. A discussão, por ser complexa, pede uma argumentação também complexa, e o recurso de contra-argumentação é útil para isso. Eu escolhi essa proposta mais ao fim do semestre, perto da prova do vestibular, com a expectativa de que Fabio conseguisse abarcar em seu texto essa complexidade e fizesse uso de seu repertório e de seu tom assertivo e, ao mesmo tempo, sensível.

Fabio apresentou seu texto no encontro posterior:

No velho poço do esquecimento

Idosos: mera despesa que recai sobre o Estado. Essa assustadora definição, ligada ao pensamento contemporâneo, aflige e provoca uma intensa desvalorização das pessoas da terceira idade.

Antes vangloriados pela sabedoria e experiência de vida, os idosos, hoje, tendem a ser esquecidos em asilos ou culpabilizados pelo alto custo das despesas médicas. Na cultura oriental, principalmente japonesa, o ancião era considerado o núcleo sapiência e base do desenvolvimento intelectual familiar. Já na contemporaneidade, esse mesmo indivíduo passa a ser fonte de menosprezo e sofre acusações de governante sobre seu alto custo de vida provido pelo Estado. Fato esse relatado pelo jornal britânico The Guardian a respeito de declarações do ministro das finanças do Japão, Taro Aso, – de 72 anos – que ressaltava a necessidade dos velhos apressarem-se a morrer para aliviar a despesa Estatal.

É evidente que a previdência social precisa, urgentemente, de uma reforma. Idealizada no início do século XVII, não era esperado que a sociedade passaria por um extremo envelhecimento populacional e que a estrutura previdenciária seria insustentável no século XXI.

Todavia, essa reforma não deve ser pautada na lógica de descaso para com os idosos. Marginalizadas na sociedade, essas pessoas que se esforçaram e venderam sua força de trabalho durante anos não merecem cair em puro esquecimento. Essa política de menosprezo penetra até mesmo nos indivíduos da terceira idade que, para se sentirem incluídos em determinado grupo social, fazem uso de tratamentos rejuvenescedores.

É evidente a marginalização dos idosos e caso essa tendência permaneça, constituir-se-á uma sociedade carente de sabedoria e, devido ao menosprezo dos mais velhos, despreparada para as surpresas da vida. Não se pode jogar os idosos no velho poço do esquecimento.

Fabio partiu da lógica preponderante no mundo contemporâneo segundo a qual o velho é uma despesa para o Estado, e apontou uma consequência dessa visão: a desvalorização dessa parte da população. Considerei um ótimo começo, pois apresentava o contexto e já fazia uma crítica, mostrando uma perda causada pelo próprio contexto.

Ele também conseguiu fazer um bom contraponto entre a necessidade de se adaptar à nova composição da população mundial e de que essa adaptação seja cuidadosa/digna para com os idosos.

No segundo parágrafo ele retomou a desvalorização dos idosos e citou a afirmação do ministro japonês que suscitava a proposta de redação. Comentei que as ideias eram pertinentes, mas poderiam ser rearranjadas de modo a deixar claro que até uma nação em que a cultura costumava valorizar os idosos estava se curvando a essa visão capitalista. Ele concordou que ficou um pouco confuso o parágrafo e as transições entre as ideias. Fabio, com isso, reorganizou e conseguiu evidenciar essa mudança de cultura como evidência de uma tendência mundial.

Achei uma boa sacada o apontamento de Fabio sobre os velhos buscarem tratamentos rejuvenescedores, no entanto ponderei que eu destacaria não o meio em si, mas o que eles buscam com isso. Ele falou: "escapar da velhice, prorrogá-la ao máximo" e notou que fica mais impactante e coerente com sua argumentação. Fez a troca.

Também propus a ele incluir a ideia de improdutividade que os velhos representam para o sistema econômico, para rebatê-la com os direitos que deve ter essa população mais vulnerável. Ele não se conformava que tinha esquecido de incluir esse ponto essencial para o tema e que fortaleceria a oposição entre a visão hegemônica e os direitos humanos, base da sua tese com ressalva. Eu dei risada da sua indignação consigo mesmo. Fabio era exigente consigo mesmo e sua exigência o motivava. Eu o via assim como Aquino (2009, p. 650) descreveu aquele que assume uma escrita arriscada, uma escrita como devir: "alguém dobrado sobre si mesmo, guerreando contra aquilo que já não pensa, ou que pensa não pensar, mesmo sem ter o domínio exato daquilo que passou a pensar."

Na conclusão, estava bem evidenciado o que se perdia ao se desvalorizar os idosos, mas sugeri uma mudança da imagem final de "poço", primeiro porque ela era um tanto batida e, portanto, instigava pouco o leitor; segundo, porque caracterizar o poço como "velho" só trazia uma ideia literal, não despertava nenhuma provocação sobre o tema. Fabio ficou decepcionado, tinha achado boa a ideia do poço, mas, com o meu comentário, já não estava certo. Propus que pensássemos em alguma outra ideia, para vermos se funcionaria melhor, caso não conseguíssemos pensar em nada melhor, retornaríamos ao poço – assim eu não

descartava sua ideia antes de ele ter uma melhor, mas o provocava a imaginar uma outra. Passados alguns minutos, percebi que a palavra "despesa", usada pelo ministro para se referir aos idosos, poderia ser um gancho para fazermos uma frase final mais impactante e capaz de retomar a ideia principal do texto. Fabio se empolgou e alterou o final para a ideia de que a despesa estaria em perder o legado dos mais velhos, o que teria como resultado prejuízos para as próximas gerações. Dessa forma, ele evidenciou a relação entre passado e futuro, mas ressignificando a palavra "despesa". Isso o levou a reformular o título, que passou de "No velho poço do esquecimento" para "A despesa a se pagar" – aqui, também como no tema anterior, o título ficou menos acusatório ou queixoso e tornou-se mais propositivo.

Depois de terminada a reescrita, li para ele o texto:

A despesa a se pagar

Idosos: mera despesa que recai sobre o Estado. Essa assustadora definição, ligada ao pensamento contemporâneo, provoca uma intensa desvalorização das pessoas da terceira idade.

Velhos esquecidos em asilos ou culpabilizados pelo alto custo das despesas médicas. Para o mundo ocidental, uma situação normatizada, mas, para o oriente, um índice de mudança dos tempos. Antes vangloriados pela sabedoria, experiência de vida e base do desenvolvimento intelectual familiar, o ancião, na contemporaneidade, passa a ser fonte de menosprezo e sofre acusações de governantes, como o ministro das finanças do Japão, que ressaltou a necessidade dos velhos apressarem-se a morrer para aliviar a despesa estatal.

Mesmo que improdutivos em uma sociedade na qual a produtividade é um valor fundamental, é dever do Estado prover assistência a essa fragilizada faixa da população. É evidente que a previdência social brasileira precisa, urgentemente, de uma reforma. Especificada nos anos 1930 tal qual é conhecida hoje, a estrutura previdenciária é insustentável no século XXI, devido ao envelhecimento populacional inesperado.

Todavia, essa reforma não deve ser pautada na lógica de descaso para com os idosos. Marginalizadas na sociedade, essas pessoas, que se esforçaram e venderam sua força de trabalho durante anos, não merecem cair em puro esquecimento. Essa política de menosprezo penetra até mesmo nos indivíduos da terceira idade que recorrem a qualquer dispositivo capaz de retardar o envelhecimento.

Caso a marginalização dos idosos permaneça, irá se constituir uma sociedade carente de sabedoria acumulada pela experiência e despreparada para enfrentar desafios futuros. Esquecer o legado deixado pelos mais velhos acarretará em uma despesa paga pelas próximas gerações.

Quando terminei a leitura, Fabio falou que tudo o que queria colocar no texto estava lá e que torcia para cair esse tema na prova de vestibular. Disse que se sentia preparado para

enfrentá-la. Confirmei que ele podia se sentir mesmo seguro, porque estava pronto para qualquer tema que viesse, não só aquele, e disse a ele para não esquecer de levar ao texto sua ânsia de proatividade, assim a lamúria faria parte da argumentação, mas não tomaria conta dela, ainda haveria espaço para pensar em proposições, questionamentos. Assim também a insatisfação dele com as hegemonias e lógicas preponderantes do mundo contemporâneo não o paralisaria nem o posicionaria como mero espectador, fora do jogo de poder, ao contrário, iria colocá-lo em um duplo movimento de resistir e inventar outras maneiras de ser e de pensar, menores, minoritárias, evanescentes: "Nas dobras de uma sociedade governada e governamentalizada, uma ética do cuidado de si pode ser o caminho da resistência ativa, de um colocar-se ativamente nas relações de poder, seja consigo, seja com os outros, inventando e experimentando práticas de liberdade" (GALLO, 2011, p. 235).

Fabio vibrava com meus comentários a seus textos e com as reescritas que fazia. Não ficava incomodado ou envergonhado de reescrever na minha presença, pelo contrário, estava sempre disponível, aberto e reflexivo para as minhas propostas, e era notável seu prazer em ver no que aquele exercício iria dar, em se surpreender consigo mesmo. Nosso encontro era um acontecimento, no sentido que propõe Lapoujade (2017, p. 63, grifo do autor), "*uma guinada no ponto de vista*": alguma coisa acontecia e fazia com que não víssemos mais como antes víamos, como se nosso ato em comum – a produção de texto – mudássemos de ângulo e pudéssemos, com esse deslocamento, ver de outra forma, sentir de outra forma, agir de outra forma.

O dizer dele tinha uma coragem, ele se posicionava no texto como se posiciona no mundo, com firmeza, energia e curiosidade. Fabio se expunha sem medo de errar e com certa certeza de que daria certo – na medida necessária para lhe dar segurança de apostar, sem deixar de hesitar, de colocar em questão. Ele experienciava "[...] o ato de escrever como encorajamento para o deslocamento, sem destinação de véspera, dessas mesmas vidas [...]" (AQUINO, 2009, p. 145), em outras palavras, ele fazia da escrita um movimento de exploração de novas maneiras de existir.

Era impressionante como Fabio considerava as propostas de texto uma prática social e escrevia para um interlocutor, um público, muitas vezes como se estivesse em um palanque sendo escutado por uma multidão. Ele poderia mesmo ser um ótimo advogado ou um ferrenho militante. Para a contenção do vestibular, tivemos que modular o tom panfletário para um mais moderado, o que não se deu de forma natural, Fabio precisava ser lembrado disso, e era

só então que me dava conta de que ele podia ser distraído, como é comum na juventude, período de vida com tantas atrações. Porém, embora Fabio não quisesse ser advogado, ele não deixava de advogar, de fazer de sua existência apoio para sopros de existências que exigiam amplificação e, ao mesmo tempo, esses sopros apoiavam outras maneiras de Fabio existir:

[...] instaurar é como se tornar advogado dessas existências ainda inacabadas, seu porta-voz, ou melhor, seu porta-existência. Carregamos sua existência como elas carregam a nossa. Compartilhamos com elas a *mesma causa*, contanto que possamos ouvir a natureza das suas reivindicações, como se exigissem ser amplificadas, aumentadas, enfim, tornadas mais reais. Ouvir essas reivindicações, ver nessas existências aquilo que elas têm de inacabado, é forçosamente tomar o partido delas. É o que significa entrar no ponto de vista de uma maneira de existir, não apenas para ver por onde ela vê, mas para fazê-la existir mais, aumentar suas dimensões ou fazê-la existir de outra maneira. (LAPOUJADE, 2017, p. 90, grifo do autor)

Fabio, em seus textos, fazia aparecer sua intenção, fazia existir seu interlocutor, entrava em um ponto de vista, e escrever, desse modo, tornava-se ocasião para ele inventar a si e o mundo e motivar aqueles que se relacionavam com ele, como eu. As coisas que ele pensava e a forma como ele as pensava eram interessantes e me desafiavam a pensar também, me atraíam a acompanhar o pensamento dele, a encontrar em meu repertório uma conexão com o dele, e a me aventurar com Fabio por suas ideias tortuosas, desviantes. Ele me animava a fazer meu trabalho e me dava esperança em um momento do país de tanto descrédito. Ficou claro para mim, mais uma vez, que tornar a escrita o ato comum entre professor e aluno podia ser, como sugere Aquino (2009, p. 148), "modalidade concreta de um tipo de envolvimento acalorado com a liberdade, sempre com vistas à (re)invenção estilístico-existencial de cada qual. Amizade mais uma vez". Foi um breve semestre, mas valeu o ano. Eu estava carregada de energia para a próxima aventura.

3.7 Julia. Das artes, mas naquelas...

Julia estava no último ano do Ensino Médio. Tinha um visual moderno: cabelos pintados de vermelho, com um lado raspado, um *piercing* nas sobrancelhas e roupas propositalmente desleixadas que davam a ela um ar de moleca. Não estava colada em um padrão feminino.

Ela queria, com as aulas, preparar-se para o vestibular, mas, mais que isso, tinha vontade de escrever bem. Avaliava que sua performance era horrível para uma atividade tão importante, que a acompanharia para a vida toda. Admirava quem escrevia bem e queria admirar sua própria escrita também.

Quando perguntei qual carreira Julia gostaria de seguir, ela me falou que se via nas artes, mas pensava em fazer um curso mais abrangente, como administração, e depois faria uma pós em publicidade ou iria estudar artes fora do país. Perguntei se ela conhecia o curso de artes da Unesp em São Paulo. Ela já tinha ouvido falar, mas não tinha pesquisado nem se interessado muito. Contou que prestaria cinema na USP, mas não estava muito empenhada para tamanha concorrência.

Fiquei com a sensação de que Julia tinha dificuldade em assumir suas vontades, em afirmar sua veia artística, como se tivesse que se conter, como se não se arriscasse pelo incerto. Não sabia se era uma forma de ela se preparar para seu desbunde, ou uma maneira de não se comprometer com seu desejo, uma falta de crédito em si mesma. A minha leitura era de que o curso de administração garantia a tranquilidade do pai, um empresário internacional.

Quando Julia lia seus textos para mim, era comum começar um pouco envergonhada – ela quase sempre achava que seu texto não tinha ficado bom. Tinha uma vergonha assumida, leve, bem-humorada. Sua voz era alegre e seu ritmo, um pouco acelerado, como se quisesse acabar logo a leitura e sair do desconforto de ser observada. Às vezes, eu pedia para ela ler mais devagar ou repetir a leitura de determinado parágrafo. Assim eu podia acompanhá-la e ela se escutava com um pouco mais de calma.

Nos textos de Julia, ficava claro o seu potencial crítico – a crítica sempre estava evidente, mas faltava embasamento para defendê-la, para justificá-la. Foi nesse caminho que trabalhei com ela as reescritas. Lidar com contra-argumentação também era um desafio para Julia, ela tendia a equiparar dois lados e não se colocar em nenhum deles. Eu tentava, então, encontrar meios de incluir uma condição para a tese, uma ressalva, um posicionamento mais firme, mais arriscado. Ela recebia com tranquilidade minhas observações e tentava incorporá-las em seus textos do seu jeito, buscava as suas palavras para incluir meus apontamentos e nossas discussões sobre o tema. Um exercício de autenticidade.

Vamos acompanhar alguns dos temas desenvolvidos por Julia comigo.

3.7.1 Um bom som

Elegi a proposta da UFSCar de 2009 no início do curso, porque Julia tinha tratado da função da arte na sociedade atual em uma redação para a escola, e eu queria ver como ela transpunha um tema no outro. Além disso, o assunto era favorável para mobilizar Julia, apreciadora de produções artísticas.

Chamei a atenção dela para a necessidade de problematizar o tema, por ele já ser uma afirmação – a música é importante – e isso dificultar negá-la. Mas mostrei que era possível criar ressalvas, condições, diferenciações a partir da formulação de perguntas, como: qual seria a importância da música? Essa importância é operada em qualquer música? O que a música perde ao virar mercadoria ou ao incitar valores como o consumo e a ostentação?

No encontro seguinte, ela trouxe o seguinte texto:

Uma sociedade baseada em valores relacionados a aquisições materiais. Crianças com desejos de consumo descontrolados. Estas podem ser consequências de quando é feito mau uso da música.

A música sempre esteve presente na vida de todos, não importa a cultura, o lugar, nem a época. Desde nossos antepassados ela é usada como entretenimento ou meio de se expressar. Acontece de ser feito, muitas vezes, o mau uso dela. É o caso dos jingles e das músicas de shopping, feitas para influenciar a comprar. Os jingles são feitos de modo que a melodia ‘fica na cabeça’ e que são gostosos de ouvir e cantarolar. E por isso que crianças são mais facilmente seduzidas por propaganda. Elas despertam um interesse inconsciente que a criança, ingenuamente, pode não conseguir distinguir de seus próprios desejos. Já o caso das músicas de shopping, como no caso de um shopping específico que foi motivo de discussão um tempo atrás, são utilizadas músicas-ambiente, baixas e quase não perceptíveis, escolhidas pontualmente com objetivo de criar uma esfera harmônica e um clima agradável para estimular que as pessoas assimilem aquelas músicas e, assim, sempre que escutá-las, terem vontade de comprar.

Também é um caso complicado o de músicas como o funk ostentação. Este estilo de música quase sempre emprega valores relacionados direta e unicamente a dinheiro, a posses materiais, propagadas com suas letras fáceis de decorar e melodias cativantes. Diferente do rap, que é um meio de protesto e de expressar sentimentos, o funk é puramente feito para entretenimento e normaliza valores fúteis e superficiais, uma vez que muitos que os escutam não problematizam as letras das músicas.

Por outro lado, a música sempre continuará sendo instrumento de comunicação, expressão e para confortar os sentimentos. A melodia pode proporcionar sensações, ou acalmar o nervosismo, deixar alguém entristecido mais feliz, animar alguém desanimado. Além disso ela é capaz de passar mensagens, expressar sentimentos.

Por isso que, apesar do mau uso, continua sendo de extrema importância, na vida das pessoas. As músicas imprescindíveis e as descartáveis.

Aproveitou o recurso das frases nominais, que havíamos visto e exercitado em encontros anteriores, para apresentar as consequências que o mau uso da música pode gerar. Expunha que a sociedade era baseada em consumo e crianças consumistas. Em seguida, afirmava que a música era onipresente e uma forma de entretenimento e expressão. Mas problematizava: havia o mau uso da música. Dava três exemplos: os jingles, as músicas de shopping e o funk ostentação, e os justificava. Comentei que ela escolheu bem os exemplos para embasar sua crítica.

Em seguida, criava um contraponto, para voltar a sua linha argumentativa: a música sempre continuaria sendo instrumento de comunicação e expressão. Não achei que essa contraposição estava funcionando bem e disse a ela que ficava parecendo uma oposição completa, como se não considerasse a crítica que ela havia feito no parágrafo anterior. Perguntei se a tese dela seria: mesmo que a música fosse mal usada, ela continuava sendo instrumento de expressão. Ela explicou que não era essa a sua opinião, que a ideia que ela queria defender era de que havia uma diferença entre as músicas que incitam o consumo e as músicas que expressam sentimentos e despertam reflexão, como ela apontava na última frase do texto. Então considerei que essa diferenciação precisava ser evidenciada na reescrita.

Julia terminava o texto de modo breve, apenas explicitando a tese com ressalva. Ponderei que essa conclusão poderia ganhar força se fosse explicitada a importância das músicas imprescindíveis, ou por que/para que a música seria imprescindível, assim também o ponto positivo da tese dela se fortaleceria, porque eu sentia que a argumentação tinha ficado muito mais voltada à crítica e não à potencialidade da expressão musical.

Comentei com Julia que ela fazia uma distinção entre o mau uso da música, aquele que propaga a lógica consumista, e o bom uso dela, sua função de expressar sentimentos e realidades, mas o lado positivo poderia ganhar força na argumentação se valorizássemos o exemplo do rap, explicitando seu papel, e se especificássemos qual música continuava sendo importante. Mostrei que no texto dela sobrava crítica, quer dizer, a argumentação era quase toda baseada na crítica, e ela tinha, assim, que definir bem e reforçar a importância da música, explicitando a diferença de função entre seu bom uso e seu mau uso. O texto era bem crítico, o que eu avaliava como uma qualidade, mas Julia precisava buscar embasamento para sua crítica.

Indiquei que ela acrescentasse mais um ponto na introdução, para ampliar a análise, a partir da consequência do consumismo, que era um ponto importante para justificar a reserva

que ela faz à importância da música. Ela concordou e incluiu uma outra frase nominal com a ideia de falta de reflexão, de alienação.

No quarto parágrafo, pedi para ela definir as características das músicas de qualidade, para explicitar a diferença entre elas e as sem qualidade. Ela achou difícil, elaborou alto para mim, pedindo confirmação, e então escreveu o que falou, descrevendo as melodias e letras para fazer a distinção.

Disse a ela para retomar o rap na conclusão e apontar a importância da expressão de uma realidade pouco conhecida ou para legitimar a voz de grupos negligenciados. Ela gostou da ideia, porque viu mais uma chance de justificar a importância da música, o ponto fraco da primeira versão. Ela acrescentou o exemplo do rap entre o primeiro e o segundo períodos e também resolveu incluir o verbo haver no período final, por achar que ficava mais opinativo, evidenciava que não se tratava apenas de uma constatação, mas de retomar a defesa de um tipo de música e não de outro. Julia tinha cuidado com cada frase de seu texto.

O resultado da reescrita está aqui:

Uma sociedade alienada e baseada em valores relacionados a aquisições materiais. Crianças com desejos de consumo descontrolados. A falta de reflexão e crítica. Estas podem ser consequências de quando é feito mau uso da música.

A música sempre esteve presente na vida de todos, não importa a cultura, o lugar, nem a época. Desde nossos antepassados ela é usada como entretenimento ou meio de se expressar. Acontece que, muitas vezes, é feito mau uso dela. É o caso dos jingles e das músicas de shopping.

Os jingles são feitos de modo que a melodia “fica na cabeça” e que são gostosos de ouvir e cantarolar. É por isso que crianças são mais facilmente seduzidas por propagandas. As quais despertam um interesse inconsciente que a criança, ingenuamente, pode não conseguir distinguir de seus próprios desejos. Já o caso das músicas de shopping, como no caso de um shopping específico que foi motivo de discussão um tempo atrás, são utilizadas músicas-ambiente, baixas e quase não perceptíveis, escolhidas pontualmente com um objetivo: criar uma esfera harmônica e um clima agradável para estimular que as pessoas, sempre que as escutarem, assimilam à compra e queiram adquirir.

Também é um caso complicado o de músicas como o funk ostentação. Este estilo quase sempre emprega valores relacionados direta e unicamente a dinheiro ou posses materiais, propagado com suas letras fáceis de decorar e melodias cativantes. Diferente do rap, um meio de protesto e de expressar sentimentos, o funk é puramente feito para entretenimento e normaliza valores fúteis e superficiais, uma vez que muitos que os escutam não problematizam as letras das músicas.

Por outro lado, a música mais sofisticada, com suas letras expressivas, capazes de trazer reflexão e suas melodias, feitas com cuidado e estudo, sempre continuará sendo instrumento de comunicação e irá trazer conforto quando necessário porque a melodia pode proporcionar sensações: acalmar o nervosismo,

deixar alguém entristecido mais feliz, animar alguém desanimado. Além de ser capaz de passar mensagens e expressar sentimentos.

Por isso que, apesar do mau uso, continua sendo de extrema importância na vida das pessoas. O rap, por exemplo, expressa uma realidade pouco conhecida, legitima a voz de grupos negligenciados e chega em todas as camadas sociais. Há as músicas imprescindíveis e as descartáveis.

O texto ganhou moderação com a distinção mais clara dos tipos de música e com o desenvolvimento da argumentação positiva que sustentava parte de sua tese – onde estaria a importância da música. Julia tinha ficado tão preocupada em desenvolver a crítica para a qual eu havia apontado ao apresentar a proposta, que esqueceu de desenvolver parte da argumentação para fundamentar a tese, o que resultou em um texto com uma ressalva potente e bem definida, mas sem a sustentação da opinião principal. Na segunda versão, Julia precisava então conciliar sua crítica com a tese apresentada pela própria proposta – apesar de haver muitas formas de desqualificar a música, as músicas de qualidade eram importantes – e ainda justificar essa importância. A segunda versão mostrou que essa conciliação foi estabelecida e Julia ficou animada ao perceber que sua crítica tinha ganhado força ao defender e definir melhor a música que merecia elogio. Ela queria ver se no próximo texto conseguiria fazer um texto crítico e bem fundamentado. Eu a incentivei sem iludi-la: ela tinha todas as condições para conseguir, embora estivesse com um objetivo ousado, porque construir uma tese com ressalva era tarefa complexa e estávamos só começando nossos encontros. Achei que, falando assim, teria mais chance de ela não desistir diante da primeira frustração e persistir por um tempo maior em seu propósito.

3.7.2 A conciliação entre a fama e o sucesso

O tema da Unesp de 2008, *É preciso ser famoso?*, tinha um ponto em comum com a discussão sobre a música, a crítica à mercantilização poderia ser transposta aqui: quais as consequências de descolar a fama do que leva a ela?

Outro ponto importante que o tema evocava analisar era o que fazemos de nossa vida privada e de nossa vida pública, diante de um mundo voltado para a imagem, para as aparências, para as redes sociais, para a vigilância. Com isso, algumas questões se impunham: qual a importância da privacidade para a vida das pessoas? Qual a importância do reconhecimento? Haveria como diferenciar uma fama essencial de outra dispensável?

Provoquei Julia a tentar elaborar uma tese a partir dessa diferenciação, como havia feito no tema da música: as imprescindíveis e as descartáveis. Ela ficou instigada pelo tema.

Na semana seguinte, eu estava curiosa para ver se ela tinha conseguido alcançar essas questões no texto. Julia leu:

Área vip

Em algum momento, a liberdade acaba, surge uma cobrança da perfeição em todas as ações e a vida se torna angustiante. A fama pode acabar com a vida íntima de uma pessoa. Esta pode ser deixada de lado. Já o sucesso, a partir do reconhecimento do trabalho, deve ser o objetivo de todos.

A fama é a imagem da pessoa vinculada à ela mesma e não ao trabalho. O famoso é reconhecido na rua e atormentado num restaurante. Os acontecimentos de sua vida são compartilhados com todo mundo, sendo bons ou ruins, e a vida da pessoa deixa de ser dela para ser do interesse de todos. Por que o desejo de ser famoso então? Porque a sociedade leva vários desses lados ruins parecerem bons. A mídia expõe famosos de um jeito que os favorece, parecem estar felizes ou se divertindo muito. Os privilégios, como poder entrar em áreas VIPs, o ganho de produtos e eventos de graça, também são fatores influentes.

O sucesso basta porque o fato de alguém ser reconhecido pelo que faz é sinal de que está agradando, satisfazendo o que o público deseja. Os privilégios não são como de um famoso, porém, a vantagem é que a vida privada continua intacta. É claro que ganhar produtos e ingressos de graça são uma tentação, mas de que adianta se cada passo da pessoa estiver sendo fotografado e cada pequeno fracasso sendo publicado? Se nesse evento que ganhou ingressos ela estiver sendo observada por repórteres de revistas de fofocas?

Não adianta todas as áreas VIPs. Alguma privacidade é necessária para qualquer um e a fama não a permite.

Eu me entusiasmei porque ela havia começado o texto expondo a distinção que eu havia proposto, embora merecesse maior clareza e precisão. Ela dá uma risada acanhada, como se não acreditasse que sua tentativa tinha dado certo.

Julia seguia a argumentação desenvolvendo mais a fama como vinculada à exposição da vida pessoal e justificava essa vontade de ser famoso pelo modo como a mídia retratava os famosos e pelos privilégios que obtinham. Comentei que esse parágrafo estava bem construído e articulado, e ela se disse aliviada, porque tinha se detido nele por um bom tempo. Falei que o esforço tinha dado resultado.

No parágrafo seguinte, ela tentava caracterizar o sucesso: sem tantos privilégios, mas com preservação da vida privada. Entretanto, não explicitava qual a contribuição que o sucesso trazia para a sociedade. Se perdia ao fim do parágrafo com perguntas retóricas sobre a

contradição da fama ter privilégios mas, ao mesmo tempo, expor a intimidade. Apontei isso a ela e Julia notou que não tinha fortalecido o lado positivo do sucesso, assim como fez também no texto sobre a música. Comentamos como muitas vezes era mais fácil criticar, apontar defeitos, do que identificar no que consistiria a positividade de uma situação que já consideramos positiva por si mesma, ou ainda saber justificar a importância de determinada atividade que já pressupomos importante. Falei que adotar uma postura de questionamento ao se deparar com obviedades era essencial para sair do senso-comum, para ir além do ponto em que a maioria dos candidatos ao vestibular chegavam. Julia entendeu que o que parecia óbvio muitas vezes pedia explicação. Demos risada dessa conclusão.

Avaliei com Julia que a parte da argumentação sobre a fama desnecessária estava mais bem resolvida, mas que a fama necessária precisava ser mais bem explicada. Ela me contou que tinha tido dificuldade mesmo em encontrar palavras para dizer qual era a importância do reconhecimento. Perguntei a ela qual era a importância de um prêmio como o Nobel. Julia respondeu que seria reconhecer alguém por um feito. E qual seria o efeito disso para a sociedade, eu questionei. Ela pensou um pouco e disse que seria a valorização desses feitos. Continuei a interrogá-la: e qual o efeito do próprio feito para a sociedade? Ela lembrou do que havíamos conversado no encontro anterior: a contribuição social, o bem comum que certa realização promovia, enquanto a fama dispensável só trazia benefícios para o famoso. Então propus que ela retornasse ao texto para refinar os momentos em que essa ideia aparecia.

Sugeri que ela mudasse a ideia vaga da frase inicial – "em algum momento sua liberdade acaba" – por uma mais precisa, que especificasse que momento seria esse, e menos fatídica, porque considerei que perder a liberdade dependia de como se lidava com a fama. Julia percebeu a imprecisão de sua frase inicial e fez as mudanças seguindo minhas orientações. Também indiquei que ela alterasse o último período da introdução, por estar muito prescritivo. Julia achou graça de seu tom "mandão" e não sabia como manejar, me pediu ajuda. Aconselhei-a a substituir por uma expressão mais propositiva. Julia encontrou uma: "é muito desejável".

Ao voltarmos para o segundo parágrafo, comentei com Julia que a forma como ela apresentava essa fama desnecessária fazia parecer que os famosos eram apenas vítimas da mídia. Ela concordou, eles não eram apenas vítimas, porque alguns promoviam a própria exposição da intimidade para conseguir mais fama. Resolveu, assim, acrescentar isso.

O parágrafo posterior, sobre o sucesso como forma de reconhecimento, ficou mais claro, porque Julia trocou o trecho no qual falava que o famoso estaria fazendo o que o

público desejava, pela ideia que tinha aparecido em nossa conversa: sobre esse tipo de famoso estar colaborando com a sociedade, promovendo benefícios a todos.

Na conclusão, pedi para ela pensar melhor em duas frases que pareciam incompletas: todas as áreas vips não adiantavam para quê? E por que a privacidade era importante? Ela refez a primeira frase, trocando "todas" por "nenhuma", o que evidenciou não a generalização ou a quantidade, e sim a singularização, bem como a negativa "não adiantar" por "não valer a pena" e, em seguida, justificou a necessidade de uma vida particular preservada para a liberdade dos indivíduos, o que facilitou entender que, apesar dos privilégios proporcionados pela fama, havia um prejuízo desse fenômeno: a perda da liberdade.

O texto ficou assim:

Área VIP

Quando a imagem de alguém circula na mídia, sua liberdade pode estar em risco. Surge uma cobrança de que todas as ações sejam perfeitas e a vida se torna angustiante. A fama pode acabar com a vida íntima de uma pessoa. Por isso, ela pode ser deixada de lado. Já o sucesso é muito desejável por reconhecer um bom trabalho, que deixa frutos para a posteridade.

A fama é a imagem da pessoa vinculada a ela mesma e não ao trabalho. O famoso é reconhecido na rua e atormentado num restaurante e, como a exposição da intimidade promove mais fama para eles, muitas vezes eles próprios a promovem. Os acontecimentos de sua vida são compartilhados com todo mundo, sendo bons ou ruins, e a vida da pessoa deixa de ser dela para ser do interesse de todos.

Por que o desejo de ser famoso então? Porque a sociedade faz com que vários desses lados ruins pareçam bons. A mídia expõe famosos de um jeito que os favorece, fazem eles parecerem felizes. Os privilégios, como poder entrar em áreas VIPs, ou o ganho de produtos e eventos de graça também são fatores atrativos.

O sucesso basta porque o fato de alguém ser reconhecido pelo que faz é sinal de que está de alguma forma colaborando com a sociedade, promovendo benefícios a todos. Os privilégios não são tantos como de um famoso, porém, a vantagem é que a vida privada continua intacta. É claro que ganhar produtos e ingressos de graça é uma tentação, mas de que adianta se cada passo estiver sendo fotografado e cada pequeno fracasso sendo publicado?

Nenhuma área vip vale a pena. Alguma privacidade é necessária para a liberdade de qualquer um e a fama não a permite.

Com a reescrita, a diferenciação que embasava a tese de Julia ganhou clareza e a defesa em favor do reconhecimento ficou mais bem justificada. Mostrei como ela tinha dado conta do desafio proposto por mim, porque todas as suas ideias eram pertinentes e estavam bem alinhavadas em uma linha argumentativa coerente. Julia ficou um pouco insatisfeita por

ter dado ênfase à ressalva sem fazer o mesmo com a tese, o mesmo que tinha feito no tema anterior. Considerei que ela havia dado um passo a mais nesse tema: a conciliação entre a tese e a ressalva estava funcionando bem já na primeira versão. Julia, com isso, retomou sua determinação e quis partir para o tema seguinte.

3.7.3 Amar de fato e conceitualmente

O tema do Ínsper de 2012, *Quanto vale o amor?*, partia de um fato – a indenização de uma filha por abandono paterno – para despertar uma discussão mais social e filosófica sobre a justiça poder ou não interferir nas relações afetivas familiares a ponto de precificá-las, e sobre o valor do amor de um pai por um filho e o direito de um filho ser reconhecido pelo pai. Um bom jeito de transitar entre o concreto e o abstrato, entre acontecimentos e concepções/valores.

Imaginei que seria fácil para Julia falar sobre a importância da paternidade, ela que tinha um pai tão presente, bem como ter empatia por aqueles que não tinham tido a mesma sorte que ela. Além da dimensão afetiva, já difícil de abordar, minha intenção era de expô-la a uma realidade do Brasil: as milhares (são cinco milhões, pelas últimas pesquisas realizadas) de crianças que não têm o reconhecimento do pai em seus registros, a relação entre o machismo e a ausência paterna, as leis que corroboram isso, como a licença paternidade de uma semana.

O texto apresentado por Julia na semana seguinte foi:

Quanto vale o amor?

Por um lado não cabe à justiça resolver a falta de amor. Por outro lado a indenização pode compensar outras faltas que o abandono afetivo provoca. Crianças e adolescentes são dependentes de seus pais, não afetivamente apenas, mas economicamente. A ideia da indenização, então, não é compensar o amor, é compensar a falta de ajuda para sustentar esse filho.

Amor realmente não se cobra. Esse é o argumento de muitas pessoas: alguns pais não são nem amorosos nem carinhosos, o que é uma pena, mas que a vida é assim, e um filho que nunca teve afeto paterno tem que entender que alguns não tem afeto para dar, ou apenas não conseguem.

É claro que o filho tem que aprender a lidar com a falta de afeto, mas isso não quer dizer que a pessoa tem que aprender a lidar com a falta de ajuda para sustentá-la. Todo pai, quando põe uma criança ao mundo, passa a ter algumas obrigações e uma delas é cuidar do crescimento adequado dessa criança, seja colocando ela para adoção, seja deixando ela a ser cuidada por um dos pais dela.

Em casos de separação e o afastamento de um dos pais, é muito comum que um só sustentando-a seja muito difícil. É por isso que a indenização, em casos

como esse, pode ajudar essa falta. É necessário deixar claro, novamente, que essa indenização nunca vai resolver a falta de amor. Ela poderá resolver todas as outras faltas que um pai pode deixar, mas o amor, nunca.

Por isso que, com esse propósito, é pertinente exigir uma indenização ao pai da criança.

Julia iniciou o texto discutindo a situação exposta na proposta, utilizando o recurso de divisão. Defendeu que não caberia à justiça resolver a falta de amor, mas a indenização poderia suprir outras faltas causadas pelo abandono afetivo. Fiquei muito contente de ela conseguir fazer essa distinção, de que a indenização não compensaria o amor, mas, sim, a falta de ajuda durante os anos para sustentar esse filho, com tanta clareza. Dessa vez, o recurso de diferenciação na tese tinha funcionado, demonstrando a conquista de Julia no manejo da ressalva. Ela abriu seu sorriso tímido e sincero, vinha tentando usar esse recurso desde o início de nossos encontros e, agora, finalmente, tinha dado certo. Comentou que ter o fato concreto tinha facilitado muito a construção de seu posicionamento.

No parágrafo seguinte, ela desenvolveu a ideia de que o amor não era passível de cobrança, era algo que se tinha naturalmente e mesmo os filhos com pais presentes estariam sujeitos a isso. Sugeri que ela explicasse por que não se cobrava amor. Ela falou que era porque ele era resultado de uma construção, de uma relação, e redigiu essa ideia.

No fim do terceiro parágrafo, Julia afirmava que todo pai teria responsabilidade sobre sua cria, mas se perdia ao desenvolver essa ideia a partir dos exemplos de adoção ou de família monoparental.

No quarto parágrafo, explicou que, com a separação, é difícil só um dos pais sustentar o filho e, por isso, a indenização seria prudente. Não havia progressão da ideia, então propus que ela excluísse o fim do terceiro parágrafo e o começo do quarto, porque assim seria mais fácil de relacionar de forma direta a responsabilidade do pai em cuidar do desenvolvimento adequado do filho com os benefícios que a indenização poderia garantir. Ela aprovou minha proposta e fez a adequação.

Na conclusão, indiquei que Julia apresentasse a notícia que dava origem à proposta e complexificasse a tese a partir da seguinte questão: em que sentido a indenização podia ser considerada um avanço? Diante da minha pergunta, ela retomou o fato e acrescentou o sentido da indenização – a humanização da justiça. Então incentivei-a a deixar evidente a tese com o próprio fato analisado. Ela criou a imagem: mesmo sem abraços, essa filha poderia cuidar de seu desenvolvimento e investir em sua formação. Achei muito boa a solução encontrada por ela. Comemoramos.

O resultado da reescrita foi este:

Quanto vale o amor?

Por um lado não cabe à justiça resolver a falta de amor. Por outro lado a indenização pode compensar outras faltas que o abandono afetivo provoca. Crianças e adolescentes são dependentes de seus pais, não afetivamente apenas, mas economicamente. A ideia da indenização, então, não é compensar o amor, é compensar a falta de ajuda para sustentar esse filho.

Amor realmente não se cobra, já que é um sentimento construído em uma relação de intimidade e reciprocidade. Este é o argumento de muitas pessoas: alguns pais não são carinhosos nem presentes, mas um filho que não teve afeto paterno deveria entender que alguns não têm afeto para dar, ou apenas não conseguem demonstrá-lo.

É claro que o filho tem que aprender a lidar com a falta de afeto, mas isso não quer dizer que ele precisa aceitar a falta de ajuda para sustentá-lo. Todo pai, quando põe uma criança no mundo, passa a ter algumas obrigações e uma delas é cuidar do crescimento adequado dessa criança. É por isso que a indenização, em casos como esse, pode ajudar essa falta. Todavia, é necessário deixar claro, novamente, que essa indenização nunca vai substituir a falta de amor. Ela poderá resolver faltas materiais que um pai pode deixar, mas o amor, nunca.

A indenização de uma filha concedida pela justiça em 2012 por abandono afetivo de seu pai, registrada pela Isto É, pode ser considerada um avanço no sentido da humanização da justiça, porque, mesmo sem abraços, essa filha poderá cuidar de seu desenvolvimento e investir na sua formação.

Com a reescrita, Julia vale-se de mais palavras para expressar e caracterizar a importância da paternidade e consegue um traquejo maior para passar do fato, da ilustração, para a discussão mais ampla e conceitual. Também na conclusão ela saiu da simples retomada da tese e chegou na explicitação do fato para, por meio dele, apresentar a tese com uma bonita imagem. Julia estava progredindo, era possível notar em suas produções e na diminuição de minhas intervenções. Ela percebia isso, sentia-se mais confiante para escrever e vinha tendo cada vez mais facilidade para estruturar o texto. Naquele dia nos despedimos animadas.

3.7.4 Respeito aos idosos e à coerência argumentativa

O tema trazia como disparador da discussão um trecho de uma reportagem que contava sobre as declarações polêmicas do ministro das finanças do Japão, nas quais ele sugeria que os velhos se apressassem em morrer para aliviar as despesas do Estado. A atualidade do tema e a curiosidade de saber como Julia, no auge de sua juventude, pensava sobre uma condição tão distante da dela como a velhice, me motivaram a elegê-lo.

As perguntas presentes na própria proposta eram muito estimulantes: opiniões como a do ministro japonês eram raras ou isoladas como podiam parecer? O que as motivava? O que elas diziam sobre as sociedades contemporâneas? Como as novas gerações encaravam os idosos? Opiniões desse tipo seriam possíveis no contexto brasileiro? Pegando o gancho com essa última pergunta, pedi para Julia usar a reforma da previdência, em pauta no Brasil naquele ano, como ilustração para esse tema.

Queria observar como ela transitava entre o concreto (o envelhecimento da população e a necessidade de reforma) e o abstrato (os direitos da população idosa e a economia). Qual a visão do sistema capitalista sobre a velhice e quais as consequências dessa visão? Baseada em quais valores essa reforma seria feita?

Ela fez a leitura de seu texto no encontro seguinte:

De um lado a porcentagem de idosos na sociedade está aumentando, endividando o governo com esse desequilíbrio. Do outro, as medidas para resolver esse problema tem de ser mais trabalhadas e pensadas para não afetarem tanto a população que precisa da ajuda do Estado.

Opiniões como a de Taro Aso não são raras. É possível perceber uma movimentação mundial sobre o assunto. Assim como no Japão, Temer, o presidente brasileiro, sugeriu uma reforma na previdência esse ano. A reforma visava diminuir os gastos do governo com idosos.

A porcentagem de idosos na população está aumentando cada vez mais na medida em que a mortalidade está diminuindo. Por causa disso a população ativa se torna muito pequena para conseguir pagar impostos e mover a economia de modo a compensar a quantidade de não ativos.

No caso do Brasil isso acontece por causa da melhora nas tecnologias e na ciência, que permitem os idosos a conseguirem viver mais. Também por causa da diminuição da taxa de mortalidade infantil, que se dá por conta da redução da população em estado de extrema pobreza, principalmente.

Primeiramente deve-se esclarecer que os idosos são pessoas como qualquer outra e, por isso, não podem ser tratadas apenas como números. A opinião do ministro do Japão de que essa população deveria se apressar a morrer, não considera cada pessoa individualmente. Se alguém deseja prolongar sua própria vida, deve ter o direito de fazer isso.

É importante deixar claro, então, que alguma mudança é necessária. Os gastos com idosos realmente se tornou um problema para a economia de muitos países. No entanto, retirar os direitos de aposentadoria de uma vez seria injusto, porque todos pagaram para receber esse dinheiro de volta um dia. Principalmente para quem esse dinheiro faria muita diferença, o que acontece com parte significativa dos brasileiros, retirá-lo os desestabilizaria, já que contavam com o recebimento desse dinheiro para se sustentar. Já para a população rica, o dinheiro dado pelo Estado não é tão significativo.

É por isso que a resolução deveria ser o aumento gradual na idade de aposentadoria e não a morte dos idosos. E, se nada for feito, em algum momento as dívidas serão desastrosas.

Embora ficasse clara a tese de Julia e seus primeiros três parágrafos fossem bem desenvolvidos e coerentes, a partir do quarto parágrafo havia momentos em que a argumentação se enfraquecia com afirmações não justificadas ou imprecisas ou equivocadas.

No quarto parágrafo, por exemplo, Julia justificava o crescimento da população idosa no Brasil, perdendo a oportunidade de apontar que isso era uma tendência mundial, já que o tema não se restringia à realidade brasileira.

Em seguida, afirmava que idosos eram pessoas e precisavam ser tratadas como tal, o que dava a entender que Julia não tinha considerado o Estatuto do Idoso para ajudá-la a justificar por que os idosos são pessoas em condições especiais, que merecem um tratamento diferenciado do da população em geral. Esse ponto era fundamental para a discussão em pauta. Esse parágrafo terminava com uma frase enigmática – "se alguém deseja prolongar a vida, deve ter direito de fazê-lo" – como se envelhecer fosse uma questão de escolha e não uma condição inexorável à vida.

Concluía que alguma mudança era necessária diante da nova configuração populacional, mas sem retirar direitos e condições de uma população que já tinha dado sua contribuição. A resolução, ela propunha, seria o aumento gradual na idade de aposentadoria e não a morte de idosos, como sugerira o ministro japonês. E terminou com uma frase destoante da argumentação, porque evocava a preocupação com a economia. Quando Julia se deu conta dessa incoerência, fez uma careta de quem estava decepcionada consigo mesma, mas com bom humor, em um tom teatral. Não era aquela a ênfase que ela queria ter dado, tinha tentado trazer a concordância parcial apenas para lembrar de que a reforma era necessária para equilibrar as contas diante da nova configuração populacional, mas o principal não era a economia e, sim, como preservar a dignidade dos velhos. Diante disso, avalei com Julia que ela não poderia terminar o texto com a ideia mais fraca e, sim, com a mais forte, a que valia mais para a tese que ela tinha estabelecido.

Julia retomou o texto.

No segundo parágrafo, eu indiquei que ela justificasse a postura do ministro. Ela então explicou que o corte de gastos com idosos era justificado pelo desequilíbrio que essa população causava à economia.

Como o conteúdo do terceiro e do quarto parágrafos se conectava, propus a Julia juntá-los, de forma que ficasse bem explicada a mudança populacional no mundo. Julia fez

essa junção e retomou, no fim do parágrafo, que esse peso na economia fez com que os idosos fossem vistos como um impasse ao progresso. Considerei uma boa maneira de reforçar a explicação da lógica que embasava a postura do ministro como uma tendência mundial e de expor as forças em jogo nesse tema.

No terceiro parágrafo, ela refinou a situação especial dos idosos a partir de meus questionamentos: os idosos eram pessoas como quaisquer outras ou sua situação de vida tinha características próprias? Por que foi elaborado um Estatuto do Idoso? Assim, Julia percebeu que essa não era uma população qualquer, ela estava fragilizada, mais perto do fim da vida, e precisava de cuidados especiais. Fez essa adequação. Além disso, categorizou a postura do japonês como "desumana", no lugar de "não considera cada pessoa individualmente", para deixar mais forte, porque considerei amena demais sua afirmação, e ela concordou comigo, já que não seria cada indivíduo que estaria sendo desconsiderado, mas sua condição humana. Sugeri também substituir a estranha frase final, em que era possível perceber uma relação com o "apressar-se a morrer", da fala do ministro, mas soava deselegante, um pouco grosseiro, porque envelhecer não era prolongar a vida, era viver. Ela ficou surpresa com minha colocação, pois não tinha percebido que aquela afirmação poderia ter esse sentido, e quis logo mudá-la. Alterou para: "todos deveriam ter o direito de envelhecer com dignidade". Bem melhor.

Na conclusão, Julia tirou os dois últimos períodos, porque enfraqueciam a argumentação ao enfatizarem a economia e não tinham muita coerência com o que vinha sendo defendido. Propus a ela acrescentar a consequência, caso a tese dela não fosse respeitada. Ela gostou da ideia e incluiu: "Mas, se o que for feito não respeitar as condições especiais da terceira idade, essa fase da vida vai ser motivo de mais repulsa". Com isso, o final ficou mais coerente com o restante da argumentação, além de trazer a ideia de que ninguém quer ficar velho, ainda mais sem condições dignas.

Esta é a produção reescrita:

De um lado, a porcentagem de idosos na sociedade está aumentando e, com isso, a dívida governamental cresce. Do outro, as medidas para resolver esse problema têm de ser mais esmiuçadas e pensadas para não afetarem tanto a população que precisa da ajuda do Estado.

Opiniões como a do ministro do Japão, Taro Aso, não são raras. É possível perceber uma movimentação mundial sobre o assunto. Assim como no país do oriente, Temer, o presidente brasileiro, sugeriu uma reforma na previdência este ano. A reforma visava diminuir os gastos do governo com aposentadorias no intuito de melhorar a economia.

Com a melhora nas tecnologias e na ciência, a mortalidade diminui e os idosos conseguem viver mais. O aumento dessa população desequilibra a economia, uma vez que a população ativa se torna muito pequena para conseguir compensar a quantidade de não ativos. Por esse motivo muitos veem as pessoas de idade como um obstáculo para o progresso.

Entretanto, os idosos estão em uma fase mais frágil da vida em que precisam de mais cuidados, por isso, não podem ser tratados apenas como números. A opinião do ministro do Japão, de que essa população deveria se apressar a morrer é desumana. Todos deveriam ter o direito de envelhecer com dignidade.

É importante deixar claro, então, que alguma mudança é necessária. Os gastos com idosos realmente se tornaram um problema para a economia de muitos países. No entanto, retirar os direitos de aposentadoria de uma vez seria injusto, porque todos pagaram para receber esse dinheiro de volta um dia.

É por isso que a resolução deveria ser o aumento gradual na idade de aposentadoria e não apressar a morte dos idosos, como Taro Aso propõe. E, se nada for feito, em algum momento as dívidas serão desastrosas. Mas, se o que for feito não respeitar as condições especiais da terceira idade essa fase da vida vai ser motivo de mais repulsa.

Ficou evidente, com a reescrita, que Julia ganhou recursos de linguagem, vocabulário, informações – matérias de expressão para concretizar suas ideias e opiniões. Ela aproveitou essa oportunidade de voltar ao texto para aprofundar, refinar, apropriar-se dos argumentos e do assunto debatido e, nesse processo, tornou-se mais confiante de sua capacidade de expressão, criação e opinião.

E esse não foi um caso isolado. Julia enfrentava as reescritas com tranquilidade, sem encará-las como acertos para erros, mas como uma atriz em ensaio, que testa, experimenta, avalia os efeitos da composição, retoma, muda de direção, o que lembra a escrita-ensaio proposta por Larrosa (2004, p. 34): "A questão do ensaio é o que nos acontece agora, quem somos agora, o que podemos pensar e o que podemos dizer e o que podemos experimentar agora, neste exato momento da história".

Seus textos, com o tempo, foram ficando mais ousados, uma ousadia que era pouco voltada para a criação de figuras de linguagem nem para sacadas de duplo-sentido ou tentativas de romper com o gênero, e mais empregada na maneira experimental de traduzir suas ideias para a linguagem escrita. Julia intensificou sua capacidade de atrevimento, sem perder uma certa timidez, uma certa prudência de quem entra em um palco pela primeira vez, "tateando, retomando, avançando, [...] uma experimentação permanente. Cada traço, cada frase, cada gesto é como uma "proposição de existência" (LAPOUJADE, 2017, p. 78).

Julia foi exercitando um posicionamento mais firme, mais arriscado, em que encontrava meios de incluir sua crítica como uma condição para a tese ou como uma ressalva, bem como de justificá-la, embasá-la. Nesse exercício de argumentação e contra-argumentação, ela explorava diferentes pontos de vista e se explorava:

Nossa perspectiva se encaixa em outra perspectiva, nosso ponto de vista em outro ponto de vista, como se houvesse uma intencionalidade, ou melhor, um princípio de ordem, visível na arquitetura do fenômeno. Não temos uma perspectiva sobre o mundo, pelo contrário, é o mundo que nos faz entrar em uma de suas perspectivas. (LAPOUJADE, 2017, p. 47).

Ao escrever com mais valentia, assumindo riscos, Julia se abria para o mundo, abria frestas no enclausuramento da "redação para o vestibular" e dos pontos de vista dominantes, como se ela quebrasse a quarta parede do palco e interagisse com sua plateia, e trocasse de posição com ela, deslocando as perspectivas e provocando a exploração de novas formas de existir e fazer existir.

No fim do ano, Julia me pediu ajuda para fazer a carta de apresentação exigida pelo processo seletivo da faculdade Getúlio Vargas. Uma carta de apresentação do candidato, ao estilo das universidades americanas. Mostrei alguns exemplos, com o intuito de pensar com ela alguma estratégia para contar sua trajetória e sua motivação para o curso de uma maneira criativa, mais literária, permitindo que a candidata aparecesse, ficasse marcada no texto. Propus que ela pensasse em um fato de sua infância que, de alguma forma, apontasse para seu interesse pela área da administração, com isso o acontecimento poderia abrir o texto e ser retomado na conclusão, à luz de seu percurso até o momento de entrada no ensino superior.

Julia demorou quase um mês para conseguir me trazer um esboço de sua carta. Durante esse tempo, toda semana ela comentava que estava difícil fazer, que não saía nada, que o que saía soava falso, porque não encontrava fortes motivações ou fatos significativos para explicar sua opção. Nessas conversas, ela identificou as viagens de negócios com o pai e seu gosto por matemática como suas conexões com a carreira administrativa. Eu a encorajei a escrever sobre isso e me mostrar no encontro seguinte.

Finalmente, Julia trouxe seu início de carta. Descrevia suas lembranças de ter acompanhado o pai nas viagens de negócios e contava como essa experiência a teria feito perceber que dava para se divertir e trabalhar, que nesse ambiente se conhecia muitas pessoas e lugares incríveis. Depois, ela expunha seu percurso escolar e seu gosto pela matemática. Quando fomos desenvolver o restante do texto, ajudei-a a fortalecer o ponto em comum entre as viagens de sua infância e sua escolha por administração. Nas nossas conversas, chegamos à

ideia de que fazer negócios ou gerir uma empresa passava por conhecer e lidar com gente. Isso a atraía. Ela ficou satisfeita.

Já na conclusão, quando era preciso justificar por que a opção por aquela faculdade em particular, ela se recusava a aceitar qualquer caminho que adulasse a instituição. Uma espécie de resistência à submissão total àquele processo seletivo e uma forma de ser legítima com sua pouca motivação – será que a banca não iria aceitá-la por isso, ela me perguntava. Mas Julia não iria mentir. Não afirmaria nada para agradar – se fosse aceita, seria aceita em sua autenticidade.

A dificuldade em escrever essa carta era prova de quão pouco a opção pela carreira administrativa a mobilizava. Não era uma carta de apresentação. Estava mais para uma carta-testamento. O próprio processo de confecção poderia ter feito Julia desistir de sua escolha e mudar de ideia, de tão desanimada e esvaziada ela parecia. Não se via sua alegria naquela carta e nem assim sua escolha foi abalada. Seu lado mais pragmático, mais administrativo ficou evidente nesse episódio. Mas não me parecia dar conta das inquietações dela. Não obstante, era uma aposta dela: "Como ter certeza de que determinada perspectiva não é ilusória? Não há nenhuma maneira de saber com antecedência. [...] a única solução é seguir as indicações de certos virtuais (e saber sacrificar os outros). É preciso correr o risco toda vez." (LAPOUJADE, 2017, p. 71). Podia não dar certo, ela podia não gostar, desistir, mas o importante era experimentar, "ver no que dava".

Naquele fim de ano, Julia não entrou na GV, entrou no Ínsper. Kursou um semestre e não gostou, desistiu. Prestou GV de novo no meio de 2018 e aí, sim, passou. Está contente. Faz parte de um grupo de teatro da faculdade. Julia era e permaneceu uma ensaísta:

[...] o ensaísta não só põe em questão o que somos, o que sabemos, o que pensamos, o que dizemos, o modo como olhamos, como sentimos, como julgamos, mas, acima de tudo, põe em jogo a si mesmo nesse questionamento. Por isso, o ensaio é também, olhar a existência a partir dos possíveis, ensaiar novas possibilidades de vida. (LARROSA-BONDÍA, 2004, p. 11).

Julia encontrou uma forma de conciliar suas vontades e interesses com as expectativas de seus pais – o ensaio possível naquela circunstância. Escrever e viver se trata de ensaiar, não de ser uma coisa ou outra, mas experimentar novas maneiras de ser, desdobrar novas dimensões de si mesmo e do mundo.

3.8 Sobre composições de textos e de mundos

Recuperar meus encontros com esses sete jovens e seus textos foi compondo paisagens com o que fui observando de cada aluno, mais as minhas percepções e memórias como professora e leitora deles, os modos como me compunha com seus textos, o que me despertavam, as estratégias de intervenção que eu usava, as maneiras de os alunos as receberem, o que era feito delas, os efeitos que esses encontros produziam nos textos, nos jovens e em mim. Deleuze (2003), ao discorrer sobre a obra de Proust, retoma a noção de signo como a expressão de uma pluralidade de mundos possíveis, desconhecidos, que precisam ser decifrados, e, então, evoca o ser amado como um signo, uma junção de muitos mundos e, portanto, como uma paisagem misteriosa e atraente:

[...] as mulheres amadas estão muitas vezes ligadas a paisagens que conhecemos tanto a ponto de desejarmos vê-las refletidas nos olhos de uma mulher, mas que se refletem, então, de um ponto de vista tão misterioso que constituem para nós como que países inacessíveis, desconhecidos. (DELEUZE, 2003, p. 7).

Pegando emprestada essa ideia de Proust via Deleuze, cada um desses estudantes com quem trabalhei são um signo, uma congregação de mundos, uma paisagem a ser percorrida.

Se o que vale a pena escrever é "[...] a experiência viva de alguém, o sentido sempre aberto e móvel do que nos acontece" (LARROSA, 2004, p. 37), esses registros têm a intenção de suscitar a dimensão experimental desse trabalho, que opera no *entre* professor e aluno, uma vez que é nessa composição, nessa zona de indeterminação que pode aparecer algo imprevisível, que algo pode ser criado. O desafio a que me propus, como pesquisadora, foi encontrar, na trama dos acontecimentos habituais, ou seja, entre aqueles que não produziam nenhum ponto de vista novo, certos instantes que rompiam essa trama, perturbavam a ordem e, com isso, instalavam a incerteza, a expectativa de fazer existir o inesperado. Perceber esses instantes privilegiados provoca a vontade de atestar a beleza percebida e testemunhar por ela: "A testemunha nunca é neutra ou imparcial. Ela tem a responsabilidade de *fazer ver* aquilo que teve o privilégio de ver, sentir ou pensar. Ela se torna criador. De sujeito que percebe (ver), torna-se sujeito criador (fazer ver)" (LAPOUJADE, 2017, p. 22, grifo do autor). Lapoujade nos inspira a testemunhar lampejos de existências frágeis, a interceder por possíveis que são ignorados, a defender virtualidades desprezadas, a comparecer, para, da percepção, fazermos criação:

Mas isso porque, atrás da testemunha, surge outro personagem, o advogado. É ele quem convoca a testemunha, quem faz com que toda criação se torne um discurso de defesa a favor das existências que ela faz aparecer, ou melhor, comparecer. É preciso dar uma força, uma amplitude para aquilo de que fomos testemunha privilegiada. (LAPOUJADE, 2017, p. 22).

Damos consistência, emprestamos força a essas existências discretas a fim de torná-las mais reais, mais visíveis e, com essa visibilidade, convocamos outras forças, outras existências para ajudar a sustentar os modos de existir que queremos legitimar. Por isso fazer existir é um trabalho conjunto, que depende das relações que estabelecemos. Por isso também o trabalho que desenvolvo com os jovens é uma rede de convocações, em que vou traçando com eles uma espécie de jogo. Eu carrego meu mundo, mas preciso me desapegar dele para perceber o mundo de cada jovem e o que é valioso ali e, ao mesmo tempo, funcionar como uma conexão entre mundos, um incentivo para a expansão da vida.

Disponho-me a entrar nesse mundo que cada aluno traz consigo, nessa casa que cada aluno é, penetrar nela e acrescentar ou tirar algo dali, deslocar uma palavra, uma percepção que seja. A intenção não é fazer uma faxina completa ou virar o mundo do avesso, mas perceber o que é mais urgente, o que pode servir para aquela pessoa, o que ainda não está propriamente ali, e testar o que funciona e o que não funciona, como a mudança que proponho vai ser sentida, e se vai ganhar ou não sentido. O texto, o meio expressivo, é o campo de atuação direta, mas trabalhar no texto é trabalhar naquele que o produz, é trabalhar o contato do escritor com a sua escrita, é propor uma fricção, um atrito direto, corpo a corpo, em que quem escreve se conecta com aquilo que quer dizer com um bom grau de liberdade.

Agir na criação dos textos é também agir na subjetividade desses jovens, e isso depende desse encontro entre mundos – ele pode ser vivido como uma aventura ou como um fardo, às vezes é mais possível, às vezes menos, pode falhar. Mas, de um jeito ou de outro, depende de alguma disposição do estudante: não é possível ele "assistir aula", ele é convocado a participar, porque criar é participar e, quando escrever é criar, escrever é participar. Cutucar uma frase pode chacoalhar o aluno, fazer ventilar o mundo dele, ou provocar uma desorganização, uma defesa, uma chateação. Portanto, não é sem embate, sem resistência, sem desconfortos que essa relação entre mundos se dá.

Minha leitura, então, tenta ir além do texto. Olho para cada rapaz, para cada moça, para seus sentimentos, suas compreensões de mundo, suas entrelinhas, seu modo de se expressar. É possível identificar que tipo de mundo e vida esses jovens estão vivendo, o tipo de relação que estabelecem com coisas, fatos, pessoas, conceitos. Há um modo de ser que se

expressa ali e que, embora peculiar, também é composto por um modo hegemônico de ser jovem de classe média e alta no Brasil dos anos 2010.

O que foi possível perceber no meu contato e trabalho sistemático com esses meninos e meninas é que eles vivem suas juventudes como um momento de vida difícil, exigente, de grandes variações de intensidade interna e externa – auge dos hormônios, das descobertas sexuais, da performance corporal e, junto com isso, a vida social e o mundo se expandem com mais heterogeneidade, mas os padrões e expectativas que preponderam resultam em mais pressão e opressão. A solidão fica mais presente, porque o jovem já se percebe como um sujeito independente, principalmente com um pensamento independente, mas depende de determinações externas e é muito influenciado por elas, quer ter a liberdade de um adulto, mas não suas responsabilidades, quer se diferenciar de seus pais, mas precisa do aval deles para tomar decisões; opina sobre tudo, mas não tem poder total de decisão sobre si mesmo. Um lugar difícil de ser sustentado, como a maioria dos textos escritos por estes jovens, em que, com mais facilidade, emitem uma opinião, mas têm dificuldade para criar ou apresentar os argumentos que a sustenta, e o uso dos ambientes virtuais como plataformas de debates parece fomentar essa opinião apressada.

A presença dos pais, na maioria das vezes, pode ser sentida pelos investimentos e cobranças, mas eles raramente mantêm proximidade comigo ou participam do processo de escrita de seus filhos. As expectativas dessas famílias não são diferentes das do mercado; a escolha profissional, a prova de vestibular e a entrada na faculdade ganham um peso enorme, enquanto muitos dos gostos e pensamentos desses jovens não encontra ressonância no meio deles, como no caso de Julia e seu lado artístico, por exemplo, ou são validados apenas se adequados à lógica dominante, como a veia *gourmet* de Paulo. As próprias aulas particulares são produto de consumo que "agrega valor" (como dizem no meio empresarial) à formação dos jovens.

O futuro e o mundo se abrem com infinitas possibilidades, mas o mundo deles é apertado, contido, como sua escrita em um texto dissertativo de trinta linhas. As regras da escrita escolar não acolhem uma maneira inventiva de usar a escrita. Há os que insistem em se colocar no texto e então precisam encontrar um modo de caber no formato sem perder o singular e a deriva possível; e há os que desistem, se conformam e reduzem a escrita ao cumprimento de uma obrigação e ao uso de estratégias de preenchimento, conforme vimos na seção 2.3.

Osakabe (1977, p. 58), em sua pesquisa, detecta o problema do raciocínio feito, frequente nas redações de vestibular, em que se fixam modos de abordar um tema e imobilizam-se, assim, novas maneiras de pensar:

[...] mesmo que não se pretenda que os alunos neguem as premissas ditas irrefutáveis, a adoção de certas estratégias, no sentido de que consigam extrapolar o plano de premissas óbvias, parece ser condição inicial para a ativação não só de outras premissas, mas para o questionamento do senso-comum, em benefício de uma reflexão. Mesmo que esta não chegue a ser original, que seja ao menos crítica e incorpore experiência pessoal. Sob esse aspecto, é importante observar ainda que o exercício de redação é mais que um adestramento: é o favorecimento de uma atitude no sujeito, atitude essa que não se reduz à sintaxe gramaticalmente correta, mas que envolve necessariamente o debate, a crítica, a informação, a leitura. (OSAKABE, 1977, p. 58).

Quando o senso-comum aparecia nos textos de alguns dos estudantes, eu os estimulava a provocar derivas, a acessar seu repertório, sua experiência de vida. A concretude dos fatos ajudava os jovens a se colocarem, a problematizarem, a perceberem o que estava em jogo na situação analisada. Mas, como tudo que remete à pessoalidade na dissertação tende a ser sentido como um risco, trazer o repertório e a experiência para o texto precisava ser um risco a ser corrido. Foram muitas as vezes em que tive que confirmar para o estudante que eu estava certa de que a tese não precisava vir na introdução da dissertação ou de que era permitido fazer uma descrição para começá-la.

Eu convidava o jovem a estar no texto, a lidar com contradições, a fazer escolhas, a propor conciliações, a tomar posicionamentos arriscados, a produzir encadeamentos para a experiência fragmentada preponderante no mundo atual, a construir um texto bonito, em que a beleza não estaria nas palavras bonitas e expressões formais, mas na experiência de construí-lo e, ao escrevê-lo, construir a si mesmo. Com isso, abria-se a possibilidade de, além de descrever, narrar e imaginar fazerem parte da dissertação, tornarem-se ações também reflexivas: os jovens, ao dissertarem, descrevem-se, narram-se, imaginam-se, dissertam-se.

Algumas perguntas que eu formulava para os alunos falavam do nosso modo de viver, por serem essenciais para todos nós, mas ainda mais para essa camada privilegiada da sociedade, distante da realidade da grande maioria dos jovens: qual a contribuição da educação escolar na constituição de um indivíduo que defende os direitos humanos e de outro que é homofóbico? O que o dinheiro não pode comprar? As ideologias dominantes prejudicam e beneficiam quem/o quê? Qual a relação entre política e atitudes do cotidiano? Faço uma provocação ao deslocamento do conforto do aluno, provoco-o a perceber outros

pontos de vista, e perceber aqui não é observar com distanciamento o mundo, mas entrar em um desses pontos de vista e, portanto, participar do mundo. As perspectivas suscitadas nesse deslocamento é que podem permitir a abertura do jovem para a exploração de novos pontos de vista, novas posições no mundo, novas formas de existência.

O sentimento de inadequação, a curiosidade e a dúvida, decorrentes do desejo frouxo, poroso, temperamental e desregrado dos jovens, tanto podem torná-los mais disponíveis a essa abertura, quanto mais suscetíveis a formatações no modo de ser deles. Eu tiro proveito dessa permeabilidade a fim de movimentá-los, pondo-os em contato com dimensões outras deles mesmos, atraindo-os à experimentação de si e do mundo com a escrita. Pretendo que eles percebam que formatar a escrita é se formatar e, diante disso, se desinteressem por se encaixar nos padrões, por reproduzir senso-comuns, na escrita e na vida.

É difícil trabalhar nesse lugar limítrofe, nessa fronteira entre o pedido do aluno de as aulas garantirem a entrada dele no vestibular e a minha aposta de que escrever é experimentar-se, criar-se e criar mundos. Minha interlocução interpela a escrita-fórmula e oferece algo a mais, a escrita-experiência, um modo de escrever exercitado por Foucault, que toma o: "[...] trabalho escritural como experiência voltada à intensificação de um tipo de pensamento de natureza essencialmente crítica e, igualmente, à produção de uma superfície fática para modos inéditos de existir" (RAMOS DO Ó; AQUINO, 2014, p. 199). A importância do pensamento crítico para a escrita fica evidente quando a entendemos como processo de subjetivação e assumimos a subjetivação como dobra, porque não aceitar as coisas como elas são faz com que se criem "[...] novas formas de experimentar e de sentir, afirmando a diferença, a variação, a metamorfose como resistência a formas de sujeição" (DOMÈNECH; TIRADO; GÓMEZ, 2001, p. 134).

Deleuze propõe a crítica de forma parecida ao colega Foucault: ela seria a busca por uma outra sensibilidade, capaz de romper com os modos dominantes de pensar e sentir e, assim, instaurar novas maneiras de pensar e sentir (DOMÈNECH; TIRADO; GÓMEZ, 2001). Assim, a crítica incitaria uma outra escrita "[...] pensar de outro modo exige escrever de outro modo, que nossa vontade de um outro pensamento é inseparável de nossa vontade de uma outra escrita, de uma outra língua" (LARROSA, 2004, p. 15). Seria essa a intenção do meu trabalho: provocar o desejo em mim e no jovem por essa outra escrita e dar sustentação a ela, em movimentos que, ao mesmo tempo que convocam em busca de apoio, apoiam essa escrita crítica, discreta, sutil, experimental.

As reações dos estudantes a minha proposta são variadas. Há os mais abertos e receptivos, como o Lucas e o Fabio, mas também os mais arredios e fechados, como a

Mariana e o Vinícius. Esse modo de aderir à proposta interfere no modo como se dá o trabalho: tira-se mais ou menos proveito da interlocução.

Se o jovem está interessado, envolvido, aproveita tudo o que está sendo oferecido e eu vou sendo mobilizada a oferecer mais, a ponto de me tornar coautora de seus textos. Alimento algo nele e ele me alimenta também – a escrita como processo é um caminho torto, árduo, mas também prazeroso, quem se conecta e se deixa levar faz dela uma via de vida:

Se eu pudesse escrever por intermédio de desenhar na madeira ou de alisar uma cabeça de menino ou de passear pelo campo, jamais teria entrado pelo caminho da palavra. Faria o que tanta gente que não escreve faz, e exatamente com a mesma alegria e o mesmo tormento de quem escreve, e com as mesmas profundas decepções inconsoláveis: viveria, não usaria palavras. (LISPECTOR, 1984, p. 285).

Apesar de ser entusiasmante compartilhar o gosto pela escrita, na empatia, há mais risco de sermos arrancados de nós mesmos e perdermos o contorno, nos misturarmos, ficarmos indistintos, e às vezes isso pode me impedir de ter uma atuação mais incisiva e até mesmo mais crítica.

É mais desafiador quando não se tem afinidade, porque sem afinidade os limites são mais claros, então exige mais mobilização – sair de mim e voltar a mim. Porém, também pode ser exaustivo e frustrante trabalhar quando o outro está desimplicado e nada o mobiliza.

A variação de disponibilidade dos alunos também fica evidente na reescrita. Existem os alunos que refazem comigo os textos, pedindo opinião e ajuda na feitura, outros que reescrevem na minha presença, mas preferem contar com o silêncio, e outros ainda que só conseguem reescrever na solidão das suas casas.

A experiência que tiveram de letramento aparece nos textos e na forma que a língua participa da vida deles. Das mais de dez escolas com as quais mantive contato por meio dos alunos, apenas duas tinham um programa semanal de produção de texto e uma usava o recurso da reescrita como prática de todas as atividades de escrita. Era comum os estudantes escreverem textos uma única vez em um mês, uma frequência que dificulta tomar a escrita como um exercício cotidiano de fazer existir. Não foram raros também os alunos que me mostravam a correção de suas redações pelos corretores das escolas e dos cursinhos sem saber o que fazer com ela, como melhorar o texto a partir dos apontamentos, muito porque uns estavam voltados apenas para as normas, outros se preocupavam mais com a adequação à proposta e ignoravam o que estava tentando ser dito no texto, e tinha ainda aqueles que me causavam mais indignação: os que atentavam a uma suposta distância ideal para iniciar o

parágrafo, ao número de linhas de cada parágrafo, à condenação do uso da primeira pessoa do plural; tudo devidamente marcado com canetas bem coloridas que faziam sumir o texto do aluno.

Além disso, ao longo desses anos de trabalho pude notar que os jovens de classe média e alta estão cada vez mais optando por universidades particulares e que essas instituições, por sua vez, estão, com mais ênfase, exigindo, nas provas de ingresso, e promovendo, com as correções, uma escrita empobrecida e aborrecida, que não contempla a dimensão experimental de escrever, que nem mesmo se preocupa em fazer o leitor entender o que se escreveu, porque não há leitor e não há escritor, só há corretor e candidato; não há texto, só formulários; não existem sujeitos se fazendo naquele ambiente, apenas mensalidades a sustentá-lo.

A experiência que tive com esses jovens mostra que reconhecer a escrita como um tormento ou como uma brincadeira com a língua depende de uma construção de toda uma vida, de toda uma cultura. O que esses garotos e garotas despertam em mim também varia, porque intervir nessa arquitetura nem sempre é fácil. Uns me pedem mais paciência, me irritam mais, me colocam para quebrar paredes. Outros me animam, me desafiam, me incentivam a inventar formas de intervir, me convidam a abrir portas e janelas.

Dois mundos que se encontram no ler e escrever. Eu viro a leitora do aluno e abro a possibilidade de ele ser leitor de si mesmo. O aluno que adere à proposição pode passar a ser leitor de si mesmo e perceber o que não está funcionando e o que fazer para funcionar, bem como criar uma empatia com seus leitores em potencial e, assim, promover intenções com seu texto. Eu me ponho à espreita de faíscas, brechas, fendas na produção de textos que deem passagem a novas composições, novos arranjos, novos sentidos para o que se escreve, bem como para quem escreve. A minha intervenção pretende criar relevo em um texto chapado, sem volume, como se essa diferença pudesse, então, ser percebida – ao mesmo tempo que o texto ganha declives, o estudante vai se dando conta de que essas variações são ele.

A convivência com esses jovens foi um convite a também ensaiar-me na vida, na escrita, no pensamento, na profissão e nesta pesquisa. Ao estar com eles, tendo como trabalho em comum a produção escrita, percebia que algo se passava nesse encontro. O texto não era apenas um amontoado de palavras, mas signos de sensação, de pensamento, era voz, era eu, eram eles, eram suas famílias, suas escolas, o vestibular, a mídia, o Brasil, o nosso mundo – um emaranhado de relações que compunham o texto e faziam dele uma dobra do mundo, produção de subjetividade, experimentação de si. Voltar a esse trabalho, a esses textos, a esses

jovens, com um olhar de pesquisadora, de cartógrafa¹⁷ que quer traçar um campo, acompanhar os movimentos que o constituem, me permitiu ver com mais apuro, ter outras percepções, problematizar, buscar referências, me (re)inventar. Esta pesquisa, então, acima de tudo, é a minha expressão possível para conectar a dimensão da experiência aos textos dos alunos, mas também a este texto, que se empenha em evocar o processo de composição desta pesquisa e de suas práticas de liberdade.

¹⁷ Termo já apresentado na seção 2. Para saber mais, ver Rolnik (1989) e Passos, Kastrup e Escóssia (2009).

4 A ESCRITA-EXPERIÊNCIA: POR UMA DOCÊNCIA INTERCESSORA

O que me interessava nesta pesquisa, então, não era verificar a correção normativa dos textos, nem certificar o domínio da forma "dissertação para o vestibular", muito menos comprovar a qualidade do meu trabalho, mas, sim, percorrer a dimensão sensível despertada pela produção de texto dos alunos e deste estudo. Levar em consideração o plano molecular da escrita, o plano da experiência de escrever, em que percebemos o imperceptível ao mesmo tempo que o construímos, foi a maneira que encontrei para combater uma escrita morta, que diminui a potência de vida, e afirmar uma posição, um modo de pesquisa e de intervenção no mundo, em que a escrita tem efeitos para além do texto – ela atinge sua dimensão coletiva e política.

Ao escrever este estudo, experimentei muito do que meus alunos experimentaram quando escreviam suas dissertações – não sabia como começar, não conseguia relacionar uma ideia com outra, sentia medo das escolhas que precisava fazer, alívio quando assumia um risco, cansaço ao ter que reescrever. Experimentei, assim como eles, relações de interlocução, com seus conflitos e harmonias, mas, de qualquer maneira, imprescindíveis para a composição e refinamento do texto. Essa experiência, acompanhada das leituras em torno das ideias de Foucault, Deleuze e Guattari, me fez querer investigar um pouco mais sobre a postura do professor que tem interesse no ensino e aprendizagem da escrita em devir, sobre como ativar um modo de docência que, mais do que mediar a apreensão de uma aprendizagem predeterminada, participa da criação da aprendizagem e intercede por ela.

Rolnik aponta justamente para esse deslocamento da função do professor: de mestre transmissor de saber, para o de aprendiz e criador que transmite uma função de aprendiz e criador ao aluno:

Ora, transmitir-se a si mesmo como este aprendiz, nada tem a ver com transmitir-se enquanto modelo de pessoa, sujeito pessoal, indivíduo; ao contrário, trata-se de transmitir-se enquanto alguém que por se utilizar do pensamento como instrumento a serviço das marcas que o convocam, pensar justamente o arranca deste lugar de sujeito individuado e o embarca no devir, criando novas possibilidades de vida que deem conta das diferenças que vão se fazendo em seu corpo. O que este professor aprendiz/criador visa com seu ensino é autorizar e suscitar no aluno este aprendiz/criador [...] (ROLNIK, 1993, p. 12).

Kastrup caminha nessa mesma direção, ao sugerir que

O desafio não é capturar a atenção do aluno para que ele aprenda, mas promover nosso próprio aprendizado da atenção às forças do presente, que trazem o novo em seu caráter disruptivo. Pois ensinar é, em grande parte, compartilhar experiências de problematização. Estas podem ser fugazes, emergindo no campo da percepção e se dissipando em seguida. Mas é imprescindível a manutenção de sua potência para a invenção de novas subjetividades e novos mundos. (KASTRUP, 2005, p. 1287).

Assim, é possível concluir que o professor disponível ao devir terá como investimento a produção de uma experiência com seus alunos "que não envelhece, que conserva sua força disruptiva e se mantém sempre nova" (KASTRUP, 2005, p. 1285). Afirmar a experiência pré-cognitiva, ou o devir da cognição, inaugurar modos de perceber e pensar, fazer da existência invenção, é uma prática exigente, pede um esforço no sentido de

[...] aguçar a capacidade de discriminar as linhas de força do presente, fortalecer aquelas direções que garantam a preservação dessa abertura, e distinguir no meio da correnteza, o que é redemoinho e o que é pororoca, quais direções são constituintes, quais apenas repisam o instituído, quais comportam riscos de retrocesso. (PELBART, 2016, p. 129).

Parece nos ajudar a fazer essa distinção a prática de uma curiosidade que permite separar-se de si, sem procurar assimilar o que é conveniente conhecer e, dessa forma, apostar na afirmação da vida, na abertura para sua passagem: "Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir." (FOUCAULT, 1998, p. 13).

O professor criador, então, é um curioso que autoriza e aviva a curiosidade de seus alunos, por acreditar que sua existência é acompanhada de muitas possibilidades, de virtualidades, de realidades inacabadas e, por isso, pode ser o germe de outra existência, assim como pode ser germinado por ela, de modo que tudo se torna esboço, "não há mais seres, só há processos; ou melhor, as únicas entidades a partir de agora são *atos*, mudanças, transformações, metamorfoses que afetam esses seres e os fazem existir de outra maneira" (LAPOUJADE, 2017, p. 61, grifo do autor).

Deleuze (1998) descreve a escrita a quatro mãos, adotada na parceria com Guattari em vários livros, como um trabalho que se dava entre os dois: não se tratava de unidades sobrepostas ou de totalizações, mas de multiplicidades, da ativação dos muitos que existiam em cada um deles e de como eram articuladas, nos encontros entre eles, as tantas referências e afetos que os compunham. Deleuze entende ser essa composição uma micropolítica, uma

política dos encontros, pois do encontro de duas pessoas, múltiplas vozes, conhecimentos, posições são convocados e oportunizam formular ideias improváveis, diluir umas forças e fortalecer outras. Dessa forma, o que se passa no plano da imanência pode compor o plano do real-social quando se buscam expressões para dar passagem aos afetos engendrados nos encontros. Essa escrita-entre, como aponta Ribeiro (2016), não seria, então, representação do vivido ou tradução do pensamento, mas pensamento em ato, ocasião do pensamento – escrita e pensamento fazendo parte de um mesmo movimento.

No artigo “Os intercessores”, Deleuze (2013) retoma seu trabalho de escrita com Guattari para evidenciar a ideia de que a criação é produto da ressonância entre pessoas, animais, objetos, seres fictícios ou reais e que, portanto, para criar, é preciso buscar ou mesmo fabricar uma série de intercessores: “Se não formamos uma série, mesmo que completamente imaginária, estamos perdidos. Eu preciso de meus intercessores para me exprimir, e eles jamais se exprimiriam sem mim: sempre se trabalha em vários, mesmo quando isso não se vê” (DELEUZE, 2013, p. 160). A noção de criação como produto da ressonância entre existências enseja pensarmos no professor e no aluno como intercessores um do outro.

Com gestos instauradores, um faz existir o outro e ambos legitimam formas de existência mais frágeis e evanescentes, dão o direito de existir a formas de vida imprevisas e a escritas minoritárias. Como coloca Lapoujade (2017, p. 99), “[...] existimos pelas coisas que nos sustentam, assim como sustentamos as coisas que existem através de nós, numa edificação ou numa instauração mútua. Só existimos fazendo existir. Ou melhor, só nos tornamos reais se tornarmos mais real aquilo que existe.” Instaurar, assim, é legitimar a beleza do que se viu e se produziu nesse encontro edificante, por isso quem legitima não é o que importa, mas o que foi visto, o que foi produzido.

Podemos supor que é também nesse sentido que Ramos do Ó (2007a) propõe que o professor

[...] deveria perder todo esse velho poder de vigilante da escrita, alguém que se compraz na correção do erro, assinalando o que está mal e valoriza o certo. Temos que valorizar menos aquilo que o aluno consegue reproduzir e mais aquilo que ele consegue construir. (RAMOS DO Ó, 2007a, p. 111-112).

Com esse intuito, o professor poderia funcionar como um produtor de interferências para o escrever do aluno ser experimentação de si, ao se colocar como leitor do texto do aluno. Mas um leitor que não se contenta em ser apenas destinatário de uma mensagem ou “vigilante da língua”. Ele almeja ser também compositor desse texto, no sentido de participar ativamente dessa produção, disponibilizar sua escuta, seus conhecimentos e forças para fazer

falar o texto do aluno e o aluno fazer-se no texto, ou, ao menos, para provocar um deslocamento que não é imediatamente transposto em prática, mas atua no seu modo de pensar.

Ensinar a escrever, dessa forma, seria provocar o estudante a problematizar, desafiá-lo a deslocar suas certezas, o que requereria do professor aprender a se provocar, a se desafiar. Haveria, então, uma reciprocidade na relação de ensinar alguém quando se entende que ensinar também é aprender: "[...] é ela que nos permite dizer que o exercício do cuidado do outro, pela educação, pode redundar num cuidado de si, como uma espécie de 'reflexo'." (GALLO, 2006, p. 186).

O acompanhamento de um outro para propiciar a escrita de si se daria em um nível de disponibilidade: estar disponível para conhecer e se dar a conhecer, menos no sentido de decifrar a verdade, a identidade dos sujeitos, e mais como uma abertura de si ao outro para a fabricação de si mesmo e de mundos, uma companhia para dobrar a subjetividade, para questionar os limites que definem o que pensamos e como agimos, para modificar os limites que nos sujeitam, para alargar o que somos, para constituir novas formas de experimentar e sentir.

Essa troca do professor com o aluno não seria de ordem dialógica, mas rizomática:

Num rizoma [...] cada traço não remete necessariamente a um traço linguístico: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas."(DELEUZE; GUATTARI, 2016, p. 14).

Escrever a dois seria, assim, escrever em muitos, pois cada um é uma trama de cadeias em que o um se subtrai ao múltiplo e forma um sistema de aliança. "Não chegar ao ponto em que não se diz mais EU, mas ao ponto em que já não tem qualquer importância dizer ou não dizer EU. Não somos mais nós mesmos. Cada um reconhecerá os seus. Fomos ajudados, aspirados, multiplicados" (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 10). Estabelece-se, então, um "entre", um intervalo no qual professor e aluno produzem inéditos na diferença entre eles, uma zona de indeterminação, na qual o imprevisível pode aparecer, um plano de imanência baseado nos movimentos de afetação, em que uma escrita pensante, fabuladora, criadora pode se dar.

O professor, nessa troca, pode se colocar como os mestres gregos e romanos, que escreviam para seus alunos com a função de ajudar seu correspondente, e aproveitavam a

ocasião para exercitarem a si mesmos. Instigavam um ao outro e essa instigação também estimulava a si mesmo.

Portanto, a escrita do professor também pode fazer parte da construção de um ambiente educacional em que seja possível produzir singularidades. Corazza (2006, p. 15) sugere uma escrita-artista: "O que é: uma escrita que cria um mundo incerto e perigoso é a única força que faz o professor diferenciar-se, isto é, tornar-se o que ele é, para além do que dele foi feito." Criar oportunidades de o professor escrever para além de relatórios e planos de aula, escrever por prazer, exercitar a escrita sem amarras pedagógicas pode ser um caminho. Mas é possível encontrar, nos próprios registros exigidos pelo cotidiano escolar ou nas propostas de produção de texto com os alunos, frestas para produzir sentido, para perceber, com a própria escrita, nuances da prática que não haviam sido notadas antes (uma espécie de escrita-práxis) e para buscar formas inéditas de dizer o que se pretende, bem como de agir no campo, já que a escrita promove ações, mudanças, relações, materializando-se no ambiente de trabalho.

As práticas de escrita, nessas condições, poderiam ser experiências de construção de subjetividades desviantes das ordens hegemônicas que compõem o ambiente educacional; poderiam ser produção de brechas e dobras no enquadramento da escrita escolar (AQUINO, 2009).

Tais práticas teriam uma dimensão clínica e política, em que o encontro entre professor e aluno, por meio da escrita, produz deslocamentos no pensamento e modos de ser de um e de outro. Uma escrita em que temos que nos a ver com o que se passa conosco, com nosso modo de estar no mundo e que muda o mundo em que estamos.

Por fim, esta pesquisa me levou a pensar o que estamos fazendo com nossa escrita e conosco nas instâncias acadêmicas e em que medida o uso da escrita na universidade se diferencia do uso preponderantemente protocolar e impessoal da escrita na escola ou o perpetua, visto que a escrita-tarefa-escolar inevitavelmente é transposta ao Ensino Superior pelos estudantes:

Sem dúvida a universidade não poderá sanar os problemas da educação brasileira e nem mesmo poderá resolver integralmente os problemas trazidos pelo público que recebe anualmente, mas ela também não poderá permanecer imune a eles, nem que quisesse: pois esse é o seu público e esse é o seu virtual destino (PÉCORA, 1980, p. 18).

Portanto, o que a universidade faz com essa fatalidade é o que importa. "Muitos dirão: não é essa a função da universidade. Outros, porém, pensarão: é também essa a missão da

universidade" (ROCCO, 1981, p. 266). Assumir esse compromisso com os problemas de escrita passa a ser ainda mais decisivo quando o próprio Ensino Superior é atingido pela lógica empresarial que atravessa a contemporaneidade e a empreende nas "[...] formas de controle contínuo, avaliação contínua, e a ação da formação permanente sobre a escola, o abandono correspondente de qualquer pesquisa na Universidade, a introdução da 'empresa' em todos os níveis de escolaridade"(DELEUZE, 2013, p. 229). No ambiente neoliberal a experiência de si é limitada, em razão de o comportamento se restringir a responder a estímulos desse ambiente:

[...] infância, educação, sexualidade, uso de drogas, a relação com outros seres vivos e com o planeta, e também o amor, a amizade, a simpatia, até mesmo a morte, deixam de integrar o campo da experiência possível dos indivíduos para se tornarem bens de consumo, investimentos em capital humano. (AVELINO, 2016, p. 277).

As universidades, consumidas pelo espírito empresarial, são solicitadas a manter a produtividade acima de tudo.

Todavia, se isentar diante da miséria da escrita e da vida, do enrijecimento coletivo da sensibilidade, da incapacidade de ver e fazer ver algo mais discreto, mais intrincado, mais díspar, só parece promover ainda mais uma escrita morta, que mais reproduz e pouco cria. Motivo para os docentes e os estudantes se posicionarem, criarem resistências, se apoiarem, fazendo prevalecer a pulsação da vida, se permitindo e se dispondo a perceber, sentir, pesquisar e escrever com liberdade:

[...] o jogo da construção da liberdade só pode ser jogado como um jogo coletivo, de mútuas interações e relações, em que as ações de uns implicam em ações de outros. Um jogo em que uns se fazem livres aprendendo da liberdade dos outros; em que uns se fazem livres na medida em que ensinam a liberdade aos outros. (GALLO, 2006, p. 188).

Problematizar o modelo dominante de escrita na academia também parece ser uma necessidade para não perdermos a oportunidade de criar outras práticas docentes; de fazer da docência criação e fazer da pesquisa uma experiência pensante, em que os fundamentos não sejam paradas obrigatórias ou cadeiras cativas, mas apenas pontos de passagem atrativos para outros percursos, desvios, novos escritos, e nem os formalismos impeçam de acolher a experiência produzida pela pesquisa no pesquisador. "Devemos [...] nos tornar vaga-lumes e, dessa forma, formar novamente uma comunidade do desejo, uma comunidade de lampejos

emitidos" (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 154-155). A universidade, assim, seria uma comunidade de pirilampos e advogaria pela beleza da escrita, pela escrita pulsante de vida, pelos instantes preciosos que as palavras são capazes de fazer existir, por um escrever investigativo, experimental, inventivo, apesar de:

REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. **Docência, poder e liberdade**: dos processos de governamentalização à potência de existir nas escolas. 2009. 210 f. Tese (Livre Docência em Governabilidade, ética e educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/48/tde-19032013-093316/pt-br.php> Acesso em 10 mar. 2019.
- AQUINO, J. ; RIBEIRO, C. Processos de governamentalização e a atualidade educacional: novas modulações normativas. UFRGS: **Educação e Realidade**, v. 34, n. 2, pp 57-72, 2009. In: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8202> Acesso em 16 jun. 2018.
- AVELINO, N. Foucault e a racionalidade (neo)liberal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 21, p. 227-284, set.-dez. de 2016.
- BRITO, C. **Escrita no vestibular**: quando o sujeito (des)aparece. 2004. 377 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) 2004. Universidade de Campinas, São Paulo, 2004.
- CASTALDO, M. **Redação no vestibular**: a língua cindida. 2009. 277 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- CONTRAFILÉ (org). **A Batalha do vivo**. São Paulo: Playgrounds; Masp, 2016.
- CORAZZA, S. **Artistagens**: filosofia da diferença e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- COSTA VAL, M. **Redação e textualidade**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- DELEUZE, G. **Conversações**. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2013.
- _____. **Crítica e clínica**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2006.
- _____. **Proust e os signos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2003.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**, vol. 4. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- _____. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**, vol. 3. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- _____. **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- DELEUZE, G; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.
- DIDI-HUBERMAN, G. **Sobrevivência dos vagalumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- DOMÈNECH, M.; TIRADO, F. ; GÓMEZ, L. A dobra: psicologia e subjetivação. In: SILVA, T. (org.). **Nunca fomos humanos - nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da aquisição da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 25-42, ago. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/0103-4014.20180028> Acesso em: 11 mar. 2019.

FIAD, R. A pesquisa sobre a reescrita de textos. In: **Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas**. Évora: Universidade de Évora, 2010. Disponível em: <https://arquivo.pt/wayback/20170222135605/http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/slgl4/02.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. Reescrita de textos: uma prática social e escolar. **Organon** - revista do Instituto de Letras, Rio Grande do Sul, v. 29, n. 46, p. 147-159, 2009.

_____. Escrever é reescrever. **Caderno do professor**. Belo Horizonte: , 2006.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. Ética, sexualidade, política. MOTTA, M. B. da (org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Col. Ditos e escritos V)

_____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. São Paulo: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

GALLO, S. Do cuidado de si como resistência à biopolítica. In: VEIGA-NETO, A.; BRANCO, G. C (orgs). **Foucault - filosofia e política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. Cuidar de si e cuidar do outro: implicações éticas para a educação dos últimos escritos de Foucault. In: LOHAN, W.; GONDRA, J. (orgs). **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GERALDI, J. W. **Portos de Passagem**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. O professor como leitor do texto do aluno. In: MARTINS, M. H. (org). **Questões de linguagem**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **O texto na sala de aula**. 2 ed. Cascavel: Assoeste, 1984.

GOES, M. C. R.; SMOLKA, A. L. B. A criança e a escrita: considerações sobre a produção de textos. In: Alencar. E. S. **Novas contribuições da psicologia aos processos de ensino e aprendizagem**. S. Paulo: Cortez, 1995.

GRILLO, S. **Escrever se aprende reescrevendo: um estudo da interação professor/aluno na revisão de textos**. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1995.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 7. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 2005.

KASTRUP, V. Políticas cognitivas na formação do professor e o problema do devir-mestre. Campinas. **Educação e Sociedade**, vol. 26, n. 93, p. 1273 -1288, set./dez. 2005.

KASTRUP, V. O devir-criança e a cognição contemporânea. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 373-382, 2000.

LAPOUJADE, D. **As existências mínimas**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, 2002.

_____. A Operação Ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 27-43, jan-jun 2004.

LISPECTOR, C. **Para não esquecer**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

Ó, J. R. do. O governo do aluno na modernidade. In: AQUINO, J. G.; REGO, T. C. (orgs). **Foucault pensa a educação: o diagnóstico do presente**. São Paulo: Segmento, 2007a. p. 36-45.

_____. Desafios à escola contemporânea: um diálogo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 109-116, jul./dez. 2007b.

_____. Notas sobre Foucault e a governamentalidade. In: FALCÃO, L. F.; SOUZA, P. de (orgs.). **Michel Foucault: perspectivas**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2005. p. 15-39.

Ó, J. R. do; AQUINO, J.G. Em direção a uma nova ética do existir: Foucault e a experiência da escrita. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 28, n. 55, p. 199-231, jan./jun. 2014.

OSAKABE, H. Redações no vestibular: provas de argumentação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 23, p. 51-59, 1977.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (orgs). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PÉCORA, A. **Problemas de redação**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PELBART, P. Carta aberta aos secundaristas. In: CONTRAFILÉ (org). **A Batalha do vivo**. São Paulo: Playgrounds; Masp, 2016.

PIAGET, J. **Teoria da aprendizagem na obra de Jean Piaget**. São Paulo: UNESP, 2009.

PIETRI, E. Ensino da escrita na escola: processos e rupturas. **Cadernos de Educação**, Pelotas,. p. 133-160, set./dez. 2010.

RIBEIRO, C. O agenciamento Deleuze-Guattari: considerações sobre métodos de pesquisa e formação de pesquisadores em educação. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 20, n. 1, p.

68-75, jan./abr. 2016. Disponível em:

<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2016.201.07> Acesso em 27 maio 2018.

RIBEIRO, V. M.; LIMA, A. L. D.; BATISTA, A. A. G (orgs). **Alfabetismo e letramento no Brasil: 10 anos do INAF**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

ROCCO, M. T. **Crise na linguagem: a redação no vestibular**. São Paulo: Mestre Jou, 1981.

ROLNIK, S. O seriado do golpe em três temporadas. In: **lobosuelto.com**. Buenos Aires, 8 abr. 2018. Disponível em: <http://lobosuelto.com/?p=19308> Acesso em 10 mar. 2019.

_____. A hora da micropolítica. In: **A batalha do vivo**. Contrafile (orgs). São Paulo: Playgrounds; Masp, 2016. Disponível em:

https://issuu.com/grupocontrafile/docs/a_batalha_do_vivo Acesso em 10 jan. 2019.

_____. **Geopolítica da cafetinagem**. 2006. Disponível em:

<https://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Geopolitica.pdf> Acesso em 24 maio 2018.

_____. Pensamento, corpo e devir - uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. **Cadernos de subjetividade**, São Paulo, v. 1, n. 2. p. 241 - 251, set./fev. 1993.

_____. **À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia**. 1992. Disponível em:

<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/homemetica.pdf> Acesso em 24 maio 2019.

_____. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SAFATLE, V. **Não haverá 2018**. Folha de São Paulo, 25 ago. 2017. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2017/08/1912662-nao-havera-2018.shtml> Acesso em: 12 fev. 2019.

SOARES, M. Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos. **Pátio – Revista Pedagógica**, Porto Alegre, 29 de fev. de 2004a. Disponível em:

<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf>. Acesso em 14 set. 2016.

_____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, abr. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782004000100002>. Acesso em: 11 mar. 2019.

_____. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, M. (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. Redação no vestibular: uma solução? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 24, p. 53-56, 1978.

SPOSITO, M.; SOUZA, R.; SILVA, F. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. **Educação e Pesquisa**, local, v. 44, p. e170308, 1º jan. 2018.

SPOSITO, M.; SOUZA, R. Desafios da reflexão sociológica para a análise do ensino médio no Brasil. In: KRAWCZYK, N. (org.). **Sociologia do ensino médio**: crítica ao economicismo na política educacional. São Paulo: Cortez, 2014. p. 33-62.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. **Educação e governamentalidade neoliberal**: novos dispositivos, novas subjetividades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta5.13.htm> Acesso em 30 jan. 2019.

VIRNO, P. A condição das crianças contemporâneas é uma condição carregada de uma espécie de maturidade. In: **A batalha do vivo**. Contrafile (orgs). São Paulo: Playgrounds; Masp, 2016. Disponível em: https://issuu.com/grupocontrafile/docs/a_batalha_do_vivo Acesso em 10 jan. 2019.

ANEXOS

Enem 2001

Enem 2001

REDAÇÃO

(Cavolos, *Jurek* do *Bat*, Rio de Janeiro, 1978)

Conter a destruição das florestas se tornou uma prioridade mundial, e não apenas um problema brasileiro. (...) Restam hoje, em todo o planeta, apenas 22% da cobertura florestal original. A Europa Ocidental perdeu 99,7% de suas florestas primárias; a Ásia, 94%; a África, 92%; a Oceania, 78%; a América do Norte, 66%; e a América do Sul, 54%. Cerca de 45% das florestas tropicais, que cobriam originalmente 14 milhões de km quadrados (1,4 bilhão de hectares), desapareceram nas últimas décadas. No caso da Amazônia Brasileira, o desmatamento da região, que até 1970 era de apenas 1%, saltou para quase 15% em 1999. Uma área do tamanho da França desmatada em apenas 30 anos. Chega.

Paulo Adônio, *Coordenador da Campanha de Amazônia do Greenpeace*
<http://greenpeace.terra.com.br>

Embora os países do Hemisfério Norte possuam apenas um quinto da população do planeta, eles detêm quatro quintos dos rendimentos mundiais e consomem 70% da energia, 75% dos metais e 85% da produção de madeira mundial. (...)

Conta-se que Mahatma Gandhi, ao ser perguntado se, depois da independência, a Índia perseguiria o estilo de vida britânico, teria respondido: "(...) a Grã-Bretanha precisou de metade dos recursos do planeta para alcançar sua prosperidade; quantos planetas não seriam necessários para que um país como a Índia alcançasse o mesmo patamar?"

A sabedoria de Gandhi indicava que os modelos de desenvolvimento precisam mudar.

Opção é um problema pessoal - Desenvolvimento sustentável www.wwf.org.br

De uma coisa temos certeza: a terra não pertence ao homem branco; o homem branco é que pertence à terra. Disso temos certeza. Todas as coisas estão relacionadas como o sangue que une uma família. Tudo está associado.

O que fere a terra, fere também os filhos da terra. O homem não tece a teia da vida; é antes um de seus fios. O que quer que faça a essa teia, faz a si próprio.

Trecho de uma das várias versões de carta atribuída ao chefe Seattle, da tribo Suquamish. A carta teria sido endereçada ao presidente norte-americano, Franklin Pierce, em 1854, a propósito de uma oferta de compra do território da tribo feita pelo governo dos Estados Unidos.

PINSKY, Jaime e outros (Org.). *História da América através de textos* 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1991.

Estou indignado com a frase do presidente dos Estados Unidos, George Bush.

"Somos os maiores poluidores do mundo, mas se for preciso poluiremos mais para evitar uma recessão na economia americana".

R. K., Quinhuns, SP. (Carta enviada à seção *Carta da Revista Galileu* Ano 10, junho de 2001).

Com base na leitura dos quadrinhos e dos textos, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema: **Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar os interesses em conflito?**

Ao desenvolver o tema proposto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação. Selecione, organize e relacione argumentos, fatos e opiniões para defender o seu ponto de vista, elaborando propostas para a solução do problema discutido em seu texto. Suas propostas devem demonstrar respeito aos direitos humanos.

Observações:

- Lembre-se de que a situação de produção de seu texto requer o uso da modalidade escrita culta da língua.
- O texto não deve ser escrito em forma de poema (versos) ou narrativa.
- O texto deverá ter no mínimo 15 (quinze) linhas escritas.
- A redação deverá ser apresentada a tinta e desenvolvida na folha própria.
- O rascunho poderá ser feito na última página deste Caderno.

Fuvest 2005

REDAÇÃO

Considere a foto e os textos abaixo:

Crédito foto: Jefferson Coppola / Folha Imagem (03 set. 04)

“Catraca invisível” ocupa lugar de estátua

Sem que ninguém saiba como – e muito menos o por quê – uma catraca enferrujada foi colocada em cima de um pedestal no largo do Arouche (centro de São Paulo). É o “**monumento à catraca invisível**”, informa uma placa preta com moldura e letras douradas, colocada abaixo do objeto, onde ainda se lê: “**Programa para a descatracalização da vida, Julho de 2004**”. (Foto ao lado)

(Adaptado de *Folha de S. Paulo*, 04 de setembro de 2004)

[Catreca = *borboleta*: dispositivo geralmente formado por três ou quatro barras ou alças giratórias, que impede a passagem de mais de uma pessoa de cada vez, instalado na entrada e/ou saída de ônibus, estações, estádios etc. para ordenar e controlar o movimento de pessoas, contá-las etc.]

Grupo assume autoria da “catraca invisível”

Um grupo artístico chamado “Contra Filé” assumiu a responsabilidade pela colocação de uma catraca enferrujada no largo do Arouche (região central).

A intervenção elevou a catraca ao *status* de monumento “**à descatracalização da vida**” e fez parte de um programa apresentado no Sesc da Avenida Paulista, paralelamente ao Fórum das Cidades.

No site do Sesc, o grupo afirma que a catraca representa um objeto de controle “biopolítico” do capital e do governo sobre os cidadãos.

(Adaptado de *Folha de S. Paulo*, 09 de setembro de 2004)

Em *site* sobre o assunto, assim foi explicado o projeto do grupo “Contra Filé”:

“O ‘Contra Filé’ desenvolveu o PROGRAMA PARA A DESCATRACALIZAÇÃO DA PRÓPRIA VIDA. A catraca representa um signo revelador do controle biopolítico, através de forças visíveis e/ou invisíveis. Por quantas catracas passamos diariamente? Por quantas não passamos, apesar de termos a sensação de passar?”

(<http://lists.indymedia.org/pipemail/cmi-brasil-video/2004-july/0726-ct.html>)

INSTRUÇÃO. Como você pôde verificar, observando o noticiário da imprensa e o texto da Internet aqui reproduzidos, a catraca que “apareceu” em uma praça de São Paulo era, na verdade, um “**Monumento à catraca invisível**”, ali instalado pelo grupo artístico “Contra Filé”, como parte de seu “**Programa para a descatracalização da vida**”. Tudo indica, portanto, que o grupo responsável por este programa acredita que há um excesso de controles, dos mais variados tipos, que se exercem sobre os corpos e as mentes das pessoas, submetendo-as a constantes limitações e constrangimentos. Tendo em vista as motivações do grupo, você julga que o programa por ele desenvolvido se justifica? Considerando essa questão, além de outras que você ache pertinentes, redija uma **DISSERTAÇÃO EM PROSA**, argumentando de modo a apresentar seu ponto de vista sobre o assunto.

Puc 2005

REDAÇÃO

Título: MUNDUS IMMUNDUS

Proposta:

Há tantos tipos de lixo, hoje, que podemos pensá-lo sob um ponto de vista filosófico, cultural, religioso, político, ecológico, espacial, nuclear, eletrônico, ambiental. Podemos pensar nos efeitos que ele causa ao ser humano, à natureza e à sociedade. Qual deles será mais nocivo? Qual deles nos atinge mais? Você deverá responder a essas questões no seu texto.

Leia com atenção os textos e as imagens que selecionamos para ajudá-lo(a) a construir o seu texto. Ele poderá ser dissertativo ou narrativo. A opção pelo formato é sua, mas o tema e o título nós oferecemos, portanto não se desvie da proposta.

"Este final de século e de milênio está submerso na cultura do lixo. Primeiro foram os anos dourados, ao início da centúria; agora, são os anos trash. (...) Lixo sempre houve sobrando por toda parte. Ainda no século 19, as famílias burguesas e aristocráticas de Paris despejavam o penico na calçada. As práticas mais elementares de higiene são surpreendentemente recentes. Não se sabe como nossos antepassados podiam conviver com tanta imundície nos hábitos cotidianos. Mundus Immundus, mundo imundo, clamava Tertuliano no século II da era cristã, indignado com as torpezas morais do seu tempo e de todos os tempos."

Kujawski, G. A cultura do lixo in Quem está escrevendo o futuro? Brasília: Letraviva, 2000.

Augusto de Campos

"O mundo não é imundo. (...) Mas o mundo está imundo, sujo, poluído, cheio de impurezas. Montou-se uma verdadeira indústria do lixo, no sentido literal e figurado, para processar a matéria-prima do crime, do vício, da indigência mental, do obscurantismo, da desinformação, do mau gosto e da corrupção."

Kujawski, G. Idem

FALTA DE ESPAÇO FAZ JAPÃO CRIAR DEZENAS DE CLASSIFICAÇÕES PARA O LIXO

Quando a cidade de Yokohama dobrou o número de categorias de lixo para 10, ela distribuiu um manual de 27 páginas, com instruções detalhadas sobre 518 itens.

Batom entre os incineráveis; os tubos de batom, "após o conteúdo ter sido usado" em "metais pequenos" ou plásticos. Pegue sua fita métrica antes de jogar sua chaleira: com menos de 30 centímetros ela vai junto com os metais pequenos, mas acima disso com o refugo grande. (...) Em cidades pequenas e aldeias onde todos se conhecem, não separar o lixo pode ser impensável.

Mas nas grandes cidades, nem todos o fazem, e talvez mais do que qualquer outro ato, separar o lixo adequadamente é considerado como prova de que se é um cidadão adulto, responsável.

Disponível na internet <http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes/2005/05/12>

Mackenzie 2005

REDAÇÃO

Redija uma dissertação a tinta, desenvolvendo um tema comum aos textos abaixo.

Texto I

Alguém ainda dirá que esta foi a era do medo. Aqui e no resto do mundo. Medo de assaltos, balas perdidas, seqüestros, homens-bomba, pitbulls, pitboys e de uma infinidade de outros perigos reais, imaginários, relevantes ou tão frívolos como aqueles geralmente combatidos numa academia de ginástica.

Sérgio Augusto**Texto II**

Quem nunca teve medo da loira do banheiro, rodou ao inverso o disco da Xuxa para ouvir suas “mensagens diabólicas”, ou escutou a suspeita de que a bala e a pipoca vendidas na porta do colégio continham cocaína? A lenda urbana mais famosa, no entanto, foi a dos bonecos assassinos: a boneca da Xuxa enforcava criancinhas indefesas; já o boneco do Fofão escondia dentro de sua barriguinha avantajada, quem diria, uma faca. Você abriu para conferir?

Adaptado de Maria Paula Murad**Texto III**

(...)

*existe apenas o medo, nosso pai e nosso companheiro,
o medo grande dos sertões, dos mares, dos desertos,
o medo dos soldados, o medo das mães, o medo das
igrejas*

(...)

Carlos Drummond de Andrade**Texto IV**

O medo não é pai, nem mãe de ninguém.

Mendes Fradique

Fuvest 2006

REDAÇÃO**Texto 1**

O trabalho não é uma essência atemporal do homem. Ele é uma invenção histórica e, como tal, pode ser transformado e mesmo desaparecer.

Adaptado de A. Simões

Texto 2

Há algumas décadas, pensava-se que o progresso técnico e o aumento da capacidade de produção permitiriam que o trabalho ficasse razoavelmente fora de moda e a humanidade tivesse mais tempo para si mesma. Na verdade, o que se passa hoje é que uma parte da humanidade está se matando de tanto trabalhar, enquanto a outra parte está morrendo por falta de emprego.

M.A. Marques

Texto 3

O trabalho de arte é um processo. Resulta de uma vida. Em 1501, Michelangelo retorna de viagem a Florença e concentra seu trabalho artístico em um grande bloco de mármore abandonado. Quatro anos mais tarde fica pronta a escultura "David".

Adaptado de site da Internet

INSTRUÇÃO: Os três textos acima apresentam diferentes visões de trabalho. O primeiro procura conceituar essa atividade e prever seu futuro. O segundo trata de suas condições no mundo contemporâneo e o último, ilustrado pela famosa escultura de Michelangelo, refere-se ao trabalho de artista. Relacione esses três textos e com base nas idéias neles contidas, além de outras que julgue relevantes, redija uma DISSERTAÇÃO EM PROSA, argumentando sobre o que leu acima e também sobre os outros pontos que você tenha considerado pertinentes.

Enem 2006

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Uma vez que nos tornamos leitores da palavra, invariavelmente estaremos lendo o mundo sob a influência dela, tenhamos consciência disso ou não. A partir de então, mundo e palavra permearão constantemente nossa leitura e inevitáveis serão as correlações, de modo intertextual, simbiótico, entre realidade e ficção.

Lemos porque a necessidade de desvendar caracteres, letreiros, números faz com que passemos a olhar, a questionar, a buscar decifrar o desconhecido. Antes mesmo de ler a palavra, já lemos o universo que nos permeia: um cartaz, uma imagem, um som, um olhar, um gesto.

São muitas as razões para a leitura. Cada leitor tem a sua maneira de perceber e de atribuir significado ao que lê.

Inajá Martins de Almeida. **O ato de ler.**

Internet: <www.amigosdolivro.com.br> (com adaptações).

Internet: <paineis.org>.

Minha mãe muito cedo me introduziu aos livros. Embora nos faltassem móveis e roupas, livros não poderiam faltar. E estava absolutamente certa. Entrei na universidade e tornei-me escritor. Posso garantir: todo escritor é, antes de tudo, um leitor.

Moacyr Scliar. **O poder das letras.** In: **TAM Magazine**, jul./2006, p. 70 (com adaptações).

Existem inúmeros universos coexistindo com o nosso, neste exato instante, e todos bem perto de nós. Eles são bidimensionais e, em geral, neles imperam o branco e o negro.

Estes universos bidimensionais que nos rodeiam guardam surpresas incríveis e inimagináveis! Viajamos instantaneamente aos mais remotos pontos da Terra ou do Universo; ficamos sabendo os segredos mais ocultos de vidas humanas e da natureza; atravessamos eras num piscar de olhos; conhecemos civilizações desaparecidas e outras que nunca foram vistas por olhos humanos.

Estou falando dos universos a que chamamos de livros. Por uns poucos reais podemos nos transportar a esses universos e sair deles muito mais ricos do que quando entramos.

Internet: <www.amigosdolivro.com.br> (com adaptações).

Considerando que os textos acima têm caráter apenas motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema:

O PODER DE TRANSFORMAÇÃO DA LEITURA.

Ao desenvolver o tema proposto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação. Selecione, organize e relacione argumentos, fatos e opiniões para defender seu ponto de vista e suas propostas, sem ferir os direitos humanos.

Observações:

- Seu texto deve ser escrito na modalidade padrão da língua portuguesa.
- O texto **não** deve ser escrito em forma de poema (versos) ou narração.
- O texto deve ter, no mínimo, 15 (quinze) linhas escritas.
- A redação deve ser desenvolvida na folha própria e apresentada a tinta.
- O rascunho pode ser feito na última página deste Caderno.

Unesp 2008

REDAÇÃO

INSTRUÇÃO: Leia atentamente os seguintes fragmentos de textos.

1. Fragmento de conferência de Olavo Bilac (1865-1918) sobre a obra do poeta Bocage (1765-1805):

É tão fácil ser popular! terríveis assassinos, exímios ladrões, grandes devassos alcançam facilmente uma celebridade mais vasta do que a que logram os mais altos benfeitores da humanidade e os mais claros servidores da arte. Nem é preciso para ganhar notoriedade ser um chapado criminoso, nem um rematado louco; para subir ao galarim, não é necessário ser Nero, nem Eróstrato; a escalada para o fastígio não requer sublimidades de crueldade nem de megalomania: nem a carnificina de cem mil cristãos, nem o incêndio do templo de Diana. Para guindar um homem ao Capitólio, bastam tolíces vulgares, extravagâncias jocosas ou escandalosas, e pequeninas infâmias (...).

(OLAVO BILAC. *Últimas conferências e discursos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927, p. 84.)

2. Fragmento de entrevista do ator Pedro Cardoso (1962-) à revista IstoéGENTE:

IstoéGENTE — Encontrou sucesso no teatro e ficou famoso na tevê. É bom ser famoso?

Pedro Cardoso — Gosto do sucesso, não gosto da fama. Quando minha imagem está vinculada ao meu trabalho, não há problema. Do contrário, é incômodo para a individualidade. Tenho horror a área vip. Você já me viu em algum lugar? Não, né? Eu não vou. Compro ingresso, entro na fila, vou onde todos vão. É ridículo ir a lugares vip. Num país como o Brasil, é falta de educação.

(www.terra.com.br/istoegente/290/entrevista/index.htm. Acesso: 11.09.2007.)

3. Fragmento de crônica de Carlos Drummond de Andrade (1902-1987):

Fama

Ninguém se espante com o diálogo que mantive com um bebê de 15 dias de existência. Hoje, a comunicação não conhece fronteiras espaciais ou etárias. O bebê não fala o português de Portugal nem o português brasileiro, ensinado pelo saudoso professor Stanislaw Ponte Preta. Mas fala a seu modo, desde que se saiba interrogá-lo, e eu, não é por me gabar, tenho meus macetes. Perguntei-lhe de saída:

— Então, satisfeita de vir ao mundo?

Respondeu-me com rabugem, em termos que traduzirei assim:

— Como posso estar satisfeita, se ainda bem não cheguei a este lugar, já me televisionaram e estão me entrevistando?

— É a era tecnológico-aldeiglobal-consumística, minha querida. Desde o primeiro minuto de vida extra-uterina você participa da sociedade eletrônico-difusor-cósmica ilimitada.

— É, estou vendo mas não acho graça nenhuma.

— Não é para achar graça nem desgraça, é para se integrar, entende? Você tem de aderir ao processo. O processo é irreversível. Melhor você não dar uma de contestadora, e entrar na jogada.

— Mas eu nem tive tempo de contestar, me botaram diante das câmaras, fechei os olhos para não me ofuscar com aquelas luzes, chorei em sinal de protesto, riram de mim, e agora, pelo que vejo, estou em todas.

— De fato. Seu índice de publicidade é um dos mais altos. Em duas semanas você varou o Brasil, fez concorrência a Elizabeth Taylor, aos terroristas palestinos e aos não palestinos, governos que caem, governos que sobem, técnicas de exorcismo...

— E daí? Pensa que o meu lobo me dá prazer?

— Lobo não dá prazer. Dá dividendos. Você tem o futuro garantido, se for sempre dócil às exigências do sistema. Não deve bobear. Esteja sempre perto de uma objetiva, um gravador, uma passarela.

— Preferia viver a vida, com a sensação de ter uma vida realmente minha.

— Quem tem isso hoje em dia, meus encantos? Só os loucos, isso mesmo apenas certos loucos, não marcados pela psicose de governar o mundo. Loucos mansos, vamos dizer assim. São raros, a maioria é agita-

da, e não só recebe a influência da comunicação delirante como, por sua vez, influi sobre esta, aumentando-lhe o delírio. De sorte que é bom você renunciar ao ideal individualista e anacrônico. Vida particular da gente já era. Agora vivemos a vida dos outros, em bloco, ou melhor, a de ninguém.

(CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE. *De notícias & não notícias faz-se a crônica — histórias, diálogos, divagações*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1975, p. 133-134.)

4. Fragmento de fala do velho do Restelo, do canto IV de *Os Lusíadas* de Luís de Camões (1525-1580):

“Ó glória de mandar! Ó vã cobiça
Desta vaidade, a quem chamamos Fama!
Ó fraudulento gosto, que se atiça
C’uma aura popular, que honra se chama!
Que castigo tamanho e que justiça
Fazes no peito vão que muito te ama!
Que mortes, que perigos, que tormentas,
Que crueldades neles exp’rimentas!”

(LUÍS DE CAMÕES. *Os Lusíadas*, canto IV, 95.)

Proposição

Celebridade, renome, nomeada, notoriedade, conceito, reputação, prestígio, glória, fama. São numerosas as palavras para rotular um mesmo status social: ser conhecido, ser reconhecido, ter nome, ter renome, ter nomeada, ter prestígio, ter glória, ser célebre, ser famoso, ser glorioso, ser conhecido por todas as pessoas no mundo todo. Os artistas antigos representavam alegoricamente a Fama como uma deusa dotada de cem bocas e cem orelhas, com olhos que surgiam por baixo de suas asas. Consta que o obscuro efésio Eróstrato, no afã de imortalizar seu nome, incendiou em 356 a.C. o grande templo de Ártemis, considerado uma das maravilhas do mundo antigo. Mas é preciso buscar a fama a qualquer custo? É vital para um homem ser conhecido/reconhecido por todos? Artistas, atletas, escritores, pensadores, intelectuais de modo geral não têm a mesma resposta para essas indagações. Tomando por base o texto das questões 01 a 03, bem como os fragmentos apresentados, tente dar a sua resposta, fazendo uma redação em prosa, de gênero dissertativo, sobre o tema

É PRECISO SER FAMOSO?

Análise da proposta

A proposta de redação da Unesp reiterou o modelo de exame adotado nos últimos anos. Solicitou-se a produção de uma dissertação em prosa para dar resposta a uma questão explícita: **É preciso ser famoso?**

Para enriquecer sua reflexão, o candidato poderia servir-se da proposição elaborada pela própria Banca, dos quatro fragmentos que compunham a proposta e, além disso, do texto usado para as três primeiras questões de Língua Portuguesa — uma crônica em que Fernando Pessoa toma posição a respeito do tema.

Pessoa, ao louvar o “homem de gênio desconhecido”, lamenta os que tornam “de vidro as paredes de sua vida doméstica”, abrindo mão do direito à privacidade. Para ele, o homem de fama demonstra sua fraqueza quando cede à tentação da celebridade, pois renuncia, de modo irreversível, ao direito de medir seu valor pela única medida válida, seu próprio ser.

O fragmento da conferência de O. Bilac sobre a obra de Bocage vê na notoriedade mera consequência de ações vulgares e extravagantes, desprovidas de qualquer mérito, trazendo novos argumentos para a crítica ao homem de fama.

O ator Pedro Cardoso, em entrevista à revista *IstoéGENTE*, estabelece uma distinção entre sucesso e fama, dizendo apreciar um e repudiar a outra. Ao seu ver, no Brasil, os privilégios desfrutados pelos famosos seriam manifestação de falta de educação para a cidadania.

A crônica de Drummond usa do humor para expor as vantagens e, sobretudo, os prejuízos decorrentes da fama. Se a popularidade facilita a integração na sociedade e traz dividendos econômicos, exige, em contrapartida, a renúncia à contestação, ao sossego, à privacidade e, por fim, à individualidade.

A estrofe de Camões, extraída de “*Os Lusíadas*”, também enfatiza o alto custo cobrado pela fama, ali apresentada como fruto da vaidade, da cobiça e da sedução pelo poder. Mortes, perigos, tormentas e crueldades estão incluídas entre os seus maléficos efeitos.

UFSCcar 2009

REDAÇÃO

INSTRUÇÃO: Leia os textos a seguir.

Texto 1

O estudante Antonio dos Santos Veiga, o Tuca, de 20 anos, não sabe explicar como os versos lhe vieram à cabeça. Mas a música, composta em menos de cinco minutos, durante uma caminhada pelas ruas da Vila Madalena, em São Paulo, virou hino informal de uma das maiores torcidas do Brasil. O grito “Aqui tem um bando de louco, louco por ti Corinthians” marcou o apoio dos torcedores ao time em um momento difícil

– o rebaixamento para a segunda divisão no Campeonato Brasileiro de 2007.

Tuca contou com a ajuda de um colega para divulgar o hino. Cantavam no ônibus, na volta dos jogos, ou na fila para comprar ingresso para as partidas. Até que conseguiram convencer a torcida organizada a puxar o grito. A primeira vez foi em março de 2007, no estádio do Pacaembu, durante o intervalo de Corinthians e Pirambu, clube sergipano. “No começo, éramos eu e meu amigo gritando. Quando o time voltou do intervalo, o estádio inteiro estava cantando”, afirma o estudante. [...]

O neurocientista americano Daniel Levitin, que trabalhou para grandes estrelas da música pop, lança uma teoria polêmica em seu livro mais recente, *The World in Six Songs* (O Mundo em Seis Canções), publicado em agosto nos Estados Unidos e ainda sem edição brasileira. Ele afirma que seis tipos de música influenciaram a evolução humana: de amizade; de alegria; de conforto; religiosa; de amor e de conhecimento. “O poder da música foi capaz de mudar culturas”, disse a *Época*. Canções como as de conforto, que dão apoio em momentos difíceis, e de alegria, que ajudam a motivar, são duas das categorias. “Foram as seis maneiras que nossos ancestrais usaram para se comunicar que moldaram a natureza humana”, diz. [...] Levitin sustenta que todas as canções, não importa em que categoria se encaixem, ajudaram o cérebro a exercitar habilidades imprescindíveis à sobrevivência de nossos antepassados. Ao transformar um sentimento ou informação em música, entra em ação a capacidade de abstração e de imaginação. E a melodia entretém o cérebro em um jogo de adivinhação (algo como “que nota vem depois dessa?”). Quando acertamos, nos sentimos recompensados. Por isso, ouvir música é tão bom. Essa brincadeira de adivinhação teria ajudado a desenvolver a capacidade de antever cenários e conferido uma vantagem evolutiva aos humanos com tal aptidão. “Nós não gostamos de música porque ela é bonita”, escreve Levitin. “Nós a achamos bonita porque os primeiros humanos que fizeram bom uso dela foram os mais bem-sucedidos em sobrevivência e reprodução”.

(Época, 05.08.2008.)

Texto 2

Lang Lang

O pianista Lang Lang, de 26 anos, foi um dos grandes vencedores da Olimpíada de Pequim. Lang, claro, não participou das competições, mas firmou-se no papel de ícone da nova China. Na cerimônia de abertura, tocou num horrendo piano branco (sugestão do cineasta e diretor do espetáculo, Zhang Yimou, para quem a cor branca simbolizaria o futuro do país). Durante a festa de encerramento, atuou como comentarista para várias emissoras de TV do exterior. Lang destacou-se em meio a 1,3 bilhão de chineses tocando música erudita, um gênero que nos tempos de Mao Tsé-tung era tido como “decadente”. Faz cerca de 120 concertos por ano a um cachê médio de 50 000 dólares (quantia que pode aumentar até cinco vezes, dependendo de quem o contrata). Mora em Nova York, tem uma coleção de carros de luxo e atua como garoto-propaganda de celulares, canetas e carros esporte. Ainda assim, é um orgulho da China comunista. “Estamos em meio a outra revolução cultural. Mas uma revolução cultural do bem”, diz o pianista, em entrevista exclusiva a *Veja*.

(Veja, 10.08.2008.)

Texto 3

Aos cinco e seis anos, Ezequiel não parecia desmentir os meus sonhos da praia da Glória; ao contrário, adivinhavam-se nele todas as vocações possíveis, desde vadio até apóstolo. [...]

Gostava de música, não menos que de doce, e eu disse a Capitu que lhe tirasse ao piano o pregão do preto das cocadas de Matacavalos...

Machado de Assis

A leitora, que ainda se lembrará das palavras, dado que me tenha lido com atenção, ficará espantada de tamanho esquecimento, tanto mais que lhe lembrarão ainda as vozes da sua infância e adolescência; haverá olvidado algumas, mas nem tudo fica na cabeça. Assim me replicou Capitu, e não achei réplica. Fiz, porém, o que ela não esperava; corri aos meus papéis velhos. Em São Paulo, quando estudante, pedi a um professor de música que me transcrevesse a toada do pregão; ele o fez com prazer (bastou-me repetir-lho de memória), e eu guardei o papelinho; fui procurá-lo. Daí a pouco interrompi um romance que ela tocava, com o pedacinho de papel na mão. Expliquei-lho; ela teclou as dezesseis notas.

(Machado de Assis, *Dom Casmurro*.)

TAREFA: Escreva um texto dissertativo que tenha como título:

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA VIDA DAS PESSOAS.

N.º da carteira

Nome do candidato

Unifesp 2010

REDAÇÃO

Leia os textos seguintes e reflita sobre as questões por eles propostas.

Texto 1

(www.raulmarinhog.files.wordpress.com/2009/03/novela1.jpg Adaptado.)

Texto 2

Considerar a telenovela um produto cultural alienante é um tremendo preconceito da universidade. Quem acha que novela aliena está na verdade chamando o povo de débil mental. Bobagem imaginar que alguém é induzido a pensar que a vida é um mar de rosas só por causa de um enredo açucarado. A telenovela brasileira é um produto cultural de alta qualidade técnica, e algumas delas são verdadeiras obras de arte.

Ela é educativa no sentido de levantar certas discussões para um público relativamente pouco informado. Na década de 70, os autores faziam isso de maneira mais sutil. Nos dias atuais, sem a censura, as discussões podem ser mais abertas.

O problema não está no que a novela transmite, mas na maneira como o assunto é debatido. O que precisa mudar com a máxima urgência é essa situação em que os educadores ignoram a existência da novela. As novelas estão aí, fazem um sucesso danado e mexem com a cabeça da moçada. Eu diria até que alienam menos que os telejornais.

Como a novela é considerada um subproduto, as pessoas preferem dizer que foram a um concerto de música clássica a dizer que ficaram em casa vendo novela, como na verdade gostariam. A pessoa pode até ter dormido durante o concerto, mas acha que é mais chique. Uma bobagem, porque a telenovela é o grande produto cultural brasileiro, maior que a literatura e a música.

(Trechos adaptados da entrevista da professora Maria Aparecida Baccega, da USP, à revista *Véja*, em 24.01.1996.)

Texto 3

Não vejo novelas. A última que me prendeu ao sofá foi escrita pelo Dias Gomes, que era um craque. Hoje, 15 segundos de novela bastam para me matar de tédio. Os mesmos personagens, o mesmo enredo, as mesmas caretas, as mesmas frases idiotas, as mesmas cenas toscas, a mesma história chata.

As novelas são ridículas. Há um provérbio – que dizem ser francês – que assegura que “o ridículo mata”.

(Roberto Gomes. *Gazeta do Povo*, 16.08.2009.)

Texto 4

A dramatização e a representação da vida conquistaram – não por acaso – o privilégio do melhor horário noturno, pois mexem com mecanismos mentais muito fortes e decisivos. A telenovela não é uma imposição forçada nem um mecanismo de fuga. Não se confunde com o sono, com o uso da droga ou do álcool nem tenta escapar das obrigações sociais; ao contrário, o grande público busca, pela telenovela, *entrar* inteiramente no social, no conhecimento e no domínio das regras da sociedade.

J.S.R. Goodlad, autor dessa tese, afirma que o motivo de se assistir às telenovelas é que por meio delas as pessoas podem ordenar e organizar sua vivência social segundo o que é permitido na sociedade, ou seja, de acordo com o “comportamento social adequado”.

Se o drama, segundo ele, assumiu anteriormente a função social através dos mitos, dos contos populares e dos rituais, é a telenovela que hoje atua como método de controle social.

Diante de uma vida problemática e sem esperanças, da necessidade de ganhar dinheiro, de ter uma casa ou um negócio próprio, de encontrar um companheiro, diante das exigências do trabalho, das contas a pagar e dos compromissos, a esfera emotiva das pessoas retrai-se. A vida que a televisão mostra é então, para o homem e para a mulher, uma verdadeira troca, com vantagens, de sua vida real. (...) Ela é o alimento espiritual desse corpo cansado, sugado e exaurido pelo trabalho industrial na linha de montagem, pelo trabalho burocrático no banco ou na repartição, pelo trabalho enfadonho dos escritórios e das lojas.

(Ciro Marcondes Filho, *Televisão: a vida pelo vídeo*.)

Com base nas informações e reflexões apresentadas nos textos de apoio e em seus próprios conhecimentos, elabore uma dissertação argumentativa, em prosa e em norma padrão, sobre o seguinte tema:

A TELENVELA BRASILEIRA: CONSCIÊNCIA OU ALIENAÇÃO?

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O MOVIMENTO IMIGRATÓRIO PARA O BRASIL NO SÉCULO XXI**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Ao desembarcar no Brasil, os imigrantes trouxeram muito mais do que o anseio de refazer suas vidas trabalhando nas lavouras de café e no início da indústria paulista. Nos séculos XIX e XX, os representantes de mais de 70 nacionalidades e etnias chegaram com o sonho de “fazer a América” e acabaram por contribuir expressivamente para a história do país e para a cultura brasileira. Deles, o Brasil herdou sobrenomes, sotaques, costumes, comidas e vestimentas.

A história da migração humana não deve ser encarada como uma questão relacionada exclusivamente ao passado; há a necessidade de tratar sobre deslocamentos mais recentes.

Disponível em: <http://www.museudaimigracao.org.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

Acre sofre com invasão de imigrantes do Haiti

Disponível em: <http://img1.com.br>. Acesso em: 19 jul. 2012.

Nos últimos três dias de 2011, uma leva de 500 haitianos entrou ilegalmente no Brasil pelo Acre, elevando para 1 400 a quantidade de imigrantes daquele país no município de Brasileia (AC). Segundo o secretário-adjunto de Justiça e Direitos Humanos do Acre, José Henrique Corinto, os haitianos ocuparam a praça da cidade. A Defesa Civil do estado enviou galões de água potável e alimentos, mas ainda não providenciou abrigo.

A imigração ocorre porque o Haiti ainda não se recuperou dos estragos causados pelo terremoto de janeiro de 2010. O primeiro grande grupo de haitianos chegou a Brasileia no dia 14 de janeiro de 2011. Desde então, a entrada ilegal continua, mas eles não são expulsos: obtêm visto humanitário e conseguem tirar carteira de trabalho e CPF para morar e trabalhar no Brasil.

Segundo Corinto, ao contrário do que se imagina, não são haitianos miseráveis que buscam o Brasil para viver, mas pessoas da classe média do Haiti e profissionais qualificados, como engenheiros, professores, advogados, pedreiros, mestres de obras e carpinteiros. Porém, a maioria chega sem dinheiro.

Os brasileiros sempre criticaram a forma como os países europeus tratavam os imigrantes. Agora, chegou a nossa vez — afirma Corinto.

Disponível em: <http://www.dpf.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

Trilha da Costura

Os imigrantes bolivianos, pelo último censo, são mais de 3 milhões, com população de aproximadamente 9,119 milhões de pessoas. A Bolívia em termos de IDH ocupa a posição de 114º de acordo com os parâmetros estabelecidos pela ONU. O país está no centro da América do Sul e é o mais pobre, sendo 70% da população considerada miserável. Os principais países para onde os bolivianos imigrantes dirigem-se são: Argentina, Brasil, Espanha e Estados Unidos.

Assim sendo, este é o quadro social em que se encontra a maioria da população da Bolívia, estes dados já demonstram que as motivações do fluxo de imigração não são políticas, mas econômicas. Como a maioria da população tem baixa qualificação, os trabalhos artesanais, culturais, de campo e de costura são os de mais fácil acesso.

OLIVEIRA, R.T. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O **rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O **texto definitivo** deve ser escrito à **tinta**, na **folha própria**, em até **30 linhas**.
- A redação com até 7 (sete) linhas escritas será considerada “insuficiente” e receberá nota zero.
- A redação que fugir ao tema ou que não atender ao **tipo dissertativo-argumentativo** receberá nota zero.
- A redação que apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos receberá nota zero.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

FGV 2012

REDAÇÃO

GRADUAÇÃO | 03/06/2012

Leia a notícia abaixo:

Uma agência de marketing suscitou críticas ao contratar moradores de rua de Austin (Texas) para que caminhassem carregando transmissores sem fio móveis, oferecendo, assim, acesso à internet para os participantes de um congresso de tecnologia, em troca de doações.

A BBH Labs, divisão de inovação da agência internacional de marketing BBH, equipou 13 voluntários de abrigo local que atende a moradores de rua com os aparelhos, cartões de visita e camisetas que exibiam seus nomes. Os sem-teto foram instruídos a andar por áreas mais movimentadas do evento. Os participantes desse projeto, chamado Homeless Hotspots, recebiam diárias de US\$20,00 e podiam ficar com as doações obtidas de usuários dos serviços de rede sem fio. Mas surgiram alegações de que contratar pessoas em situação precária para fazer delas torres de comunicação sem fio era uma exploração. O responsável pelo projeto negou que estivesse explorando os sem-teto, afirmando que já obtivera sucesso com ideias semelhantes, e que o modelo de seu projeto inspirava-se nos jornais que os próprios sem-teto produzem e vendem por US\$ 1,00.

Jenna Wortham, do **New York Times**. **Folha de S. Paulo**, 14/03/2012. Adaptado.

Redija uma dissertação argumentativa, na qual você apresente seu ponto de vista sobre os fatos relatados na notícia acima transcrita. No desenvolvimento de seu texto, procure usar argumentos consistentes e coerentes para discutir as seguintes questões, relacionadas aos fatos noticiados:

- 1) O modo pelo qual o autor do projeto Homeless Hotspots entende o trabalho é estranho ou inusitado no mundo contemporâneo?
- 2) Qual o principal aspecto ético envolvido nesse projeto?
- 3) O progresso tecnológico e o progresso social caminham juntos?

Instruções:

- A redação deverá seguir as normas da língua escrita culta*.
- O texto deverá ter, no mínimo, 20 e, no máximo, 30 linhas escritas.
- A redação deverá ser apresentada a tinta e com letra legível.
- Textos que não seguirem essas orientações não serão corrigidos e receberão nota zero.
- A página 2 é destinada ao **rascunho** e não será considerada na correção da prova.

* As questões das provas do Vestibular foram elaboradas conforme as novas regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado, no Brasil, pelo Decreto 6.583, em 29/09/2008. No texto escrito pelos candidatos, serão aceitos os dois Sistemas Ortográficos em vigor.

Fuvest 2012

Área Reservada
Não escreva no topo da folha

REDAÇÃO

Texto 1

A ciência mais imperativa e predominante sobre tudo é a ciência política, pois esta determina quais são as demais ciências que devem ser estudadas na pólis. Nessa medida, a ciência política inclui a finalidade das demais, e, então, essa finalidade deve ser o bem do homem.

Aristóteles. Adaptado.

Texto 2

O termo “idiota” aparece em comentários indignados, cada vez mais frequentes no Brasil, como “política é coisa de idiota”. O que podemos constatar é que acabou se invertendo o conceito original de idiota, pois a palavra *idiôtes*, em grego, significa aquele que só vive a vida privada, que recusa a política, que diz não à política.

Talvez devêssemos retomar esse conceito de idiota como aquele que vive fechado dentro de si e só se interessa pela vida no âmbito pessoal. Sua expressão generalizada é: “Não me meto em política”.

M. S. Cortella e R. J. Ribeiro,
Política – para não ser idiota. Adaptado.

Texto 3

FILHOS DA ÉPOCA

*Somos filhos da época
e a época é política.*

*Todas as tuas, nossas, vossas coisas
diurnas e noturnas,
são coisas políticas.*

*Querendo ou não querendo,
teus genes têm um passado político,
tua pele, um matiz político,
teus olhos, um aspecto político.*

*O que você diz tem ressonância,
o que silencia tem um eco
de um jeito ou de outro, político.*

(...)

Wisława Szymborska, **Poemas.**

Texto 4

As instituições políticas vigentes (por exemplo, partidos políticos, parlamentos, governos) vivem hoje um processo de abandono ou diminuição do seu papel de criadoras de agenda de questões e opções relevantes e, também, do seu papel de propositoras de doutrinas. O que não significa que se amplia a liberdade de opção individual. Significa apenas que essas funções estão sendo decididamente transferidas das instituições políticas (isto é, eleitas e, em princípio, controladas) para forças essencialmente não políticas — primordialmente as do mercado financeiro e do consumo. A agenda de opções mais importantes dificilmente pode ser construída politicamente nas atuais condições. Assim esvaziada, a política perde interesse.

Zygmunt Bauman. **Em busca da política.** Adaptado.

Texto 5

Folha de S. Paulo, 05/10/2011.

Os textos aqui reproduzidos falam de política, seja para enfatizar sua necessidade, seja para indicar suas limitações e impasses no mundo atual. Reflita sobre esses textos e redija uma dissertação em prosa, na qual você discuta as ideias neles apresentadas, argumentando de modo a deixar claro o seu ponto de vista sobre o tema **Participação política: indispensável ou superada?**

Instruções:

- A redação deve obedecer à norma padrão da língua portuguesa.
- Escreva, no mínimo, 20 e, no máximo, 30 linhas, com letra legível.
- Dê um título a sua redação.

Ínsper 2012

Vestibular Ínsper 2012_2

Análise Verbal

Tema 1

Refleta sobre as ideias apresentadas nos textos a seguir e desenvolva uma **dissertação em prosa**.

Justiça condena pai por abandono afetivo
Em decisão inédita, STJ estipulou indenização de R\$ 200 mil

Decisão inédita no Superior Tribunal de Justiça (STJ) condena pai a pagar indenização de R\$ 200 mil por abandono afetivo. De acordo com a assessoria de imprensa do STJ, a filha, após ter obtido reconhecimento judicial da paternidade, entrou com uma ação contra o pai por ter sofrido abandono material e afetivo durante a infância e adolescência. A autora da ação argumentou que não recebeu os mesmos tratamentos que seus irmãos, filhos de outro casamento do pai.

(...)

(ISTOÉ, 02/05/2012)

TEXTO I

Abandono afetivo; e dá para entender que alguém entre na Justiça reivindicando uma quantia porque não recebeu do pai o afeto que gostaria?

O ideal seria que todos os pais cercassem seus filhos de carinho e de amor; mas isso é o ideal, e o ideal, como todo mundo sabe, não existe. Alguns pais não são nem carinhosos nem amorosos, que pena, mas a vida é assim, e uma filha que nunca teve o afeto paterno tem que entender que alguns não têm afeto para dar, ou apenas não conseguem - e tratar de viver a vida como ela lhe foi apresentada, isto é, como ela é. Pedir uma indenização - em dinheiro - porque não foi amada pelo pai, acho estranho. Quem põe um filho no mundo tem obrigações, mas amor dá quem pode, nem é um problema de querer; e amor não se cobra, nem de pai nem de ninguém.

(Danuza Leão em Folha de São Paulo, 13/05/2012)

TEXTO II

"Está se abrindo um caminho para a humanização da Justiça. O sentimento era um elemento com o qual o juiz até há pouco não trabalhava. Nós trabalhamos com os fatos, com a norma jurídica", diz a relatora do caso recente, ministra Nancy Andrighi.

"Muda a sociedade, o estilo de vida, as pessoas vão mudando. O direito de família hoje é muito dinâmico, tanto que foi reconhecida a sociedade homoafetiva, a paternidade socioafetiva", afirma o juiz paulista Homero Maion.

Para Rodrigo da Cunha Pereira, advogado que atuou no primeiro caso de abandono afetivo com pedido de indenização, em 2005, a alienação parental e o abandono afetivo são os dois lados da mesma moeda.

No primeiro, o pai (ou a mãe) trava uma batalha para conseguir ter contato com o filho. Já no segundo, é o filho que busca a convivência com o pai (ou mãe).

(Johanna Nublat e Nádia Guerlenda em Folha de São Paulo, 06/05/2012)

Conforme indicado nas folhas de rascunho e de redação, utilize o **próprio tema** como **título** de sua dissertação.

Tema/Título 1: Quanto vale o amor?

Fuvest 2014

Área Reservada
Não escreva no topo da folha

Leia o seguinte extrato de uma reportagem do jornal inglês **The Guardian**, de 22 de janeiro de 2013, para em seguida atender ao que se pede:

O ministro de finanças do Japão, Taro Aso, disse na segunda-feira (dia 21) que os velhos deveriam “apressar-se a morrer”, para aliviar a pressão que suas despesas médicas exercem sobre o Estado.

“Deus nos livre de uma situação em que você é forçado a viver quando você quer morrer. Eu acordaria me sentindo cada vez pior se soubesse que o tratamento é todo pago pelo governo”, disse ele durante uma reunião do conselho nacional a respeito das reformas na seguridade social. “O problema não será resolvido, a menos que você permita que eles se apressem a morrer”.

Os comentários de Aso são suscetíveis de causar ofensa no Japão, onde quase um quarto da população de 128 milhões tem mais de 60 anos. A proporção deve atingir 40% nos próximos 50 anos.

Aso, de 72 anos de idade, que tem funções de vice-primeiro-ministro, disse que iria recusar os cuidados de fim de vida. “Eu não preciso desse tipo de atendimento”, declarou ele em comentários citados pela imprensa local, acrescentando que havia redigido uma nota instruindo sua família a negar-lhe tratamento médico para prolongar a vida.

Para maior agravo, ele chamou de “pessoas-tubo” os pacientes idosos que já não conseguem se alimentar sozinhos. O ministério da saúde e do bem-estar, acrescentou, está “bem consciente de que custa várias dezenas de milhões de ienes” por mês o tratamento de um único doente em fase final de vida.

Mais tarde, Aso tentou explicar seus comentários. Ele reconheceu que sua linguagem fora “inapropriada” em um fórum público e insistiu que expressara apenas sua preferência pessoal. “Eu disse o que eu, pessoalmente, penso, não o que o sistema de assistência médica a idosos deve ser”, declarou ele a jornalistas.

Não foi a primeira vez que Aso, um dos mais ricos políticos do Japão, questionou o dever do Estado para com sua grande população idosa. Anteriormente, em um encontro de economistas, ele já dissera: “Por que eu deveria pagar por pessoas que apenas comem e bebem e não fazem nenhum esforço? Eu faço caminhadas todos os dias, além de muitas outras coisas, e estou pagando mais impostos”.

theguardian.com, Tuesday, 22 January 2013. Traduzido e adaptado.

Considere as opiniões atribuídas ao referido político japonês, tendo em conta que elas possuem implicações éticas, culturais, sociais e econômicas capazes de suscitar questões de várias ordens: essas opiniões são tão raras ou isoladas quanto podem parecer? O que as motiva? O que elas dizem sobre as sociedades contemporâneas? Opiniões desse teor seriam possíveis no contexto brasileiro? Como as jovens gerações encaram os idosos?

Escolhendo, entre os diversos aspectos do tema, os que você considerar mais relevantes, redija um texto em prosa, no qual você avalie as posições do citado ministro, supondo que esse texto se destine à publicação – seja em um jornal, uma revista ou em um *site* da internet.

Instruções:

- A redação deve ser uma dissertação, escrita de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.
- Escreva, no mínimo, 20 linhas, com letra legível. Não ultrapasse o espaço de 34 linhas da folha de redação.
- Dê um título a sua redação.

FGV 2014

FGV | GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS | 08/12/2013

Redação

Folha de S. Paulo, 16.09.2013

A charge acima refere-se às causas das manifestações que, deflagradas em julho deste ano, em São Paulo, por um aumento de vinte centavos no preço da passagem de ônibus, incorporaram, depois, inúmeras outras reivindicações e se estenderam também a muitas outras cidades do País. Ela sugere que a causa mais verdadeira dos protestos se enraíza, profunda e duradouramente, na própria história do Brasil, tomada em seu conjunto.

Discuta a charge, considerando as seguintes possibilidades de abordagem: o diálogo que ela encena é crível ou verossímil? Como você vê a hipótese que ela apresenta? Há, na história do Brasil, algum aspecto que você destaque como causa maior, ao qual pudesse fazer remontar o mal-estar contemporâneo?

Redija uma dissertação em prosa, argumentando de modo a expor com clareza seu ponto de vista sobre o assunto.

Instruções:

- A redação deverá seguir as normas da língua escrita culta*.
- O texto deverá ter, no mínimo, 20 e, no máximo, 30 linhas escritas.
- Redações fora desses limites não serão corrigidas e receberão nota zero.
- A redação também terá nota zero, caso haja fuga total ao tema ou à estrutura definidos na proposta de redação.
- Dê um título a sua redação.
- A redação deverá ser redigida na folha de respostas, com letra legível e, obrigatoriamente, com caneta de tinta azul ou preta.

* As questões das provas do Vestibular foram elaboradas conforme as novas regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado, no Brasil, pelo Decreto 6.583, em 29/09/2008. No texto escrito pelos candidatos, serão aceitos os dois Sistemas Ortográficos em vigor.

Fim da Prova de Redação

Propostas minhas

Atividade de Redação
Professora Sílvia Galessso

Preparando uma dissertação

Assunto: vaidade masculina

Roteiro possível:

Início
Escolher entre definição de "metrossexualismo", frases nominais ou um "caso ilustrativo"

Desenvolvimento
Reflexões sobre a vaidade: funções, panorama histórico, vaidade masculina e vaidade feminina...

Problematização: ser e parecer, indústria da vaidade

Conclusão
Tese: o metrossexualismo como linguagem, como símbolo, demonstra algo da sociedade? É avanço? Retrocesso?

CURSO DE REDAÇÃO

Profª Eloisa Galesso & Profª Silvia Galesso

Simulado – junho 2007

Leia a coletânea abaixo, grifando o que considerar mais importante. De posse desses dados e de seus conhecimentos prévios, redija uma dissertação, a partir do tema que o conjunto de textos estiver propondo. Dê um título à sua redação e não ultrapasse 35 linhas.

TRECHOS RETIRADOS DE REPORTAGEM DA FOLHA DE S. PAULO, 17/06/07

A construtora JHSF está distribuindo cheques de R\$ 40 mil para retirar cada uma das 70 famílias invasoras de um terreno que será parte do projeto de um shopping-condomínio orçado em R\$ 1,5 bilhão, que terá apartamentos de até R\$ 18 milhões. As casas formam parte da favela do Jardim Panorama, na zona sul de São Paulo. O custo total da desocupação, cujo acordo foi assinado após reuniões das partes para que a ação de despejo não seja levada adiante, é de R\$ 2,8 milhões - a construtora não confirma valores, mas a Folha teve acesso a comprovantes de depósito.

No terreno, a construtora estenderá a área verde do condomínio, que será cercada por um muro. Do lado de lá, a favela continua, em área da prefeitura, que tenta judicialmente o despejo dos barracos.

Na última quarta-feira, uma fila de caminhões de mudança aportou na favela. Era preciso que a casa começasse a ser demolida para o morador receber o cheque - a maioria acertou pagar o valor da compra da moradia nova no dia da mudança.

Com os R\$ 40 mil, é possível comprar, por exemplo, uma casa de um quarto na Pedreira (divisa com Diadema, a cerca de 15 km da favela).

Maria Gomes, 66, conta que chegou lá nos anos 1960. "Meu marido pescava lambari para o nosso almoço no rio Pinheiros. Essa rua toda era uma horta que eu cuidava, até que as pessoas foram chegando do Norte passando por dificuldades." Os moradores estão divididos sobre a mudança. A desempregada Leila Aparecida Suzano, 29, é favorável.

"Saio de um barraco de madeira com dinheiro na mão para comprar uma casa num bairro longe, mas no meu nome. Vou finalmente ter algo para deixar para meus filhos", diz ela, que irá para o Jardim Guarujá (zona sul).

Já a empregada doméstica Marluce Gomes de Lima, 44, que trabalha no Itaim, lamenta a remoção. "Comprei uma casa em Vargem Grande Paulista e agora, em vez de levar 20 minutos até meu trabalho, vou levar duas horas e meia para ir e o mesmo tempo para voltar. Rico não gosta de pobre mesmo, eles querem nos ver longe" reclama.

Álvaro Puntoni, professor da FAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da USP), critica o acordo. "Sei que o terreno é particular e que, se eu fosse favelado, adoraria ganhar os R\$ 40 mil, mas a lógica é um pouco perversa. A elite blinda o carro para resolver o problema da segurança. Nesse caso da construtora, poderia se pensar em uma solução com poder público para abrigar a população no espaço onde ela já vive."